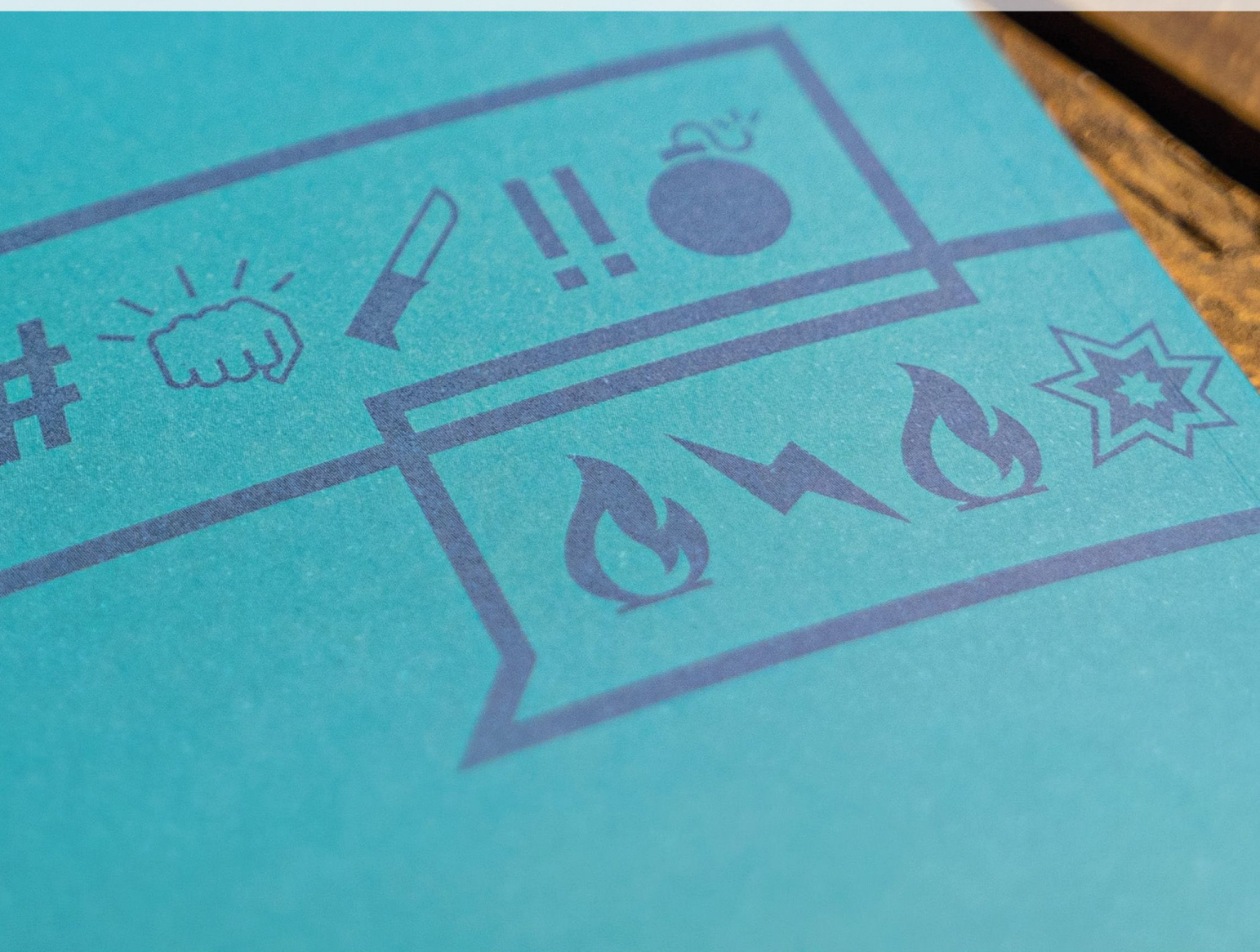


Rosângela Carreira

PARATOPIA E PROXÊMICA DISCURSIVA

discurso e resistência na literatura



Créditos

Paratopia e proxêmica discursiva: discurso e resistência na literatura

© 2020 Rosângela Carreira

Editora Edgard Blücher Ltda.

Imagem da capa: iStockphoto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Carreira, Rosângela

Paratopia e proxêmica discursiva : discurso e resistência na literatura / Rosângela Carreira. – 1. ed. – São Paulo : Blucher Open Access, 2020.
e-book il.

Bibliografia

ISBN 978-65-5506-058-4

1. Análise do discurso. 2. Linguística I. Título.

20-044

CDD 801

Índice para catálogo sistemático:

Linguística

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed. do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Conteúdo

AGRADECIMENTOS

DEDICATÓRIA

PREFÁCIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - NA CALADA DA HISTORICIDADE

CAPÍTULO II - APRESENTAÇÃO DE JOSÉ DO NASCIMENTO MORAES, O INVENCÍVEL DEGENERADO

CAPÍTULO III - SEMÂNTICA E POLÊMICA: NAS IMEDIAÇÕES DO DISCURSO

CAPÍTULO IV - DISCURSO CONSTITUINTE: NAS FRONTEIRAS DO VEROSSÍMIL

CAPÍTULO V - PARATOPIA e PROXÊMICA: MÚLTIPLAS FACES DE UM MULTIVERSO DISCURSIVO

CAPÍTULO VI - O DISCURSO DA NEGRITUDE EM VENCIDOS E DEGENERADOS: UM DISCURSO TESTEMUNHO-DOCUMENTAL PARATÓPICO

DA CONCLUSÃO AO PRENÚNCIO: O ENTRE-LUGAR E A PARATOPIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRADECIMENTOS

Homi Bhabha em sua obra *O local da Cultura* faz um belíssimo agradecimento em que narra os momentos de encontros com pessoas que de algum modo ajudaram na execução da pesquisa e do livro, ele inicia dizendo que “a melhor maneira de se registrar a memória da gratidão não é, certamente, através das cuidadosas listas de pessoas e lugares que a página de agradecimentos comporta”

É tão sutil a maneira como ele faz esse registro da memória da gratidão que me identifiquei com ele, quisera ter a mesma habilidade para registrar aqui minhas memórias e fugir um pouco da lista de agradecimentos tão comuns, mas também concordo que não há como registrá-la de forma eficaz.

Em meu mestrado, optei por um organograma de nomes e palavras significativos, uma rede de emoções e recordações que levaram à conclusão. Para o doutorado, quero agradecer à dádiva dos encontros e construir meu *registro de memórias da gratidão* por meio desse “encontrar” constante que a investigação e a vida me proporcionaram.

O encontro com Professor Doutor Jarbas Vargas Nascimento carrega consigo a palavra amiga, o conforto e a força necessárias para seguir. A cada orientação, mais do que referências bibliográficas, saí com referências para a vida pessoal e profissional.

O encontro com Professora Doutora Anna Maria Marques Cintra é daqueles que constrói pontes, mas se for preciso a desmorona e recomeça, num aprendizado tão intenso que devo a ele, tudo o que sei sobre o mundo acadêmico, tendo a certeza de que sempre haverá esse elo de admiração e aprendizado constantes.

Já com Professor Doutor Luiz Antonio Ferreira o encontro é daqueles com gosto de canção, tem jeito de encontro familiar e tem a força da generosidade. Como agradecer as experiências de trabalho que me prepararam para a vida acadêmica? Como agradecer todas as vírgulas corrigidas neste texto? Não há palavras que possam expressar as emoções geradas pela leitura delicada com questionamentos profundos que me fizeram ver além de um gerundiar qualquer, rindo, chorando, lendo sobre “vocalidade” e recordando com saudade de ensinamentos importantes transmitidos, regados a brindes, cigarros e sorrisos. E trouxeram à lembrança outros encontros encantados como aqueles vividos com Luciana Platero e Silvio Luiz da Silva, a quem agradeço a revisão do *abstract*.

Na qualificação o reencontro, um encontro interdisciplinar de grande parceria e generosidade. Agradeço por esse momento e ao Professor Maurício pela sensibilidade de ter percebido que o poder é o interdiscurso do meu discurso e por me apresentar outros olhares para a Literatura afro-brasileira.

Nessas memórias de gratidão, encontro sempre os Grupos de Pesquisa com os quais interagi no mestrado, no doutorado e na vida profissional (GELEP, GELC e Memória e Cultura na Língua Portuguesa Escrita no Brasil) onde encontrei novos autores, novas ideias e companheiros de jornada. Lembro-me de tardes e manhãs de profundas discussões, mas além das trocas, lembro-me dos olhares encorajadores de Camila Petrasso, Márcio Rogério Cano, Izilda Nardocci, Silvana Baliviero e Lillian Passarelli e tantos outros que passaram pelos grupos. Agradeço a esse encontro tão frutífero que gerou e ainda gera tantos trabalhos prazerosos.

Ao encontro com Lillian Passarelli minha gratidão à parte por estar sempre por perto para um conselho ou uma ajuda generosa e por ter me ensinado a reconhecer vespeiros.

À família Nascimento Moraes agradeço o encontro generoso e afetivo com que me receberam, brindando-me com lembranças generosas e minúcias do convívio com José do Nascimento Moraes. Em minhas memórias sempre guardarei agradecidamente a tarde na varanda com Dona Loreley de Moraes, onde fui recebida com cafezinho saboroso e buscamos reminiscências de família e livros rodeadas pelo aroma do afeto de um jardim ludovicense e também serei grata por ter sido recebida por Sr. Jomar Moraes em sua biblioteca pessoal com 5000 exemplares com quem proseei sobre José do Nascimento Moraes e também sobre Borges, Oswald e autores em comum, banhada pela sabedoria que a vida imprime.

Mais do que meros encontros virtuais ou presenciais, agradeço o encontro fraternal com os amigos Ricardo Celestino, que leu e revisou um dos capítulos, discutindo-o e criticando-o; Márcio Rogério de Oliveira Cano que está sempre aberto a compartilhar, com quem já partilhei tantos trabalhos e por ter tido a paciência de me ouvir falar sobre formação discursiva; Everaldo Nogueira Jr. pelo apoio e discussões sobre genericidade e Ramon Chaves por nossas discussões sobre sujeitos e paratopias.

Ao Professor Doutor Nilton Tadeu Alonso de Queirós, meu amigo-irmão Nilton, agradeço pelo encontro e por tudo que já encontramos e vivemos juntos, por ter revisado este trabalho com olhar carinhoso e orientações preciosas e por ser a dádiva fraternal que me acompanha com paciência, nunca me deixando desistir. Revisão que foi dividida com Silvana Baliviero que, nesse momento tão delicado da vida, teve a generosidade de ler e opinar sobre as páginas deste livro.

Agradeço aos encontros espirituais que se mantêm, como Richard Marcello que mesmo ausente esteve presente em minha memória e conjecturas, sabendo que um dia vamos nos reencontrar.

À minha família, encontro maior de minha existência, que me apoia sempre e que teve paciência de suportar minha ausência em muitos encontros e, principalmente, a Paulo Sérgio Carreira, que ouviu pacientemente minhas digressões para que nos pudéssemos (re)encontrar.

E a todos os encontros e reencontros que ainda marcarão o registro dessas memórias deixo antecipadamente minha eterna gratidão.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao centenário de “Vencidos e Degenerados” com a esperança de que seja resgatado nos estudos da Literatura nacional para que seu *discurso da negritude* possa ser conhecido não somente como testemunho-documental de períodos históricos, mas também como motivador para mais ações políticas afirmativas e sirva de inspiração a todo o cidadão que se reconhece negro neste país.

E também a José do Nascimento Moraes, a sua imagem de autor e a seu discurso literário, em que há uma multiplicidade de enunciadores que clamam por justiça social, educação de qualidade e inclusão de forma a convertê-lo em discurso atemporal.

Para André, Fábio e Paulo.

PREFÁCIO

A pesquisa que possibilitou a publicação desse livro traz contribuições fundamentais para o campo dos estudos discursivo-literários em Língua Portuguesa, na medida em que coloca em foco categorias enunciativas, tais como a paratopia e a proximica testemunho-documental. Mas, talvez, a contribuição mais importante seja atitude da pesquisadora em selecionar para objeto de análise o discurso da negritude, tema, ainda, pouco explorado na academia e tão relevante ao debate sobre a constituição da identidade do negro brasileiro.

É necessário enfatizar, também, a coragem da autora em apresentar a voz do negro no discurso literário e seu apelo a ser lembrado e ouvido frente à exclusão social, cultural e histórica que o aniquila. Essa questão essencial que a pesquisa apresenta revela marcas e movimentos dos sujeitos negros na história e geram incômodos intersubjetivos que são revelados no e pelo discurso de José do Nascimento Moraes, escritor maranhense, que viveu no período da escravidão. Sem dúvida, a descoberta desse escritor e de sua produção possibilitou o resgate da voz do negro na Literatura brasileira. Assim, nessa pesquisa, a negritude literária ganha identidade, em razão dos aspectos discursivos, sociais, históricos e políticos que a revelam muito antes de a intelectualidade nacional valorizar a literatura negra.

A Análise do Discurso de linha francesa (AD) foi a escolha teórico-metodológica que respaldou o percurso interdisciplinar empreendido na tarefa de dar conta da hipótese formulada em torno do discurso produzido por Nascimento Moraes. Daí tornou-se fundamental focar, pela materialidade linguística, o discurso da negritude dentro de suas condições sócio-histórico-culturais, balizado pelo interesse da pesquisadora por diferentes mecanismos discursivos, a fim de evidenciar seu compromisso pessoal com a discursividade e com os aspectos socioculturais da linguagem, entrelaçados pela historicidade discursiva.

Na verdade, esse é um estudo de articulação interdisciplinar, pois envolve a Linguística, particularmente a AD, a Filosofia, a Teoria Literária, a Literatura negra, a Sociologia, a Antropologia e os Estudos Culturais. A preocupação da autora com cada um desses campos de conhecimento mostra seu objetivo de salientar a relação da linguagem com as práticas sociais em circulação. É esse espaço discursivo de interlocução teórico-metodológica que garantiu a qualidade do produto final da pesquisa, que se resume na comprovação da condição paratópica do discurso testemunho-documental.

Na busca de marcas e mecanismos linguístico-discursivos que respondam pela produção de efeitos de sentido estético-literário e identitários, a autora explorou aspec-

tos fundamentais do discurso de Nascimento de Moraes. Cumprindo rigorosamente seus objetivos, esse trabalho, sem dúvida, contribui para a ampliação do debate iniciado por Maingueneau sobre discursos constituintes, paratopia e proxêmica relacionados ao discurso literário.

Para mim que acompanhei o percurso dessa pesquisa, confesso que me surpreenderam os resultados alcançados pela pesquisadora. Ressalto, principalmente, aqueles relacionados à articulação teórico-metodológica de diferentes campos do conhecimento e às dimensões histórico-sociais, ao abordar o tema da paratopia ligado à negritude e o encaixamento das condições sócio-históricas e culturais de produção do discurso *Vencidos e Degenerados* como ponto central para a discussão da tese.

Para encerrar, gostaria de explicitar que tornar pública a pesquisa de Rosângela Aparecida Ribeiro Carreira viabiliza a diferentes leitores a oportunidade de partilhar um estudo sério e robusto, que exigiu muito empenho e dedicação da pesquisadora. Com certeza, esse livro contribui com os estudos em Análise do Discurso, diversifica cada uma das áreas configuradas e amplia as categorias selecionadas, principalmente, a paratopia. Trazer a discussão sobre a negritude para o espaço acadêmico pareceu-me uma ótima oportunidade de relacionar a pesquisa à vida.

São Paulo, setembro de 2020.
Jarbas Vargas Nascimento

INTRODUÇÃO

A voz do negro na Literatura começa a ser resgatada e valorizada somente no século XXI no Brasil, fato que evidencia diferentes posicionamentos discursivos na busca por fazer-se “ouvir”. A posse da palavra pelo negro como reação à situação de exclusão social, histórica e cultural é o que consideramos *discurso da negritude*. Esse discurso é atemporal, embora os movimentos negros e os assuntos étnico-raciais sempre estejam em pauta na História da Humanidade.

Nas primeiras décadas do século XX nos Estados Unidos, temáticas raciais são trazidas à baila. Intelectuais e ativistas reúnem-se em torno das questões sociais e políticas em prol de ações afirmativas, que são reforçadas por meio do poder social da Arte. O artista negro, ativista, torna-se *porta-voz* de toda uma comunidade, porque (re) conhece as relações de poder e dominação. A construção de imagens afirmativas marca o *New Negro Movement*, também conhecido como *Harlem Renaissance* e aproxima artistas, escritores e intelectuais como W.E. B. Du Bois, Marcus Garvey, Langston Hughes e outros. (DUARTE, 2011)

Na Europa, principalmente, na França de 1930, artistas da diáspora negra de língua francesa também fomentam o movimento da *Négritude*, o *Renascimento Negro*, entre eles, Aimé Césaire, da Martinica, Léon Damas, da Guiana Francesa e Léopold Sédar Senghor, que defendem politicamente os signos da africanidade. Assumem-se negros e dão voz à *negritude* da época, como revela Munanga (2012).

Césaire, um dos pais da negritude, em seu “Discurso sobre a negritude” proferido em 1987 na *Primeira Conferência Hemisférica dos Povos Negros da Diáspora – Negritude, Etnicidade e Culturas Negras nas Américas*, assume que o termo *negritude* o incomoda por ser utilizado, algumas vezes, de forma reducionista e por reforçar preconceitos e hierarquias sociais que inferiorizam o negro, ainda que tenha sido seu idealizador e tenha colaborado com a expansão do termo política e artisticamente.

Mesmo assim, Césaire (1987) defende sua utilização por ser o incômodo necessário à intelectualidade mundial, para que se defendam os direitos do negro e porque em torno da *negritude* uniram-se comunidades de ativistas defensores dos direitos, das ações e da palavra de toda a comunidade de afrodescendentes. A partir desse sentimento, concebe uma multiplicidade de definições para *Negritude*:

A decir verdad, es todo eso lo que para nosotros jóvenes estudiantes (en la época de Léopold Senghor, Léon Damas, yo mismo más tarde, Alioune Diop y nuestros compañeros de Présence Africaine) contenía y contiene, también en opinión de los supervivientes del grupo, la palabra en otro tiempo tan criticada, tan desnotada, de todos modos una palabra de empleo y manejo difícil la palabra negritud.

La negritud, en mi opinión, no es una filosofía.

La negritud no es una metafísica.

La negritud no es un pretencioso concepto del universo.

Es una manera de vivir la historia dentro de la historia: la historia de una comunidad cuya experiencia se manifiesta, a decir verdad, singular con sus deportaciones, sus transferencias de hombres de un continente a otro, los recuerdos de creencias lejanas, sus restos de culturas asesinadas.

¿Como no creer que todo esto tiene su coherencia constituye un patrimonio?

¿Se necesita algo más para fundar una identidad?

Los cromosomas me importan poco. Pero sí creo en los arquetipos.

Creo en el valor de todo lo que está enterrado en la memoria colectiva de nuestros pueblos e incluso en el inconsciente colectivo. No creo que se llegue al mundo con el cerebro vacío, como se llega con las manos vacías.

Creo en la virtud plasmadora de las experiencias seculares acumuladas y en lo vivido transmitido por las culturas.

Singularmente, y dicho sea de paso, jamás he podido hacerme a la idea de que los millares de africanos que la trata negrera transportó en otro tiempo a las Américas no hayan podido tener más importancia que aquella que podía medir solo su fuerza animal - una fuerza animal análoga no forzosamente superior a la del caballo o la del buey - y que no hayan fecundado con un cierto número de valores esenciales las civilizaciones nacientes de las que estas nuevas sociedades eran en potencia las portadoras.

Es decir, que la negritud en primer grado puede definirse en primer lugar como toma de conciencia de la diferencia, como memoria, como fidelidad y como solidaridad

Pero la negritud no es únicamente pasiva. No pertenece al orden de padecer y sufrir.

No es ni un patetismo ni un dolorismo.

La negritud resulta de una actitud activa y ofensiva del espíritu.

*Es sobresalto, y sobresalto de dignidad.
Es rechazo, quiero decir rechazo de la opresión.
Es combate, es decir, combate contra la desigualdad.
Es también revuelta. Pero entonces me diréis, ¿revuelta contra
qué? (CESAIRE, 1987:pp.86-7)*

A revolta se direciona contra o reducionismo europeu que inferiorizou o “ser negro” e o estigmatizou. Perante essas “definições”, esses embates e contrassensos, avalliamos e assumimos que o *discurso da negritude* está na cisão entre o “ser” e o “mundo”, o “eu” e o “outro”, na resistência e nas relações de poder que se estabelecem para construir um lugar para “o dizer” no presente, no passado e no futuro.

As estratégias discursivas revelam as marcas e os movimentos dos sujeitos na história (“A história da história”) e geram incômodos intersubjetivos revelados no/pelo discurso. Nesse “lugar”, que Fanon (2008) chama de “entre-lugar” está o *discurso da negritude*.

É a essa fonte que a Crítica Literária voltada à Literatura Afro-brasileira recorre para, no final do século XX início do século XXI, investigar a presença negra no cenário artístico nacional. A *negritude literária* ganha corpo graças a aspectos sociais, históricos e políticos, que a motivam e revelam-na muito antes de a intelectualidade nacional valorizar a literatura afro-brasileira.

Os estudos de Literatura e afrodescendência da atualidade lutam para resgatar para a memória nacional vozes esquecidas no ensino dos cânones literários e também enfrentam a difícil tarefa de analisar a originalidade dos registros deixados pela presença negra no âmbito literário.

A Literatura afro-brasileira pode ser estudada por meio de alguns aspectos como: *temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público-leitor*. Todos esses elementos apresentarão um discurso voltado ao negro, expresso pelo/sobre o negro. (DUARTE, 2011). Assim, essa produção tem como característica apresentar um enunciador que se assume negro, “quer-se negro” inserido socialmente com direitos civis garantidos.

Embora historicamente os Movimentos Negros sejam responsáveis por “demarcar” o território da legitimação dos direitos dos afrodescendentes, julgamos que o *discurso da negritude* sempre existiu e se manifestou, mas sua presença social foi renegada e deixada no ostracismo pelo discurso dominante eurocentrista.

Sem dúvida alguma, os ativistas afrodescendentes e as políticas afirmativas atuais favorecem e abrem possibilidades de desmistificação do universo africano, mas para que possam ser resgatados elementos significativos, há uma luta e uma contestação do *status quo* constantes. São essas posturas que permitem a reação e o estabelecimento de direitos necessários para alcançarmos a igualdade social. Esse processo de reação diante da situação de dominação e aculturação é a manifestação do *discurso da negritude*.

São fortes os estudos históricos, sociológicos, literários e linguísticos que buscam analisar a relação entre o negro e sua realidade. Podemos citar nas primeiras fases: Gilberto Freyre (2004 e 2006), Florestan Fernandes (1978, 2005-6, 2006 e 2008), Antônio Cândido (1989) e Alfredo Bosi (1995 e 2010). E na contemporaneidade: Kabengele Munanga (2006 e 2012)¹, Margarida Petter e Luiz Fiorin (2009), Zilá Bernd (2009) e Eduardo Duarte (2011 e 2014), entre outros, que assumem perspectivas diferenciadas sob enfoque antropológico, sociológico, cultural, estilístico, lexicológico, historiográfico etc.

Esse caminho teórico pré-existente em diversas áreas, no entanto, consolida-se aos poucos sob a égide de, no mínimo, três perspectivas (e uma quarta que ainda desponta) que envolvem as temáticas do discurso do negro, pelo negro e para o negro.

A *primeira* perspectiva é ainda influenciada pelos aspectos coloniais, em que a presença de afrodescendentes na sociedade brasileira é analisada sob a base biológica, em que a questão da raça (termo utilizado inicialmente) se sobressai e o racismo ainda se impõe.

A *segunda* perspectiva reconhece a miscigenação e a presença de negros e índios na composição da sociedade e da cultura brasileira.

A *terceira* contesta essa última e desconstrói uma (im)possível “democracia racial”. Essas primeiras perspectivas foram construídas por intelectuais, em sua maioria, brancos que se respaldavam na questão da miscigenação, sempre com influências exteriores.

Já a *quarta*, mais atual, composta por intelectuais que se assumem como afrodescendentes em sua maioria e por sujeitos atuantes em diferentes áreas da sociedade brasileira, ambos ativistas sociais.

Devido a esse percurso investigativo pré-existente e por se tratar de uma pesquisa de doutorado, optamos por propor uma análise pautada, sobretudo, na Análise do Discurso (AD) de linha francesa, perspectiva que transforma este trabalho em interdisciplinar, pois os estudos de outras áreas de conhecimento são relevantes para a investigação das diferentes dimensões discursivas. Esse posicionamento teórico-metodológico norteará o propósito de analisar o discurso da negritude em “Vencidos e Degenerados” de José Nascimento de Moraes (escritor maranhense considerado de grande importância no resgate da memória da Literatura afro-brasileira) para comprovar que seu testemunho se transforma em registro documental no discurso e de forma paratópica.

Nossa descoberta recente do *corpus*, não só reforçou o interesse pelas questões que envolvem o negro no Brasil, mas também encaminhou a pesquisa para dois as-

¹ Em nossa opinião, Kabengele Munanga é dos estudiosos brasileiros o que apresenta estudos mais ricos relacionados à questão. Possui uma obra vasta, mas delimitamos somente àquela que utilizamos como referência principal.

pectos iniciais importantes: a descoberta de um discurso literário escrito por um negro intelectual, que presenciou o período escravocrata, jornalista e ativista social e, ao mesmo tempo, a revelação de *um discurso da negritude* que pontua a resistência social, cultural e política do negro de forma atemporal e se reifica como testemunho-documental de um dizer que luta por um lugar.

O discurso é o lugar do dizer, o *topos* em que as redes de construção de sentidos se constituem. O *discurso da negritude*, assim, fará parte da construção desse “lugar” ou desses “lugares” e, redundantemente, fará parte da busca por um lugar social que se consolida em discurso e simboliza a “voz” de uma coletividade. Os sujeitos constroem-se no processo de interação que instaura esse lugar.

Diante do exposto e pensando nesses aspectos a partir da AD, como base teórico-metodológica interdisciplinar, justifica-se esta pesquisa, pois é importante pensar a questão africana a partir de uma perspectiva discursiva. Daí, nossa delimitação a análise da *paratopia*, assunto ainda pouco explorado dentro da própria AD e que pode colaborar para a comprovação de nossa hipótese tanto para a análise do *discurso da negritude* quanto para a comprovação das características testemunhais.

Sob a perspectiva discursiva, essa multiplicidade de *topoi* se institui tanto pela *constituência*² discursiva quanto pela *primazia do interdiscurso* propostas por Maingueneau (2010). Pois, se considerarmos que todo discurso é primordialmente interdis-

2 O termo “constituência” está presente em muitos textos de Dominique Maingueneau relacionado aos discursos constituintes/fundadores, embora não seja um termo dicionarizado em português, é uma terminologia específica da AD. Em nosso entendimento, não se trata de um problema de tradução, pois difere de “constituente” por referir-se “à ação, ao processo, ao ato de ser constituinte”. Nos originais em francês encontramos o termo “constituance” para diferenciar de “constituant”. No Artigo “Quelques implications d’une démarche d’analyse du discours littéraire”, por exemplo, lê-se:

Si les discours constituants se définissent fondamentalement par la position qu’ils occupent dans l’interdiscours, par le fait que, n’ayant pas de discours au-delà d’eux-mêmes, ils ne peuvent s’autoriser que d’eux-mêmes, l’important n’est pas d’en dresser la liste, que de comprendre ce qui caractérise leur « **constituance** ». *On ne peut pas répondre par oui ou par non à la question de savoir si la psychanalyse, par exemple, est un discours constituant : dans sa version lacanienne, cela ne fait pas de doute, mais quand il s’agit d’une simple discipline psychothérapeutique, certainement pas. (...)*

L’idée que la littérature soit un discours constituant surprend certains. Sans doute parce que plus ou moins consciemment ils assimilent « constituant » et « fondateur » et qu’il leur semble qu’à la différence du discours philosophique ou du discours religieux, en particulier, la littérature n’est pas un discours fondateur. En réalité, le type de réflexivité fondamentale, selon laquelle un discours constituant ne peut s’autoriser que de lui-même, varie avec le discours concerné. **La constituance ne fonctionne pas sur un seul mode, elle adopte autant de régimes qu’il y a de discours constituants distincts. Ce n’est pas parce que le discours littéraire ne réfléchit pas son fondement sur le mode du concept ou de la transcendance divine qu’il ne participe pas de la constituance. (...)**

Disponível em: <https://contextes.revues.org/93>. Acesso em: 12 jun. 2015.

No Brasil, o termo aparece nas obras “Discurso Literário”, “Pragmática do discurso literário” e “Doze conceitos em Análise do Discurso”..

cursivo, tanto o tempo quanto o lugar do discurso podem ser ampliados, duplicados ou multiplicados.

Maingueneau (2010), afirma ainda que é possível analisar *o topos* discursivo e reputa a existência de *tropismos, atopia e paratopia*.

Os tropismos são discursos que guardam certas semelhanças com os discursos constituintes, seja por sua temática ou por seu alcance, mas não podem se autolegitimar como, por exemplo, os discursos políticos que atingem a coletividade.

A atopia concretiza um “*não-lugar*” próprio de discursos à margem da sociedade, como o discurso pornográfico.

Já a paratopia expressa o pertencimento e o não pertencimento, a impossível inclusão em uma “*topia*”. Pode assumir a forma de alguém que se encontra em um lugar que não é o seu, de alguém que se desloca de um lugar para outro sem se fixar, de alguém que não encontra um lugar; a paratopia afasta esse alguém de um grupo (*paratopia de identidade*), de um lugar (*paratopia espacial*) ou de um momento (*paratopia temporal*) e ainda há as *paratopias linguísticas*, cruciais para o discurso literário, que caracteriza aquele que enuncia em uma língua considerada como não sendo, de certo modo, sua língua. (MAINGUENEAU, 2008)³

Nosso trabalho surge para despertar ainda mais na PUC/SP o interesse por questões étnico-raciais no que concerne à Língua Portuguesa, ao Discurso

Literário Afro-brasileiro e à Análise do Discurso. Apresenta um *corpus* pouco conhecido pela comunidade, explora uma possibilidade de análise do discurso literário e contribui com a expansão dos conceitos de: *paratopia, proxêmica e discurso da negritude*.

Diante do exposto, o tema desta pesquisa é o estudo da *paratopia* como estratégia para a construção do testemunho-documental de *um discurso de negritude*⁴ presente em “Vencidos e Degenerados” de José do Nascimento Moraes.

Essa temática é responsável pelo questionamento que acompanha a investigação: como a *paratopia* colabora para a construção e para a legitimação de um *discurso da negritude* em “Vencidos e Degenerados” de Nascimento de Moraes e caracterizam a *proxêmica discursiva* literária como testemunho ou documento?

A partir desse problema, instituímos como *objetivo geral*: verificar as estratégias que revelam a *paratopia* e as condições sócio-históricas de produção presentes na *proxêmica* testemunho-documental em “Vencidos e Degenerados” para a análise do *discurso da negritude* da época. E *objetivos específicos*: relacionar discurso literário,

3 Maingueneau (2011), apresenta ainda o conceito de mimotopia. Esses conceitos serão retomados no Capítulo V.

4 Termo utilizado a partir da concepção de “Negritude” trazida na obra homônima de Kabengele Munanga.

testemunhal e documental e o papel da *paratopia* e da historicidade numa possível definição ou caracterização *proxêmica*; ampliar os conceitos de *paratopia* e *proxêmica* relacionados à AD para a análise da constituição do discurso testemunhal ou documental no discurso literário de Nascimento de Moraes.

Nossa hipótese é que o *discurso de negritude* que se apresenta no discurso literário de *Vencidos e Degenerados* de José do Nascimento Moraes consubstancia-se em testemunho-documental porque se constrói e é legitimado, a partir do deslocamento de *paratopias* entrelaçadas com a historicidade discursiva. Supomos que o discurso testemunho-documental se apresenta nesse movimento de deslocamento para legitimação de um discurso ou de um ideal para configurar uma espécie de “desenho estilístico ou semiótico” do discurso testemunhal, o qual chamamos de *proxêmica discursiva*.

Não somente a comprovamos como a ampliamos, pois consideramos que o *discurso da negritude* como atemporal por manifestar-se em reação ao discurso vigente e também ampliamos a noção de *proxêmica* e *paratopia* relacionadas ao testemunho e ao discurso literário.

Para isso, no *primeiro capítulo*, estudamos a questão do negro no Brasil para chegarmos à concepção do que consideramos ser *discurso da negritude*, perpassando a historicidade relacionada à *colônia, abolição e República; teorias racistas e racismo; identidade e conceituação de negritude*. Para isso, fizemos um percurso teórico passando por M´Bokolo (2011), Rodrigues (2010), Freyre (2004 e 2006), Prado Jr. (1981), Ribeiro (1995), Fernandes (1978, 2005-2006 e 2008) e, sobretudo, Munanga (2006 e 2012), Fanon (2008), Bhabha (1998) e Hall (2013).

No *segundo capítulo*, apresentamos o *corpus*, como parte importante para a análise das condições sócio-históricas de produção que farão parte da *paratopia*.

No *terceiro* apresentamos a Análise do Discurso de Linha Francesa situando-a como área de conhecimento interdisciplinar, partindo das práticas discursivas, passando por um percurso de estudo da Arte até chegarmos às categorias iniciais utilizadas nesta pesquisa. Delimitamos o conceito de *formação discursiva*, a partir de Foucault (2005a) para o estudo de *universo, campo e espaço discursivos* propostos por Maingueneau (2008). Dessa interrelação entre o processo histórico da AD, a formação discursiva e a tripartição proposta por Maingueneau (2008) para análise do discurso, apresentamos o conceito de enunciação e o papel dos interlocutores nos planos semânticos para a observação dos efeitos de sentido e dos conceitos de *cena genérica, cena englobante e cenografia*. Porque é a partir da composição da *cena de enunciação* que as relações entre os participantes do processo comunicativo se estabelecem, decorre desse movimento a primeira ilustração do que consideramos ser *discurso da negritude* e o papel da imagem do negro no processo de interlocução e na sociedade, por isso, finalizamos com a concepção de *ethos*.

No *quarto*, tratamos de *discurso literário*, como discurso constituinte, apresentando a complexidade que o envolve e seu poder mimético. Com Maingueneau (2006),

partimos do princípio de que o discurso literário é imanentemente constituinte e essa característica encontra-se não somente na maneira como se perpetua historicamente, mas também como interpola elementos sociais e psicológicos importantes para a Humanidade, os quais reiteram seu poder desestabilizador. Assumimos essa desestabilização e apresentamos algumas considerações sobre gêneros do discurso que se consubstancia por sua heterogeneidade. Para isso, utilizamos os conceitos de Lucács (2000), Bakhtin (2003), Benjamin (1985) e Maingueneau (2006). Por fim, exploramos os aspectos conceituais do romance testemunhal, sobretudo, a partir de De Marco (2004), Seligman-Silva (2006) e Bosi (1995) como elementos para o estudo e a análise do aspecto testemunhal discursivo.

No *quinto capítulo*, partimos do “lugar do dizer”, *topos* ou *topoi*, de onde um sujeito discursivo evoca um *dizer* carregado de representações sócio-histórico-culturais para chegarmos à paratopia, enquanto categoria principal de nosso trabalho. Para isso, utilizamos os estudos de Aristóteles (2000, 1987 e 1986) Curtius (1978), Cunha (1994) e Barthes (1987) até chegarmos a Maingueneau (2006) com a análise e classificação das paratopias literárias em *paratopia de identidade, espacial, temporal e linguística*. Ampliamos essas concepções em: *paratopia autoral, paratopia constituinte, paratopia afásica, paratopia investigativa, paratopia documental, paratopia testemunhal e paratopia testemunho-documental*.

No *sexto capítulo*, empreendemos a análise de *Vencidos e Degenerados*, no qual buscamos delinear como as categorias de análise corroboram para uma paratopia testemunho-documental.

Concluimos com nosso parecer sobre a paratopia testemunho-documental em *Vencidos e Degenerados*, em que ressaltamos a possibilidade de ampliação do conceito de paratopia discursiva. Analisamos que *o discurso da negritude* evocado nos enunciados analisados legitimam-se paratopicamente e ressaltamos a importância da análise de um romance sob a perspectiva discursiva.

CAPÍTULO I - NA CALADA DA HISTORICIDADE

A identidade negra no Brasil de hoje se tornou essa realidade da qual se fala tanto, mas sem definir no fundo o que ela é ou em que ela consiste.

Kabengele Munanga⁵

1.1 História e historicidade discursiva

Falar de *discurso da negritude*, a partir da Análise do Discurso (AD) de linha francesa e da análise da obra de José do Nascimento Moraes, pressupõe ir além para alcançar, dentro dos limites da linguagem, os meandros do(s) discurso(s) que compõe(m) a “identidade negra” naquelas condições sócio-históricas de produção, dentro de determinada formação discursiva e de sua correlação com a atualidade maranhense.

Para a apreensão desses meandros, retomamos a citação de M´Bokolo (2011), em sua obra *África Negra*, ao dizer que o conhecimento da História de uma África desmistificada ajudará, na África, nas diásporas e no mundo, a “evitar e combater as mitologias destruidoras inventadas pelos nacionalistas e racistas” (M´BOKOLO, 2011:18, grifo nosso).

Invenção nacionalista e racista tão arraigada no Brasil que nem nos damos conta de quantas estruturas sintáticas, morfológicas e semânticas são herança desse discurso controlador, que perpetua domínio, submissão e controle na/pela linguagem. Por isso, para analisar esses aspectos e suas contribuições para a língua portuguesa no Brasil, faz-se necessário também perscrutar o passado colonial e a maneira como tais questões são tratadas na atualidade.

As reflexões iniciais com temas que envolvem “o negro” surgem orientadas por rígidos valores pautados pela égide positivista e abolicionista, bastante arraigadas pela visão biológica de concepção de raça e de posicionamentos eurocentristas que, ainda, permanecem. A princípio, o aspecto biológico deturpado a favor do domínio europeu serve de muleta para que brancos analisem negros e, também, afrodescendentes neguem, consciente ou inconscientemente, sua origem para falar do negro.

Euclides da Cunha, por exemplo, em suas reflexões sociológicas sobre a constituição da sociedade brasileira no sertão, já discute, direta ou indiretamente, a concepção de “raça” e do papel do “negro” na sociedade. Postura evidenciada em sua conferência Castro Alves e seu Tempo, proferida em São Paulo, no *Centro Onze de Agosto*, em que, com o pretexto de analisar a genialidade literária de Alves, acaba por avaliar o papel do negro na sociedade e as atitudes sociais de preconceito. Ainda que de forma implícita, tais atitudes preconceituosas caracterizam aquilo que chamará de “restrição à sua figura literária”, em que faz um exame dos conflitos abolicionistas e das questões políticas que compõem a República e a sociedade, como neste recorte:

Com efeito, não sei de nenhuma raça que, como a nossa, despertasse nestes tempos, depois de um mais profundo sono, aparelhando-se, à carreira, para alcançar a marcha progressista de outros povos.

*Baste considerar-se que **somos o único fato de uma nacionalidade feita por uma teoria política.***

*Fora longo desviar-me patenteando os elementos originários da afirmativa. **Não há prodígios de síntese que nos digam, em poucas palavras, o contraposto da nossa formação étnica, ainda incompleta e em pleno caldeamento de três fatores diversos, e a unidade política estendida em vastíssimas terras, numa inversão flagrante da ordem lógica dos fatos, fazendo que a evolução social passasse adiante da evolução biológica***⁶

Do mesmo modo que Euclides da Cunha, também Silvio Romero (1943)⁷ e Oliveira Vianna (1932)⁸ fazem um estudo “crítico”, ainda que racista, pautado nos moldes dos estudos científicos estrangeiros (como os de Gobineau⁹), cuja crítica é também

6 Disponível em: <http://www.euclidesdacunha.org.br/abl_minisites/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=247&sid=86>. Acesso em: 25 jul. 2013. [Grifo nosso]. Consideramos Euclides da Cunha não somente um literato, mas também um estudioso da realidade social e geográfica do País. Essa digressão foi feita para explicar a seleção teórica efetuada no âmbito histórico, para o estudo daquilo que chamamos discurso negritude. A nosso ver, para traçar esse percurso associado à AD e entender como esse(s) discurso(s) se reconstrói(em), é importante compreender a História dos historiadores e sociólogos brasileiros, mesmo que superficialmente, pois, em grande parte, essas questões atravessarão nossa metodologia para a comprovação da tese.

7 A obra de Silvio Romero vai de ensaios filosóficos a estudos literários e políticos, e seus estudos étnicos são de extrema relevância para época, assim como seu método de crítica literária exposto em História da Literatura Brasileira.

8 Referimo-nos especificamente à obra Raça e Assimilação.

9 Joseph Arthur Gobineau foi um dos mais importantes estudiosos do racismo no século XIX. Diplomata, filósofo e escritor, em suas incursões, estiveram no Brasil e seus estudos apresentavam a nação de forma preconceituosa e restrita. Sobre sua postura rígida em relação à nação, o escritor [Georges Raeders](#), escreveu o livro O Inimigo Cordial do Brasil, publicado no Rio de Janeiro em 1988 pela editora [Paz e Terra](#). É possível conhecer um pouco de sua obra sobre a desigualdade racial in: GOBINEAU, Arthur de. The inequality of human races. Disponível em: <<https://archive.org/details/inequalityofhuma00gobi>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

delimitada pelos valores políticos nacionais e, ainda, pela relação de poder instaurada pelo branco, em que a tese do “branqueamento” da raça está tão intensivamente marcada, quanto a inferioridade biológica de negros e indígenas, razão pela qual Romero e Vianna também podem ser considerados preconceituosos, mas são ousados para a época, embora seus estudos sejam contestados na contemporaneidade. Nesse período, observamos *um discurso sobre o negro*, no qual o ser social se reflete nos estudos científicos, ou seja, há uma ruptura entre o ser humano e o ser social, ainda visto como objeto. O tópico desse “dizer” é racista, porque racistas são as relações que regem a sociedade em questão.

Em seguida, Nina Rodrigues (2010) e Gilberto Freyre (2004 e 2006) avançam a pesquisa em relação à população negra no país, de sorte a valorizar a miscigenação e os benefícios dessa interação para a constituição da sociedade e da cultura brasileiras. Ainda que haja críticas a seus trabalhos, sobretudo ao primeiro, por sua postura ainda “racista”¹⁰, pautada na inferioridade do negro em relação ao branco, é relevante destacar, em primeiro lugar, o interesse histórico pela problemática do povo africano e, em segundo, a necessidade de investigar a interação social.

A crítica de alguns historiadores e sociólogos, para Nina Rodrigues (2010), repousa no fato de fazer, de certo modo, uma apologia ao branco e à “raça” branca, porque analisa as etnias de forma comparativa. Ainda que admita a “maneira inadequada” de exploração da raça negra, assume:

O critério científico da inferioridade da Raça Negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravistas dos Norte-americanos. Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções. [...] Na trilogia do clima intertropical inóspito aos Brancos, que flagela grande extensão do país; do Negro que quase não se civiliza: do Português rotineiro e imprograssista, duas circunstâncias conferem ao segundo saliente preeminência: a mão forte contra o Branco, que lhe empresta o clima tropical, as vastas proporções do mestiçamento que, entregando o país aos Mestiços, acabará privando-o, por largo prazo pelo menos, da direção suprema da Raça Branca. E esta foi a garantia da civilização nos Estados-Unidos. (RODRIGUES, 2010: 13-15, grifos nossos)

De Euclides da Cunha a Nina Rodrigues (2010), delineamos percurso superficial dos estudos feitos até o momento para o referencial teórico histórico dentro das delimitações necessárias para o estudo do discurso, pois a visão histórico-sociológica

¹⁰ Ainda que não seja o melhor termo, uma vez que a modalidade raça impera nesse período.

será imprescindível para a análise do que optamos por chamar de *discurso da negritude*. Fica evidente que ainda permanece, nessa etapa, o discurso do dominador sobre o negro; a superioridade sobre a inferioridade, para subjugar ainda mais a sociedade negra.

Se os estudos anteriores constituem cenas discursivas, que reconstroem uma realidade social, que reforça o “branqueamento”, Gilberto Freyre (2006), todavia, diferencia-se de todos os demais por criar uma metodologia própria de análise da realidade, na qual o foco é a miscigenação sob outra ótica. Talvez tenha sido o cientista que fortemente rompeu com a metodologia e o olhar estrangeiro para a temática, por analisar a formação da sociedade brasileira patriarcal, rural e multirracial, exaltado por intelectuais como Antônio Cândido:

eu diria que talvez as nossas primeiras impressões depois da leitura de Casa-grande & senzala foram que o negro teve importância fundamental não apenas na economia, mas na formação familiar e afetiva do brasileiro; e que a mestiçagem não era um fato relativo aos outros, mas a cada um de nós, eventualmente. Mais tarde viemos a saber que muitas dessas coisas já tinham sido ditas, inclusive por Sílvio Romero. Mas no tempo de Sílvio os tempos não estavam maduros, de modo que a bomba foi lançada por Gilberto Freyre, a quem ficamos devendo a noção exata da presença e da dignidade do negro¹¹ (grifos nossos).

Freyre (2006) assume aspectos polêmicos da constituição da família e desperta um novo olhar para a miscigenação: será o cânone de uma geração que interpretará essa situação por meio de um espaço de discussão necessário à sociedade. *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (2006), conjugada com as obras *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr (1981), e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1995), sem deixar de lado os estudos da crítica literária, como os de Antônio Cândido (1989) e Alfredo Bosi (2010), compõem subsídios para que a representação do negro na sociedade e na literatura seja vista de a forma contundente.

Se, por um lado, esses estudos deslocam a temática e aproximam o ser e a sociedade, por outro, os estudos atuais consideram que exaltar a miscigenação é também uma forma de negar a existência do “negro” e reforçar o branqueamento social como possibilidade idílica de democracia. Se, antes, a relação hierárquica do “dizer” impunha ao negro o discurso do dominador, nessa fase, ao assumir a postura de exaltar a miscigenação, o tópico “negro” torna-se tangencial/marginal. A *utopia* da democracia racial gera *atopias* sociais e discursivas e reitera as relações de poder.

Em vista disso, definida vertente de sociólogos e antropólogos critica essas pos-

11 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092001000300001&script=sci_arttext> Acesso em: 15 ago. 2012. Entrevista concedida a Heloisa Pontes e publicada na Revista Brasileira de Ciências Sociais em outubro de 2001.

turas e assume outra em relação ao tema, em que conjuga a perspectiva sincrônica à diacrônica e analisa a realidade da população negra em São Paulo. Fernandes (2006:28) observa que “temos de admitir que o mito da democracia racial fomenta outros mitos paralelos, que concorrem para esconder ou para ‘enfeitar a realidade’ e são perfilados sem base objetiva, até mesmo por negros e mulatos”.

Além desses trabalhos, há que se considerar ainda as observações de Câmara Cascudo, em suas investigações folclóricas, bem como as de Darcy Ribeiro (1995) e outros. Efetivamente, nessa “cronologia”, didaticamente organizada, há uma lógica que apresenta a questão do negro na sociedade brasileira de diferentes maneiras, estudando aspectos comportamentais e culturais do Brasil Colonial, que levarão à concomitância de defesa de direitos necessários e a questionamentos que despertarão o interesse gritante tanto para as comunidades indígenas quanto para as comunidades africanas trazidas ao Brasil.

No final do século XX, portanto, começa um movimento de reação racional à temática “negro”, na sociedade, contudo, é ainda a voz do outro, da elite branca sobre o negro. Mas surgem também os movimentos políticos reacionários formados por intelectuais negros, cuja temática aproxima o ser e sua identidade social para lutar por direitos e políticas afirmativas, entre eles, Abdías Nascimento, Ney Lopes, Kabengelê Munanga, e outros.

Obviamente, este trabalho não se pretende histórico ou sociológico, mas não é possível analisar um discurso isolado das condições sócio-históricas de produção; assim, essa base teórica será utilizada neste capítulo e na análise final, quando necessário, para a análise da rede semântica global.

Para finalizar e compor a segunda parte de nosso diálogo histórico-discursivo para a comprovação da hipótese, Fanon (2008), de certo modo, alinhava essa rede discursiva de historiadores, porque apresenta reflexões muito particulares sobre a negritude como movimento político e artístico, aqui considerado *discurso da negritude*.

Se pensarmos que até bem pouco tempo, no Brasil (e arriscamos dizer que até a atualidade), os livros de História dedicavam algumas poucas páginas para tratar da questão do negro no Brasil e que o assunto ainda é abordado sob ótica europeia, perceberemos que analisar a formação discursiva que compõe esse discurso é atitude de-veras complexa.

Se, por um lado, as políticas afirmativas incluíram a temática da afrodescendência no ensino e o Movimento Negro intervém cada vez mais para que os materiais sejam feitos com propriedade e a partir de vozes acadêmicas relevantes, por outro, a História do Negro ainda está longe de ser incorporada de forma natural no cotidiano escolar, pois os materiais ainda passam pelo crivo de múltiplos olhares, inclusive, por olhares preconceituosos, assim como ainda há materiais avulsos que poderão, ou não, ser usados.

Assim, para a análise da *proxêmica discursiva* que compõe o *discurso da negritude*, e também para a comprovação de nossa tese relacionada ao *testemunho paratópico* que ocorre no quadro cênico de *Vencidos e Degenerados*, cumpre delimitarmos alguns pontos relevantes no universo Histórico afro-brasileiro, passando pelo tráfico negreiro até chegarmos à Abolição e à República, que compõem a encenação.

1.2 Historicidade: colônia, abolição e república

As sociedades africanas ou sociedades negras não se desenvolvem no Brasil, nas nações escravocratas ou nas Américas. A organização social africana pré-existe, com sua cultura, seus direitos, deveres e credos, no continente africano, e essa organização é que foi, e ainda é, sufocada e esquecida pelo mundo de forma brutal. M' Bokolo (2011), ao tratar da *História da África Negra*, no que concerne à sua constituição política, lembra:

*O século XIX foi, na maior parte da África, a “era das revoluções”, tanto no plano político como nos planos econômico e social. Se, no domínio econômico, as mutações foram em parte geradas por impulsos externos, as alterações políticas tiveram as suas forças motrizes essenciais na própria África. Basta comparar dois mapas políticos da África, um de cerca de 1800 e outro de cerca de 1880, para avaliarmos a extensão dessas transformações. Por volta de 1800 (documento I), o Estado não representa a forma de organização política mais difundida no continente africano: lado a lado reinos, impérios, cidades-Estado, existem numerosas outras formações políticas, baseadas nas linhagens, nas aldeias, nos clãs etc.– sendo que a natureza desses sistemas políticos, a sua dinâmica interna, a passagem de uns aos outros e, em especial, a origem do Estado e as suas relações no terreno têm sido objeto de debates apaixonados entre antropólogos e historiadores desde o clássico *African Political Systems* de E.E. Evans-Pritchard e M. Fortes (1940). Pelo contrário, por volta de 1880, as formações políticas estatais ocupam extensões territoriais muito mais consideráveis e impressionam tanto por sua diversidade como pelo caráter irresistível de sua progressão.*
(M' BOKOLO, 2011:23)

Assim, essa configuração social repleta de embates, guerras civis, guerras santas e colonizações se reconfigurava, no Brasil, e reforçava, como elemento econômico, a mão de obra escrava. Embora não seja somente esse o elemento necessário para a análise dos discursos constituintes que atravessam o *discurso da negritude*, por não termos um foco antropológico, ou sociológico, é interessante observar que esses elementos

sociais fazem parte da Formação Discursiva (FD) constituída até a escrita do romance *Vencidos e Degenerados* e corroboram a constituição do *testemunho-documental paratópico* do enunciador.

M´Bokolo (2011) pontua que as mutações e expansões que geraram as economias e sociedades no século XIX, na África, ainda tropeçam nos debates constantes relacionados ao tráfico negreiro pré e pós-colonial, bem como seus impactos nas economias, nas relações sociais e nas formações políticas africanas.

De fato, o “comércio legítimo” ou “lícito”, que dominou todo o século XIX pré-colonial, foi simultaneamente antítese absoluta, o sucessor imediato e o prolongamento direto do comércio negreiro que passara a ser objeto de opróbrio dos Estados industrializados. (M´BOKOLO, 2011:125)

Esse processo dividiu estudiosos do desenvolvimento econômico africano. Segundo M´Bokolo (2011), para alguns, como John E. Flint, o período foi regido pelo desenvolvimento periférico, no qual a economia local mantinha a organização social, cujas funções estavam centradas em mercadores e artesãos, que mantinham a realeza, as oligarquias e o clero; para outros, esse período foi responsável pela criação da dependência da África, em razão do desequilíbrio das funções econômico-sociais, numa economia pautada em “trocas desiguais”. A África Atlântica foi a que mais se associou ao comércio de escravos e a que mais sofreu com seus efeitos.

Da Senegâmbia às fronteiras meridionais de Angola, todos esses países tinham, pouco ou muito, de boa ou má vontade, fornecido escravos ao Novo Mundo, tendo-se organizado em função do tráfico negreiro e das relações de força que lhe subjazem. Ora, sabe-se, principalmente graças a um melhor conhecimento das origens desses escravos exportados, que esse comércio gerou uma geografia das trocas comerciais, quer dizer, das relações de complementaridade e de desequilíbrio, e fenômenos de integração regional que, longe de se limitarem às franjas costeiras, se aplicavam também às zonas interiores, penetrando muitas vezes profundamente no continente. A abolição do comércio negreiro e a instauração do “comércio lícito” representaram, pois um desafio para uma grande parte do continente. (M´BOKOLO, 2011:127)

A abolição do comércio, todavia, não exterminou a escravatura, ou as relações de poder, no continente e nas colônias, dando origem ao tráfico ilegal, que perdurou durante muitos anos, pois se registra uma discrepância de aproximadamente 80 anos entre a abolição da escravatura no Brasil e nos demais países que tiveram suas economias pautadas nessa modalidade de regime.

No Brasil, em quase todos os documentos legais encontrados nas bibliotecas do governo, assinados por Rui Barbosa, os negros escravizados teriam vindo de Angola e Moçambique, principalmente das castas de origem Banto. Entretanto, estudiosos da Antropologia e da Sociologia nacionais já analisaram em profundidade a rota do tráfico e comprovaram que atingia também outras localidades. Munanga (2006:20), de forma didática, reafirma a rota transatlântica:

1. *África Ocidental, de onde foram trazidos homens e mulheres dos atuais Senegal, Mali, Níger, Nigéria, Gana, Togo, Benin, Costa do Marfim, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné e Camarões;*
2. *África Centro-Ocidental, envolvendo povos do Gabão, Angola, República do Congo, República Democrática do Congo (antigo Zaire), República Centro-Africana;*
3. *África Austral, envolvendo povos de Moçambique, da África do Sul e da Namíbia.*

Nina Rodrigues (2010), em seus estudos principiados no início do século XIX, apresenta o “negro” no Brasil como um “problema” a ser estudado em minúcia. Embora siga pautada por aspectos racistas, que se apoiavam em teorias antropológicas e biológicas, que propagavam a inferioridade do negro, seus estudos denotam que nada houve de pacífico no período escravocrata, e que há muito a ser pesquisado nos grupos sociais trazidos ao Brasil:

A extinção da escravidão no Brasil não foi a solução, pacífica ou violenta, de um simples problema econômico. Como a extinção do tráfico, a da escravidão precisou revestir a forma toda sentimental de uma questão de honra e pundonor nacionais, afinada aos reclamos dos mais nobres sentimentos humanitários. Para dar-lhe esta feição impressionante foi necessário ou conveniente emprestar ao Negro a organização psíquica dos povos brancos mais cultos. Deu-se-lhe a supremacia no estoicismo do sofrimento, fez-se dele a vítima consciente da mais clamorosa injustiça social. Em tal emergência podia protestar, de balde, contra estes exageros a História toda, que nos mostra a escravidão como um estágio fatal da civilização dos povos; em vão continuaria a oferecer-lhe tácito desmentido a África inteira, onde a intervenção dos Europeus não conseguiu sequer a escravidão; sem fruto podia clamar o exemplo dos nossos Negros e Mestiços, livres ou escravizados, que continuavam a adquirir e a possuir escravos. O sentimento nobilíssimo da simpatia e piedade, ampliado nas proporções de uma avalanche enorme na sugestão coletiva de todo um povo, ao Negro havia conferido, exautoridade

própria, qualidades, sentimentos, dotes morais ou ideias que ele não tinha, que ele não podia ter; e naquela emergência não havia que apelar de tal sentença, pois a exaltação sentimental não dava tempo nem calma para reflexões e raciocínios. Em compensação, inconscientemente, nesta ilusão benéfica e progressista, operava-se para o Brasil a maior e a mais útil das reformas, – a extinção da escravidão. (RODRIGUES, 2010: 10-1)

O Brasil que surge dessa conjuntura é uma nação cheia de hiatos, preconceitos e problemas sociais entre as regiões. “Das três raças que entraram na constituição do Brasil, duas pelo menos, os indígenas e africanos, trazem à baila problemas étnicos muito complexos.” (PRADO JÚNIOR, 1981:79)

No Brasil, os grupos étnicos dividiam-se e integravam-se, gerando, inclusive, sublevações não somente políticas, mas também religiosas. Fato que Munanga (2006) confirma com propriedade (sem o ranço das teorias racistas que reinavam na época de Nina Rodrigues): o negro não conviveu pacificamente com o branco nem, muito menos, aceitou a escravidão como algo natural, assimilando-a, como apregoam alguns estudiosos mais atuais que analisam a constituição da nação sob uma perspectiva eurocentrista.

A diversidade étnica foi tão ampla que, no Brasil, não havia somente escravos originariamente trabalhadores braçais, escolhidos por sua força, mas também grupos étnicos trazidos para outras finalidades:

Escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora. Foram a mão direita da formação agrária brasileira, os índios, e sob certo ponto de vista, os portugueses, a mão esquerda. (FREYRE, 2006:390)

Ao avaliar a extensão das transformações que ocorriam no continente, enquanto no Brasil os movimentos abolicionistas começavam a surgir, percebemos que aqui tínhamos grupos sociais africanos advindos de reinos, impérios, cidades-estados diversos, com dialetos, religiões e culturas diversificadas:

Os navios negreiros transportavam a bordo não somente homens, mulheres e crianças, mas ainda seus deuses, suas crenças e seu folclore. Contra a opressão dos brancos que queriam arrancá-los a suas culturas nativas para impor-lhes sua própria cultura, eles resistiram. Principalmente nas cidades, mais do que nos campos,

*onde podiam, durante a noite, encontrar-se e reconstruir suas sociedades primitivas; suas revoltas são o **testemunho indubitável** de uma vontade de escapar primeiramente à exploração econômica de que eram objeto e a um regime de trabalho odioso; mas nem sempre forçosa e completamente; elas são também o **testemunho**¹² de suas lutas contra o domínio de uma cultura que lhes era estranha. Não é surpreendente, pois, que encontremos na América civilizações africanas, ou pelo menos porções inteiras dessas civilizações. (BASTIDE, 1974:26, grifos nossos)*

Manter vivos os legados e a cultura original é *per se* um processo inerente à História do povo negro no Brasil e no mundo, testemunho que se consolida como forma de discurso proeminente e reacionário. As civilizações africanas trazem para o continente uma maneira particular de compreender o mundo, obviamente, espelhada em suas origens natais.

Às colônias e às civilizações que compuseram esse testemunho compete a herança da Nação brasileira, que se organiza sem romper com determinados vícios e aniquilamentos identitários. Essa herança fez com que nossas relações familiares e trabalhistas fossem afetadas pela constituição das regiões.

O português ocupou-as de forma caótica e, após a independência, ao contrário das demais nações escravocratas, não organizou indústrias ou comércios, ao contrário, manteve a relação de dominação em todas as fontes de renda, seja nas plantações de cana, café ou algodão, seja na criação bovina ou equina, seja na mineração; impôs sua religião, ignorou as heranças africana e indígena, e foi responsável pela miscigenação geral, ampliando as desigualdades entre brancos, negros, indígenas e mulatos. Holanda (1995:78) já preconizava que

enquanto perdurarem intactos e, apesar de tudo, poderosos os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas.

Essas características afetavam a sociedade monárquica escravocrata e também a constituição social republicana, abolicionista e democrática, criando uma ilusão de liberdade e igualdade que não existe: de fato e de direito, os regimes políticos e econômicos, nacionais e internacionais, transformaram-se.

Tudo, nos séculos, transformou-se incessantemente. Só ela, a classe dirigente, permaneceu igual a si mesma, exercendo sua

12 Partilhamos dessa ideia de que o testemunho se dá de diferentes formas, mas o consideramos sempre, nesse caso específico, elemento discursivo de contestação contra o domínio e controle social exercido pela cultura europeia imposta.

interminável hegemonia. Senhorios velhos se sucedem em senhorios novos, super-homogêneos e solidários entre si, numa férrea união superarmada e a tudo predisposta para manter o povo gemendo e produzindo. Não o que querem e precisam, mas o que lhes mandam produzir, na forma que impõem indiferentes a seu destino. (RIBEIRO, 1995: 69)

Essa situação de dominação e hegemonia do senhorio cria arquétipos e crenças que se consolidam no imaginário brasileiro, como a ideia de que o negro aceitou passivamente sua situação. Muitos fatores foram responsáveis por isso, alguns, destacados por Munanga (2006:67-8), são:

1. *a existência do racismo em nossa sociedade, produzindo e disseminando uma visão negativa sobre o negro. Expressões marcantes do racismo podem ser percebidas nas piadas racistas formuladas no dia-a-dia e na associação que muitas pessoas fazem entre negro e criminalidade; negro e pobreza; negro e sujeira, dentre outras;*
2. *o desconhecimento de uma grande parte da sociedade brasileira, inclusive intelectuais, sobre os processos de luta e organização dos africanos escravizados e dos seus descendentes durante o regime escravista. É muito comum ouvirmos as pessoas atribuírem, de maneira equivocada, a longa duração da escravidão a um comportamento passivo e resignado dos negros ou demonstrarem total ignorância sobre as revoltas escravas e movimentos de luta após a escravidão. Há também uma falta de conhecimento sobre as ações do movimento negro na atualidade;*
3. *a falta de divulgação de pesquisas e livros que recontam a história do negro brasileiro, destacando-o como sujeito ativo e não como vítima da escravidão e do passado escravista. Basta pensar quantas vezes ouvimos ou lemos sobre líderes negros que atuaram nos movimentos de luta durante e após a escravidão; quantas vezes participamos de debates com pesquisadores negros e brancos sobre a participação dos negros no Brasil, ou, ainda, quantos documentários e programas informativos sobre esta temática são veiculados em outros meios de comunicação;*
4. *a crença de que no Brasil não há racismo e de que os diferentes grupos étnico-raciais aqui existentes, nos quais está incluído o segmento negro, viveram uma situação mais branda de exploração e escravidão quando comparados com a realidade de outros países. Ao fazer essa afirmação equivocada muitas pessoas costumam comparar a situação racial no Brasil com a de outros países, em diferentes épocas, nas quais as pessoas negras viviam em regime de segregação, separadas dos brancos em territórios, bairros*

ou guetos, sem usufruir dos mesmos direitos e sem poder conviver nos mesmos espaços que os brancos para superar essa visão de racismo perversa. Sendo assim, qualquer conjunto de ideias e práticas que considere um grupo racial como superior e outro como inferior deve ser combatido.

É fato que o racismo sempre existiu, no Brasil, inclusive com respaldo científico de uma época em que se buscavam respostas que justificassem a superioridade da raça branca sobre as demais. Em nome da raça, o europeu promoveu casamentos consanguíneos; em nome da suposta superioridade da raça, violentava ou seduzia negras e negros, em ambientes domésticos ou em senzalas, sem assumir relacionamentos, ou os filhos gerados dessas relações, vendendo os bebês mulatos recém-nascidos.

O racismo fez com que, durante muitos anos, pairassem, inclusive, mitos com relação ao desempenho sexual do negro, ao tamanho de sua genitália e ao seu papel nas alcovas dos senhores e senhoras. Dessa forma, havia a dupla imagem arraigada que reforçava o poderio dos donos de escravos: ou o negro era visto como um preguiçoso, intelectualmente incapaz de tomar suas próprias decisões sem um domínio superior, ou apresentava um defeito, o “defeito da raça africana, comunicado ao brasileiro, o erotismo, a luxúria, a depravação sexual” (FREYRE, 2006:398).

A visão deturpada tanto do negro quanto do índio já fazia parte do processo de comercialização de escravos. Freyre (2006), em seu célebre estudo sobre a formação da sociedade brasileira e suas relações familiares, salienta que, diferentemente do inglês, que observava com prioridade a força e a agilidade física do negro, ao português também interessavam o porte e os dotes sexuais e sensuais, sobretudo, das negras, e, para isso, dá o exemplo das negras enviadas para as Minas, onde não havia mulheres, as quais, por sua beleza e por uniões, foram chamadas Negras-Minas, cujo título já identificava seu diferencial: viviam em concubinato; os homens das Minas Gerais recusavam-se a casar-se oficialmente com brancas ou com negras, e firmavam, muitas vezes, diferentes relacionamentos durante a vida.¹³

Toda essa maneira de pensar e agir manteve-se mesmo após a abolição e a instauração da República.

13 Abrimos essa digressão antes de tratarmos da questão do racismo porque, no romance *Vencidos e Degenerados*, Andreza, mãe de Cláudio, personagem principal, é citada como uma negra-minas. E as negras-minas são citadas, fato interessante, levando em consideração que essa expressão surge nas Minas Gerais.

1.3 Historicidade: teorias racistas e racismo

O problema da “raça”, mesmo durante o processo abolicionista, não se configurava exatamente dessa forma, para a elite brasileira, nem estava em destaque:

Até o fim da escravatura, em 1888, a maior parte da elite brasileira dava pouca atenção ao problema da raça em si ou à relação entre as características reais do Brasil e seu desenvolvimento futuro. Embora preocupações sobre a questão racial estivessem sob a superfície do intenso debate a respeito da abolição e de outras reformas depois de 1850¹⁴, de modo geral os brasileiros não aludiam ao problema como um fenômeno social, preferindo falar em reformas das instituições e da legislação. É claro que essas mesmas inquietações aumentaram progressivamente o afã reformador, e a lentidão com que ocorriam essas reformas – por exemplo, a extinção total da escravidão, como vimos, só se deu em 1888, enquanto a monarquia foi derrubada no ano seguinte – reforçava a disposição da elite de presumir que bastariam reformas institucionais para pôr o Brasil no caminho do rápido progresso histórico. (SKIDMORE, 2012: 30)

Grande parte da elite via o escravo como passivo e necessário, e considerava a condição africana algo natural, traços esses assimilados pela sociedade a permanecerem no imaginário, como se a escravidão fosse inerente ao negro. Arriscamos dizer que somente houve real preocupação ao perceberem claramente as alterações de mercado, que requereriam nova modalidade de mão de obra.

Enquanto no Brasil oitocentista a visão da sociedade relacionada à condição do negro ainda era altamente idealizada e simbólica, o mundo, por sua vez, pautava seu olhar para a questão da “raça”, a partir de concepções científicas que pudessem justificar o racismo ou a superioridade de uma raça sobre a outra. No século XIX, três escolas teóricas racistas dominaram o cenário:

14 O autor considera que, mesmo após a Lei 150 – Eusébio de Queirós (disponível em: <http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/fontes%20historicas/lei_euzebio.pdf> Acesso em: 15 fev. 2104), que impedia o tráfico negreiro, ainda assim, a elite e a sociedade em geral não se preocupavam com a questão racial, mas com o aspecto econômico.

Quadro I - Escolas teóricas racistas do século XIX

Escola	Características
Etnológica-biológica	Evolução sistemática feita nos EUA entre 1840 e 1850. Conhecida como poligenia, as raças humanas teriam sido criadas na forma de diferentes espécies. Por exemplo, os estudos dos etnógrafos Samuel Morton, Josiah Nott e George Glidden, que mediram os crânios de múmias egípcias.
Histórica	Representada por Gobineau. Essa vertente tem o mesmo pressuposto da anterior para definir raças humanas diferenciadas, em que a raça branca seria superior em razão das evidências históricas, aceitando como pacíficas as diferenças físicas demonstradas por etnógrafos e anatomistas. Thomas Arnold, Robert Knox e Thomas Carlyle viam essa superioridade a partir dos triunfos criativos históricos da raça branca.
Darwinismo social	Alterando os princípios essenciais do darwinismo, os poligênicos transferiram para o meio social a análise da “seleção natural” em que os mais aptos sobreviveriam numa competição entre as espécies. Descreviam os negros como uma espécie incipiente. Essa hipótese foi aceita rapidamente por adeptos da Etnológica-biológica.

Adaptado de Skidmore (2012)

O mundo, então, passava a se preocupar com essa reconfiguração social, que imprimia novas relações sociais, culturais e mercadológicas. Entretanto, enquanto, no mundo, o homem negro buscava imprimir ou (re)construir sua identidade, no Brasil, aparentemente a perdia: pouquíssimos negros eram alfabetizados, embora a maioria tivesse passado pelo crivo jesuítico da catequese. Com a abolição, intensifica-se a concentração racial de renda e as crises econômicas locais pululam.

O abolicionismo faz parte de uma revolução social tipicamente do branco para o branco. Em consequência, a ordem social competitiva não concretizou, de imediato, nenhuma das esperanças de correção das iniquidades do antigo regime. Agrava-se, inicialmente, de forma extrema e por vezes chocante. Ao contrário do “negro”, o imigrante estava inserido no seio desse processo, pelo qual se deu a revolução burguesa em São Paulo. Por isso, ele adquiriu, rapidamente, uma situação de classe e conseguiu usá-la como meio adaptativo de competição e mobilidade social. O “negro” viu-se comprimido entre essas duas pressões contraditórias. Uma eliminava-o pelo menos do núcleo do sistema de trabalho e da classificação no seio da ordem social competitiva;

outra marcava nitidamente esse efeito, tornando-o ostensivo e fragoso pelo aparente êxito fulgurante de um “igual”. (FERNANDES, 2006:140)¹⁵

A estrutura social foi alterada, a “igualdade” não chegara, o negro era julgado por sua inadequação ao mercado emergente, por “meter o nariz onde não era chamado”, e a raça passa a ser um “problema”. Nas regiões de imigração, novas tensões surgem: o imigrante, ora companheiro, ora concorrente. E, nas demais regiões, a desestrutura era gritante: fazendeiros despreparados para a nova configuração apostam em novos negócios, mas eram tão dependentes de seus feitores, que se veem sem saída e seu patrimônio passa por uma derrocada.

A província de São Luís/MA está nesse rol de regiões que entram em decadência. Conforme Meireles (2012), sem poder importar negros da África, a aristocracia bem-educada na Europa ou pelas Companhias de Jesus começa a declinar. Jerônimo de Viveiros, autor da *História do Comércio*, citado por Meireles (2012:231), afirma:

Donos das fazendas de algodão e de arroz e dos engenhos de açúcar estabelecidos às margens do Itapecuru-Mirim, do Meirim, do Pindaré, em Pastos Bons, na ânsia de salvarem ao menos parte do que possuíam, venderam suas terras por até 10% do valor, abandonaram-nas de vez, e fixaram-se definitivamente em São Luís em busca de uma salvação. E essa salvação, acreditavam, estaria na tentativa de transformar o Maranhão, província agrária e escravocrata, em um estado industrial e de trabalho livre, financiado por bancos locais; tudo, porém, quase só em São Luís. Foi assim que a cidade aristocrática, de uma sociedade esmeradamente educada e de hábitos requintados porque instruída na Europa, conforme nos atestaram visitantes insuspeitos como Spix, Martius e D’Orbiny, tentou em vão transmutar-se, como em um passe de mágica, numa cidade de empresários, de capitães de indústrias e de ricos banqueiros.¹⁶

15 Excluimos os trechos, atualizando as citações.

16 A obra de Mário Meireles (1915-2003) foi escolhida por seu valor documental. Foi historiador proeminente, professor na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da UFMA. Tem uma obra vasta de estudos históricos sobre São Luís. Nesta obra, não encontramos nenhum registro sobre os movimentos abolicionistas no Maranhão, mas registros sobre a divisão de classes pautada, inclusive, na divisão de raças por cor e registra que, em 1648 e 1676, houve importação de escravos africanos, embora “ainda não fosse feita regularmente como ocorreria a partir de 1755”. (p. 94).

Quanto à sociedade, citando trechos do *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão*, de Raimundo de Sousa Gaioso, afirma que, em razão do clima e da lassidão, a miscigenação já tinha sido iniciada nas classes que compunham o Maranhão e apresenta a interessante “Tabuada das Misturas” (1960/2012:180) apresentada de forma superficial para descrever a miscigena-

De sorte que a nação buscava sua *identidade* e reconstituição. Na visão do historiador maranhense, tal qual a Abolição, a República ocorreu timidamente, na província, em cerimônia fechada em Gabinete, e anunciada no jornal *A Pacotilha* no dia seguinte.

Nascimento Moraes nasce em 1882; ou seja, é contemporâneo de todas essas questões que fazem parte do Brasil pós-colonial e da consolidação da República. Filho de negros, seu pai, negro livre, lutou na Guerra do Paraguai, mas não teve direito a medalha ou a prêmio, por ser analfabeto; era sapateiro, e sua mãe, negra liberta, trabalhava como cozinheira. Ele se diferenciava da maioria inculta que sofria ainda os efeitos da desagregação social; escrevia em jornais da região e lecionava. Por isso mesmo, também impunha sua *identidade negra e intelectual* numa sublevação individual que contagiava um pequeno grupo intelectual, que adquiriu, timidamente, força política e prestígio na sociedade maranhense.

Assim como Nascimento, muitas outras manifestações individuais e coletivas ocorreram, e foram relegadas ao esquecimento¹⁷, como as sublevações e os levantes das

ção em São Luis. Diz o autor:

“Na primeira parte, ele (Gaioso) diz que, para ficar branco, o cruzamento assim se faz:

1 branco com 1 negra produz mulato – $\frac{1}{2}$ branco, $\frac{1}{2}$ preto;

1 branco com 1 mulata produz quartão – $\frac{3}{4}$ branco e $\frac{1}{4}$ negro;

1 branco com 1 quartã produz oitão – $\frac{7}{8}$ branco e $\frac{1}{8}$ negro;

1 branco com 1 oitona produz branco – inteiramente branco.

Na segunda, ele previne que para ficar preto, o cruzamento será:

1 negro com 1 branca produz mulato – $\frac{1}{2}$ negro e $\frac{1}{2}$ branco;

1 negro com 1 mulata produz quartão – $\frac{3}{4}$ negro e $\frac{1}{4}$ branco;

1 negro com 1 quartã produz oitão – $\frac{7}{8}$ negro e $\frac{1}{8}$ branco;

1 negro com 1 mulata produz negro – inteiramente negro”.

Essa classificação, muito semelhante a algumas encontradas em livros didáticos do passado, além de denotar certo interesse na questão racial como compositora das classes sociais, também reitera a característica desagregadora e excludente que até hoje é preconizada de forma tão arraigada e intrínseca que se torna subliminar. Instaura-se uma segregação velada que constitui o discurso racista brasileiro.

Esse documento ilustra bem o que Kidmore (2012) diz sobre a questão da raça no Brasil, desconsiderada de forma redundante antes da abolição e/ou considerada, a partir das teorias de raça, de forma superficial e imitativa.

17 Nina Rodrigues, na obra *Os Africanos no Brasil*, demonstra que a cultura negra brasileira é forte desde sempre, que já havia movimentos organizados contra a colônia, embora sua

comunidades negras e indígenas durante a escravidão. Os movimentos negros pós-coloniais também foram sublimados pela elite brasileira, pelo governo e por grande parte da mídia. Um exemplo disso é lembrado por Fernandes (2006: 142), ao analisar a posição do negro na sociedade paulista:

No período que se inicia com a crise estrutural da Primeira República, o negro e o mulato também se projetaram de modo irregular e tímido, mas confluyente nas tendências de reconstrução social que abalavam a sociedade brasileira. Esforçaram-se mesmo por tomar posição diante dessas tendências em termos raciais, através de seus movimentos sociais de maior vulto, de 1927 a 1948, aproximadamente. Foram levados, assim, a equacionar historicamente os objetivos e as aspirações sociais da “gente negra” na luta consciente e organizada contra fatores e efeitos da concentração racial da renda, do prestígio social e do poder. Como estabelecia o Manifesto à gente negra brasileira¹⁸

Justamente essa postura contestatória, que comporá a busca por um lugar social e por uma identidade, é a característica que se manifesta em diferentes momentos da história nacional, mesmo nos primórdios da colonização, e que consideramos seja o princípio do discurso da negritude ou *um porvir* desse discurso.

1.4 Historicidade e identidade: a negritude conceituada

A historicidade do gênero, como veremos no capítulo III, refere-se ao caráter histórico que contém, cuja temporalidade não segue necessariamente a cronologia; o mesmo ocorre com a historicidade do/no discurso. Por causa disso, chegamos até aqui associando redundantemente a palavra historicidade à História e aos componentes históricos, por meio dos quais é possível recolher e delimitar diferentes formações discursivas relacionadas à negritude.

Cada teórico utilizado até aqui faz parte de uma gama de *metadiscursos* sobre o negro e sua cultura, sobre a formação da sociedade brasileira e a questão da raça, e todas elas estão no *corpora* e/ou se revelam paratopicamente.

Metadiscorso entendido como a postura do enunciador que se apropria de determinada temática discursiva e de suas relações interdiscursivas para explicar certo discurso. Esses metadiscursos servem para a análise das FDs e dos interdiscursos que comporão o que chamamos de discurso da negritude: demos voz ao outro, na com-

perspectiva seja pautada no darwinismo social, limitada e racista, seu valor é inquestionável.

18 O manifesto escrito por Arlindo Veiga dos Santos (2/12/1931) foi transcrito por Florestan Fernandes, na obra em referência, *O Negro no Mundo dos Brancos*, nas páginas 142-3.

posição de nossa voz, ainda que essa composição seja ilusória, uma vez que o interdiscurso tem seu primado, e de uma voz sempre ecoam outras vozes, num *continuum* que arremeda uma pseudo-originalidade. Ao homem contemporâneo, cuja vaidade se sobrepõe, resta a procura da originalidade. Mais fácil seria buscar novos olhares, na reconstrução do antigo, para recompor o novo-possível.

Ainda nos resta a tarefa de buscar um novo-possível, a partir do antigo, para conceituar negritude em nossa perspectiva. O termo negritude deve ser entendido pela inter-relação do discurso com os níveis político, ideológico, filosófico e cultural, em suas múltiplas acepções, pois, consoante Munanga (2012), o termo, no decorrer da História, assume uma variedade de definições de caráter biológico, ou racial, conceitual, psicológico e cultural. Antes de falarmos desses diferentes fatores que fazem parte da negritude, é relevante ressaltar que o termo está intimamente relacionado à identidade e ao que ela significa enquanto particularização de um indivíduo ou de um grupo.

A negritude nasce de um sentimento de frustração dos intelectuais negros por não terem encontrado no humanismo ocidental todas as dimensões de sua personalidade. Nesse sentido, é uma reação, uma defesa do perfil cultural do negro. Representa um protesto contra a atitude do europeu em querer ignorar outra realidade que não a dele, uma recusa da assimilação colonial, uma rejeição política, um conjunto de valores do mundo negro, que devem ser reencontrados, defendidos e mesmo repensados. Resumindo, trata-se primeiro de proclamar a originalidade da organização sociocultural dos negros, para depois defender sua unidade através de uma política de contra-aculturação, ou seja, desalienação autêntica. (MUNANGA, 2012:63, grifo nosso)

Somando essa perspectiva ao território de embates a que pertence o discurso, consideramos *discurso da negritude* o aquele que é instaurado pelas redes semânticas globais estabelecidas como reação, defesa e manifesto do perfil cultural do negro, seja de forma *tópica*, *atópica* ou *paratópica*, em diferentes gêneros do discurso e em diferentes FDs.

Com relação à *identidade*, se o Brasil e o povo negro passaram por uma (des) construção identitária e lutam por sua (re)construção, vivemos um momento ainda precoce de conceituação dessa identidade, mas, ainda assim, somos levados a nos perguntar: até mesmo essa busca não seria uma imposição, uma idealização, uma nova representação ou uma invenção discursiva?

Não há uma resposta pontual, ou factual, para essa questão, porque a construção da identidade é simbólica e social. Simbólica porque apresenta característica relacional de sistemas que a representem, como, por exemplo, após a Lei do Ventre Livre, quando a identidade do negro nascido livre se diferenciava do grupo de escravos, mas, ainda assim, a característica étnica mantinha uma característica relacional, de sorte

que é preciso associar diferentes elementos sociais para criar características que gerem uma identidade. Social porque é a exclusão, ou a inclusão num grupo social, ou em características de dado momento histórico, que permitirá identificar diferenças ou semelhanças que unam um grupo em torno de dada identidade. Para Woodward (2000:11),

a identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças – neste caso entre grupos étnicos – são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares.

Essa particularização leva a outras características inerentes à identidade, como a noção de pertencimento: pertencer ou não, partilhar ou não o espaço com alguém ou o espaço de alguém, há um movimento relacional entre um nós>eles. São as representações simbólicas estabelecidas nessa relação, ou no hiato que subjaz a elas, que criam novos sentidos para as desigualdades sociais, exclusões, divisões e estigmas.

Apesar dessa relação, importante é realçar a ideia de fluidez estabelecida por Hall (1997); ou seja, ainda que haja um “eu” e o “outro”, um “nós” e “eles”, por serem movidos pela existencialidade e sociedade, novos movimentos sociais e novas características podem surgir a qualquer momento, como, por exemplo, o movimento feminista, o neofeminismo e o feminismo negro, movimentos que partilham da mesma raiz, porém apresentam configurações identitárias distintas.

Seria como afirmar que o cerne das diferenças que compõem a identidade está em opostos que se atraem e, contraditoriamente, se assemelham sob alguns aspectos. A identidade associa-se à diferença de forma flexível, móvel e circular.

Ou seja, ainda que haja a relação nós>eles, eu>eles, uns>outros, não se trata de mera relação binária, por que, além dos fatores externos, competem também fatores internos, em que as subjetividades entram em ação. Aqui, entram em xeque a “subjetividade”, a “identidade” e o “ethos”. Embora “subjetividade” e “identidade” sejam termos tomados como sinônimos, quase sempre, e de forma inadequada, são conceitos distintos:

“Subjetividade” sugere a compreensão que temos sobre nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem nós somos”. A subjetividade envolve sentimentos e pensamentos pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significados à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitos

ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades. (WOODWARD, 2000:56)

O *ethos*, por sua vez, é uma imagem de si (de um sujeito) projetada no/pelo discurso, a qual pode, ou não, aproximar-se da subjetividade e/ou da identidade de um enunciador ou de um grupo. Isto é, o *ethos* pode servir como elemento identitário de grupo, como ética; ou pode ser a projeção de um sujeito; ou mera criação para propiciar a adesão. Considerando que sujeito, a partir da concepção de Althusser (1998), não é semelhante à pessoa humana, mas categoria simbolicamente construída nas relações de poder instituídas no aparelho formal do Estado, e a subjetividade pode ser explicada por meio de práticas sociais e simbólicas, nas quais as ideologias são sistemas de representação que recrutam sujeitos entre os indivíduos, ou transformam indivíduos em sujeitos.

Assim, enquanto o *ethos* é uma criação do enunciador, a subjetividade está em suas ações e práticas sociais, no processo interativo, enquanto a identidade está ligada à ideologia e às posições assumidas por um sujeito dentro da sociedade. Diríamos que o *ethos* e a subjetividade são *endofóricos*; emergem de dentro para fora nos/dos discursos, enquanto a identidade é um movimento de fora para dentro do discurso, ou de uma FD.

Do mesmo modo, entendemos o *discurso da negritude* como categoria simbólica que demonstra a reação de um enunciador negro ou que toma a voz do povo negro para mobilizar-se de forma reacionária.

Fanon (2008) evoca esse *discurso da negritude* de forma inusitada, e dessa inter-relação eu-outro emerge o racismo; um grupo de pessoas sai dessa relação e em nome dela se sente no direito de insurgir violentamente contra o outro. Sem perceber, a luta contra o racismo encontra-se não em ser o outro, mas em se inserir nessa relação, ou seja, a luta está em ser aceito pelo outro, mas o contrassenso racional é que o negro não precisa e não deve ser aceito pelo outro porque, simplesmente, sua existência independente do outro.

O autor aborda uma consciência do existir que deve negar o branqueamento e que o apagamento imposto pelo branco desintegra a imagem de si mesmo, a imagem do negro e do colonizador, pois, para compreender e mudar a situação do negro, é preciso que essa imagem social do negro “deixe de existir” para se ressignificar e não ser colocado na situação de inferior, reaproximando distâncias, pois

enquanto o negro estiver em casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro. Claro, bem que existe o momento de “ser para-o-outro”, de que fala Hegel, mas qualquer ontologia torna-se irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada. Parece que este fato

não reteve suficientemente a atenção daqueles que escreveram sobre a questão colonial. (FANON, 2008:104)

“Ser para-o-outro” significa deixar de ser, pois não é possível realizar seu ser diante do outro, ou ser para o outro, se, para este “outro”, o “ser” não existe, foi “objetificado”. Transformados em objetos, os grupos étnicos escravizados perderam-se de si, daí essa ressignificação de sua identidade, não para o outro, mas para si mesmo (o Ser).

Nessa situação, os sujeitos encontram-se no que Bhabha (1998) denominou de “entre-lugar”. Para ele,

o afastamento das singularidades de “classe” ou “gênero” como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência das posições de sujeito – raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual – que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno. O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 1998:20-1)

Esses entre-lugares manifestados em estratégias de subjetivação consolidam-se no discurso, atravessam suas fronteiras, representadas em *topias*, *atopias* e *paratopias* múltiplas focadas como resistência às nulidades impostas na cena que enuncia a renovação da própria enunciação e na linguagem e pela linguagem que os sujeitos buscam validação social, imposição e renovação dos “dizeres” que o deslocam e provocam assimilações e apagamentos impostos por um discurso que se apoia na “tradição”.

Se pensarmos na *arqueologia do discurso* de Foucault (2005a)¹⁹ no que concerne aos discursos constituintes como elementos fundadores de um “dizer”, assumimos que os discursos constituintes que compõem o universo das civilizações negras no Brasil e das demais regiões estão longe de ser alcançados pela população branca, pois não é possível ainda chegar à origem fundadora.

Isto é, seguramente, quando falamos de discursos fundadores ou discursos constituintes, ainda que, por exemplo, a Matemática seja universal, há muitos outros com os quais nunca teremos contato e que fazem ou fizeram parte da cultura do povo africano, ponto em que chegamos a um paradoxo. Os discursos constituintes dos quais fala Foucault (2005a) não são os mesmos das civilizações africanas e nunca serão.

Para atingirmos essa resposta com minúcia científica seria necessário um estudo multidisciplinar, unindo antropólogos, teólogos, arqueólogos, linguistas e demais profissionais. Sabemos que o discurso religioso é um discurso constituinte, mas o discurso religioso, literário e filosófico citados por Foucault (2005a) são os constituintes universais.

A partir de uma perspectiva europeia, nesse sentido, os constituintes africanos diferem. Será, talvez, o conhecimento dos gêneros do discurso que possibilitarão tatear esses discursos constituintes, de sorte que identificamos, dentro dos limites deste estudo, um discurso religioso constituinte de forma genérica.

Se, por um lado, temos um mundo globalizado, *Movimentos Negros* mais estruturados, igualdades garantidas por lei, mais democracias e liberdade de imprensa, e, por outro, ainda temos civilizações racistas, desconhecimentos e desrespeitos com a diáspora e a cultura africanas, permitimo-nos dizer que há, entre ambas as civilizações, uma espécie de *paradoxo de Fermi* social²⁰. Existe, por parte do branco, resistência em reconhecer o negro como “o outro” e, principalmente, como igual.

Essa igualdade inexiste, na verdade, porque nem existe o branco, nem existe o negro, logo, não há diferenças ou igualdades, e o que competiria à raça humana, competiria aos movimentos políticos e culturais de origem negra. De certo modo, o princípio da mediocridade que faz parte do paradoxo de Fermi também se aplica à relação civilizações brancas *versus* civilizações negras, pois as civilizações dominadoras e escravocratas, num primeiro momento, negaram qualquer cultura, conhecimento ou herança proveniente da África; mas aculturaram, escravizaram e dizimaram; negaram a existência dessa civilização e dessas ações; da abolição até a atualidade, brancos se apropriam e apreciam cada vez mais a cultura, o folclore e os conhecimentos do negro, mas, ainda assim, negam, não valorizam, ou não assimilam a existência de uma cultura negra sem a intervenção dos colonizadores. E esse é o grande paradoxo: o princípio da mediocridade impera.

No cotidiano, o negro vai enfrentar o seu inverso, forjado e imposto. Ele não permanecerá indiferente. Por pressão psicológica, acaba reconhecendo-se num arremedo detestado, porém convertido em sinal familiar. A acusação perturba-o, tanto mais porque admira e teme seu poderoso acusador. Perguntar-se-á, afinal, se

20 Enrico Fermi, Prêmio Nobel de Física em 1938, foi um físico italiano que desenvolveu o primeiro reator nuclear e esteve envolvido em projetos científicos sobre a utilização da energia nuclear durante a Segunda Guerra Mundial e, durante o pós-guerra, com Michael H. Hart. Em 1975, instituiu-se o paradoxo de Fermi que surge do questionamento relacionado à idade do universo e à existência de outras civilizações, os físicos questionam por quê não há evidências de existências de outras civilizações extraterrestres, sondas ou indícios de vida, sendo o universo milenar e creem que há barreiras que impedem esse acesso, mas também há o princípio da mediocridade, que faz com que os terrestres julguem-se únicos e neguem a existência de outras populações. Disponível em: <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/physics/laureates/1938/fermi-bio.html>. Acesso em: 5 jan. 2015.

o colonizador não tem um pouco de razão. Será que não somos mesmo ociosos ou medrosos, deixando-nos dominar e oprimir por uma minoria estrangeira? A tecnologia superdesenvolvida trazida pelo branco ajudaria a instaurar uma situação de crise na consciência do negro. Nesse sentido, em algumas culturas, o branco foi comparado a Deus e aos ancestrais. (MUNANGA, 2012: 37)

Na busca de romper com a mediocridade e com o paradoxo que afirmamos existir, o negro se vê com o olhar do outro e, historicamente, sobretudo a elite negra, busca assemelhar-se ao outro, embranquecer-se, assimila valores culturais, como primeira tentativa de reclamar direitos sociais. No enunciado de *Vencidos e Degenerados*, observa-se que, na sociedade, já havia ex-escravos que juntavam dinheiro para ter seus escravos (retomaremos esse aspecto durante a análise), (re)inventando seu lugar social e criando o entre-lugar dito por Bhabha (1998). A segunda tentativa, possivelmente a mais leal, é a de negação desse branqueamento e de retorno às origens.

Mesmo com a recusa da assimilação, as três primeiras gerações de colonizados não almejavam a coletividade ou busca de uma identidade negra. Segundo Munanga (2012), sua aspiração principal era obter um nível de vida semelhante ao do branco.

A *negritude* surge efetivamente quando esse confronto e essa contestação saem do individual e passam ao coletivo, como negação da supremacia colonizadora e, sobretudo, quando envolve o povo colonizado. Condicionada pela evolução político-econômica, dentro e fora do País, evolui, então, para o atual pan-africanismo, que apregoa o retorno às origens para reafirmar e lutar pela identidade do negro africano dentro e fora da África, pois

o vento que as levou soprou a partir das Américas, tendo como origem provável os Estados Unidos, passando pelo Haiti, seguindo seu caminho até a Europa, manifestando-se na Inglaterra para se cristalizar, enfim, na França, em Paris, no Quartier Latin. A partir daí, alastra-se cobrindo toda a África negra e os negros em diásporas, isto é, as Américas. (MUNANGA, 2012: 45)

Nos Estados Unidos, intelectuais e escritores negros unem-se para romper com o complexo de rejeição e exclusão social; destacam-se entre eles Longston Hughes²¹, Pai da Negritude (citado no Cap. III), e W. E. B. Du Bois²², autor de *Almas Negras*. Na Europa, o Renascimento Negro é aflorado ao final da Segunda Guerra Mundial,

21 Poeta norte-americano politicamente ativo no movimento de valorização da cultura afro no Harlem, em 1920. Disponível em: <http://www.poets.org/poetsorg/poet/langston-hughes>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

22 Sociólogo, historiador e ativista no Movimento Pan-africano nos EUA. Disponível em: <<http://www.naacp.org/pages/naacp-history-w.e.b.-dubois>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

principalmente na França, onde a movimentação começou acirrada no *Quartier Latin*²³. Destacam-se, entre outros, Dr. Prince-Mars²⁴, René Maran²⁵, o senegalês Leopold Sedar Senghor²⁶, o guianense Leon Damas²⁷, e Aimé Césaire²⁸, martiniquense e criador da ideologia da negritude para aquele contexto (MUNANGA, 2012).

Sartre (1968) considera que esse movimento de nascimento e reação da cultura negra e negação da cultura branca é um antirracismo necessário, em que o sujeito segue um processo em que morre a cultura branca para renascer a cultura negra. Esse movimento de reação política, social e cultural feito por meio das artes em geral e a partir do qual emana a voz significativa do negro, é o que chamaremos de *discurso da negritude*. É o discurso que rompe com as relações de poder instauradas e leva o filósofo a se questionar sobre a utilização política da língua francesa e as relações socioculturais.

Conforme salienta Arantes (2011:393), “a palavra *nègre* será invertida, para reivindicar a busca de raízes africanas e a construção de uma nova identidade”.

23 O Quartier Latin é o complexo universitário e intelectual que se situa no coração de Paris. Dali parte a maioria dos movimentos políticos e as transformações sociais da contemporaneidade, embora já fosse influente durante a Idade Média. Os roteiros turísticos o designam como região formada pelos bairros 5 e 6 de Paris.

24 Jean Prince-Mars nasceu em Grande Rivière du Nord (Haiti), em 15 de outubro de 1876, e morreu em Petionville (Haiti), em 1o de março de 1969. Era médico, etnógrafo, diplomata, estadista, educador e escritor, e considerado como o principal mentor do Haiti no século XX e ativista nos movimentos negros. Disponível em: <<http://www.lehman.cuny.edu/ile.en.ile/paroles/price-mars.html>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

25 René Maran, escritor e ensaísta da Martinica, conhecido por despertar na sociedade negra a consciência de seu poder e sua força nos movimentos negros. Seu romance mais famoso é *Batouala*, o Verdadeiro Romance Negro, com o qual ganhou o prêmio Prix Councourt. Disponível em: <<http://mondesfrancophones.com/espaces/creolisations/qui-etait-vraiment-rene-maran-le-premier-goncourt-noir/>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

26 Político e escritor senegalês que idealiza, com Aimé Césaire, o conceito de negritude, durante o período que se estende do início da Primeira Guerra ao final da Segunda Guerra Mundial. É possível ter noção de sua atuação política em: <<http://www2.assemblee-nationale.fr/decouvrir-l-assemblee/histoire/grands-moments-d-eloquence/leopold-sedar-senghor-je-vous-dis-que-la-france-est-un-arbre-vivant-29-janvier-1957>>. Acesso em: 24 mar. 2015. E também em: <<http://www.poetryfoundation.org/bio/leopold-sedar-senghor>>. Acesso em: 24 mar. 2015. Kabengelê utiliza o texto *Ames Moires*, escrito por este autor e publicado em 1977 em obra organizada pela Universidade Católica de Louvain.

27 Léon-Gontran Damas foi um escritor, poeta e político francês, nascido a 28 de março de 1912 na Guiana Francesa e falecido a 22 de janeiro de 1978 nos Estados Unidos. Era mestiço de negro, ameríndio e branco. Sobre ele, há uma obra intitulada *The Negritude revisited – A interview by Léon Damas*, disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=in3gV2s-6VQC&pg=PA23&lpg=PA23&dq=Leon+Damas&source=bl&ots=TUWZN8Yinx&sig=jPPYswnB32EiYv15sfA_4k6tiH8&hl=pt-BR&sa=X&ei=uB4SVYz2GszZsATa9ICACg&ved=0CGEQ6AEwCA#v=onepage&q=Leon%20Damas&f=false>. Acesso em: 24 de mar. 2015. Foi um dos fundadores da Negritude, juntamente com Césaire e Sengor nos anos 1940.

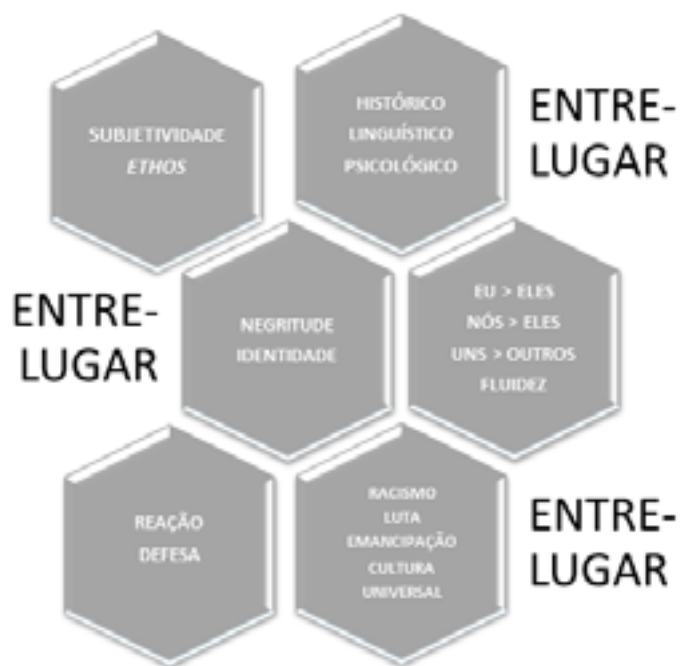
28 Foi fundador da Negritude juntamente com Sengor e Damas, nasceu na Martinica e foi ideólogo do conceito de negritude e defensor dos direitos africanos. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/autor/aime-cesaire>>. Acesso em: 24 mar. 2015. Kabengelê Munanga não somente cita Aimé, mas também utiliza seus ensaios em suas pesquisas, nesta obra utiliza “Le discours sur la Negritude”

Essa reivindicação fortalecerá e questionará o próprio termo negritude, o qual assume valores polissêmicos. Bernd (1988), com enfoque mais literário, faz leitura aproximada das questões trazidas por Munanga (2012) e defende que o termo pode apresentar muitos significados, como: fazer parte desse grupo étnico; a própria raça tomada individualmente; a ação consciente e reivindicatória do homem negro civilizado; o estilo artístico ou literário desse grupo de artistas; e, ainda, o conjunto de valores da civilização africana.

Para este trabalho, assumimos os estudos de Munanga (2012) como princípio norteador da participação do negro nos Movimentos Negros e nas diferentes acepções de negritude, a qual se resume em: *identidade, fidelidade e solidariedade*. (CÉSARIE *apud* MUNANGA, 2012).

Os principais objetivos dos movimentos que envolvem a negritude são: a busca de uma identidade cultural negra africana; luta pela emancipação dos povos subjogados; uma civilização universal dialógica; e repúdio ao ódio (MUNANGA, 2012). Ou seja, a negritude envolve objetivos, ações de cunhos pessoal e coletivo, procedimentos e estratégias, resgate, partilha e transformação. Posto isso, não fica difícil verificar a complexidade e magnitude desse movimento como tentativa de ruptura do paradoxo (Fig. 1).

Figura 1 – Negritude e identidade



Adaptado de Munanga (2012), Bhabha (1998) e Fanon (2008)

Em razão desse “Renascimento Negro” e desse complexo sistema entremeadado por entre-lugares, há muitas interpretações para o termo negritude. Munanga (2012) parte dos estudos de Lecherbonnier (1977) e Bimwenyi-kweshi (1977) e reitera que há pelo menos duas acepções antinômicas: uma mítica e outra ideológica. Enquanto a primeira busca as origens primitivas anteriores à colonização, a segunda impõe um modo de ação, ao negro, uma negritude ofensiva em resposta às degradações do passado. Entre essas duas, há uma gama de definições que preveem aspectos relacionados à identidade dos movimentos (Quadro II).

Quadro II - Definições de negritude relacionadas à identidade dos movimentos

Definições	Características
De caráter biológico ou racial	– Associada à solidariedade cesariana, são todos os aspectos que unem a raça negra e a noção de pertencimento.
De base sociocultural ou classe	– Reduz raça a classe. Visão classista mascara os mecanismos de opressão.
De caráter psicológico	– Conjunto de traços psicológicos característicos: comportamento, capacidade de emoção, personalidade e alma.
De caráter cultural e ambíguo	– Negritude-essência <i>versus</i> tomada de posição; – Negritude mistificada (sonhadora; contemplativa)/válida(combativa); – Negritude eterna/episódica e histórica; – Negritude ególatra e autossuficiente <i>versus</i> acabada no passado; – Negritude voltada ao passado <i>versus</i> projetada ao futuro; – Ideológica <i>versus</i> utópica; – Real <i>versus</i> mítica.
Outras ordens a partir da literatura sobre o tema	– Dolorosa; – Agressiva; – Serena; – Vitoriosa.

Adaptado de Munanga (2012)

Até aqui fizemos um percurso teórico para a análise das condições sócio-históricas de produção em que surge o termo negritude, a partir dos movimentos políticos e culturais conhecidos como Renascimento Negro.

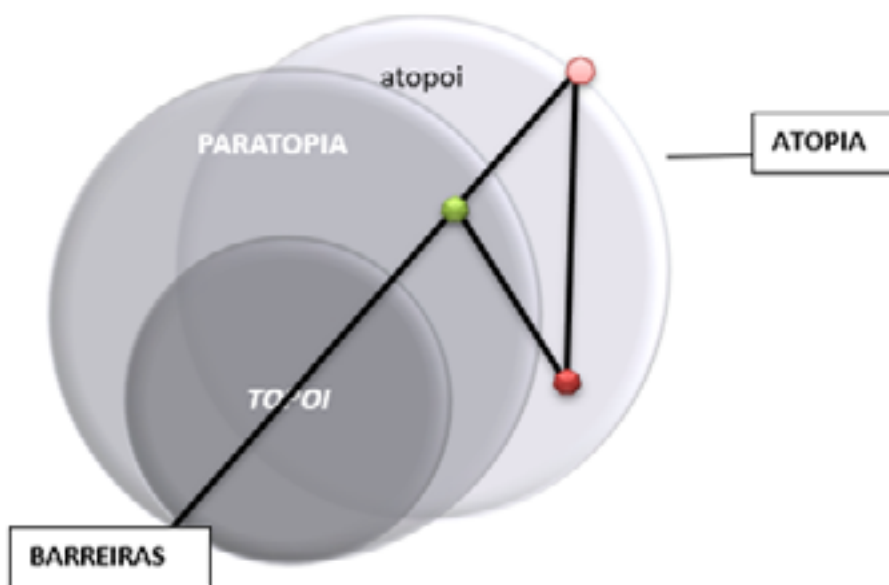
Vimos que o termo involucra questões deveras complexas, e chegamos a um paradoxo comparável ao *paradoxo de Fermi*. Entretanto, são dados que se referem às condições sócio-históricas de produção para a análise das FDs e, conseqüentemente,

do que chamamos discurso da negritude, porém, não são o discurso propriamente dito, simplesmente, porque o discurso se depreende da análise das FDs que estão intimamente relacionadas à ideologia e aos gêneros.

Durante o período colonial, por exemplo, o gênero *carta de alforria* pertence à FD escravocrata e é elemento que denota a relação de poder entre dominador/dominado. Sua posse era privilégio social de uma minoria que passava por trabalhos e sofrimentos impensáveis para obtê-la; quando utilizada para recolocação no mercado de trabalho livre, a carta torna-se *carta de apresentação, documento de identificação* e imprime, assim, novo significado às relações entre os enunciadores. São das análises dessas relações interativas que se observam as de poderio; daí emanam espaços e universos discursivos.

Por fim, para ilustrar essa complexidade paradoxal entre civilizações, apresentamos nosso esquema paratópico relacionado à ideia de Fermi, no que concerne aos universos, para criarmos nosso esquema discursivo. Aliás, sobreposmos à ideia de universo a ideia de multiverso.

Figura 2 – Esquema paratópico



Imaginemos que cada ponto colorido representa uma civilização em épocas diferentes e que, dentro desses pontos, há diferentes relações identitárias e FDs, assim como há barreiras de ordens interna e externa que atravessam esses discursos.

No caso específico da relação discursiva entre civilizações, o paradoxo se estabelece justamente porque o discurso da negritude surge como ação social. Com ela, surgem discursos que atravessam essas barreiras e fazem com que a civilização branca a aceite, seja por razões de fato e direito, seja por imposições sociais. De forma aberta ou velada, entretanto, os embates continuam e não há uma aceitação completa por parte de ambos, sobretudo, por parte dos brancos que negam a cultura das civilizações negras e resistem em considerar suas religiões e organizações sociais. Negam até a *constituência* de um discurso independente.

Se, por um lado, brancos aceitam as danças, vestimentas, idealizam safaris, canções e lendas, por outro, negam cultos religiosos islâmicos em algumas regiões, negam cultos de candomblé e, inclusive, muitas vezes, não associam a ideia de intelectualidade à África. É diante desses embates que surge o discurso da negritude. Nossa lógica de análise é bem simples e já que utilizamos Fermi, seguiremos com a seguinte comparação: tal qual a análise de um astro solar ou de uma super nova, a análise do discurso deve fazer o recorte necessário para o estudo das relações semânticas para assumir a existência do outro e entender a negação que existe na relação eu>outro. Assim, temos múltiplos universos interseccionados, paralelos e marginais.

Para finalizar, neste capítulo, tratamos das seguintes categorias:

Quadro III – Síntese do capítulo

Historicidade: condições sócio-históricas do negro na colônia
Negritude e pan-africanismo
Acepções para o discurso da negritude

CAPÍTULO II - APRESENTAÇÃO DE JOSÉ DO NASCIMENTO MORAES, O INVENCÍVEL DEGENERADO

A análise da obra (*corpus* deste trabalho) e a comprovação de nossa tese geraram a necessidade de conhecer vida e obra do homem José do Nascimento Moraes para o reconhecimento das condições sócio-históricas de produção e para a aplicação da metodologia da AD.

Nossa pesquisa nos levou ao universo íntimo do escritor. Conhecemos sua família, caminhamos pelas ruas de São Luís, que são retratadas por ele em suas obras, descobrimos sua africanidade literária e seu estilo. Desvendamos aspectos sociais, políticos e culturais que fazem parte de seus escritos, dos quais ecoam um “dizer” da resistência negra que não somente condiz com nossa hipótese de trabalho, mas também denotam a presença de um intelectual à frente do seu tempo, cujo discurso está intimamente marcado pela negritude.

Ao adentrar seu universo, de algum modo, constrói-se um percurso diferenciado em direção a um discurso paratópico que se dá por meio de um enunciador-anunciado, o qual se mantém e se sustenta como *testemunho e documento* paratopicamente, conforme comprovaremos em nossa análise final²⁹. Este capítulo faz-se necessário porque é importante (re)conhecer as condições sócio-histórico-culturais em que foi produzido seu discurso e depreendermos os efeitos da paratopia na organização e funcionamento do discurso que selecionamos para esta pesquisa.

Conhecer Nascimento Moraes é mister para (re)conhecer as condições sócio-históricas de produção e analisar o *discurso da negritude* presente na enunciação de *Vencidos e Degenerados*. Também para acréscimo de informações relevantes para o entendimento das formações discursivas e de todos os elementos que levarão à concepção de uma *paratopia documento-testemunhal do discurso da negritude*. É fato que nem o enunciador, nem o *ethos* e nem mesmo o autor, como os concebemos nesta pesquisa, são a pessoa em si, contudo, essas concepções estão intimamente relacionadas aos efeitos de sentido possíveis depreendidos daquela realidade social.

Há um efeito paratópico que se sobrepõe à narrativa, o qual faz com que este discurso seja analisado por historiadores, sociólogos e antropólogos como se fosse *um* testemunho de uma época. Isso se dá, graças a uma atitude social e pessoal do enunciador, que além de construir uma imagem de autor, outorga um testemunho que se dá paratopicamente; para representar a voz do negro e preconizar o *discurso da negritude*.

Essa atitude faz de José do Nascimento Moraes não somente um cidadão atuante e um escritor importante no universo maranhense, não somente uma voz de reação, mas também responsável por um discurso da negritude representativo no universo literário afrodescendente e na (re)construção da memória negra nacional. Por essa razão, faz parte do cânone resgatado pela crítica literária contemporânea e seu discurso transformam seu(s) enunciator(es) em relevantes, porque a enunciação apresenta discursos ancestrais e prenuncia o *Movimento da Negritude* norte-americano e europeu, apresentados no capítulo anterior.

Conceituar a presença atuante do negro no universo intelectual-literário implica lidar não somente com questões sociais, culturais e políticas. Atualmente, significa resgatar na memória nacional uma gama gigantesca de autores relegados a segundo plano; significa romper com o purismo academicista que ignora a afrodescendência de Machado de Assis, por exemplo, para construir uma literatura negra e redefinir o panorama literário nacional, pois

enquanto muitos ainda indagam se a literatura afro-brasileira realmente existe, a cada dia a pesquisa nos aponta para o vigor dessa escrita: ela tanto é contemporânea, quanto se estende a Domingos Caldas Barbosa, em pleno século XVIII; tanto é realizada nos grandes centros, com dezenas de poetas e ficcionistas, quanto se espraia pelas literaturas regionais. Nesse caso, revelamos, por exemplo, um escritor do porte de José do Nascimento Moraes, autor, entre outros, do romance Vencidos e Degenerados (1915), cuja ação tem início em 13 de maio de 1888 e se estende pelas décadas seguintes a fim de narrar a permanência da mentalidade derivada da escravidão. Enfim, essa literatura não só existe como se faz presente nos tempos e espaços históricos de nossa constituição enquanto povo; não só existe como é múltipla e diversa. (DUARTE, 2011:375)

Essa diversidade revela-se também nos diferentes discursos do enunciator que assume sua negritude, pois, para a crítica literária da atualidade, a literatura afrodescendente já não é somente aquela que fala *sobre* o negro de forma idealizada, mas também aquela do negro, para o negro e com o negro. Como revela Duarte (2011), na construção da memória afrodescendente a literatura desempenha o papel de reconfiguração discursiva dessas reminiscências, que se apresentam em diferentes matizes.³⁰

30 Duarte (2011) ainda afirma que cabe avaliar o “estado da arte” de dois desses instrumentos: os conceitos de literatura negra e de literatura afro-brasileira. Para esses estudos, destaca ainda a importância dos trabalhos feitos por organizações como Quilombhojeem São Paulo; as publicações dos Cadernos Negros; a militância de Muniz Sodré, Nei Lopes e outros. E admite que há diferentes perspectivas dentro da Crítica Literária, partindo do negrismo modernista, de que são exemplos Jorge de Lima, Raul Bopp, Menotti del Picchia e outros, até a contemporaneidade, com os estudos de Benedita Gouveia Damasceno, Domicínio Proença e Zilá Bernd que denotam uma “nova ordem simbólica” e a “emergência de um eu enunciator”.

*De imediato, impõe-se indagar: o que torna a escrita afro-brasileira distinta do conjunto das letras nacionais? Que elementos diferenciam e conferem especificidade à produção literária dos brasileiros descendentes de africanos? Descartados os fatores extra-literários, algumas constantes discursivas se destacam e têm sido utilizadas como critérios de configuração dessa literatura. **Em primeiro lugar**, a temática: “o negro é o tema principal da literatura negra”, afirma Octavio Ianni, que vê o sujeito afrodescendente não apenas no plano do indivíduo, mas como “universo humano, social, cultural e artístico de que se nutre essa literatura.” (1988:54) **Em segundo lugar**, a autoria. Ou seja, uma escrita proveniente de autor afro-brasileiro, e, neste caso, há que se atentar para a abertura implícita ao sentido da expressão, a fim de abarcar as individualidades muitas vezes fraturadas oriundas do processo miscigenador. Complementando esse segundo elemento, logo se impõe um **terceiro**, qual seja, o ponto de vista. Com efeito, não basta ser afrodescendente ou simplesmente utilizar-se do tema. É necessária a assunção de uma perspectiva e, mesmo, de uma visão de mundo identificada à história, à cultura, logo, a toda problemática inerente à vida desse importante segmento da população. Nas palavras de Zilá Bernd (1988), essa literatura apresenta um sujeito de enunciação que se afirma e se quer negro. **Um quarto componente** situa-se no âmbito da linguagem, fundado na constituição de uma discursividade específica, marcada pela expressão de ritmos e significados novos e, mesmo, de um vocabulário pertencente às práticas linguísticas oriundas de África e inseridas no processo transculturador em curso no Brasil. E **um quinto componente** aponta para a formação de um público leitor afrodescendente como fator de intencionalidade próprio a essa literatura e, portanto, ausente do projeto que nortearia a literatura brasileira em geral. Impõe-se destacar, todavia, que nenhum desses elementos isolados propicia o pertencimento à Literatura Afro-brasileira, mas sim a sua interação. Isoladamente, tanto o tema, como a linguagem e, mesmo, a autoria, o ponto de vista, e até o direcionamento recepcional são insuficientes. (DUARTE, 2008:2, grifos nossos)³¹*

Nos escritos de Nascimento Moraes, encontram-se esses elementos literários que não somente reiteram seu significativo papel na Literatura Afro-brasileira, mas também apresentam estratégias discursivas, cujos efeitos de sentido, denotam enunciadores representantes do *discurso da negritude* anteriormente apontado. A imagem que ele constrói de si é a imagem do enunciador que toma a palavra como arma de

31 Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2017>>. Acesso em: 27 mai. 2015.

resistência social.

2.1 Condições sócio-históricas de produção

O discurso literário desse(s) enunciador(es) negros presentes em “Vencidos e Degenerados”, sem dúvida, é herdeiro de um passado profícuo em terras maranhenses.

A intelectualidade maranhense carrega consigo essa herança que, provavelmente, surgiu com a presença do Pe. Antônio Vieira, que viveu em São Luís, pela Companhia de Jesus, de 1655 a 1662, data em que a Companhia foi expulsa. O religioso compôs poemas e sermões que exaltavam as riquezas naturais maranhenses. Ao mesmo tempo, alfabetizava e catequizava a população. Ainda que durante o período colonial, na ilha, só houvesse literatura de viagem, é pertinente destacar que, durante essa época de grande desenvolvimento agrário, muitos maranhenses estudaram na Europa. (BRANDÃO,1979).

Seguindo as tendências estilísticas da época ligadas à “imitação” dos modelos europeus, os maranhenses apresentaram rica produção literária, que mais tarde se consolidou e foi aprimorada, após a Independência do Brasil, em 1822, ainda que o Estado só a tenha apoiado oficialmente em 1824.

É dessa realidade de riquezas agrária e intelectual, que perpassa o cerne da decadência econômica pós-abolição, e surge como resultado: a riqueza literária maranhense. Jomar Moraes, em sua obra *Apontamentos de Literatura Maranhense*, assim como outros historiadores, antropólogos e historiógrafos, opta por dividir a produção literária em três períodos (Quadro III).

Quadro IV – Grupos literários maranhenses

Períodos	Autores	Características
Grupo Maranhense (1832-1868)	Joaquim Serra, Golçalves Dias, Sousaândrade, Odorico Mendes, Gentil Braga, Sotero dos Reis, Celso Magalhães, César Marques, João Francisco Lisboa e Maria Firmina dos Reis ³²	Responsáveis pelo atributo Atenas Brasileira a São Luís. Conviviam neoclássicos e românticos, jornalistas e poetas. O jornalismo é fundamental para a propagação literária.
Grupo dos Emigrados (1868 - 1894)	Aluísio Azevedo, Coelho Neto, Raimundo Correia, Manuel de Bethencourt, Artur Azevedo, João Afonso do Nascimento, Euclides Faria, Eduardo Ribeiro, Pacífico Bessa e Marcelino Barata ³³	Assim chamados porque, pautados pelo sucesso da Atenas Brasileira, migraram para São Paulo, Rio de Janeiro e Amazônia, durante o período do realismo/naturalismo. Fazendo parte, inclusive, do parnasianismo.

32 Considerada a primeira romancista brasileira, autora do romance social abolicionista *Úrsula*, descoberto por José Nascimento Moraes Filho. Embora Jomar Moraes não a considere entre os grandes escritores maranhenses, mas “mediocre” e “desimportante”, optamos por incluí-la nesse quadro adaptado, pois consideramos que o fato de ser mulher, negra e autodidata, numa sociedade patriarcal, influenciou a crítica geral da época. Além disso, consideramos que sua obra ainda é pouco explorada e obscura, o que torna a análise de Jomar Moraes relativamente precipitada.

33 Esses últimos foram apontados por Martins (2002) como parte do grupo dos emigrados para a Amazônia.

<p>Novos Atenienses (1894 - 1932)</p>	<p><i>Grupo inicial:</i> Reis Carvalho; Inácio Xavier de Carvalho; Euclides Marinho; Antonio Lobo; José do Nascimento Moraes; Domingos Barbosa</p> <p><i>Outros autores:</i></p> <p>Viriato Correia, Astolfo Marques, Alves de Faria, Costa Gomes, Maranhão Sobrinho e outros</p>	<p>O grupo compõe a Oficina dos Novos, como movimento de reação à ausência de produções intelectuais causadas pelo êxodo.</p> <p>O grupo divide-se, formando:</p> <p>os neo-atenienses liderados por Antônio Lobo, que funda a Academia Maranhense de Letras para reunir associações literárias e grupos de jovens intelectuais.</p> <p>A Renascença Literária, liderada por José do Nascimento Moraes.</p> <p>Além do saudosismo e do resgate do passado, esse período tem como característica a forte utilização do discurso jornalístico. Embates políticos permeiam o estilo e a valorização do vernáculo, assim como a defesa da raça negra e população; além do caráter republicano.</p>
---	---	--

Adaptado de Moraes (1977), Martins (2002) e Meireles (1955/2001)

Embora nosso trabalho não tenha caráter historiográfico, ressaltamos que a *Oficina dos Novos* e, conseqüentemente, as condições sócio-históricas desse discurso literário, surgem em contextos histórico, econômico e político de instabilidade e decadência e validam o discurso dos enunciadores.

A abolição da escravidão leva à decadência da lavoura e à adesão da república, o que, em quase nada, beneficia o Estado, que não teve desenvolvimento comercial, ou industrial, planejado. O povo, oprimido por governos exploradores e sem acesso à educação, distancia-se ainda mais das demais classes sociais. Entretanto, a elite também não vivia mais sob os auspícios daquele passado glorioso, em que filhos de senhores estudavam na Europa, quando da formação do grupo da chamada Atenas Brasileira.

Em meio a tudo isso, José do Nascimento Moraes não somente imprime sua marca estilística como jornalista, mas também fortalece sua imagem como escritor e professor, defensor dos direitos do povo, lutador por um lugar social relevante, líder de grupos de esquerda, consciente de seu papel intelectual e de sua negritude. Suas ações sociais, seja como professor, seja como jornalista, fortalecem os argumentos do(s) enunciadore(s) no discurso e paratopicamente os legitimam, por sua imagem de negro, literato, proficiente e lutador.

Essa postura arrojada cria conflitos e divergências políticas dentro do grupo da *Oficina dos Novos* e acaba por cindi-lo. Entretanto, ao contrário do que se pode pensar, essas rivalidades e inimizades enriqueceram as produções de Nascimento Moraes, da

mesma forma que para os demais. Assim, além de retratar esse aspecto histórico-ideológico decadente, conferiu ao discurso um caráter contextualizador e contestador, principalmente em sua atuação como jornalista. O grupo de Nascimento Moraes fazia oposição ao governo e ao grupo dos neo-atenienses liderado por Antônio Lobo. Esses conflitos políticos também podem ser identificados nos diferentes gêneros do discurso da época.

2.2 O jornalista: “Auto-proclamado um lutador”

Até meados do século XVIII, não havia tipografias instaladas na Capitania do Maranhão. Todas as informações advinham de outras províncias ou diretamente de Portugal. Segundo Meireles (1992), há muitos fatores que podem explicar o atraso na chegada das tipografias ao território: *a ocupação feita com descaso* por parte dos portugueses; *as invasões francesas e holandesas*; *o desenvolvimento econômico atrasado*, pois até a Guerra de Secessão, nos Estados Unidos, todos os produtos eram exportados; *a influência dos comerciantes lusitanos* que mantinham a estrutura conservadora e escravocrata, fiel a Portugal e *a população analfabeta* em sua maioria.

No final do século, havia alguns pasquins que circulavam na ilha de São Luís, ainda advindos de outras regiões. Somente em 1821, é lançado *O Conciliador*, primeiro jornal do Maranhão. Contudo, suas primeiras edições eram ainda registradas a bico de pena, pois, segundo Jorge (1998:17), somente em 10 de novembro saíria a primeira edição impressa.

Será, então, o princípio do século XIX, marcado pelo início da imprensa no Maranhão. *O Conciliador*, todavia, apresentava linguagem agressiva e nada conciliadora. Jorge (1998) o considera o primeiro jornal oficial, que lutava por seus interesses, que eram, na verdade, os interesses lusitanos, de forma noticiosa, com linguagem bastante feroz. Os demais jornais surgiram com essa herança linguística, ainda que o contrariem ideologicamente, seguem ainda esse modelo.

Posto isso, somente em meados do século XIX tem-se no Maranhão o desenvolvimento jornalístico. Importante ressaltar que o jornal, em si, carrega essa herança de linguagem agressiva e aguerrida em que os jornalistas atacavam o regime, demarcavam seus lugares sociais e atacavam-se.

José do Nascimento Moraes nasce em 19 de março de 1882 e cresce em meio a essa transição e incorporação social do gênero jornalístico. Autodidata, jornalista, professor de Português, no Liceu, e Matemática, para o curso Normal, escreve em muitos jornais de São Luís do Maranhão, como *O Correio da Tarde*, *O Diário*, *Jornal do Maranhão*, e outros. Cria uma imagem de si no discurso que reflete o enunciador que dá voz ao negro oprimido e luta por seus direitos sociais.

Encontramos com Nascimento Moraes muito antes de encontrarmos sua *paratopia discursiva*, ou sua obra, pois ele está nas paredes da São Luis Histórica, nas ruas do Trapiche, na Rua Grande. Enfim, em toda parte, é possível imaginar o velho professor em sua grandiosidade, subindo as ruas, cumprimentando conhecidos e seguindo em direção a louváveis jornais que, a princípio, acolheram sua intelectualidade inquieta; em seguida, foram manejados, modernizados, acolhidos e mantidos economicamente com suas palavras criativas, sua liderança e seu olhar ferino para a realidade do povo.

Também o encontramos na Biblioteca Benedito Leite, na Biblioteca Nacional e na sala de estudos e leituras da Academia Maranhense de Letras, com a qual discutia, discorria, criticava, partilhava saberes, discordava e rompia. Seu espírito literário, sua crítica jornalística, estão lá, para quem o conhece um pouco, vivos em cada mesa de bar, em cada tertúlia, cuja ausência ainda é sentida. Grande polígrafo, crítico e ativista social, filho de Manoel do Nascimento Moraes e Maria Catarina Vitória.

O pai nasceu em 1839, também ludovicense; capoeirista de primeira, tinha como apodo *Currupira*, por ser conhecido no bairro da Currupira, formado pelas Rua das Hortas, Rua do Outeiro e Camboa. Ainda lutou na Guerra do Paraguai, de onde voltou lesionado em uma das pernas. Não foi condecorado por ato de bravura como os demais, nem recebeu soldos da Guerra, por ser analfabeto. Fato já registrado por muitos historiadores, de que o negro seria usado como “bucha de canhão”, com promessas de libertação, soldos e prestígio nunca cumpridas.

Após a desilusão do retorno, trabalhava como sapateiro para sustentar a família e jurou que seus filhos saberiam ler e escrever.³⁴ Aprendeu a ler sozinho, anos depois, quando trabalhou como servente do Tesouro Nacional, lendo artigos de jornais.

A mãe, D. Catarina Vitória (a vó Babá), nasceu em São Luís e tem presença muito forte na obra de Nascimento Moraes. Era lavadeira e cozinheira da sociedade branca aristocrática. Por meio de seu carinho e de seus diálogos com o filho, D. Catarina Vitória transmite experiências e histórias vistas e vividas, que serão reproduzidas nos textos dele; o que pode ser percebido em seus muitos artigos, sob o pseudônimo de Valério Santiago, no *Correio da Tarde*, como no recorte “uma preta com o seu alvará de libertação da escravatura”³⁵.

34 Em entrevista concedida para Eliana Campos Morais Rêgo, para sua monografia de Conclusão do Curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), feita na década de 90, e intitulada O Perfil de um Negro, na Primeira Metade do Século XX, em São Luís do Maranhão: José do Nascimento Moraes, defendida em 1997, cedida para nossa pesquisa pela família Morais, representada por seus netos Loreley Nascimento Morais e Renan Nascimento Morais, José Nascimento Morais Filho (1922-2009) relata que, ao ser rechaçado para a condecoração, seu avô jurou intimamente que seus filhos “seriam doutores”. Esse fato também é relatado por Paulo Nascimento Moraes na obra *Contos de Valério Santiago*, publicada pelo Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (Sioge) em 1972, onde há a descrição das atitudes do general Osório, responsável pela condecoração dos sobreviventes, que ordenou que somente os que soubessem ler, escrever e contar deveriam se apresentar, dando um passo à frente.

35 Essa caracterização da mãe e de muitas personagens em seus diferentes textos pode ser encontrada na coluna *Puxos e Repuxos*, em *Vencidos e Degenerados* na descrição da perso-

Nos seus escritos, reinam histórias de sua infância e da relação familiar com seu irmão Raimundo Nascimento Moraes, homem público e também escritor. Nesses textos, são reveladas características da sociedade em que viveu, com destaque dos aspectos culturais, políticos e psicológicos. Encontram-se descritos, em detalhes, as ruas, os casarios, as relações de poder, os problemas sociais e as relações familiares. Ora utiliza pseudônimos (são mais de dez identificados socialmente), ora assume a autoria, ora nomeia personagens com nomes de pessoas de seu convívio, ou construindo caracterizações e personagens.

Frequentou somente a Educação básica, no Liceu Maranhense, lugar onde mais tarde lecionou para a elite maranhense, incluindo José Sarney e Ferreira Gullar. Também ministrou aulas particulares, segundo Machado (1982:9), “iniciou suas atividades jornalísticas sob a orientação e o incentivo do professor Manuel Bithencourt”, preceptor de jovens, conhecido largamente na sociedade maranhense por promover discussões literárias a partir das leituras de Tolstoi, Turgueniev, Ibsen, Strindberg, Dickens, Zola e Eça de Queirós.

José do Nascimento Moraes viveu uma época atrelada à tutelaridade historicista de Spencer e ao cientificismo evolucionista de Darwin, onde o mundo como vontade e representação era anquilosado pelo pessimismo de Schopenhauer, vertentes, os três, da poesia noturna e angustiada de Augusto dos Anjos (...) (MACHADO, 1982:11)

Idealista e sonhador, fez parte do grupo que fundou a Academia Maranhense de Letras. Boêmio, teve muitas mulheres em sua vida³⁶, mas, oficialmente, são mencionadas apenas duas. A primeira foi Dona Ana Augusta (vó Sinhá), filha de criação de Pacífico da Cunha. Fazia parte da elite branca maranhense, era culta, falava francês fluentemente e tocava piano. Com ela, teve quatro filhos: Ápio Cláudio do Nascimento Moraes, Paulo Augusto Nascimento Moraes, Nadir Adelaide do Nascimento Moraes e João José do Nascimento Moraes. Sua segunda união ocorreu de forma conturbada, pois começou em sua casa, quando recebeu Dona Maria Francisca da Graça Bogéa para prosseguimento dos estudos dela. Ela vinha do interior do Maranhão, da cidade de Arari e pertencia à Aristocracia rural.

nagem Andreza, mãe do protagonista Cláudio e também aparece na coletânea crítica de Paulo Nascimento Moraes *Contos de Valério Santiago*, publicada pela Sioge, em 1972 (p. 219).

³⁶ Em entrevista concedida para esta pesquisa, em novembro de 2013, o neto Renan de Moraes o descreveu como um espírito forte e desbravador, à frente de seu tempo e já preocupado com questões ambientais. Em abril de 2014, estivemos com Lorelei Nascimento Moraes, que falou sobre esse aspecto da personalidade do avô, dizendo que, por ser intelectual e politicamente ativo, encantava as senhoras e senhorinhas de todas as classes do Maranhão, inclusive, apaixonando-se por algumas de suas alunas. Jomar Moraes, único contemporâneo vivo, que nos recebeu na biblioteca de sua casa para um contato, no primeiro semestre de 2013, ao se referir às mulheres na vida de Nascimento Moraes, disse “Ele tinha esse bom gosto”.

Dessa união, nasceu José Nascimento Moraes Filho³⁷, que foi educado por Dona Augusta, entregue a ela com um dia de nascido, pois Nascimento Moraes foi acusado, por parte da família aristocrata, de sedução de menores. Contudo, essa relação perdeu e foi a causa de sua separação. Com a segunda mulher, teve mais cinco filhos, mas somente sobreviveram Talita Moraes e Raimundo Moraes, em homenagem a seu irmão Raimundo Moraes, com quem fundou o Instituto de Ensino Nascimento Moraes.

Em meio à constituição familiar e desavenças amorosas, desenvolveu sua intensa vida profissional. Nascimento Moraes escreveu em quase todos os jornais de São Luís, como colaborador ou redator-chefe, como *A Campanha*, *O Maranhão*, *A Pátria*, *Diário de São Luís*, *O Jornal*, *A Tribuna*, *A Hora*, *Diário do Norte*, *Diário Oficial*, *Correio da Tarde*, *A Imprensa*, *Regeneração*, *Diário do Maranhão*, *O Imparcial* e outros. Quase sempre oposicionista, cedeu parcialmente ao Estado-Novo, que o nomeou redator chefe do *Diário Oficial do Maranhão*, por seu prestígio jornalístico. Embora continuasse a expor as deficiências e mazelas do governo. Ao trabalhar

num período político que se estendeu dos governos de Benedito Leite até um pouco antes da gestão de Eugênio de Barros (1951/1956), Nascimento Moraes atravessou, quase sempre acirrada oposição, nos governos, entre muitos outros (sobretudo da fase intervencionista), de Herculano Nina Parga (1914/1918), Urbano da Costa Araújo (1918/1922), Godofredo Viana (1922 a 1926), José Maria Magalhães de Almeida (1926 a 1930), José Maria Reis Perdigão (27.11.30 a 9.1.31), Seroa da Mota (8.9.1931 a 10.2.1933), Aquiles Lisboa (1935/1936), Paulo Martins de Souza Ramos (24.11.1937 a 23.3.1945), Eleazar Soares Campos (9.11.1945 a 16.2.1946), Saturnino Belo (16.2.1946 a 10.4.1947), e poucos outros. (MACHADO, 1982:9-10)³⁸

Defendia os interesses da intelectualidade da época, formava grupos de discussão literária e já atuava no magistério, imaginando uma pedagogia dinâmica voltada à

37 Importante salientar que não há uma grafia unânime nos sobrenomes dos componentes da família Moraes, obviamente, por questões fonéticas transferidas à grafia. Do mesmo modo, percebemos a ausência da preposição em alguns nomes de familiares, ou seja, em vez de “do Nascimento”, somente “Nascimento Moraes”. Segundo o depoimento dos netos e familiares, o nome de Nascimento Moraes seria José Nascimento Moraes, mas não sabem por quê passou a assinar José do Nascimento Moraes. Acreditamos que seja resquício da divisão de classes que começou nas cartas de alforria e ainda mais a partir da Lei Eusébio de Queirós, em que os negros, em seus documentos, eram registrados com os sobrenomes de seus antigos senhores, daí a utilização da preposição de propriedade e origem de/do/da, durante certo tempo, diferenciava-se socialmente o liberto e o alforriado pela presença dessa partícula, fato que já vinha ocorrendo com sobrenomes toponímicos portugueses e patronímicos dos cristãos novos; depois se tornou uma espécie de “vício de linguagem”, identificador/diferenciador de negros e brancos.

38 Nauro Machado, poeta e escritor maranhense, escreveu ensaio brilhante e minucioso, intitulado *A Escrita Polêmica de José do Nascimento Moraes*, como Prefácio para a segunda edição da obra *Neurose do Medo e 100 artigos*, obra esgotada. Nele, classifica Moraes como um escritor *outsider* e o jornalista mais importante das primeiras cinco décadas da história do jornalismo maranhense.

práxis, lutava por ela e defendia os direitos do negro. Enfrentava com palavras e com ações sociais à sociedade em geral. Com esse posicionamento político, auto-proclamava-se um lutador, em vários pronunciamentos, discursos oficiais e textos jornalísticos. Seu único romance foi *Vencidos e Degenerados*, escrito em 1913 e publicado em 1915. Os outros livros que lhe são atribuídos são coletâneas de seus textos jornalísticos organizados em: *Neurose do Medo e 100 Artigos*; *Puxos e Repuxos*; e *Círculos* (ainda inédito). Esse último consta da documentação e pesquisa de seu filho José Nascimento Moraes Filho.³⁹

2.3 Produção

2.3.1 Puxos e Repuxos

Esses foram os primeiros enunciados com os quais tivemos contato, antes mesmo de lermos o livro organizado postumamente, pois todos os textos jornalísticos do Maranhão encontram-se digitalizados e disponíveis na Internet.⁴⁰ Para analisar a produção de Nascimento Moraes, por meio de uma perspectiva voltada para AD, fizemos com essa obra algumas análises que serviram como base para a análise de *Vencidos e Degenerados*.⁴¹ Apresentamos, a seguir, *Puxos e Repuxos* e uma análise como ilustração de algumas categorias a serem utilizadas na análise final.

2.3.1.1 Puxos e Repuxos: o fluxo linguageiro do relato de Valério Santiago

O *Correio da Tarde* assumia claramente postura republicana progressista. Seu discurso atestava o posicionamento contra os escravocratas e conservadores, como os do jornal *A Pacotilha*. De sorte que muitos jornalistas criavam pseudônimos, como forma de manter a tradição adquirida dos portugueses de escrever desta forma e, sobretudo, como estratégia contratual comunicacional de proteção da face para “atacar” o outro sem identificação direta, ainda que, muitas vezes, fossem de domínio público, suas identidades originais.

Nascimento Moraes utilizava vários pseudônimos e mais de dez são conhecidos. Analisamos os textos escritos sob o pseudônimo Valério Santiago, na coluna *Fluxos e Reflexos* (posteriormente denominada *Puxos e Repuxos*) como réplica aos textos de Antônio Lobo, autor conservador, tradicionalista, racista e reproduzidor de um pensamento ainda escravocrata do jornal *A Pacotilha* e reconhecemos o discurso jornalístico

39 Conforme relato de sua neta, Loreley Nascimento Moraes, em entrevista aberta.

40 Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> e <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>>. Acesso para consulta e pesquisa durante todo o doutorado.

41 Parte dos resultados desta análise foi apresentada no Grupo de Pesquisa Discursos na Mídia Escrita (Dime-PUC) em outubro de 2013.

do autor.

Até a edição 00192, de 1910, a coluna escrita por Nascimento Moraes chamava-se *Fluxos e Refluxos*, composta ainda por texto distribuído em, no máximo, duas colunas. Apartidário, mas extremamente politizado, Moraes cria o pseudônimo Valério Santiago que, a princípio, faz comentários gerais sobre as publicações de *A Pacotilha* e alguns acontecimentos políticos que envolvem o grupo responsável pelo jornal, incluindo-se nele o governador da comarca. Sua crítica segue o caminho do *dito relatado* (CHARAUDEAU, 2007) em que o conhecimento dos fatos vai sendo narrativizado, seguindo o caminho diegético.⁴²

O pseudônimo não somente mascara o verdadeiro enunciador, mas também cria um novo enunciador, o qual revela a herança do discurso dos jornais do século XVIII, cujos escritores criavam pseudônimos para escrever em jornais; também revela a instituição do primeiro movimento discursivo, ao criar a encenação, necessária para valorizar o seu *dizer*.

Com isso, narrativiza e descreve os co-enunciadores e coenunciadores d'*A Pacotilha*, quase como personagens surreais. Ora ataca diretamente Antônio Lobo, e utiliza somente seu sobrenome, ora utiliza seu pseudônimo Galliza, de modo que essa contenda cresce e, na edição 00193, de 27 de julho de 1910, a coluna passa a se chamar Puxos e Repuxos, em que o texto surge maior, mais encorpado, com três colunas ou mais, diretamente dirigido à réplica a Lobo.

Princípios como *fato relatado*, *dito relatado* e *discurso relatado* de Charaudeau (2007-2012) são significativos para a análise do *topos* jornalístico, na construção do espaço discursivo e da encenação genérica para verificar como o *dito relatado* revela as condições sócio-históricas de produção da época por meio das estratégias linguísticas, cuja base teórica apresentamos a seguir.

O dizer jornalístico carrega dimensões histórico-ideológicas que permearão as características do discurso do jornal e dos sujeitos que o compõem, bem como as estratégias de composição. Assim, o discurso contido nos jornais do século XVIII refletia a subserviência da colônia em relação aos padrões europeus e à defesa de seus valores. Uma vez que o Maranhão, enquanto capitania, ainda se constituía, a ausência de tipografias e a existência de jornais artesanais, compostos por jesuítas, revelam a posição dos sujeitos em relação à nação que se formava. Já no século XIX, a linguagem é o elemento propulsor dessa composição, porque ainda não havia a presença maciça de imagens em quantidade para o registro dos fatos.

“A imprensa diária no século XIX era essencialmente o vetor da palavra do político ou do cidadão na tribuna. No começo do século XX, confundiu-se com frequência com o partido de que era porta-voz.” (MOUILLAUD e TÉTU, 1989 *apud* CHARAUDEAU, 2006: 68). Ou seja, o poder da palavra era ainda mais forte porque tanto reve-

42 A diegese é a “narrativização discursiva”, a qual, nesse pseudônimo, é tão proeminente que há uma obra intitulada *Contos de Valério Santiago*.

lava certa ideologia ou representação política, quanto se esforçava para criar o efeito de veracidade, por meio das diferentes operações de seleção para a composição textual sem o auxílio de imagens ou técnicas apuradas de impressão. A palavra compunha a encenação necessária para a concepção da mensagem. Charaudeau (2006) afirma que os dispositivos de construção de sentidos no ato de comunicação estão centrados nos sujeitos “falantes”.

Tais dispositivos comporão a encenação genérica num movimento de *alocução*, quando há influência do locutor em relação ao interlocutor; de *elocução*, quando o discurso parte do locutor consigo mesmo; e de *delocução*, quando expõe seu posicionamento sobre/com um terceiro.

Em toda sociedade a produção do discurso está controlada, selecionada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função excluir poderes e perigos, dominar o acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e temível materialidade.
(FOUCAULT, 1998: 34)

Ao esquivar-se da materialidade discursiva, os sujeitos utilizam estratégias que vão do plano do enunciado ao situacional e vice-versa (Quadro IV).

Quadro V – Plano enunciativo versus plano textual.

Plano do Enunciado Elementar	Situação de enunciação	Situação de locução
	Enunciador/coenunciador	Locutor/alocutário
	Não-pessoa	Delocutor
Plano do Texto	Situação de discurso	
	Ponto de Vista Externo	Ponto de Vista interno
		Cena de enunciação
	Situação de Comunicação	Cena englobante
Cena genérica		
		Cenografia

Adaptado de Maingueneau (2007:207)

Ao compor essa encenação, seja no século XVIII, seja na atualidade, os jornais já utilizam, em cada caso de comunicação midiática, os modos de organização do discurso, apontados por Charaudeau (2006) como: *relatar, comentar e provocar confrontos de ideia*, ainda que não haja a presença maciça da imagem e de outras mídias como a TV, o rádio e a Internet.

Relatar o acontecimento, que compreende *fatos e ditos*, tem como consequência construí-lo midiaticamente. O *fato relatado* é objeto de descrição, de explicação e reações, ou seja, trata-se de relatar um acontecimento a partir da construção de uma narrativa. A narrativa midiática impõe o problema da linha tênue entre realismo e ficção para o sujeito que vai relatar. (CHARAUDEAU, 2006).

O *dito relatado* faz parte da linguagem humana, uma vez que “todo fato de linguagem poderia ser considerado um discurso relatado” (CHARAUDEAU, 2006:161).

O *discurso relatado*, por sua vez, emana da encenação e da interação entre os sujeitos do dizer, somados ao fato e ao *dito relatado* para construir/ reconstruir ou desconstruir o que foi dito. Para Charaudeau (2006), o *discurso relatado* se constrói a partir da dupla operação reconstrução/desconstrução, tanto em relação ao outro, quanto a si mesmo.

Espera-se que a instância midiática utilize a descrição, a explicação (diegetizada) e apreciações para a constituição de um “ponto de vista” (CHARAUDEAU, 2006: 158). Chega-se, assim, a uma inter-relação entre *acontecimento midiático*, desmembrado em *acontecimento relatado, comentado e provocado* (Quadro V).

Quadro VI – Composição do acontecimento midiático

Acontecimento Midiático		
Acontecimento Relatado	<i>Construção de um espaço temático rubricado/noticiado/tratado</i>	Fato relatado Dito relatado
Acontecimento Comentado	<i>Construção de um espaço Problematizado</i>	Análise comentário
Acontecimento Provocado	<i>Construção de um espaço de debate público externo às mídias</i>	Tribunas, entrevistas e debates

Adaptado de Charaudeau (2006:151)

Observamos que as características discursivas de Nascimento Moraes no *Correio da Tarde*, na coluna Fluxos e Refluxos, posteriormente, Puxos e Repuxos, na qual responde às ofensas de Antônio Lobo, também literato maranhense, escravocrata e republicano, que escrevia no jornal *A Pacotilha*, sob o pseudônimo D. Galiza. Ambos, Santiago Valério e D. Galiza, se ofendiam e digladiavam com palavras duras e adjetivos nada tênues, cujos posicionamentos políticos em relação à Abolição e ao estilo de cada um deles como autores se reforçavam.

Esse duelo linguageiro dá-se de forma agressiva e faz lembrar o jornal *O Conciliador*. Todavia, esse estado de violência gerado pela contenda, aparentemente, faz

aumentar o número de leitores, uma vez que a coluna torna-se praticamente um “folhetim”, cujo conflito pode ser acompanhado durante as edições posteriores. Assim, na organização de seu *dizer*, o enunciador conjuga os elementos apontados por Charau-deau (2006) como organizadores do ato comunicacional na mídia: *relata, comenta e provoca conflitos de ideias*.

Retomando o quadro adaptado de Maingueneau (2008) e aplicando-o à análise discursiva do enunciador aos recortes dos textos jornalísticos de Moraes, chegamos ao Quadro VI.

Quadro VII – Análise ilustrativa do discurso jornalístico de Puxos e Repuxos

Plano do Enunciado Elementar	Situação de enunciação	Situação de locução
	<p>Enunciador/coenunciador</p> <p>Não-pessoa</p> <p>Constitui-se na voz do negro enunciador que tem como coenunciador todos os outros negros e escritores defensores da abolição, representado pela figura do pseudônimo</p>	<p>Locutor/alocutário</p> <p>Delocutor</p> <p>Valério Santiago assume o papel de locutor/ Moraes é o alocutário e alternam-se, nos papéis de delocutores, Moraes, Santiago, Lobo e Galliza</p>
Plano do Texto	Situação de discurso	
	<p>Ponto de vista externo</p> <p>Constrói-se a partir da interlocução entre a conjuntura política e o discurso de ambos</p>	<p>Ponto de vista interno</p> <p>enunciação: ocorre por meio do discurso relatado</p>
	<p>Situação de comunicação</p> <p>Nascimento Moraes <i>versus</i> Antônio Lobo = Valério Santiago <i>versus</i> D. Galiza. Situação criada por posicionamentos políticos distintos em que Moraes é nitidamente abolicionista e republicano, enquanto Lobo é republicano, porém conservador, escravocrata e racista</p>	<p>Cena englobante: Composta por réplicas e tréplicas que criticam a situação do Maranhão expostas pelo olhar simplista dos jornalistas de <i>A Pacotilha</i>, sobretudo Antônio Lobo, criando uma Arena</p> <p>Cena genérica: coluna do jornal <i>Correio da Tarde</i> do Maranhão</p> <p>Cenografia: luta/debate político-literário.</p>

Adaptado de Maingueneau (2008)

No plano do enunciado elementar, apreendemos um discurso de contestação que instaura o discurso de todos os homens negros, difamados e insultados por homens como D. Galiza/Lobo e para divulgar o acontecimento midiático. Nesse caso, em suas réplicas às críticas infundadas, Santiago Valério une/interpola as três dimensões do dizer, expostas no Quadro VI, ou seja, *tematiza/relata*, *problematiza/comenta e debate/provoca*. Utiliza um linguajar carregado de analogias, ironias e comparações; imprime no *dito relatado o discurso relatado* de sujeitos letrados e literatos, cujos princípios e ideologias divergem.

Importante é ressaltar que a sequência do acontecimento, enquanto debate político, depende intrinsecamente do ponto de vista exterior, uma vez que é preciso conhecer a contenda para analisar os âmbitos enunciativo e o textual. Para exemplificar as estratégias de Valério Santiago, recorreremos a categorias extraídas de Charaudeau (2006) e aplicamos ao texto da edição 00197 de 1º de agosto de 1910 (Quadro VII).

Quadro VIII – Análise ilustrativa das modalidades locucionais.

Modalidades Alocutivas	
Interpelação	1. [Negro! Eis ahí o insulto, a palavra com que elles pensam que nos esmagam, que nos reduzem à última expressão.]
Injunção	2. [Si Lobo demonstrar esse pedacinho de oiro que ahí ficou acima, não lhe chamaremos mais de Bôbo! .]
Julgamento	3. [Na verdade, é digno de nota que um homem, que um homem talentoso e de muito saber, escreva versos ameaçando de chicote, relho crú etc. o adversário!!!].
Modalidades Elocutivas	
Constatação	4. [Eis ahí uma afirmativa que Lobo não prova, uma proposição que elle não demonstra.]
Opinião	5. [Sujeitos que se dizem representantes das letras maranhenses...]
Apreciação	6. [Estamos satisfeitíssimos com essa amostra que deram do seu elevado preparo e grandeza intelectual e moral.]
Modalidades Delocutivas	
Asserção	7. [Para se saber quem foi que elle insultou, basta que nos diga qual é a elite do Maranhão!!!]
Discurso relatado	8. [Durante o relato, Santiago Valério cita partes do livro de Lobo para criticá-lo, fazendo uso de citações, evoca outros autores e autoridades e integra o discurso do outro ao seu discurso.]

Adaptado de Moraes (1910, s/n)

No decorrer do *discurso relatado*, Santiago abusa da ironia para conseguir a adesão do leitor para este e para o próximo texto: inicia com [Um pequeno cavaco antes de continuarmos o esphacelamento de mais uma obra de Antonio Lobo] e finaliza com [E a pancadaria continuará a descer amanhã] (MORAES, 1910, s/n).

No melhor estilo sensacionalista, demonstra aos novos leitores, com a utilização do verbo *continuar*, que esse [esphacelamento] já começou e não terminou. A utilização das metáforas [esphacelamento] e [pancadaria] reforça a encenação discursiva de embate/luta/contenda.

Percebemos, assim, por meio da escrita de Nascimento Moraes que, no Maranhão, em pleno século XIX, muitas características dos pasquins manuscritos do século XVIII persistem; não como imposição ou demérito, mas como herança discursiva constitutiva que domina um estilo. Entretanto, a linguagem jornalística e o contrato comunicacional midiático já apresentam características próprias e fortemente instauradas, uma vez que não há a imagem como apoio.

A partir do que foi dito sobre *O Conciliador*, que preconizava e defendia a constituição lusitana de forma aguerrida e nada conciliadora, somando à maneira como a coluna *Puxos e Repuxos* vai se tornando uma “arena” entre Nascimento e Lobo, ou entre Valério Santiago e D. Galiza, temos, aí, as condições sócio-históricas de produção denunciadas pelo meio em que o autor foi educado e pelo contexto em que viveu. Dessas condições, surge uma enunciação que, aparentemente, inova a proposta do jornal *O Conciliador*.

Se, por um lado, inova ao criar um discurso jornalístico-literário, cujo *dito relatado* exegético⁴³ é pormenorizado, e recria sentimentos e fatos, por outro, mantém postura semelhante ao *O Conciliador*, que segue o modelo da época para expor sua opinião. Isto é, utiliza o modelo, mas inova ao defender claramente seu posicionamento republicano progressista e por já preconizar posturas que serão defendidas pelos Movimentos Negros da atualidade.

O preconceito contido no discurso de D. Galiza cria um estado de violência reconstituído e reiterado verbalmente, de tal modo que Valério Santiago, em suas réplicas e tréplicas, vai, gradativamente, aumentando seu ardor e suas ironias se tornam sarcásticas, cada vez mais ofensivas e são corriqueiras palavras como: [destruir, esphacelar, pancadaria, torpe, idiota, imbecil, vil e outras]. À utilização do termo [Negro], Valério Santiago responde (Fig.3):

43 Charaudeau (2006) utiliza o termo exegético ao dizer que funciona como explicação ou comentário, ampliando o significado teológico original do termo (relativo à exegese bíblica).

Figura 3.- Recorte extraído de Correio da Tarde

Sujeitos que se dizem representantes das letras maranhenses, typos salientes, representativos da nova geração maranhense, como Luiz Torto e outros menos notáveis; professores particulares, ainda como Luiz Torto, e de estabelecimentos de nossa instrução secundaria, ou com pretensões para isso, typos que se nomeiam jornalistas aggridem-nos pelas ineditoriaes da «Pacotilha», chamando-nos de negro!

Negro! eis ahi o insulto, a palavra com que elles pensam que nos esmagam, que nos reduzem á ultima expressão!

Que não diriam se fôssemos brancos da ilha, ou mesmo caboclo!

Fonte: Correio da Tarde. São Luis do Maranhão, 1º ago. 1910, Ed. 00197.

Utiliza, em sua resposta, a estratégia de *delocução* em [Sujeitos que se dizem representantes das letras...] (MORAES, 1910, s/p) e também faz uso da alusão ao dizer de D. Galiza no jornal *A Pacotilha*. Nessa mesma coluna, dirá que [Negro é aquele que todo mundo sabe insultar] (MORAES, 1910, s/d)], assim, utiliza a palavra do outro para diminuir seu discurso, inferiorizar sua posição e partir de uma suposta posição social particular a uma posição generalizada. Com esse movimento, aos poucos, o cenário vai se tornando agressivo e violento. Contudo, não somente a contenda política mantém o discurso da violência; reproduz ideologias da época, e também demonstra que o preconceito é um estado de violência.

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira, direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais.
(MICHAUD, 1989:10)

Valério Santiago é agredido durante a situação de comunicação criada pela coluna e revida com a crítica à obra de Antônio Lobo e de seus pares, bem como sua posição social e profissão. Por sua vez, D. Galiza (Lobo) critica a condição humana de Santiago, identificando-o e confrontando-o com o estereótipo do negro na visão dos republicanos conservadores. Segundo Cano (2012), o reforço de estereótipos negativos confirma e reinstaura estados de violência.

Para finalizar, ao observarmos a constituição do contrato social que cria a encenação de uma verdadeira arena, o linguajar e as figuras de linguagem, sobretudo as metáforas e as ironias, percebemos o prenúncio de uma linguagem jornalística sensacionalista, uma vez que o debate político-ideológico acaba por ampliar as dimensões do *dizer* de forma exagerada, quase hiperbólica, fato que, provavelmente, fomentava também a popularização e a venda do jornal.

Na análise de Puxos e Repuxos, reconhecemos “o lugar do dizer jornalístico” na vida de Nascimento Moraes, em que *o discurso da negritude* se manifesta na forma como esse enunciador se assume negro discursivamente, apresenta o negro discursivamente, apresenta diversos pontos de vista que abarcam a temática da africanidade e interage na busca de interlocutores negros, ou que se identifiquem com as questões que os envolvem.

É dessa postura e dessa experiência com o pseudônimo Valério Santiago que surge a obra *Contos de Valério Santiago*, publicada pela primeira vez em 1972 e reeditada em 1982 pela Secretaria de Educação e Cultura do Maranhão, com *Vencidos e Degenerados*, em único exemplar. Nesta edição, encontramos 21 contos intitulados:

- A vida de um homem de bem;
- O caso de dona Florinda;
- O “monstrinho” de dona Filomena;
- A preta Benedita;
- A canção que ainda não morreu;
- Uma lição proveitosa;
- Um homem singular;
- Estranho caso;
- Desmoronamento;
- “Tu, só tu, puro amor...”;
- O primeiro beijo;
- Sacrifício;
- Por sobre os saibros;
- Um homem diabólico;
- Madame Andréia Schandley;
- João Amâncio Sarará;
- Um conselho de família;
- Dona Aniquinha;

- Ladrões!...;
- A decepção de Chico Pastinha;
- Os mirantes de São Luís.

Se, nos artigos publicados em resposta a Antônio Lobo, há um enunciador que se assume negro para defender sua condição social e seus direitos, em *Contos de Valério Santiago* o enunciador muda o ponto de vista e passa a falar sobre o negro na sociedade maranhense. Assim, a obra retrata valores e costumes familiares, aspectos históricos, arquitetônicos, políticos, culturais e sociais, sem deixar de lado a crítica social.

No último conto, por exemplo, utiliza a degradação dos Mirantes de São Luís como grande alegoria para criticar a decrepitude social: “Quantas páginas lancinantes e quantas alegrias exuberantes, como as que produzem a fortuna e o dinheiro dormem silenciosamente na mudez das suas pedras e dos seus telhados.”⁴⁴ (MORAES, 1982: 328).

2.3.2 Neurose do Medo e 100 Artigos

Essa obra está esgotada e talvez seja a mais difícil de ser encontrada, pois não há exemplares em bibliotecas ou sebos maranhenses e a sequência de artigos não está digitalizada exatamente em ordem.

Só tivemos contato com ela recentemente e trata-se de uma organização feita a partir dos artigos publicados por Nascimento Moraes durante sua carreira jornalística. Nessa edição, a primeira parte, que seria a referente ao livro *Neurose do Medo*, em que o autor critica social e politicamente o governo de Raul Machado (com Benedito Leite, foram os mais criticados pelo autor), que substituiu o governador Urbano Santos, na época ainda recebendo o título de presidente e foi deposto pelo Corpo Militar do Estado.⁴⁵

Segundo o enunciador, por força pública, Raul Machado recusou-se a abdicar e ficou detido no Palácio do Governador. Foi levado à prisão domiciliar e houve a intervenção do exército e do governo federal, bem como os embates entre os apoiadores de

44 Moraes, José do Nascimento. **Contos de Valério Santiago**. São Luis: Secma, 1982, 328p. Tivemos contato com a obra recentemente; também é intensa a presença do *discurso da negritude* em sua composição enunciativa. Nela encontramos características íntimas da sociedade maranhense e da posição do negro naquela época.

45 O período republicano se inicia no Maranhão em 1889 com a Junta Governativa Maranhense. O estado teve 63 governadores até a atualidade. Raul Machado foi governador em dois períodos:

em 1918 de 09 a 21 de outubro, quando foi deposto, neste período seu antecessor foi José Joaquim Marques e seu predecessor Urbano Santos da Costa Araújo;

em 20 de fevereiro de 1922 retoma o poder e governa até 20 de janeiro de 1923, quando por precedido por Godofredo Mendes Viana.

Machado e os militares e seus opositores. De certo modo, o título “neurose do medo” faz referência às atitudes descabidas do governador, que deixara de confiar na maior parte de seus correligionários e da sociedade, após reassumir o poder e passara a viver com medo constante. Ele reagiu ao próprio medo, a ponto de contratar mercenários, afirmando que “não resta dúvida é que o medo presidencial era, sempre, cada vez mais crescente, correndo parselhas com ele os mais tenebrosos e selvagens planos de vingança, que a covardia alicerçava com um carinhoso egoísmo”. (MORAES, 1982:81). Todavia, o medo foi confirmado pela insurreição militar que o depôs definitivamente.

O enunciado de narrativa jornalística se desenvolve como um diário político seguido e transcrito por um jornalista. Embora não sejam datados, é possível acompanhar quase cinematograficamente o governo de Machado e suas reações diante da deposição, os vínculos de amizade e os posicionamentos políticos da situação e da oposição. Sobre Raul Machado diz:

[O sr. Raul Machado revelou-se um político dessa condenada escola que prejudica o nível moral das classes.

Homem instruído, professor, jornalista, jurisperito, inteligente e educado, o sr. Raul Machado não manifesta em suas ações essa superior norma de homem público que traduz a excelência de uma cultura. Seus conhecimentos não lhe deram um ideal, não lhe esboçaram uma construção política, não lhe assinalaram um alvo a atingir, um objetivo a colimar, uma aspiração a realizar, assim como um sonho de grandeza, muito rútilo, dentro do qual se lhe afigurasse a coletividade.] (MORAES, 1982:55)

[Era ele, o sr. Raul Machado, uma esperança. Representava uma garantia para a população descontentada? Não! O sr. Raul Machado sempre em público se manifestara de pleno acordo com a orientação política e administrativa do estadista maranhense! Sempre, em público, se revelara amigo incondicional do sr. Urbano Santos!] (MORAES, 1982:61)

[A mentira administrativa era um fato que ninguém podia contestar, e o sr. Raul Machado se mostrava solidário com essa mentira. A mentira administrativa gritava escandalosamente por todos os cantos e o sr. Raul Machado não se escusava de apoiá-la!]

(MORAES, 1982:61)

[Se o espírito do sr. Raul Machado tivesse tão combalido teria visto nessa ocasião que o seu governo não tinha as simpatias do povo, que p seu partido não tinha prestígio, nem força.] (MORAES, 1982:85)

Aplicando novamente o quadro adaptado de Maingueneau (2008), somente à primeira parte dessa obra, dentro dos limites possíveis para uma ilustração explicativa de uma tese, temos:

Quadro XIX- Análise ilustrativa de Neuroses do Medo

Plano do Enunciado Elementar	Situação de enunciação	Situação de locução
	Enunciador/coenunciador Não-pessoa Constitui-se na voz do cidadão opositor ao governo enunciador que tem como coenunciador os situacionistas e a sociedade em geral	Locutor/alocutário Delocutor O locutor é um jornalista insatisfeito do jornal <i>O Diário</i> ; não há delocução, o locutor busca a adesão do público-leitor. O delocutor é também o jornalista que fala da ingovernabilidade de Raul Machado e das ações militares, proclamando também a insatisfação geral
Plano do Texto	Situação de discurso	
	Ponto de vista externo Constrói-se a partir da interlocução entre a conjuntura política e a mídia	Ponto de vista interno Cena de enunciação: ocorre por meio do discurso relatado que demonstra a deposição do governador e atribui ao medo o papel de motor das ações precipitadas de Raul Machado
	Situação de comunicação Narrativa jornalística; crônicas distribuídas numa sucessão de cenas com ritmo cinematográfico para retratar a insatisfação política causada pelo governo de Raul Machado	<i>Cena englobante:</i> Deposição do governo; embate entre militares e mercenários <i>Cena genérica:</i> artigos e crônicas. <i>Cenografia:</i> diário jornalístico, relatando a insatisfação com relação ao presidente Raul Machado. Revolução social e as reações violentas causadas pelo medo de perder o poder, por parte de Raul Machado.

Adaptado de Maingueneau (2008)

A **segunda parte** da obra é composta por cenas genéricas⁴⁶, em forma de artigos e crônicas escritos e publicados em diferentes épocas, nos jornais *Tribuna e Diário Oficial*, separados pelos seguintes universos discursivos: *políticos, filosóficos, sociológicos e históricos; educacionais e literários (análise crítica)*.⁴⁷

2.3.2 Vencidos e Degenerados⁴⁸

Nesta seção, apresentamos *Vencidos e Degenerados* no que concerne à sua materialização textual, como gênero do discurso literário, para procedermos à análise discursiva, no último capítulo deste livro, dedicado à análise específica do *corpus*.

Ressaltamos que, também em seu discurso literário, o escritor imprimiu um tom jornalístico; e abordou de maneira crítica a temática do preconceito racial. Seu único romance, *Vencidos e Degenerados*, *corpus* específico deste livro, primeiramente publicado no Maranhão em 1915, demorou dois anos para ser editado⁴⁹. Segundo os depoimentos iniciais na apresentação da quarta edição do livro, foi escrito “no sobrado do mirante sito na Rua da Cruz, então sob o nº 61, esquina com a da Paz”⁵⁰. Faremos um breve resumo da obra, uma vez que dedicaremos um capítulo inteiro à análise.

Vencidos e Degenerados é uma produção ainda pouco explorada no âmbito das pesquisas linguísticas e literárias, mas razoavelmente investigada, principalmente em pesquisas da área de História e Sociologia sobre a república maranhense e a sociedade abolicionista no Maranhão em diferentes universidades do País.

No prefácio escrito por Nauro Machado,⁵¹ para a obra *Neuroses do Medo e 100 Artigos*, há um ensaio sobre toda a obra de Moraes, que é assumido como

46 Cena genérica está relacionada ao gênero, conforme veremos nos Capítulos III e IV.

47 Esta obra cerca-se seguramente de aspectos pertencentes ao *discurso da negritude*, contudo, nosso envolvimento com seus textos é ainda recente e não fizemos uma pré-análise aplicativa, como já fizemos com Puxos e Repuxos, o quadro é somente aplicativo, pensando numa análise extensa futura.

48 Diferentemente das outras obras citadas, a análise propriamente dita de *Vencidos e Degenerados* será feita no capítulo VI. Aqui nos limitamos à apresentação do *corpus*, necessária ao conhecimento geral da obra para o primeiro contato. Essas características serão retomadas na apresentação das categorias de análise necessárias ao estudo da paratopia e demais aspectos da AD.

49 Essa edição é antecedida por depoimentos de contemporâneos de José do Nascimento Moraes. Humberto Ramos de Almeida Jansen Ferreira relata, no segundo depoimento de abertura, na apresentação inicial dessa edição que tem em suas memórias pueris ter ajudado a dobrar os cadernos, o livro demorou dois anos para ser editado, em razão da falta de recursos.

50 No primeiro depoimento, no livro, emitido por L. Porciúncula de Moraes.

51 Autor maranhense, nascido em São Luís, em 1935, considerado possuidor de “Vasto conhecimento de filosofia e arte em geral, em especial em literatura e cinema, o poeta domina a língua francesa desde a tenra idade. Escritor profissional, sem dúvida um clássico de Língua Portuguesa, no melhor e mais amplo sentido do particular para o universal, Nauro Machado vem, ao longo de 45 anos, construindo uma obra poética monumental no panorama da Literatura Brasileira e Portuguesa, representada já por trinta e quatro títulos”. (Disponível em: <<http://www.guesaerrante.com.br/2005/11/30/Pagina356.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2015).

“paradigmaticamente” filho do povo. “Fruto do desconcerto social, em seus desníveis gritantes, e não das preocupações metafísicas, em suas angustias hamletianas” (MACHADO, 1982:11).

Mérian (*apud* MACHADO, 1982)⁵² afirma que se trata de um romance marcante que, certamente, torna-se estruturalmente uma crônica do Maranhão, verdadeiro documento sociológico, mas também histórico e político.

A encenação inicia-se em 13 de maio de 1888. Narrada em terceira pessoa, descreve a São Luís dos sobradões em torno das Ruas do Giz, Estrela, Trapiche e da Palma, e nas localidades centrais, hoje históricas, onde se localizavam os jornais. Seu protagonista principal é o negro na sociedade maranhense republicana pós Lei Áurea. O livro é dividido em duas partes: a primeira vai da abolição ao início do processo republicano e apresenta, de forma tênue, a infância do personagem principal, Cláudio; a segunda parte dedica-se à fase adulta de Cláudio e analisa a sociedade após a República.

Na primeira parte do livro, a personagem primária⁵³ de destaque é José Olivier, por sua força e presença na narrativa, na análise discursiva, que procederemos no último capítulo. É considerado um enunciador importante por ser representante *do discurso da negritude*. Alguns leitores e críticos locais o consideram protagonista, entretanto, é pai adotivo de Cláudio e está na primeira parte somente para compor o espaço social em que Cláudio fora educado.

Olivier é jornalista, descrito como “vibrante e orador fluente que pela imprensa muito trabalhava em favor dos oprimidos”, fisicamente

era um rapaz alto, magro, moreno, rosto largo, olhos negros e vivos, faiscando através das lentes do pince-nez. Envergava um fato azul-claro; trazia um colarinho alto, gravata parda, a borboletear. Não dispensava uma flor qualquer à botoeira, e exibia naquela manhã um desabrochado botão de rosa amarela, luvas no bolso do peito do paletó, e um palhinha airoso e leve. Caminhava com o passo largo e medido. Quando andava, metia o dedo no polegar na cava do colete, balançava o corpo e a cabeça, jogando com as espáduas, para a direita e para a esquerda, frente alevantada, altiva, e se porventura a baixava era para se espalhar no verniz da botinha. Era mestiço e fora com dificuldade que se colocara na imprensa e se fizera guarda-livros de im-

52 Jean-Yves Mérian é estudioso da obra de Aluisio Azevedo, principalmente de *O Mulato*. Não encontramos o texto original ao qual Nauro Machado faz referência, ainda que essa análise seja reproduzida em alguns sites maranhenses, mas julgamos relevante expor seu comentário, considerando a referência válida pela seriedade imposta a Nauro Machado.

53 Dentro do estudo dos componentes da narrativa, há a divisão entre personagens protagonistas e antagonistas, e ambos dividem-se, em graus de envolvimento com o enredo, em primárias e secundárias, sendo essas últimas apenas suportes na composição da cena.

portante casa comercial. Era um cronista excelente e sustentava no jornal as graças e as louçanias do dizer castiço e vernáculo.
(MORAES, 2000:28)

Olivier era membro do Clube Artístico Abolicionista Maranhense. Naquele momento, todos os componentes do clube dirigiam-se à casa de José Maria Maranhense, que também era

mulato, mais baixo que alto e careca. Contava quarenta e tantos anos, grisalho, gordo e simpático. Marceneiro de profissão e estudante nas horas vagas. Tinha decidido gosto pelas letras, pela ciência, por tudo, enfim, que fosse do domínio da inteligência humana. (MORAES, 2000:32)

Para aguardar a confirmação da assinatura da Lei Áurea por telégrafo, reuniu em sua casa os participantes do clube, amigos e vizinhos.

Em torno dessa espera e da reunião em casa de maranhense, o narrador descreve o clima de euforia da cidade em detalhes, bem como a situação de portugueses, escravos e ex-escravos, senhores, latifundiários e feitores. Descreve minudentemente a constituição econômica social; afirma que as relações trabalhistas estavam alteradas e que ainda havia uma maioria explorada. Além disso, denuncia senhores que se recusavam a aceitar as novas relações; escravos libertos que viviam em penúria; e outros que poupavam para ter seus próprios escravos e vestir-se como patrões.

Contudo, há os que trabalham por necessidade, os que são arimos de seus pais, pelo menos os ajudam a viver, pobrezinhos, sem o alinhavo o do confortável e do cômodo. Conhece-se, à primeira vista, pela fisionomia e pelo traje, pelo andar e pelos modos, nem se unem eles com os mais, para que se não sintam frequentemente humilhados no seu estado precário. São estes os futuros guarda-livros, os empregados de escritórios, os gerentes das grandes casas comerciais, porque enquanto aqueles, deixando o serviço em que sedistra em, correm aos folguedos, aos namoros e aos bailes, eles, os pobres e sacrificados que trabalham por necessidade, procuram habilitar-se nas aulas noturnas, onde estudam as matérias que são precisas para lhes preparar o espírito para os mais importantes postos de sua profissão. Os que trabalham por vaidade pertencem, na sua maioria, às antigas famílias do Estado, ou às que delas descendem. Os necessitados são, na maior parte, oriundos do povo, pertencem às famílias pobres e desprotegidas que não se misturam com as que representam a fina flor da sociedade. Os que trabalham por fortitude são, como os portugueses, mandados buscar nas vilas de

Portugal, os futuros patrões, os diretores de Banco, os proprietários e capitalistas. (MORAES, 2000: 57)

Olivier é pai adotivo de Cláudio e esmerava-se em sua educação; seus pais legítimos eram Domingos Daniel Aranha e Andreza. Domingos Daniel Aranha era sapateiro e trabalhava e morava com Olímpio Santos. Porém, antes disso, tinha sido “capanga de seu senhor”, capoeirista, era conhecido em toda São Luís por suas bravatas,

era mulato alto de meia idade, mais magro que gordo, pouca barba, bigode ralo, cabelos crespos. Trajava calça e camisa branca, cujas mangas arregaçava, chapéu de palha ordinária, mole, e não calçava. Era uma fisionomia simpática e essa simpatia lhe vinha do olhar claro e cheio de bondade. (MORAES, 2000:41)

Seu único amigo era Olímpio Santos, descrito como

um preto retinto, alto magro, rosto redondo, de expressão carregada de tédio, cabeça seca, olhos grandes e amortecidos. Davase-lhe, aproximadamente, trinta e poucos anos de idade. Trajava habitualmente fraque e colete preto, camisa branca, lustrosa, gravata preta, calça branca, dura de goma, chapéu de feltro, de copa alta, sapatos de pelica preta, de bom feitio. (MORAES, 2000:39)

Era de origem mina, mas era sozinho desde muito cedo, porque sua tia e sua mãe faleceram e nunca se casou. Ambos estavam em meio aos festejos do 13 de maio e são personagens que fazem parte de toda a narrativa do romance, do começo ao fim.

Andreza Vital também faz parte de toda a narrativa e está a caminho para as comemorações. Ela “era uma das satisfeitas, pois que se libertara em torno da Lei” (MORAES, 2000:47).

Era uma mulata alta, magra, simpática, de trinta e cinco a quarenta anos aproximadamente. Amasiara-se com o Aranha havia anos, muito antes do ano em que ele tivera de acompanhar o senhor pelas fazendas alheias, em conquistas amorosas. (MORAES, 2000:47)

Mas separaram-se por mágoas do passado e, agora, ela expunha sua exuberância em festas e bares; havia rumores de que teria muitos amantes, embora seja descrita como séria e comedida. Ela dividia o que ganhava com a família de Olivier, que criava seu filho, e Aranha passava todos os dias para ver o filho e presentear a senhora que o criava. Tomada por uma tristeza profunda, vivia envolvida em bebedeiras e pândegas.

Além desses personagens, há muitos outros secundários, de ordem menor, ex-

ceto Zé Catraia e o quitandeiro/bodegueiro João Machado.

Zé Catraia era o bêbado mais conhecido da cidade, representava seus ouvidos, tudo sabia, até os mais íntimos segredos. Entrava nas festas burguesas sem ser convidado e vivia caído, dormindo pelas ruas de São Luís, quando lhe convinha, contava antigas histórias com as quais tinha contato, “tinha alguma coisa de orador popular” (MORAES, 2000:45). Libertou-se com a abolição da escravidão, mas a liberdade “não lhe trouxera propriamente vantagem que mereça menção. Era escravo de confiança de seu senhor, um velho decrépito que mais medo havia dele que ao diabo” (MORAES, 2000:46).

João Machado (apelidado *Paletó Queimado*) representa o desenvolvimento social e a ascensão comercial do português em terras maranhenses; mudou seu *status quo*, pois enriquecera de forma ludibriosa e ampliara suas relações com o governo e com a burguesia. Após a República, torna-se o melhor amigo de Olivier, aproximando-se dele para adquirir o prestígio social dado aos homens endinheirados que tinham algo de saber.

Olivier tem um preceptor, o professor Carlos Bento Pereira, que critica abertamente a ordem social; organiza saraus literários; e sonha publicar um panfleto (manifesto) para chamar a atenção das pessoas em geral sobre os problemas que se instauram. Seria uma síntese social e política, à espera de renovação social apoiada por Olivier.

Cláudio assume efetivamente seu papel de protagonista e começa a trabalhar também no jornalismo com as bênçãos de Bento e o apadrinhamento de Machado e, após a morte de seu pai adotivo Olivier, passa a frequentar ainda mais a sociedade. Sobre Olivier, sabe-se que morreu esperando a transformação que não chegara, que não havia publicado o tal panfleto e

sua vida passara por uma transformação extraordinária. João Olivier, seu pai de criação, o vibrante e inesquecível cronista maranhense morrera ao voltar de Belém, para onde fora, depois de alguns anos de ostracismo em sua terra. O grupo político contrário ao que ele pertencia galgou o governo definitivamente. Olivier aguentou os primeiros anos de perseguição. Dava-lhe o ordenado de guarda-livros, o qual, por causa das péssimas condições do comércio, fora reduzido para as despesas mais urgentes. A crônica não lhe rendia nada. A imprensa maranhense é servida por um grupo de rapazes que gratuitamente trabalham, contentando-se com o representa-la nos bailes, nas festas, nos banquetes e no teatro. (MORAES, 2000:97)

Surge uma elite postiça e os clubes abolicionistas são extintos. Cláudio funda um grêmio literário, chamado Gonçalves Dias, “como houvesse marasmo no Maranhão,

dormindo as letras um sono condenador e tanta atividade” (MORAES, 2000:103). Essa associação patrocinava encontros literários para discussões críticas e criou um jornal denominado *O Campeão*, o que causa alvoroço na elite jovem maranhense que se sentia incomodada com o sucesso de um grupo de jovens composto em sua maioria por mestiços e sujeitos sem tradição familiar aristocrática. O sustentáculo do grupo é o nome do pai adotivo de Cláudio e a proteção de Machado, bem como o apoio de alguns jornais como *O Diário*. Cláudio ainda mantém contato com o professor Bento e com o poeta Neiva.

O novo ponto de encontro desses jovens boêmios é a casa de João da Moda. Lugar onde há discussões literárias e bebedeiras entre homens e mulheres de diferentes idades. Embora as mulheres ainda estejam ali somente para a diversão dos homens, João da Moda é apresentado

com seu ar de requintada afabilidade, em mangas de camisa, bebia e comia com valentia. Mestiço, mais gordo que magro, de costeletas e com duas formidáveis entradas na frente, sua figura atraiu logo a atenção de Cláudio, que de pé ao lado do companheiro, que se mostrava tão acostumado naquela casa, não sabia julgar do que ante seus olhos se mostrava.
 – *Príncipe dos vencidos da vida!* – bradou com voz muda Onésimo Trancoso. – *Por que tardaste, tu que és o diamante desta orgia de que nós somos modestos ministros?* (MORAES, 2000:116)

A descrição de João da Moda coincide com a primeira visita de Cláudio Olivier à casa, em que a expressão “vencidos da vida” aparece pela primeira vez. Entretanto, esse grupo se autodenomina *vencidos e degenerados*, pela maneira como afronta a sociedade. Num primeiro momento, parece que Cláudio fica perplexo com as bacanais, mas, no desenrolar da trama, descobre-se que João da Moda era muito parecido com o tenente-coronel Magalhães, o que também pode ter gerado essa atitude. Nessa visita, Cláudio conhece Armênia Cruz, na verdade, Armênia Magalhães,

A cabeleira negra, como lhe chamavam os romancistas daquela orgia, mulher de trinta e tantos anos, já em decadência de forma, em declínio de exuberância, mas ainda formosa, ainda simpática, ainda infernalmente sedutora, pela distinção do porte, pela admirável disposição de linhas, harmonia de membros, o bem lançado dos braços e dos seios entumecidos, que naquela noite arfavam num corpete cor-de-rosa, a sobressaírem com a graça sedutora, tronco esbelto repousado em soberbas colunas que se desenhavam bela na saia de cambraia branca. (MORAES, 2000:115)

Armênia era filha do tenente-coronel Magalhães, senhor de escravos dos mais

cruéis, cuja fortuna entrou em decadência após a abolição e, com sua morte, a moça havia sido rejeitada por muitos homens. Após a morte da mãe, havia rumores de que teria muitos amantes que lhe faziam promessas jamais cumpridas. Para vingar-se da sociedade, seduz o rapaz, vivendo um caso de amor noites a fio em sua casa, sem saber que, na verdade, não era filho legítimo de Olivier.

Em meio a uma bebedeira, João da Moda revela que, na verdade, é filho de Andreza com o coronel Magalhães e fora concebido por um ato de violência do coronel que a tomou, aproveitando-se da ausência de Aranha. Quando nasceu, João foi imediatamente afastado da mãe, por isso, Andreza não o reconhece e o rejeita, provavelmente por essa semelhança. Cláudio também descobre que Aranha separou-se de sua mãe por imaginar que ela vivesse uma relação consentida com o coronel. Por ser um homem muito cruel, o fim do Magalhães foi trágico; havia sido assassinado e todos desconfiavam de Aranha. Cláudio não revela sua paternidade e tampouco aceita os laços consanguíneos, por isso, não volta a falar no assunto e diz ter se esquecido dessa conversa.

O romance entre Cláudio e Armênia, no entanto, chega aos ouvidos da alta sociedade, que já se sentia incomodada com seu sucesso intelectual e os homens se sentem ultrajados por um “mestiço pobre” se sentir no direito de ser amante de uma senhora da sociedade; até mesmo porque não tem condições de mantê-la. Ele é avisado por Bento e Machado que, inclusive, ameaçam retirar seu apoio e apadrinhamento e pressionam comerciantes para os quais o rapaz trabalhava como guarda-livros, se ele insistisse em manter essa postura. E usam a religião, a família e a decência para dissuadi-lo.

Cláudio, porém, segue com suas atividades profissionais e seu caso amoroso com êxito. Os aristocratas, então, criam uma emboscada para tentar matá-lo, no que fracassam, graças a Aranha, que, ao saber por Zé Catraia que o filho corria risco, começa a segui-lo e consegue salvá-lo com suas habilidades de capoeira, mas aconselha o filho de partir de São Luís.

Num primeiro momento, Cláudio insiste em ficar porque as senhoras que o criaram dependiam dele financeiramente. No entanto, após o ataque, parte para o Amazonas, onde terá uma carreira de sucesso. Seu pai fica encarregado de cuidar das senhoras e receber o dinheiro enviado pelo correio por Cláudio.

A narrativa se encerra com os festejos de 15 de novembro: Cláudio aparece como convidado, após sete anos de ausência, acompanhado de uma paraguaia; revê os amigos; descobre que João da Moda morrera após uma bebedeira; Armênia estava agora casada com um aristocrata; descobre que o panfleto de Bento, autêntico manifesto dos direitos da população, nunca chegou a ser publicado. “Era um mundo novo a revelar-se, mas uma revelação sem ordem, toda fragmentada; era um ir e vir sobre os fatos” (MORAES, 2000:293).

Cláudio termina sentado, cheio de reminiscências de uma sociedade que já não

mais existia. “Seu espírito fez uma viagem ao passado, e lá de suas brumas surgiu o vulto de João Olivier, que lhe repetiu essa frase: ‘O panfleto do velho Bento é uma obra de Santa Engrácia’” (MORAES, 2000:296) e termina disfarçando lágrimas.

Neste capítulo, fizemos um percurso pela vida e obra de José do Nascimento Moraes, com sua relevante inserção na Literatura afro-brasileira, apresentando-as como no (Quadro X)

Quadro X. - Vida e obra de José do Nascimento Moraes

Obras	Apresentação
Puxos e Repuxos	A partir da análise das colunas <i>Fluxos e Reflexos</i> que deram origem à obra, apresentamos o pseudônimo Valério Santiago com o qual Nascimento Moraes atacava Antônio Lobo (D. Galiza) e seu grupo para demonstrar o discurso racista de Lobo e da resistência pertinente ao <i>discurso da negritude</i> de Valério Santiago. Para isso, utilizamos os princípios de Charaudeau (2006) no que concerne ao discurso jornalístico e Maingueneau (2008) no que se refere ao plano de enunciação Após essa análise, apresentamos a composição da obra <i>Contos de Valério Santiago</i> , que denota outra vertente do mesmo enunciador
Neurose do Medo e 100 Artigos	Apresentamos a estrutura da obra dividida em duas partes. A primeira é analisada no plano enunciativo para demonstrar o ponto de vista crítico do enunciador com relação a aspectos políticos da sociedade maranhense e, a segunda, por se tratar de um apanhado de crônicas e artigos jornalísticos, foram feitos comentários delimitados ao espaço da tese
Vencidos e Degenerados	Apresentamos a síntese do romance para que seja retomada durante a apresentação teórica e análise final sem perda de sentido

Após o reconhecimento dos dizeres múltiplos do(s) enunciador(es) de nosso *corpus*, resta enveredar pelas fronteiras discursivas até chegarmos à análise final. Com esta primeira explicação, estabelecemos um norte referencial para os exemplos e as ilustrações que serão feitos nos capítulos teóricos.

CAPÍTULO III - SEMÂNTICA E POLÊMICA: NAS IMEDIAÇÕES DO DISCURSO

Toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas. (Pêcheux, 1975:213)

3.1 Nas veredas do discurso

As práticas discursivas resultam em dimensões semânticas que envolvem *o discurso da negritude* e, de certo modo, levam a pensar nas acepções “discurso” e “negritude” como forma de delinear o percurso a ser seguido durante o desenvolvimento deste trabalho. Pode parecer redundante falar de *dimensões semânticas do discurso*, uma vez que este se consubstancia justamente pelas relações de sentido(s) de um dado enunciado em determinadas condições sócio-históricas de produção. Entretanto, é nas linhas que envolvem os embates e as relações de sentidos que está o discurso, de sorte que a semântica está no/para o discurso disposta em seu âmago, em suas extremidades, em suas intersecções internas e externas, em interações *endofóricas* e *exofóricas* descontínuas.

Essa ausência de continuidade do processo interacional deixa marcas, pistas, interpretações e possibilita a apreensão de uma *semântica global*, que intervém no estudo de relações complexas na enunciação, as quais estabelecem uma ponte entre o que foi dito, o que foi compreendido, o que pode ser dito e o que está entre o *já-dito* e o *dizer*, e aqui recorreremos aos termos colhidos da *Filosofia da Linguagem* por Ducrot (1972 e 1988) e arriscamos inserir entre eles o *dever* e a *reificação*, como elementos necessários para a observação dos efeitos de sentido discursivos.

Todos os elementos que levam aos efeitos de sentidos de um dado discurso estão inter-relacionados, por essa razão, iniciamos com o conhecimento das condições sócio-históricas de produção, vida e obra do escritor de *Vencidos e Degenerados* como forma de distinção dessas marcas reveladoras do *discurso da negritude*.

Outra coisa: o enunciador é do discurso. Da obra é o escritor. Verifique outros parágrafos.

“Negritude” aqui deve ser entendida, a partir dessa interrelação, na amplitude dos níveis político, ideológico, filosófico e cultural em suas múltiplas acepções, pois, consoante Munanga (2012), o termo no decorrer da História, assume uma variedade de concepções de caráter biológico ou racial, conceitual, psicológico e cultural. Munanga (2012:57) salienta que

há cerca de 70 anos nascia a negritude, enquanto conceito e movimento ideológico. Nesse período muito se escreveu sobre o assunto. Várias interpretações, às vezes ambíguas, foram formuladas, de acordo com o dinamismo da realidade do mundo negro no continente africano e na diáspora.

Esse dinamismo, segundo o estudioso, está intimamente relacionado a diferentes aspectos da cultura e da identidade negra no Brasil e no mundo.

Construiremos um percurso teórico e prático dentro dos pressupostos da AD para o entendimento dos diferentes interdiscursos, que poderão intervir nas redes semânticas que compõem o *discurso da negritude*.

Se pensarmos na expressão “discurso da negritude”, a partir de nossas experiências particulares ou do senso comum é, aparentemente, evidente que trataremos de questões que envolvem *preconceito, raça, escravidão e direitos humanos*, por exemplo; todavia, a AD lida com embates e relações discursivas não tão óbvias, relações de poder, responsáveis pelos sentidos imanentes dados ao discurso, os quais estabelecerão e demonstrarão as camadas interdiscursivas de um *já-dito* linguístico e histórico, não o contrário.

Assim, nosso *corpus* de análise, *Vencidos e Degenerados*, de José do Nascimento Moraes, será o porta-voz do *discurso da negritude* que emana não somente do Brasil e do mundo, mas especificamente de terras maranhenses e, ao mesmo tempo, pode estar carregado de vozes seculares de um discurso constituinte maior, do qual poderão aflorar essas e outras questões, incluindo-se aí, a própria língua.

Já o termo “discurso” não é considerado aqui como sinônimo de texto, como alguns estudiosos tentam apregoar, ainda que os aspectos estilísticos, um dos elementos integrantes do discurso literário, formem parte de uma nuance no caminho de nossa análise. Não é esse nem o propósito, nem é essa a concepção de discurso sobre a qual apoiamos nossa análise.

Neste capítulo, dedicaremos nossa atenção à AD para introduzirmos os primeiros conceitos que interessam para o discernimento conceitual de discurso nesta

pesquisa, pois, de acordo com Pêcheux (1984), o campo da Análise do Discurso determina espaços discursivos não estabilizados, atravessados por domínios discursivos importantes como o filosófico, o sócio-histórico, o político ou o estético.⁵⁴

Esse campo de análise apresenta peculiaridades importantes, que merecem destaque para a extrapolação deste primeiro movimento reflexivo: em primeiro lugar, a AD tem como particularidade ser interdisciplinar, fato que corrobora nossa análise do *discurso da negritude*, uma vez que as concepções de *negritude* variam de acordo com o discurso vigente. É necessário entendê-lo, a partir de diferentes perspectivas teóricas, o que não somente se coaduna com a AD, como valoriza essa perspectiva, pois utilizaremos, para a análise, estudiosos da História do Brasil e da África, bem como, antropólogos e sociólogos; em segundo lugar, está no cerne da AD o conceito de formação discursiva (FD), que vem a ser, em síntese, o agrupamento de relações (inter) discursivas em determinada condição sócio-histórica de produção, cuja análise dos efeitos de sentido deve abarcar a semântica global.

Cabe assim, delimitar o território teórico-metodológico por que enveredaremos na análise das estratégias discursivas do *corpus*, bem como as categorias necessárias para chegarmos à análise da *paratopia*, da *proxêmica discursiva* e do *discurso da negritude* propriamente dito.

3.2. Nosso latifúndio: a Análise do Discurso

Os estudos linguísticos tornaram-se um vasto campo teórico, de possibilidades infinitas em todos os campos específicos da linguagem, converteram-se em um conglomerado de teorias que surgem com a *Antiga Retórica*, passam pela *Filosofia da Linguagem* e chegam à atualidade expandindo-se em diferentes vertentes teórico-metodológicas. Entretanto, cada uma delas traz em si problemáticas, que ampliam suas fronteiras aos limites da *Pragmática*; assim, seja em nível fonético, morfológico, sintático, semântico, enunciativo, textual, discursivo, semiótico ou muitos outros, os territórios investigativos são amplos; por isso, começamos esta seção com a metáfora do latifúndio para delimitar o espaço por que e com que encaminharemos nossa análise.

A AD não é apenas uma parte desse imenso conglomerado, mas um espaço amplo de possibilidades de exploração ainda em desenvolvimento, que faz uso *ad hoc* dos conceitos pré-existentes das múltiplas áreas de conhecimento para redimensionar

54 Michel Pêcheux em artigo publicado na revista *Mots*, n. 9, em outubro de 1984, sob o título *Sur Les contextes épistémologiques de l'analyse de discours*, afirma que:

“Le champ de l'analyse de discours, à l'inverse, se détermine par celui des espaces discursifs non stabilisés logiquement, relevant des domaines philosophique, socio-historique, politique ou esthétique, et donc aussi des multiples registres du quotidien non stabilisé” p.11.

e delimitar possibilidades de análise sob uma perspectiva interdisciplinar.

Na França de 1965, a AD é ferramenta metodológica de múltiplos universos de conhecimento como a Linguística, a História e a Psicologia. Muitos conceitos apareceram no interior da Análise do Discurso de linha francesa, principalmente, a construção de uma abordagem discursiva dos processos ideológicos.

Ao longo dos anos 70, pela convergência das referências às questões filosóficas e políticas, pelo desenvolvimento dos estudos pragmáticos e semióticos, a análise da materialidade discursiva ganha novo rumo, pois o analista do discurso

supõe que um sentido oculto deve ser captado, o qual, sem uma técnica apropriada, permanece inacessível.[...] Entretanto, como lembra M. Pêcheux (outro teórico da ADF), 'a análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando o sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito [...]. O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal. (MAINGUE-NEAU,1997:11)

É de conhecimento de linguistas que a AD surge, a partir da crise epistemológica da Linguística, em 1960, com as reflexões, sobretudo, de Michel Pêcheux, que revê questões importantes no âmbito discursivo como a subjetividade e a ideologia, renegadas pelas teorias estruturalistas até aquele momento.

Para Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, ambos estão circunscritos na História e na língua, e deles se depreendem. Por isso, há *formações ideológicas e formações discursivas* identificáveis pelas relações sociais de dominação e assujeitamento. E essa visão reflete uma crise, que não é privilégio da Linguística, pois, na verdade, as ciências humanas, de um modo geral, vivem um momento de crise e transformação em todas as áreas do saber.

Crise pressupõe controvérsia e cisão, logo, há objeções variadas em relação ao surgimento dos estudos discursivos. No que se refere a Pêcheux (1975), basta visualizar a trajetória de suas contribuições para verificarmos seu papel. O fato de surgir na década de 60 do século XX permite-nos estudar os princípios epistemológicos que servem de base à AD. São quatro caracteres que nortearam as ideias surgidas nesse período: o materialismo histórico, a ciência linguística (sintaxe e enunciação), a teoria do discurso (processos semânticos) e a psicanálise lacaniana. Naquele momento, principalmente na França, ainda permaneciam misturadas as preocupações científicas e as políticas.

Esse quadro explica porque, no início, a AD foca sua atenção na formação ideo-

lógica, que era reconstituída na formação discursiva (FD) manifestada em discursos políticos e na fala social. Para Maingueneau (1997), ciência e militância se fundiam.

Contribuíram para esses fundamentos as influências de Althusser (1998) e de Foucault (2004-2005a), com a publicação da sua obra “Arqueologia do Saber”. O primeiro desenvolveu sua pesquisa com base nas relações entre texto e ideologia, e o segundo na concepção de discurso como produto organizado dentro de instituições sociais, considerado como dispersão. Assim, há uma tendência em selecionar *corpora* políticos ligados a esse à essas relações. Simbolicamente, no século XX, entre as décadas de 60 a 80, os estudos de Althusser (1998), Pêcheux (1975) e Foucault (2004-2005a) traçam um discurso científico inaugural, pois toda nova teoria ou metodologia surge em consequência de concepções já existentes que formam uma rede de discursos.

Guilhaumou (2009) estuda os laços entre História e Linguística e chama atenção para essa crise, reflexo das novas concepções ou revisões científicas, que culmina no que ele denomina *Linguistic Turn*, impulsionado a princípio no mundo germânico e anglófono, os quais reverenciam a tomada do discurso como objeto da História e posicionam-se a partir de duas perspectivas a *história languageira dos conceitos* e a *história dos acontecimentos discursivos* para a análise dos efeitos de sentidos a partir das condições sócio-históricas de produção e da sucessão de acontecimentos históricos, analisados sob uma perspectiva discursiva.

Destarte, as ciências humanas colocam em xeque as metodologias analíticas de conceitos, contestam a linearidade e partem para uma análise mais empírica. Passam a considerar a intersubjetividade dentro do processo científico histórico e linguístico.

Foucault (2005a), no início da obra *Arqueologia do Saber*, questiona a metodologia da História tradicional que pretende imprimir sucessões lineares e nega a descontinuidade e os múltiplos fatores que envolvem a análise de um fato histórico. O autor apresenta, então, uma reflexão sobre os axiomas que envolvem a História tradicional para, a partir da História do Conhecimento, da Ciência e das Ideias, propor uma reflexão maior, menos estrutural, em que o foco seriam as noções *de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite e de transformações*.

Essas noções fundamentais são relevantes para os estudos da AD e seus princípios metodológicos, uma vez que, para analisar o conceito de formação discursiva e discurso, introduzidos pelos autores citados, é preciso ter ciência de que a crise teórica lança o olhar sobre aquilo que não pode ser escandido ou segmentado de maneira fechada, o sistema discursivo sob uma perspectiva assistemática, em que essas noções se fazem presentes na reorganização semântica e na apreensão dos significados possíveis dentro de determinadas ideologia e condições sócio-históricas de produção. Ou seja, o âmbito discursivo reflete essas noções, de forma que cumpre à análise estabelecer os parâmetros que possam designar “regularidades”, as quais denotem as características de um discurso.

Para Foucault (2005a:48), “o discurso é algo inteiramente diferente do lugar em

que vem se depositar e se superpor, como em uma simples superfície de inscrição, os objetos que teriam sido instaurados anteriormente”. Ou seja, o discurso interpõe-se numa esfera maior e múltipla, acima da superestrutura textual, acima do suporte genérico e da limitação temática.

O discurso é a instância por excelência, onde se armam embates, confluências, resistências, relações de poder e desejo; não se resume à tradução dos aspectos da vida social, mas sim, ao local mesmo onde eles se dão, daí sua materialidade. Foucault (2005a) concebe a FD como prática institucional, que revelam as condições de produção, segundo uma série de dispositivos identificáveis. Com Foucault (2004), nota-se muito claramente que as condições de produção do discurso são intrínsecas ao próprio discurso; não estão, além ou aquém dele; é na própria estrutura da formação discursiva que se pode apreender suas intenções e os termos de seu engendramento. Assim,

em toda sociedade a produção do discurso está controlada, selecionada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função excluir poderes e perigos, dominar o acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e temível materialidade
(FOUCAULT, 2004: 34).

A contribuição de Foucault (2005a) pauta-se em sua análise da construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento, no funcionamento do discurso na mudança social, e na constituição do discurso como “saber” arqueológico e genealógico. Dos estudos arqueológicos, ressalta como principais contribuições: *a formação discursiva e suas regras, a visão constitutiva do discurso em várias dimensões* (os objetos de conhecimento, os sujeitos e a formação do “eu”, as relações sociais e as estruturas conceituais), e *a interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou instituição*. A questão arqueológica mantém os referentes discursivos, enquanto a genealogia a transforma. Esses aspectos interrelacionam-se e contribuem para a construção de identidades e ideologias sociais.

Conein, Guilhaumou e Maldidier (1984), em artigo intitulado *L'analyse de discours comme contexte épistémologique*⁵⁵, ressaltam a importância da “materialidade discursiva” e reiteram essa crise epistemológica, que surge a partir de Pêcheux (1975) e Foucault (2004, 2005^a e 2005^b). Destacam, no universo dos estudos históricos e linguísticos, algumas perspectivas para as análises e leituras históricas, sociológicas, filosóficas e linguísticas: a problemática da arqueologia do discurso, a questão da formação discursiva e a perspectiva de leitura do *corpus*.

O *corpus* começa a ser visto como um elemento heterogêneo e aberto, em que o analista trabalha no sentido de buscar regularidades, que propiciem enquadrá-lo em

⁵⁵ In: Mots, Outubro, 1984, N. 9, pp. 25-30. Disponível em: www.persee.fr. Acesso em: 10 nov. 2012.

determinada FD, por uma série de critérios, e não mais limitam o objeto à seriação de acontecimentos. Conforme Conein, Guilhaumou e Maldidier (1984), com o empréstimo da noção de FD da arqueologia foucaultiana, a AD rapidamente associa a ideia de mecanismos semióticos condições de produção para determinar, a partir “daquilo que aparentemente foi dito”, enunciados originais, de acordo com a posição dos enunciadores, o que altera fundamentalmente a análise dos *corpora*⁵⁶ linguísticos.

A grande questão, na ocasião, era estabelecer categorias de análise que permitissem a manutenção da cientificidade sem incorrer em uma hermenêutica vazia e fugir da enumeração léxica, da busca por uma origem verossímil, para passar a um nível de análise que subjaz a isso, sem deixar de lado o enunciado e seus caracteres superficiais para a análise dos efeitos de sentido.

Guilhaumou (2009) salienta que a noção de formação discursiva e interdiscurso muda a perspectiva de estudos do discurso na França: tais discussões tornaram-se mais veementes no *Colloque de lexicologie politique*, em que os estudos ainda eram distribucionais, pautados na Linguística Norte-americana. Essas noções incorporam a AD como objeto da História e fazem com que historiadores, linguistas, filósofos e sociólogos questionem e revejam seus objetos de estudos, respectivamente. Para Conein, Guilhaumou e Maldidier (1984), isso já teria se iniciado com Pêcheux, que apresenta um questionamento sobre as práticas de descrição linguística, a partir da análise dos interlocutores: afinal, com o que estaríamos lidando? Certamente, nem com o sujeito hermenêutico, nem com o sujeito científico, nem com a concepção da Filosofia Clássica. Com o que estamos lidando?⁵⁷

A esses questionamentos todos, uma resposta, até certo ponto segura, é a de que lidamos com assuntos específicos da linguagem e do conhecimento, os quais estão imbricados, reconstituem e integram a História Universal. E, para analisar cientificamente fatos e ações, a partir de uma perspectiva linguístico-histórica, pressupõe-se ter a consciência de que sempre haverá descontinuidade e transformações. As ordens discursivas concretizam a heterogeneidade social, seus elementos estão relacionados em redes sociais e são determinados por regras e rituais pertinentes ao próprio grupo social.

⁵⁶ Na leitura do artigo é possível perceber que com a AD há uma reconfiguração das perspectivas de análise dos enunciados. Conein, Guilhaumou e Maldidier (1984:28) afirmam que:

En empruntant à l'archéologie foucauldienne la notion de formation discursive, l'analyse de discours avait très vite (trop vite) fait dériver cette notion vers l'idée d'une machinerie sémiotique coïncidant avec des «conditions de production» venant déterminer «ce qui peut et doit être dit», donc vers l'idée d'une structure-origine d'énonciations, sans position d'énonciateur »

⁵⁷ Idem, p.30. Após larga explanação sobre os princípios da AD, os autores encerram com esta inquietação:

M. Pêcheux entrevoyait là un effet d'une démarche qui nous interrogeait tous dans nos nouvelles pratiques de description. A quel sujet désormais avons-nous affaire? Certes, ni au sujet hermeneutique de l'historicité, ni au sujet scientifique de la positivité, ni au sujet de la philosophie classique. A quel sujet donc?

Maingueneau (1997) salienta que, ainda que uma “conversa de bar” possa ser analisada como discurso por algumas vertentes da AD, existem diferenças entre a Anglo-saxã e a Análise do Discurso de linha Francesa, e é importante considerar os aspectos que as diferenciam, pois, Anglo-saxã, de origem antropológica, descreve e orienta a imanência do objeto, pautada no Interacionismo (Psicologia e Sociologia), e se detém no estudo da oralidade, voltada a propósitos comunicacionais. Já a AD de linha francesa, de origem linguística, relaciona-se aos gêneros do discurso:

- *no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação;*
- *nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais, etc;*
- *que delimitam um espaço próprio no exterior de um interdiscurso limitado.”(MAINGUENEAU, 1997:13-4)*

Sabemos que uma determinada FD integra o seu inverso, de forma a negá-lo por meio de uma posição ideológica divergente, definindo, conseqüentemente, o lugar desse *alter ego* no espaço discursivo. Por exemplo, as FD que permeiam o regime escravocrata têm seu *alter ego* com o surgimento do regime republicano e ainda são atravessadas por discursos universais presentes na cultura greco-romana. Os conceitos de raça e direitos étnicos que existem em diferentes momentos históricos integram seu inverso, que surge com os movimentos negros, negando preconceitos e afirmando direitos.

É por essa razão que se concebe o primado do interdiscurso sobre o discurso, pois o interdiscurso é o que possibilita o surgimento, a recepção e a circulação do discurso, no que concerne à FD.

3.3. Formação discursiva e **interincompreensão**

A Formação discursiva (FD) e o discurso são construções abstratas que remete a outras características do próprio discurso, como, por exemplo, a gênero, à cenografia, à cena e, sobretudo, à relação entre enunciados por sua íntima relação com o interdiscurso. É ela que determina aspectos ideológicos, sociais e políticos de um conjunto de enunciados historicamente determinados.

Ao definir FD para respaldar a arqueologia e o saber discursivos, Foucault (2005a) assevera que o analista não deve pautar-se apenas em *cadeias de inferências* ou *quadros de diferenças*, mas em *sistemas de dispersão*, ainda que os primeiros estejam imbricados no sistema.

No caso em que puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre

*os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (**objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas**). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) de uma dada repartição discursiva. (FOUCAULT, 2005a: 43)⁵⁸*

As *regras de formação* são analisadas, a partir desses quatro elementos, diretamente ligados a quatro hipóteses em relação à FD, grosso modo:

1. *os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto; [...]*
2. *É preciso definir, individualizar e caracterizar um grupo de relações entre enunciados dispersos, sua forma e seu tipo de encadeamento (coexistências, heterogeneidade, repartição, transformação, substituição etc); [...]*
3. *Não é possível traçar uma arquitetura conceitual paradigmática aplicável dedutivamente aos demais, é preciso analisar o jogo de seus aparecimentos e dispersões de conceitos permanentes e coerentes e [...]*
4. *Identidade e persistência dos temas: para reagrupar, descrever seu encadeamento e explicar as formas as quais eles se apresentam (FOUCAULT, 2005a:30-40)*

Daí, temos:

Quadro XI – Regras de Formação Discursiva

REGRAS DE FORMAÇÃO DISCURSIVA: CATEGORIAS E REFLEXÕES	
DOS OBJETOS	<ul style="list-style-type: none"> • Demarcar <i>as superfícies de emergência</i> do objeto e seu <i>status</i>; • Descrever <i>instâncias</i> de delimitação; • Analisar <i>grades de especificações</i> por associação, agrupamentos, classificações, derivações etc; • Verificar Condições de produção; • Analisar a Relação da prática discursiva com um campo institucional da exterioridade; • Delimitar o espaço das relações discursivas que emanam do objeto, podendo ser: primárias (reais); secundárias (reflexivas) e própria e especificamente discursivas. • Avaliar o feixe, as redes semânticas, das práticas discursivas, pois as relações discursivas não são internas nem externas.
DAS MODALIDADES ENUNCIATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Status/papel social, histórico, político, cultural e linguístico dos enunciadores; • Lugar institucional dos enunciadores; • Situação dos sujeitos em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos;

DOS CONCEITOS	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever a organização do campo dos enunciados em que aparecem e circulam, a partir de um nível pré-conceitual; • Compreender a organização em suas formas de sucessão, disposição e correlação enunciativa, os diversos tipos de enunciados e os esquemas retóricos que os combinam; • Analisar a configuração do campo enunciativo e a coexistência de um campo de presença, um campo de concomitância e um campo enunciativo no domínio da memória; • Definir procedimentos de intervenção (técnicas e métodos de análise) de conceitos;
DAS ESTRATÉGIAS (temas e teorias)	<ul style="list-style-type: none"> • escolhas teóricas dependem dos objetos, das modalidades enunciativas e dos conceitos; • algumas direções possíveis seriam: determinar pontos de difração ou de ligação; descrever as instâncias específicas; estabelecer relações lógicas de delimitação; • escolhas teóricas dependem também da <i>função</i> que exerce o discurso em um <i>campo de práticas não discursivas</i>.

Adaptado de Foucault Arqueologia do Saber (2005a)

Maingueneau (2008a), por sua vez, considera a FD uma questão polêmica, porém a analisa a partir de conceitos de Foucault (2004, 2005a e 2005b) e Pêcheux (1975), reconhece o primado do interdiscurso para a análise da rede semântica a partir de três faces discursivas inseparáveis, cuja relação seria delimitada por sua alteridade. Para tanto, compreende o termo “interdiscurso” pela composição da seguinte tríade (Quadro):

Quadro XII – Tríade do Universo Discursivo

<i>Universo discursivo</i>	conjunto heterogêneo e finito de formações discursivas, não mensurável em sua globalidade, delimitado por campos discursivos.
<i>Campo discursivo</i>	subconjuntos de domínios discursivos, que concorrem para a formação discursiva (FD) e para o universo discursivo.
<i>Espaço discursivo</i>	Subconjuntos discursivos de interações, delimitado por relações analíticas, de acordo com delimitações histórico-linguísticas relacionadas ao âmbito enunciativo.

Adaptado de Maingueneau (2008a)

A linguagem é enredada por posições enunciativas quase sempre antagônicas. É por essa razão que se concebe o primado do interdiscurso sobre o discurso, pois aquele é o terreno que possibilita o surgimento, a recepção e a circulação deste no que concerne à FD, ainda que não seja fácil admitir que, para a manutenção de um discurso, seja imprescindível a configuração de uma interdiscursividade.

Retomando o tema “discurso da negritude” e o associando à FD, apenas para exemplificar o nível de abstração que demanda essa concepção, não é simples dizer qual seria a FD relacionada ao tema, simplesmente porque a FD emana do *corpus*, como documento presente numa ordem sincrônica e diacrônica de sentidos. Somente a análise efetiva levará à descoberta da(s) formação(ões) discursiva(s), contudo, se pensarmos em “discurso da negritude”, a partir de uma perspectiva política associada ao Movimento Negro no mundo, teremos uma FD política *pan-africana*, mas essa FD não é a mesma nos Estados Unidos, na Europa, na América ou na África, uma vez que essa formação é atravessada por interdiscursos, que se interpõem à questão.

Do mesmo modo, o *discurso da negritude* no universo literário não é o mesmo em Jorge Amado, Mia Couto ou Aluísio Azevedo, embora sejam ambos perpassados por tênues interfaces aproximativas, que subjazem das origens africanas. A partir dessas reflexões, apropriamo-nos e expandimos um dos exemplos utilizados por Munanga (2012)⁵⁹ sobre as diferentes acepções do termo *negritude* no que concerne aos Estados Unidos, em que cita o autor Langston Hughes, “o Pai da Negritude e o representante do movimento conhecido sob o nome de Renascimento Negro” (46), que não fugiu de suas origens ou de sua realidade para contestá-la, permanecendo na América num combate cotidiano, onde escreverá: *Eu também sou a América [1]*, verso utilizado por Munanga (2012). E resgatando o poema inteiro a título de exemplificação da aplicação teórica do que dissemos até agora, temos:

Quadro XIII – Recorte comparativo

[1] EU SOU A AMÉRICA	[2] VENCIDOS E DEGENERADOS
<p>I, TOO. By Langston Hughes</p> <p>I, too, sing America.</p> <p>I am the darker brother.</p> <p>They send me to eat in the kitchen</p> <p>When company comes,</p> <p>But I laugh,</p> <p>And eat well,</p> <p>And grow strong.</p> <p>Tomorrow,</p> <p>I'll be at the table</p> <p>When company comes.</p> <p>Nobody'll dare</p> <p>Say to me,</p> <p>"Eat in the kitchen,"</p> <p>Then.</p> <p>Besides,</p> <p>They'll see how beautiful I am</p> <p>And be ashamed—</p> <p>I, too, am America.⁶⁰</p>	<p>"Terra perdida!</p> <p>E o pior é que os maranhenses, pelo que mostram foram do berço, refestelam o íntimo com belíssimos adjetivos com que os distinguem todos, os quais enaltecem a educação que recebem aqui"</p> <p>"Tratáveis!"...Que escândalo!. Nesta terra contam-se os indivíduos tratáveis. Como o que domina é a lei da apuração do tipo étnico, cada qual procura <i>destilar-se</i>, e parra o conseguir, para que os mais fiquem convencidos de que o homem é na realidade, um nobre, ou coisa que com nobreza muito se pareça, usam de expedientes tão baixos, tão ridículos, tão deprimentes do próprio ser, que quem os observa, com espírito calmo e refletido, conclui, pelos fatos, que está em frente de um cretino, ou de um idiota.</p> <p>"Fingir indiferença completa pelos transeuntes, fugindo-lhes aos cumprimentos, para se não baratearem em conhecimentos vulgares, fingir que não conhecem pobretões, os mal vestidos que lhe vêm ao encontro, são prejuízos, fazem parte da teoria geral de apuração do tipo étnico.</p> <p>"Lembro-me, agora, que sacudo com boa disposição de ânimo estas tacadas no pelo desta alimária de chotão, que são os ignorantes orgulhosos, das palavras do inesquecível João Olivier, o idolatrado cronista tão cedo roubado às letras pátrias:</p> <p><i>Desconfia, leitor resignado e inexperiente da vida, desconfia do teu patrício insipiente, que não sufoca na garganta, que não tapa na boca a palavra – negro! que ele atira como insulto à cara do carregador que lhe levou a mala de um domicílio a outro, porque o proprietário o obrigou a mudar, por se ter atrasado nos pagamentos e porque o fiador não lhe garante a seriedade por mais dois meses.</i></p> <p><i>A ironia destas palavras vale por muitas páginas(...)</i> (MORAES, 2000:214-5)</p>

⁶⁰ Disponível em: http://allpoetry.com/poem/8495545-I_Too.-by-Langston_Hughes. Acesso em: 10 abr. 2013.

Em [1] temos um discurso literário contestatório, que faz parte do universo do discursivo político da *Negritude*, ou seja, que faz parte de uma FD política relacionada intimamente ao “Movimento Negro” nos EUA, que teve guerra de secessão e ainda tem embates e preconceitos latentes que advêm de questões interraciais; do campo discursivo, por sua vez, depreendemos o discurso racial do manifesto de inclusão, expresso por todas as vozes que ecoam no poema na construção do espaço discursivo e pelos termos “too” e “dare”, Eu *também* sou a América e Ninguém ousa, que se contrapõem ao discurso racista imposto pela América branca, cujo símbolo Tio Sam, explora um patriotismo que não inclui o negro, ainda que a imagem tente evocar Abraham Lincoln, como alguns insistem em dizer.

No deslizamento semântico da expressão *Ninguém ousa* está relacionado *Eu tenho direito de/ Ninguém poderá me impedir de*, de sorte que, nas entremezes do espaço poético, verificamos embates maiores de ordem político-social. Dessa resistência, emana o que consideramos ser o *discurso da negritude*.

Em [2], igualmente, encontramos essa resistência, esse afrontamento social na voz do negro, que se assume negro, inclui-se na sociedade (maranhense) e a critica. Essa FD, também política, insere-se *no universo do discurso* político do processo pós-republicano, em que os embates sociais e raciais advindos da escravidão ainda permanecem. *O campo discursivo* também é demarcado pelo discurso racial do manifesto de inclusão e indignação. O(s) espaço(s) discursivos [“Terra perdida!”, [os maranhenses], [o berço], [esta alimária de chotão] reiteram não somente o espaço social, mas incorporam os espaços de embates sociais e a indignação com relação a diferenças sociais nas estratégias construtivas do dizer com a utilização de aspas, exclamações e negritos (responsáveis pelo tom do discurso). Ao destacar em negrito as palavras apuração, homem, nobre, nobreza e negro, o enunciador dá destaque aos conflitos étnicos pelos quais passavam a sociedade.⁶¹

A comparação entre ambos os discursos serve também para demarcar a presença do *discurso da negritude* no Brasil antes mesmo dos movimentos artísticos negros norte-americanos e europeus, pois as concepções *de negritude e pan-africanismo*, como vimos no capítulo I, surgem a partir de 1930 na França. *Vencidos e Degenerados* foi publicado em 1915 e toda enunciação ocorre após a libertação dos escravos e início da República. Os estudos da crítica literária, que resgatam a História da Literatura afro-brasileira, não somente tiram do ostracismo autores negros, mas também resgatam discursos precursores de resistência à dominação cultural, social, política etc. Comprovamos, assim, que há um *discurso da negritude* que revela uma das facetas da discursividade afro-brasileira.

Maingueneau (2008a:19) defende que “é preciso pensar ao mesmo tempo a discursividade como dito e como dizer, enunciado e enunciação”, ou seja, o discurso em

61 Explanaremos melhor esse aspecto no último capítulo dedicado à análise do discurso literário do romance.

seu caráter processual, de sorte que, para elencar algumas possibilidades analíticas, é preciso considerar hipoteticamente que a relação interdiscursiva ocorre por meio da interação de redes semânticas reguladas por uma *interincompreensão*. Assim, Maingueneau (2008a) sobrepõe a interdiscursividade ao que Foucault (2004, 2005a e 2005b) considera discurso e propõe que, para analisar essa rede *interincompreensiva* estabelecida em nível enunciativo, é necessário tripartir o termo *discurso*.

A tríade organiza-se em camadas, de modo que *o universo discursivo* seria o macrouniverso, onde estão inseridas as FD globais, de extensão máxima, que se relacionam à determinada conjuntura ou temática, a partir da do qual se depreendem outros domínios que poderão ser delimitados em *campos discursivos*, cujas relações diversas levam à delimitação de *espaços isolados*. (MAINGUENEAU, 2008a)

Em razão disso, poderão ser verificados também discursos paralelos, transversais, embates ou rupturas que poderão corroborar a semântica global discursiva, embora o autor os apresente didaticamente, de forma hierárquica. Nem sempre tais elementos são depreendidos de forma organizada, no entanto, para o âmbito de nossas análises, temos compreendido esses elementos como inseridos em universos interpolados, nos quais

o espaço discursivo é considerado como processo de interincompreensão generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de “não compreender” o sentido do enunciado do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno.
(MAINGUENEAU, 2008a:99)

É por meio da *interincompreensão* que ocorre a compreensão, a qual se dá de forma processual, formada também pelas relações ideológicas de controle e poder presentes na sociedade e no discurso. Consideramos que essa interincompreensão é global, uma vez que, no exemplo dado, há uma interincompreensão imanente entre os discursos, que formam parte do embate abstrato e concreto entre o Movimento Negro e a parcela racista da sociedade norteamericana, e há a interincompreensão do leitor frente ao texto, que só se apropria do dizer, ao analisar o já-dito, em seu nível metafórico.

Facetas de um itinerário: cena genérica, cena englobante e cenografia

As definições de FD conjugadas com a noção de situação de enunciação, apresentadas no quadro abaixo, servirão de categorias para análise e para desvelar alguns

aspectos da interdiscursividade que formam parte do nosso *corpus*.

Quadro XIV – Planos enunciativos e situações de comunicação

PLANO DO ENUNCIADO ELEMENTAR	Situação de enunciação	Situação de locução
	Enunciador/coenunciador	Locutor/alocutário
	Não-pessoa	Delocutor
PLANO DO TEXTO	Situação de discurso	
	Ponto de Vista Externo	Ponto de Vista interno
	Situação de Comunicação	Cena de enunciação
		Cena englobante
Cena genérica		
	Cenografia	

Adaptado de Maingueneau (2010:207)

O estabelecimento ou discernimento de uma FD ocorre de forma que essas categorias tracem uma espécie de itinerário discursivo, as quais perpassam as razões do universo, campo e espaço discursivos e se interseccionam com a *cena englobante*, *cena genérica* e *cenografia*, a partir da observação do objeto. (FALTA CLAREZA)

Essa análise, todavia, impõe a necessidade de vislumbrar que todo discurso apresenta enunciadores, coenunciadores e co-enunciadores. Esses elementos são responsáveis pela constituição simbólica das relações de sentido.

É na cena englobante que o analista situa o tempo e o espaço discursivo para, aí, apoiar suas escolhas teóricas, relacionando o discurso à sua tipologia. A cena genérica é construída socialmente por meio da constituição do gênero, sua estrutura, seu meio de divulgação e seu estilo. Na conjugação da cena englobante com a cena genérica constrói-se uma cenografia, cuja arquitetura se compõe no processo de interação associado aos domínios socioculturais, incluindo o histórico, o filosófico, o psicológico e as dimensões possíveis organizadoras de uma sociedade.

É a cenografia que revela as verdadeiras redes semânticas do discurso, daí se depreendem os deslizamentos semânticos, as limitações, as rupturas e as transformações. Foucault (2005a:75) chama essas redes de “encenação fantasmática”, elemento necessário para a observação das possíveis posições dos interlocutores dentro do discurso.

No discurso do enunciador presente em Hughes [1], anteriormente utilizado, por exemplo, temos uma *cena englobante* literária pertencente à FD do *Movimento Negro Norteamericano*. Ainda que faça parte do discurso literário, pertence à literatura de

contestação, inclusive, pelas condições sócio-históricas de produção. A *cena genérica* concretiza-se de forma poética. A *cenografia* se consubstancia em *Manifesto de Contestação* de um enunciador excluído socialmente, que se autodenomina “darker brother”,⁶² cria uma imagem de um sujeito discursivo que, por sua vez, remete a outros sujeitos históricos. A essa estratégia de constituição semiótica de uma imagem de um sujeito, a AD dá o nome de *ethos discursivo*.

3.5 Ethos e identidade: interstícios discursivos

Antes de conceituarmos *Ethos discursivo*, cabe retomar algumas questões relacionadas à *situação de comunicação* e à subjetividade discursiva. Cumpre diferenciar, dentro do possível, subjetividade, *ethos* e identidade no universo linguístico.

A subjetividade é a presença do sujeito no ato de comunicação, é a manifestação de um sujeito que é psicossocial e histórico-cultural. Já *ethos* é a construção de uma imagem ou de múltiplas imagens desses sujeitos, que variam de acordo com a perspectiva e o objetivo comunicacional em determinadas condições de produção e em dada delimitação de análise, enquanto a identidade é a manifestação simbólica de um sujeito ou um grupo de sujeitos socialmente, ou seja, a identidade contém a subjetividade e o *ethos*, enquanto esses últimos, por sua vez, estão contidos de identidade. Embora sejam aspectos diferentes que emanam de uma FD, estão intimamente relacionados.

Como já dissemos das relações discursivas emanam relações de sentido, cuja origem e apreensão dá-se de acordo com a situação de comunicação. No entanto, para que exista uma FD e se estabeleça essa relação de sentidos é condição *sine qua non* que haja algum processo de interação.

A consideração da presença do sujeito no processo de elaboração lógica da linguagem é um dos cerne tanto da AD, quanto das teorias que surgem com o advento da Pragmática. Tanto Foucault (2005) quanto Maingueneau (1996, 1997, 2001, 2006, 2008, 2008a e 2010) chamam de *enunciadores* os interagentes do processo comunicacional. Entretanto, cumpre diferenciar a utilização do termo tomado emprestado da Teoria da Enunciação, pois é na diferente forma de conceber a subjetividade da linguagem que está a nuance teórica de utilização de tal terminologia.

Consoante Orlandi (2001), há uma proximidade entre os campos de conhecimento da *enunciação*, *pragmática*, *argumentação* e *discurso*, porque têm em comum referir-se à linguagem relacionada à sua exterioridade. Entretanto, é relevante distinguir os fatos, os métodos e as teorias, ainda que a Pragmática possa ser considerada abarcadora da enunciação, da argumentação e do discurso.

62 Obviamente, para analisar as nuances do *discurso da negritude* que impregnam o discurso na cena genérica seria necessária uma análise maior, a partir das categorias aqui citadas, percorrido este que seguiremos no *corpus*.

Do ponto de vista dos fatos, há muito em comum, na medida em que todos esses campos, pelo modo como consideram a linguagem, distinguem-se de uma abordagem linguística imanente. No entanto, há diferenças bastante nítidas entre eles. A maneira como concebem o sujeito (na enunciação, o sujeito é um sujeito origem de si; na argumentação o sujeito é o sujeito psico-social; na Análise do Discurso, como vimos, o sujeito é linguístico-histórico, (constituído pelo esquecimento e pela ideologia) e o modo como definem o exterior (na pragmática o exterior é o fora e não o interdiscurso) marcam diferenças teóricas, de distintos procedimentos analíticos, com suas consequências práticas diversificadas. (ORLANDI, 2001:91)

Contudo, se, por um lado, temos instauradas diferenças observáveis, em relação aos sujeitos na situação comunicacional dentro das teorias que analisam o processo enunciativo, por outro, essa questão não é tão simples assim. Concordamos com a estudiosa quando diz que o sujeito linguístico-histórico relacionado aos interdiscursivos imanescentes é o que diferencia a AD dos demais, independentemente da utilização dos termos enunciadores/co-enunciadores; mas, discordamos que a exterioridade da Pragmática difira totalmente da AD, pois consideramos que o exterior, na AD, é o interdiscurso, mas é também a coadunação histórico-linguística de uma aproximação com o real.

Do mesmo modo, consideramos que a questão da subjetividade é maior e para verificar os efeitos de sentido, é importante analisar as condições sócio-históricas de produção, ou seja, como era analisado o sujeito pela Filosofia e pela Psicanálise, quando do surgimento da AD na França, pois, ainda que o sujeito analisado pela AD não seja o sujeito psicológico, algumas noções sobre sujeito, como personalidade se refletem, sem dúvida alguma, no pensamento dos estudiosos, inclusive, pela interdisciplinaridade de alguns estudos psicanalíticos que se voltam para a interpretação do simbólico na linguagem. Na época de Saussure (2012), Freud (1996) desenvolvia os estudos sobre o inconsciente, a interpretação dos sonhos, *o id e o ego*, na época de Benveniste (1991), Lacan (1966), por sua vez, retomava a questão do sujeito freudiano associado à linguagem, reafirmava a dualidade do sujeito e considerava que o *inconsciente é o discurso do Outro*, esse *grande Outro* que representa o simbólico na linguagem, a partir do qual é possível depreender “formações do inconsciente”. Na medida em que os estudos sobre o “ser” avançam, os estudos da linguagem consideram também sua presença e é na relação entre um “eu” e um “outro” que o discurso se impõe, admite a presença de enunciadores e considera o processo interacional.

Os *enunciadores* não são equivalentes aos sujeitos empíricos, muito menos é de responsabilidade da AD averiguar seu inconsciente. Entretanto, é importante situar, de certo modo, a maneira como o sujeito pode ser interpretado para compreender possíveis correlações implícitas. Claro está que *formações discursivas* não são *formações do inconsciente*, porém, sem dúvida alguma, formações inconscientes incomensuráveis

perpassam as formações discursivas, sem que nos demos conta.

Além disso, essa cisão do sujeito psicanalítico, bem como a pluralidade de vozes, proposta por Bakhtin (2003), por exemplo, são relevantes para que possamos avaliar a valorização do interdiscurso e possamos retomar as questões colocadas por Foucault (2005a) em relação à descontinuidade simbólica dos enunciados.

Consideramos que enunciadore (eu ou tu) /coenunciadore (eu-tu) /co-enunciadore (eu-ele) ou agente do discurso são “sujeitos” que procedem do discurso, os quais podem ser representado por uma coletividade anacrônica, por um grupo ou por um sujeito histórico específico etc. De qualquer forma, será a análise das relações de sentido, que determinará os interlocutores, não sendo, necessariamente, os sujeitos explícitos os autores ou porta-vozes do discurso.

Os agente do discurso estão intimamente relacionado às posições e aos lugares do dizer no discurso, ou seja, *aquele que fala, aquele a quem se dirige o dizer e aquele que é o assunto do dizer*, alternando os papéis enunciativos, que tanto podem vir marcado linguisticamente, quanto podem ser demarcado histórico-socialmente. Maingueneau (2010) lembra ainda da *não-pessoa* estudada por Benveniste, que permite uma referência anafórica, sem necessariamente, relacionar-se ao sujeito enunciativo.

A cisão do sujeito, todavia, não é assunto de interesse recente, uma vez que a Retórica Antiga já se ocupava dessa questão ao analisar *retor, auditório e estratégias retóricas*, a partir da qual também surge, originariamente, outra questão associada à subjetividade do discurso, que é a noção de *Ethos*.

Na Retórica Clássica, o “sujeito” na construção da linguagem apresenta-se nos estudos de Aristóteles (2000) por analisar a linguagem a partir do *logos*, do *ethos* e do *pathos*, em que o *ethos* é uma construção do *retor* para persuadir ou convencer o auditório. Consta-se que, assim, a Filosofia Clássica já se preocupava em pensar sobre a linguagem e o “sujeito”, bem como, sobre a relação entre o pensar e a linguagem.

Já a Neo-Retórica/Nova Retórica, representada por Perelman (1996), aparentemente, não dá ênfase a esse aspecto, com o termo “*ethos*” explicitado, detém-se no “*logos*”. Todavia, uma leitura acurada denota que, ao tratar “dos âmbitos, do ponto de partida da argumentação e das “técnicas argumentativas”, os estudos se remetem ao *ethos*, ao *logos* e ao *pathos*, à medida que apresentam os diferentes estratagemas utilizados na composição dos argumentos discursivos e resgatam aspectos relevantes da Retórica Clássica. E é possível perceber que o *ethos*, nesse sentido, como representação do *retor*, gera determinadas caracterizações por parte dos ouvintes, de acordo com a mobilização do *pathos*.

O *ethos* como caracterizador de uma subjetividade da linguagem é entendido como construção discursiva que pode apresentar-se tanto de forma enunciativa intencional quanto de forma social, por ser uma imagem instituída por ideologias, crenças e valores. E essa construção parte de um ser empírico situado em um *topos* determinado,

e é parte constituinte do discurso a partir do momento em que a situação comunicativa é estabelecida e/ou idealizada.

Pensar nesse *ethos*, de certo modo, é refletir sobre a manifestação do “sujeito” no processo discursivo, um “sujeito” que deixa suas marcas no texto, atua no processo de interação e constrói as manifestações discursivas que possibilitam que se pronuncie como identidade social e interaja com outros sujeitos. Ao mesmo tempo, essa interação cria e recria a própria linguagem que atualiza valores sociais, instaura e mantém o poder social; que, por sua vez, constrói e reconstrói ideologias. Os sujeitos criam o discurso e podem assujeitar-se a ele, de tal modo que certos papéis sociais estabelecem instâncias discursivas e identificam instituições.

A rigor, na Retórica Clássica, Aristóteles (2000) apresenta a argumentação como uma Arte composta por elementos heterogêneos e múltiplos que formam uma tríade composta por *ethos*, *logos* e *pathos*. Essa tríade articula-se na rede de relações discursivas para que o orador atinja seu objetivo principal que, via de regra, é instruir (*docere*), comover (*movere*) ou agradar (*delectare*) com o objetivo recorrente de fazer uso de argumentos que possam convencer ou persuadir o auditório. A articulação entre esses elementos é intrínseca e extrínseca, à medida que o *retor* tem de conhecer o auditório e as condições em que serão proferidos os argumentos para elaborar seu discurso.

As relações lógicas estabelecidas a partir do (re)conhecimento do auditório interferem na escolha do gênero a ser adotado seja deliberativo, judiciário ou *epidíctico*, e na postura que o orador vai assumir linguisticamente para mobilizar o *pathos* do auditório e, assim, conseguir sua adesão. Se, por sua vez, o *pathos* se concretiza nas reações que o discurso provoca no auditório, o *ethos* é uma construção linguística criada para esse fim. Assim, o *ethos* não tem, em essência, uma similitude à pessoa do orador, mas é uma representação criada no discurso, a partir de dada situação discursiva, chamada de instância retórica.

Em determinada instância retórica, o *ethos* assume a verossimilhança pertinente ao objeto do discurso e assume características pertinentes aos recursos linguísticos utilizados no ato de linguagem do gênero a que se presta. Assim, tanto a subjetividade, a parcialidade discursiva e os valores de ordem social, podem estar presentes, implícita e não necessariamente, na figura do *ethos* que se constrói e se apresenta no discurso.

A AD, como uma metodologia analítica da linguagem recupera e amplia a aplicação de algumas categorias retóricas para entender e estudar as estratégias de processamento discursivo. Maingueneau (2001:137) chama a atenção para a “problemática do *ethos* retórico”. A retórica antiga compreendia por *ethé* as propriedades que os oradores se conferem implicitamente, por sua maneira de dizer: não o que o dizem explicitamente sobre si próprios, mas a personalidade que mostram por sua maneira de se exprimir. Aristóteles (2000) esboçou uma tipologia que distingue a “*phronesis*” (parecer ponderado), a “*eunóia*” (dar uma imagem agradável de si) e o “*areté*” (apresentar-se como um homem simples e sincero). A eficácia desses *ethé* está, precisamente,

vinculada ao fato de que, de certo modo, eles envolvem a enunciação sem serem explicitados no enunciado.

Essa primeira impressão, reduz-se ao posicionamento dos oradores, enquanto na atualidade, a noção de *ethos* amplia-se para dar corporeidade às inúmeras possibilidades de interpretação dos posicionamentos dos sujeitos dos discursos e suas imagens.

O *ethos*, em especial, é resgatado pela AD, uma vez que, ao admitir o dialogismo textual e a interferência das condições de produção no processamento discursivo, as novas concepções de estudo do discurso e da linguagem, de um modo mais amplo, admitem que no discurso interagem o *ethos* do autor e o *ethos* do público a que se dirige o discurso, que também vão sofrer interferências de uma polifonia que tem a ver com os conhecimentos prévios de ambos. Essa intersubjetividade é o que Maingueneau (2001) chama de incorporação.

Essa materialização do *ethos* dá-se mediante a organização discursiva que prevê seus efeitos no interlocutor. O *ethos* é uma criação do enunciadador para conseguir a adesão do público a uma determinada prática discursiva, de acordo com o objetivo a que o gênero se propõe.

Nessa perspectiva, as condições sócio-históricas de produção permitem ao interlocutor receber uma mensagem, que cria determinadas representações, que poderão levar a adesão ou não. Essas representações são construídas pelo processo de enunciação entendidas como *cenar da enunciação*. As cenas da enunciação estão no mundo das ideias e constituem uma instância subjetiva em que o *ethos* se instaura como fiador daquilo que foi dito.

O universo de sentidos propiciado pelo discurso impõe-se tanto pelo *ethos* como pelas “ideias” que transmite; na realidade, essas ideias se apresentam por intermédio de uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser, à participação imaginária em uma experiência vivida. (MAINGUENEAU, 2001:99)

O *ethos* institui um “caráter” e uma “corporalidade” ao que é dito, de acordo com o gênero e o público a que se destina. Maingueneau, em suas obras faz recortes de diferentes gêneros do discurso (literários, propagandas, guias turísticas, resenhas de filmes e uma carta de Mitterrand) para esclarecer as possibilidades de materializações de diferentes *ethos* que são tão heterogêneos quanto as cenas de enunciação que o enunciado propicia, porque “não podemos dissociar a organização dos conteúdos e a legitimação da cena de fala” (MANIGUENEAU, 2001:99).

As cenas de enunciação, por sua vez, podem ser interpretadas sob nuances: *englobantes*, quando se reportam a uma situação que, de certo modo, é comum a todos; *genéricas*, que são construídas a partir do gênero; ou, ainda, *cenográficas*, construídas pelo enunciado, pela maneira como o *ethos* envolve o co-enunciador. As cenografias ainda podem ser apoiadas por cenas de fala, que fazem parte da memória coletiva e são validadas por uma voz popular.

Desse modo, a presença do *ethos* é percebida no discurso tanto por características linguísticas quanto por características sociais, históricas e culturais, de sorte que se diferencia daquilo que convencionalmente conhecemos como identidade, pois o *ethos* pode abarcar características identitárias do sujeito, ou ainda, pode negá-las, reinventá-las para construir uma imagem que tem por princípio conseguir a adesão ao discurso. Por isso, “o *ethos* deve ser percebido, mas não deve ser o objeto do discurso” (MAINGUENEAU, 2008c:14)

Emerge da construção semântico-discursiva e não de atributos psicanalíticos de um determinado locutor, até por que, tanto o locutor quanto o *ethos*, podem ser analisados sob variadas perspectivas, seja do ponto de vista do enunciador, do enunciatário, ou das condições sócio-históricas de produção, de sorte que a delimitação do *ethos* como categoria de análise é complexa e depende, assim, da perspectiva do analista. Consoante Amossy (2005:9),

todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si. Que a maneira de dizer induz a uma imagem que facilita, ou mesmo condiciona a boa realização do projeto, é algo que ninguém pode ignorar sem arcar com as consequências

“Imagem” entendida como uma representação metafórica evocada no e pelo discurso ou de suas estratégias construtivas, cujo aspecto semiótico maior é levar o interlocutor à adesão ao que foi dito e pode “facilitar e condicionar” a adesão, mas também pode dificultar. Maingueneau (2008) chama a atenção para o fato de que, na construção do *ethos*, concorrem características e fenômenos variados, visto que

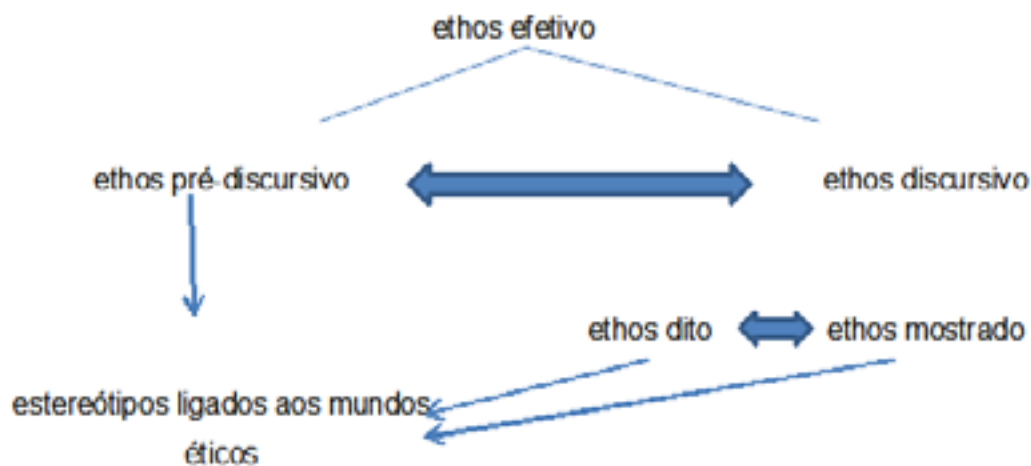
Na elaboração do ethos interagem fenômenos de ordens muito diversas: os índices sobre os quais se apoia o intérprete vão desde a escolha do registro da língua e das palavras até o planejamento textual, passando pelo ritmo e a modulação. O ethos se elabora, assim, a partir de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente. (MAINGUENEAU, 2008c:16)

Isso posto, a noção de *ethos* que é adotada pela AD, difere da Aristotélica, sem, todavia, apartar-se inteiramente dela, pois, se por um lado ainda a considera participante-responsável pelo processo comunicacional, sobretudo, no que concerne à adesão, por outro, na AD, essa noção permite avaliar o processo geral de adesão dos sujei-

tos, seja no âmbito oral ou escrito, porque “todo texto escrito, mesmo que o negue, tem uma “vocalidade”⁶³ que pode se manifestar numa multiplicidade de ‘tons’” (MAINGUENEAU, 2008c:18).

De fato, devido a esses “tons”, é complexa a análise do *ethos* e de seu papel na constituição discursiva. Para dar vazão à AD da presença ética no discurso, Maingueneau (2008c) afirma que tanto os aspectos psíquicos, que ele denomina de “caráter”, quanto determinações físicas, chamadas “corporalidade”, são atribuídos pelo destinatário e, ao mesmo tempo, “incorporados” por ele, que passaria a ser uma espécie de “fiador” do discurso desse *ethos*. Entretanto, para que o *ethos* efetivo seja analisado, seria importante principiar da interação do *ethos pré-discursivo* somado ao *ethos discursivo* (*dito e mostrado*), ambos ligados aos estereótipos dos mundos éticos, conforme o esquema reproduzido a partir de Maingueneau (2008c:19)

Figura 4. Esquema ético



A problemática de análise do *ethos*, porém, não está totalmente resolvida, porquanto o próprio Maingueneau (2008c) assume a dificuldade de análise do *ethos* em determinados discursos, como, por exemplo, o filosófico. Assumimos que, no âmbito literário, em que aspectos estilísticos concorrem para a originalidade e a polifonia da

63 A expressão “vocalidade” aparece em alguns teóricos da Análise da Conversação e da Enunciação. Associada à Literatura é utilizada fortemente por Paul Zumthor que em sua obra “A Letra e a voz: a ‘literatura’ medieval aproxima essa categoria à musicalidade poética medieval, ainda aproximada da oralidade. Maingueneau (2008c), por sua vez, não aproxima “vocalidade” e oralidade, aproxima-a do discurso no que concerne aos aspectos semânticos que um enunciado pode abarcar. A “vocalidade” pode sugerir cólera ou ironia, mesmo sem a presença de uma figura de linguagem, som ou pensamento.

obra, *o ethos* efetivo, talvez, nunca seja alcançado.

Impende assim, ao analista, instituir critérios que possam nortear seus objetivos para a análise de uma perspectiva ética e, do mesmo modo, incumbe a ele chamar a essa esta perspectiva de efetiva e analisar a correlação entre o pré-discurso e o discurso na intersemiótica de uma semântica global, ou seja, no “desenho” que a rede de significados vai criando e organizando.

Isso porque o próprio *ethos* na literatura se consubstancia numa criação aproximativa ou numa sublimação. Em razão disso, preferimos chamá-lo de *ethos verossimilhante*, que no âmbito literário adquire características hipertextuais e multifacetadas. Parece melhor pensar que o literário joga com os universos discursivos, semiótica e estilisticamente, multiplicando as camadas, as características ou as perspectivas éticas.

Por isso, não acreditamos em *ethos* híbridos pertencentes a gêneros híbridos em literatura, mas em *hiperethos*, pois é difícil dimensionar o *ethos* efetivo ou original, questão já revista por Maingueneau (2012).

O poema de Hughes [1], utilizado no início, traz todas essas nuances manifestadas discursivamente, em que *o ethos dito e mostrado* inserido nas condições de produção denota um *ethos*, que representa o homem negro que transgride os estereótipos do mundo ético em questão, toma a palavra e se insere na sociedade ao dizer “Eu também sou América”. Constitui, assim, um novo *ethos*, que sairá de uma condição social a outra, ocupará seu lugar social, “metaforicamente sairá da cozinha e participará do progresso”, ou seja, a FD contribui para a (re)criação e afirmação de *ethé*. Embora *ethos* e identidade sejam conceitos distintos, quando falamos de discurso da negritude, a identidade negra está quase sempre implícita, quando não está explícita, imbricada mesmo na imagem que o discurso reconstitui. No poema, *o ethos* ali representado atua como reflexo de um grupo social, atua como verossimilhante.

Em *Vencidos e Degenerados* [2] são muitos *os ethé* ou, para usarmos nossa classificação, são *hiperethos* variados, os quais poderiam ser analisados sob diferentes óticas. Poderíamos delimitar nossa análise apenas a uma parte da trajetória de um dos personagens, se optássemos pelo início, por exemplo, a FD seria àquela em que ainda havia resquícios da escravidão, analisaríamos o *ethos* do oprimido/dominado, fragilizado diante de sua situação, mas teríamos o Clube dos Abolicionistas e a casa de Maranhense como possíveis espaços discursivos, em que a resistência existia. Em contrapartida, se considerássemos que o recorte acima foi retirado do “Panfleto” escrito e proferido pelo Prof. Bento, teríamos:

Cena englobante: O discurso de um maranhense negro contra o declínio e as diferenças sociais em prol da luta por seus direitos.

Cena genérica: romance histórico-social.

Cenografia: ocorre, nesse recorte, em forma de manifesto. Temos aí o *ethos* do

negro porta-voz das desigualdades e da indignação contra a apuração do tipo étnico, o *ethos* que afiança seu “dizer” como se fosse testemunho e o *ethos* do intelectual que não quer que [não tapa na boca a palavra]. Esses são os *ethé ditos/mostrados*, que surgem a partir do *ethos* pré-discursivo do enunciador negro que, primeiramente, comemora a libertação e analisa a sociedade e depois assume sua negritude e luta por um espaço na República.

Nesse capítulo, em suma, tratamos de apresentar os componentes teóricos relevantes para a análise:

Quadro XV – Síntese do capítulo

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA (AD) E SEUS AUTORES			
PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS			
FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD) E SUAS REGRAS			
<i>Universo</i>	<i>Campo</i>		<i>Espaço</i>
<i>Discursivo</i>	<i>Discursivo</i>		<i>Discursivo</i>
<i>Objetos</i>	<i>Modalidades</i>	<i>Conceitos</i>	<i>Estratégias</i>
PLANO DO ENUNCIADO/PLANO DO TEXTO			
<i>Cena englobante</i>	<i>Cena genérica</i>	<i>Cenografia</i>	
ETHOS EFETIVO + ETHOS DITO+ ETHOS MOSTRADO			
RELAÇÕES SEMÂNTICAS RESULTANTES			

Esses elementos são responsáveis pela sustentação do discurso e pela análise da *paratopia* e da *proxêmica* de diferentes FD. São eles fundamentais para o entendimento da *constituência discursiva*, sobretudo, do discurso literário no Brasil, assunto dos próximos capítulos.

CAPÍTULO IV - DISCURSO CONSTITUINTE: NAS FRONTEIRAS DO VEROSSÍMIL

En un lugar de la Mancha, de cuyo nombre no quiero acordarme, no ha mucho tiempo que vivía un hidalgo de los de lanza en astillero, adarga antigua, rocín flaco y galgo corredor

Miguel de Cervantes⁶⁴

Ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver dedico como saudosa lembrança estas Memórias Póstumas.

Machado de Assis⁶⁵

4.1. Discurso Literário: um discurso constituinte por excelência

Em algum lugar de São Paulo, cujo nome não queremos recordar, não há muito tempo, vivia uma pesquisadora que dedicou sua tese ao primeiro verme que roeu suas carnes frias. Se começássemos dessa maneira este capítulo, provavelmente, seríamos criticados, tachados de loucos, plagiadores ou ambos. Os mais catedráticos diriam que rompemos com a seriedade pertinente a uma tese e diminuiriam todo o nosso dizer em razão da utilização de uma digressão. Mas exatamente qual seria o estranhamento? Uma paráfrase inesperada dentro de um gênero acadêmico ou a apropriação da palavra estampada em clássicos? Em que medida nosso interlocutor se sentiria incomodado ou acharia graça?

Provavelmente, o acadêmico, leitor experiente, estranharia a intertextualidade, consideraria, talvez, uma digressão grosseira. No entanto, se essa tese fosse consultada por um jovem pesquisador, cujas leituras não fossem ainda tão amplas, talvez, nem percebesse ou atribuisse esse início a alguma inadequação textual.

⁶⁴ CERVANTES, M. *El Quijote*. In: <http://www.donquijote.org/spanishlanguage/literature/library/quijote/quijote1.pdf>. Acesso em: 05 mar.2013.

⁶⁵ ASSIS, M. de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. In: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/romance/marm05.pdf>. Acesso em: 05 mar.2013.

Esses nuances, esses estranhamentos e essas rupturas somadas ao gênero do discurso, às condições de produção e a diferentes fatores específicos fazem parte dos embates que involucram o discurso, sobretudo, o literário e, aparentemente, sustentam o poder de evocação de um discurso constituinte. Contudo, essa lógica não é tão simples quanto parece.

A Literatura é Arte, é deleite e como tema de estudo universal, seja na perspectiva mais voltada às características histórico-literárias, semióticas ou linguísticas, quase sempre traz à tona questões aparentemente polêmicas. Não obstante, consideramos que a abordagem literária está para além da polêmica, pois se encaixa, sobremaneira, no campo da lógica, embora muitos aspectos pareçam ilógicos e lide com essas antíteses e esses limiares.

As temáticas relacionadas a esse âmbito não se restringem a um único aspecto, convertem-se, ora em complexidade axiomática, cujas explicações variam de acordo com o olhar dos observadores ou dos estudiosos, ora em contemplação absoluta, ora em objeto de especulações e generalizações.

É milenar a preocupação humana com respeito à criação literária, à (re)produção criativa de uma suposta realidade. São muitos os conceitos utilizados até hoje no universo da crítica literária como herança dessas discussões, como afirma Babut (1985:72),

Uma palavra domina discussões da Antiguidade sobre a natureza da Arte e as condições da criação artística: μίμησις (1), cuja tradução mais comum é “imitação”, ainda que o valor original do termo permaneça controverso (2). Assim, nas primeiras linhas de Poética de Aristóteles há o conceito de *mimesis* que define o essencial comum a poesia e outras artes, incluindo pintura (1447 a 18-28) (3).⁶⁶

A ideia de imitação, representação da realidade ou verossimilhança que subjaz ao conceito de *mimesis*, bem como, a construção de sentidos e a adesão do público, chegando à *catarse*, não são apenas conceitos estanques, facilmente observáveis, mas são resultados de um processo de reflexão do mundo grego, que sustentam os estudos da atualidade e *o devir*.

Considerar o processo mimético não é considerar a obra *per si* como objeto

⁶⁶ Un mot domine les débats de l'Antiquité sur la nature de l'art et les conditions de la création artistique: μίμησις (1), dont la traduction la plus habituelle est « imitation », même si la valeur originelle du terme reste controversée (2). Ainsi, dès les premières lignes de la Poétique d'Aristote, c'est le concept de mimésis qui définit le caractère fondamental commun à la poésie et à d'autres arts, notamment la peinture (1447 a 18-28) (3). In: « Sur la Notion d' « Imitation » dans les Doctrines Esthétiques de la Grèce classique Daniel Babut *Revue des Études Grecques*, Année 1985, Volume 98, Numéro 98-465-466 p.72-92.

similar à realidade, considerá-lo é perceber os detalhes e as aproximações passíveis de (re)construção no universo literário, que promove uma desestabilização da própria noção de realidade, pois “se a literatura tem algo de ‘próprio’, é antes um poder de desestabilização, que exige dos teóricos soluções sofisticadas, mas constantemente insuficientes.” (MAINGUENEAU, 1996:30)

Afirmamos que essa propriedade da Literatura traz à baila questões complexas, porque, ao desestabilizar aquilo que já está posto, cria universos paralelos, que desencadeiam efeitos de sentidos globais, cujos aspectos semânticos não são mensuráveis com facilidade. Não basta analisar a superestrutura de determinada tipologia ou gênero isoladamente ou fazer contagem lexical, é preciso analisar regularidades e prever possibilidades. Nesse feixe, está fundado o discurso literário, que subjaz ao (con)texto, ao autor e aos enunciadores.

Pode-se até ir mais longe do que os múltiplos gêneros da literatura e sustentar que o discurso literário enquanto tal constitui uma espécie de metagênero que supõe um ritual específico e condições de êxito; um texto literário só é recebido de modo adequado, se for interpretado como literário. (MAINGUENEAU, 1996: 14)

Arriscamos dizer que é justamente nessa condição de “metagênero” que se encontra a *constituência* do discurso literário, porque para se manter e afirmar-se como tal, não basta que um texto seja publicado como obra literária ou siga moldes de produção pertinentes ao gênero publicado. O discurso literário está além da obra, mas a contém, pois está no conjunto de elementos e estratégias que se fundam, desde a produção até a recepção, no que foi dito e nos seus implícitos e recupera a *mimesis*, que é própria da ficção.

Todavia, deve-se estar atento para o fato de que a noção de ficção não coincide absolutamente com a de literatura (a conversa mais banal está recheada de enunciados de ficção) e de que a literatura é constituída de obras e não de enunciados isolados. Não se conseguiria reduzir a ficção literária a uma atitude do locutor com relação à sua própria enunciação, pois uma das singularidades do discurso literário é precisamente tornar problemática a própria noção de enunciador, dissociar o indivíduo que escreve das representações do autor que a instituição literária permite definir. (MAINGUENEAU, 1996:29)

Mal comparando, as tentativas de análise de uma possível “realidade literária” associadas a seu contexto e as empreitas de busca por uma lógica poderiam ser equiparadas a uma série de Fibonacci⁶⁷, sequência matemática utilizada para análise de

⁶⁷ *Leonardo Fibonacci*, também conhecido como Leonardo de Pisa, Leonardo Pisano ou ainda Leonardo Bigollo, (Pisa, c. 1170 — Pisa ?, c. 1250)¹ ou simplesmente como Fibonacci foi um

proporções, recorrências etc.

Embora de áreas, aparentemente, diferentes, faremos esta aproximação para ilustrar o que queremos dizer em relação à estabilidade do discurso literário. A sequência de Fibonacci serve, grosso modo, para verificarmos relações de semelhança, dissemelhança, identidade, simetria, igualdade, diferença, recorrência e outras. Com diferentes aplicações, serve, inclusive, para explicar proporções presentes na natureza e no universo, que são visíveis, concretas e apresentam essas relações mensuráveis, mas imperceptíveis aos leigos.

Em termos matemáticos, a lógica entre os números é relativamente simples, entretanto, a complexidade se amplia de acordo com a aplicação. Ainda que não seja nosso objetivo explicar matematicamente, cabe mostrar uma sequência simples, para que acompanhem nossa ilustração: 0, 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34, 55, 89, 144, ... Temos, assim, uma sequência numérica simples formada pelo somatório do número anterior $0+1=1$, $1+1=2$, aparentemente, simples; todavia, temos nos resultados do somatório quantidades implícitas; em 8 há o 5 e o 3, que remetem a 0,1,1,2. Ainda há a curiosidade que, na divisão entre os números, o resultado é constante com pequena variação crescente ou decrescente.

Com a sequência, é possível buscar observar as dimensões de objetos e elementos universais, pois está presente nas dimensões de desenvolvimento de conchas, na análise das dimensões de crescimento de árvores e em grandes obras como na Grande Família de Antonio de Gaudí em Barcelona.

Grosso modo, para concluir nossa lógica, a Literatura, como registro universal, até poderia ser colocada de forma linear como uma sequência matemática e, de fato, didaticamente, ainda é estudada nas escolas como se fosse simples organizá-la em movimentos literários por suas características estilísticas, pelo contexto histórico-filosófico. No entanto, tal qual a sequência, que traz implícitas outras ordens e é passível de aplicação em diferentes áreas de conhecimento, o mesmo ocorre com a Literatura e é, exatamente, nas estratégias de interpretação e nos implícitos, que repousa o discurso literário e o deleite que resulta de uma “possível” análise, muitas vezes, é também imperceptível ao leigo.

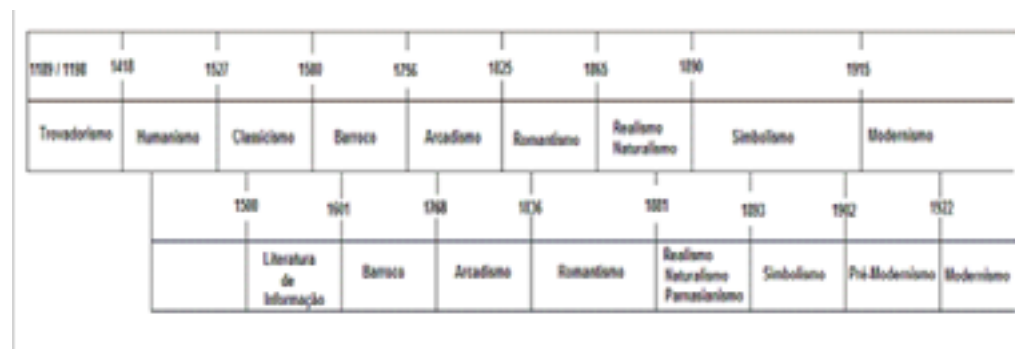
Na Literatura com registro escrito, em geral, é possível perceber semelhanças e dissemelhanças entre gêneros, com o que chegamos ao ponto inicial, quando dissemos que a Literatura universal pode ser vista sob diferentes perspectivas histórico-literárias,

grande matemático italiano da Idade Média. É considerado por alguns como o mais talentoso matemático ocidental da Idade Média. Ficou conhecido pela descoberta da sequência de Fibonacci e pelo seu papel na introdução dos algarismos arábicos na Europa. Há teóricos que afirmam que ele não criou a sequência, mas a aplicou, após contato com matemáticos árabes e indianos. Por meio de seus problemas comerciais, é possível aprender muito sobre as relações monetárias da época. A sequência, atualmente, é utilizada em diferentes áreas de conhecimento: estatística, biologia, design gráfico e outros, para a compreensão e reprodução de formas naturais. In: <http://faculty.evansville.edu/ck6/bstud/fibo.html>. Acesso em: 20 fev. 2015/ <http://plus.maths.org/content/life-and-numbers-fibonacci>. Acesso em: 20 fev. 2015.

textuais, semióticas ou linguísticas, além de trazer questões axiomáticas.

Como na sequência de Fibonacci, nos estudos literários, verificamos que há questões que se repetem ou se mantêm, de forma imanente, como na utilização de determinada métrica ou na retomada de características como ocorre no desenvolvimento da Literatura Brasileira, que, inicialmente, segue moldes europeus por exemplo, ou no surgimento de um movimento literário, em que características estilísticas coexistem por um tempo.

Figura 5 – Linha do tempo Literária como é ensinada



Se, por um lado, há temáticas recorrentes, por outro, diferentemente da circularidade matemática, que pode ser apreendida concretamente, em Literatura, ou no discurso literário, há a primazia da irregularidade de forma a gerar diferentes redes estratégicas, cujos implícitos não são sempre facilmente identificáveis.

Temáticas, posicionamentos e gêneros recorrentes, implicitamente, um paradigma se sobrepõe ao outro e apresenta, ainda, características do anterior. Vemos, no Modernismo, que Vinícius de Moraes utiliza a forma clássica dos sonetos para compor com uma linguagem que, ora mimetiza a métrica clássica, ora subverte-a, ou seja, na Literatura, não há uma verdade absoluta, mas como na série de Fibonacci, há muitos implícitos, e essas separações, em linhas do tempo, são apenas a sistematização didática de algo relativamente assistemático.

Ao considerar o discurso literário como constituinte, a AD também impõe ao analista o papel de mediador de uma possível interpretação e não o papel de detentor de uma verdade absoluta. Nesse sentido, ao tratar dos aspectos que envolvem a obra e o ambiente, Cândido (2006:13) salienta:

Nada mais importante para chamar a atenção sobre uma verdade do que exagerá-la. Mas também, nada mais perigoso, porque um dia vem a reação indispensável e a relega injustamente para a categoria do erro, até que se efetue a operação difícil de chegar a um ponto de vista objetivo, sem desfigurá-la de um lado nem de outro. É o que tem ocorrido com o estudo da relação entre a obra e o seu condicionamento social, que a certa altura do século passado chegou a ser vista como chave para compreendê-la, depois foi rebaixada como falha de visão, — e talvez só agora comece a ser proposta nos devidos termos. Seria o caso de dizer, com ar de paradoxo, que estamos avaliando melhor o vínculo entre a obra e o ambiente, após termos chegado à conclusão de que a análise estética precede considerações de outra ordem.

Ao analisar o discurso literário, é preciso ter em conta que não há verdades absolutas ou falseamentos analíticos, pois há implícitos teóricos de diferentes níveis, que compõem novos paradigmas e são responsáveis, ao mesmo tempo, pela identidade literária. Alguns tentarão analisar essa sucessão por meio do dialogismo, outros pela hipertextualidade ou hiperdiscursividade, mas

quaisquer que sejam as soluções adotadas, somos sempre obrigados num momento ou em outro a marcar uma separação entre um regime literário e um regime não-literário dos discursos. Porém, qualquer ruptura radical parece de imediato ilegítima; recusamo-nos a praticar a segregação, a dividir o exercício da linguagem em campos estanques. (MAINGUENEAU, 1996:30)

Isto é, fazer um recorte analítico é posicionar-se frente ao objeto literário; entretanto, considerar a Literatura, seu ambiente e sua estética desvela certa problemática, uma vez que sempre levarão a questionamentos *ad infinitum*, se o leitor ou o analista não estabelecerem os limites impostos pela obra ou por sua análise.

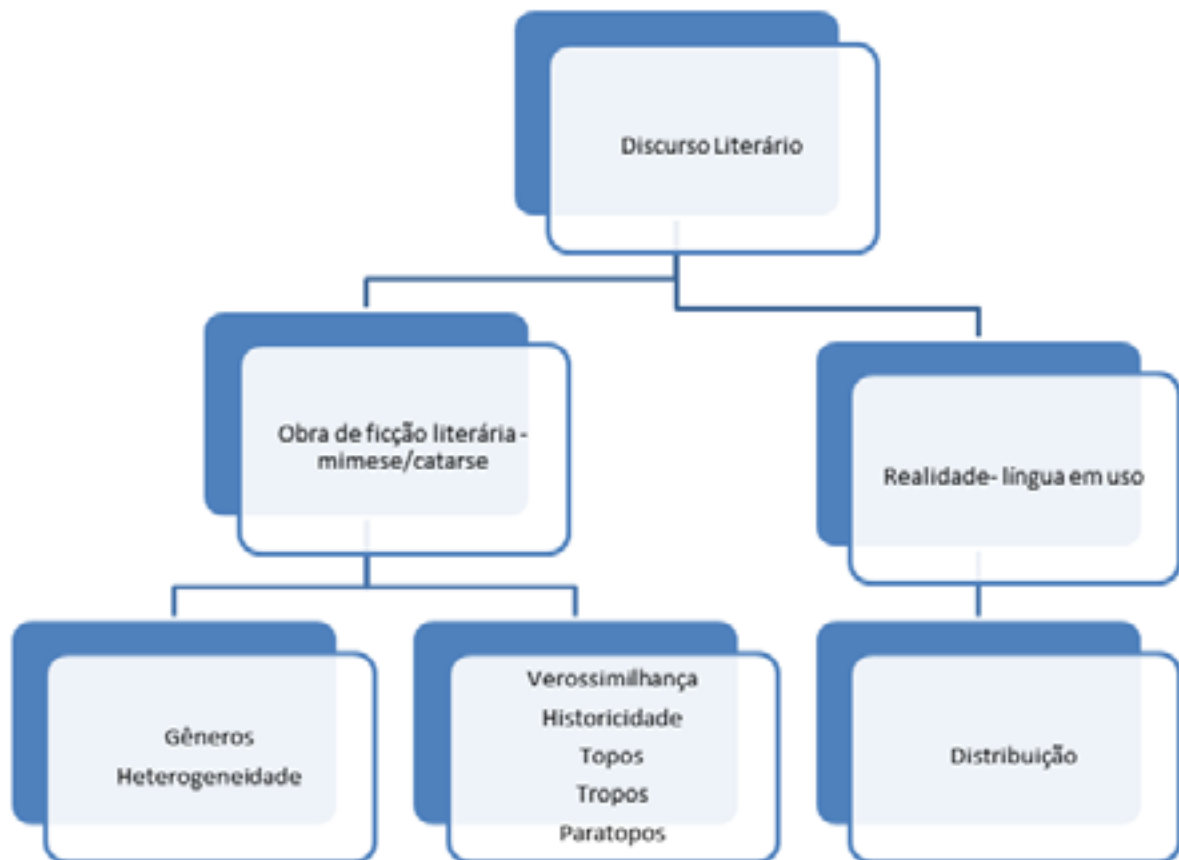
Nada impede, entretanto, que a própria circularidade do discurso deixe o exercício aberto e inconcluso *ad infinitum*, pois, além da constituição genérica, das condições sócio-históricas de produção e circulação, ainda há os elementos internos responsáveis pela constituição da obra, como por exemplo, internamente, o estilo, as personagens, o tempo, o espaço e o enredo. Ao seguir esses aspectos e a questão mimética trazida dos antigos gregos, o analista poderá ainda verificar aspectos específicos da *mimesis* por meio da técnica ou da *poiéses*, de acordo com o gênero, por exemplo.

São muitos os percursos possíveis graças à utilização da linguagem na Literatura, cujas redes semânticas comporão o discurso literário, porque “não existe uma língua literária, mas um uso literário da língua” (MAINGUENEAU, 1996:203), a língua em uso instaura discursos constituintes, entre eles, está o literário.

Para este trabalho, consideraremos a *constituência* discursiva, partindo da se-

guinte lógica esquemática:

Figura 6 - Esquema do discurso literário



4.2. Discurso Literário

Com Maingueneau (2006), partimos do princípio de que o discurso literário é imanentemente constituinte, e essa característica encontra-se não somente na maneira como se perpetua historicamente, mas também como interpola elementos sociais e psicológicos importantes para a humanidade e reitera seu poder desestabilizador.

Na análise desse poder da Literatura, não são diferentes os embates travados pelos estudos pragmáticos da linguagem, a crítica literária histórico-sociológica (ou histórico-psicológico-sociológica), a crítica contemporânea, a semiótica e a AD, o que de fato difere é a metodologia, mas independentemente do recorte, a amplitude do discurso literário permite tratar da mesma temática por diferentes perspectivas.

Maingueneau (2006) traça um percurso que parte dos estudos filológicos, passa

a sociedade; o quinto de cunho ideológico, muito associado aos marxistas, analisa a função política de obras e autores e, por fim, o sexto que busca origens e relações hipotéticas da Literatura em geral e da sociedade ou de determinados gêneros e a sociedade e, assim, conclui sua gradação:

Todas estas modalidades e suas numerosas variantes são legítimas e, quando bem conduzidas, fecundas, na medida em que as tomarmos, não como crítica, mas como teoria e história sociológica da literatura, ou como sociologia da literatura, embora algumas delas satisfaçam também as exigências próprias do crítico. Em todas, nota-se o deslocamento de interesse da obra para os elementos sociais que formam a sua matéria, para as circunstâncias do meio que influíram na sua elaboração, ou para a sua função na sociedade.

Ora, tais aspectos são capitais para o historiador e o sociólogo, mas podem ser secundários e mesmo inúteis para o crítico, interessado em interpretar, se não forem considerados segundo a função que exercem na economia interna da obra, para a qual podem ter contribuído de maneira tão remota que se tornam dispensáveis para esclarecer os casos concretos.

Com efeito, todos sabemos que a literatura, como fenômeno de civilização, depende, para se constituir e caracterizar, do entrelaçamento de vários fatores sociais. Mas, daí a determinar se eles interferem diretamente nas características essenciais de determinada obra, vai um abismo, nem sempre transposto com felicidade. (CANDIDO, 2006:20-1)

O mesmo ocorrerá com a Análise do Discurso que, por sua origem (Cf. Cap. III), apresenta-se como uma teoria multidisciplinar e, quando voltada ao discurso literário, tem de lidar com a *constituência* desse discurso e optar por uma abordagem mais Linguística, Semiótica, Histórica, Sociológica, Antropológica, entre outras. O diálogo excessivo pode ser capital ao analista, ou tornar-se secundário e inútil, se as categorias que ligam uma área a outra estiverem entrelaçadas à perspectiva enunciativa de produção do discurso analisado. Se, para a Crítica Literária, o axioma está voltado para a relação obra, ambiente e autor, a AD, por sua vez, extrapola esse dilema, para analisar as dimensões que intervêm nessa relação para a instituição de efeitos de sentido.

Se pensarmos, por exemplo, em obras emblemáticas que se enquadrariam na temática que estudamos, ou seja, *o discurso da negritude*, é preciso, pois, ter consciência de que, apesar de sua força universal, assim como qualquer outro discurso, o literário não é um enunciado autossuficiente, mas um enunciado a ser tomado dentro de um quadro hermenêutico, que pressupõe e subsiste graças ao interdiscurso (MAIN-GUENEAU, 2006).

pela Nova Crítica Literária francesa até chegar à Pragmática e à AD; diferenciando-os, forma uma sequência didática para explicar elementos teóricos recorrentes. Salienta que há uma linha tênue entre algumas perspectivas como a Nova Crítica, a Pragmática e a AD para delinear aquilo que o autor denomina de discurso constituinte. A nosso ver, não há como ultrapassar os limites impostos por essa *constituência*, sem admiti-la e perscrutá-la, pois está intimamente entrelaçada à sociedade.

Antônio Cândido, em sua obra *Literatura e Sociedade*, publicada pela primeira vez em 1965⁶⁸, apresenta uma possibilidade de leitura ou leituras na perspectiva daquilo que Maingueneau (2006) chama de “Nova Crítica Literária” e traça relações importantes com o cenário brasileiro. Cândido (2006:18) assevera que:

Para fixar ideias e delimitar terrenos, pode-se tentar uma enumeração das modalidades mais comuns de estudos de tipo sociológico em literatura, feitos conforme critérios mais ou menos tradicionais e oscilando entre a sociologia, a história e a crítica de conteúdo.

As nuances desses critérios são esclarecidas por Cândido (2006), que constrói um percurso analítico sobre a crítica literária e sua relação com a sociedade, ou seja, faz a crítica da Crítica. Na tentativa de estabelecer uma enumeração de modalidades ou metodologias analíticas, divide as possibilidades de análise em seis tipos, entre outros, de menos destaque.

O primeiro tipo de mediação duvidosa seria aquele que foca nos aspectos que se limita à análise de autores, utiliza o contexto social como pretexto para falar de problemas de época (cita como exemplo Silvio Romero⁶⁹); o segundo seria mais restrito à sociologia elementar, aquele que procura verificar em que medida as obras espelham ou representam a sociedade por seus aspectos; o terceiro de cunho sociológico, porém mais coerente, limita-se a confrontar obra e autor, mas apresenta alguns estudos mais ligados aos fatos; o quarto estuda a posição e a função social do autor, relaciona-as com

68 A versão que utilizamos é a de 2006, mas citamos a primeira publicação com o intuito de esclarecer que essa preocupação relacionada ao discurso literário não é recente e não se restringe à AD.

69 Fundador da Cadeira 17. Sílvio Romero (S. Vasconcelos da Silveira Ramos R.), crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira, nasceu em Lagarto, SE, em 21 de abril de 1851, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 18 de julho de 1914. Convidado a comparecer à sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 28 de janeiro de 1897, fundou a Cadeira nº 17 e escolheu como patrono Hipólito da Costa. [...] Sílvio Romero foi um pesquisador bibliográfico sério e minucioso. Preocupou-se, sobretudo, com o levantamento sociológico em torno de autor e obra. Sua força estava nas ideias de âmbito geral e no profundo sentido de brasilidade que imprimia em tudo que escrevia. A sua contribuição à historiografia literária brasileira é uma das mais importantes de seu tempo.

Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e de diversas outras associações literárias. In: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=154&sid=196>. Acesso em: 20 fev. 2015.

A expressão “discurso constituinte” designa fundamentalmente os discursos que se propõem como discursos de origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesma. Levar em conta as relações entre vários “discursos constituintes” e entre discursos constituintes e não-constituintes pode parecer uma custosa digressão, mas esse agir aumenta de maneira ponderável a inteligibilidade do fato literário. (MAINGUENEAU,2006:60)

A categorização dos discursos implica uma dada função, certo recorte das situações de comunicação de uma sociedade e certo número de variantes, que, discursivamente, estão entrelaçados ao interdiscurso, em que se desenvolvem possivelmente os maiores embates para a produção de efeitos de sentido.

Os discursos constituintes têm a seu cargo o que se poderia denominar o archeion de uma coletividade, termo que associa o trabalho de fundação no e pelo discurso, a determinação de um lugar vinculado com um corpo de locutores consagrados e uma elaboração de memória. (MAINGUENEAU, 2006:61)

É na corporificação dessa “memória” literária que os discursos constituintes podem estar relacionados intrínseca e/ou paralelamente; é nesse “corpo de locutores” que é possível encontrar relações entre o histórico, o filosófico, o mítico, o científico, o religioso e o literário, porque, segundo Maingueneau (2006:61), “são a um só tempo autoconstituintes e heteroconstituintes, duas faces que se pressupõem mutuamente”.

Como vimos no *capítulo I*, os discursos estão inseridos em determinadas *formações discursivas* e, por sua vez, esses discursos revelam-se portadores de marcas que as inserem em determinado(s) universo(s), campos ou espaços discursivos.

Feito esse recorte, as características genéricas ou heterogenéricas permitirão a análise da *cena de enunciação*, ou seja, para a AD, determinado *gênero do discurso* nem sempre coincide somente com o gênero literário, porque, para o analista, o que importa é a *cena genérica*, a *cena englobante* e a *cenografia* instaurada.

Por exemplo, o conto *Sobremesa*, de Júlio Cortázar, publicado no livro “Final del Juego”, é “categorizado” literariamente como conto. A *cena genérica* é conto, mas a *cenografia* que dali se depreende é epistolar⁷⁰, são cartas trocadas entre amigos. A

⁷⁰ Referimo-nos não somente ao plano textual, mas à cenografia discursiva, que se constrói com/pelo leitor do conto que se apresenta do seguinte modo:

(...)

Carta del doctor Federico Moraes.

Buenos Aires, martes 15 de julio de 1958.

Señor Alberto Rojas,

princípios da AD.

A AD não considera texto e discurso como sinônimos, prescinde do texto como materialização individual, e impõe seu olhar às fronteiras do discurso reveladas por um conjunto de elementos sociais, culturais, históricos etc. Ou seja, o gênero do discurso pode compor *a cena genérica* romance e só importa justamente por constitui-las e será possível depreender *o discurso da negritude* por meio da(s) cena(s).

No exemplo de Cortázar, temos uma cena genérica de conto e uma cenografia epistolar, embora o gênero do discurso seja “conto”. Conforme Maingueneau (2006:240), “o gênero literário contém gêneros com diferentes tipos de genericidade”, cujo princípio básico está na interdiscursividade e na interincompreensão, assim, é preciso reconhecer os gêneros literários como discurso literário, gêneros do discurso, os quais mantêm as complexidades inerentes aos gêneros e às formações discursivas às quais pertencam.

Os enunciados, como *corpus/corpora*, também impõem uma relação heterogênea e metagenérica, que permitem diferentes recortes e delimitações por parte do analista. Podemos observar, por exemplo, o estudo de Nascimento e Carreira (2013)⁷¹ que, a partir da apropriação dos conceitos de *universo, campo e espaço discursivo*, analisaram recortes de “Terra Sonâmbula”, de Mia Couto, escritor moçambicano, que conta a história do menino Muisinga, que segue viagem com seu tio Tahuir, quando encontra os cadernos do menino Kindzu em um machimbombo (ônibus) incendiado.

A cena genérica é dividida em capítulos e cadernos, obriga à leitura paralela do discurso do menino Muisinga, suas agruras diante das guerras civis e precariedades pós-independência; e também o dos cadernos de Kindzu lidos por Muisinga, quase em forma de diários, apresentando títulos que correm em paralelo aos capítulos.

Assim, internamente, o enunciador cria um plano discursivo imanente em que Muisinga, por meio de sua leitura, mantém a enunciação, a coenunciação e a co-enunciação⁷² internas interseccionadas à enunciação, que se constrói entre leitor e leitura, de sorte que diferentes *gêneros e cenas genéricas* surgem no decorrer da narrativa: o diário, o sermão do curandeiro, o discurso político e outros.

Nessa análise, Nascimento e Carreira (2013) destacam que o discurso se enquadra no universo literário, no campo político e no espaço discursivo da guerra (porque o foco de análise era o discurso da guerra), dela depreenderam o seguinte quadro analítico, aqui reproduzido a título de ilustração dos princípios teóricos abordados.

71 Como exercício, durante o doutorado fizemos algumas análises com as categorias, para que pudéssemos testá-las e aplicá-las com maior propriedade no *corpus*. Alguns foram parcialmente publicados e apresentados em eventos acadêmicos. Dentro dos limites de originalidade de uma tese, serão utilizados durante os capítulos partes de alguns textos a título de ilustração somente. Quando assim o fizermos, com textos publicados, faremos a devida citação.

72 Cf. definição de *enunciador, coenunciador e co-enunciador* no Cap. I.

Quadro XVI – Pré-análise exemplificativa

	Situação de enunciação	Situação de locução
	EFEITOS DE SENTIDO	O DITO
PLANO DO ENUNCIADOR ELEMENTAR	<p>Na esfera enunciativa depreende-se enunciadores internos, cujos discursos são identificados em Muisinga e Kindzu, que em níveis coenunciativos e co-enunciativos apresentam a (des)integração da identidade/alteridade de sujeitos sociais na guerra civil moçambicana condensadas em suas agruras: mortes de crianças e fragmentação de famílias.</p> <p>Além disso, os elementos lexicais e semânticos denotam a interpolação do discurso de poder entre dominadores e dominados, no âmbito do universo político traz características do espaço da guerra no que ela tem de humano e desumano.</p>	<p>Os sujeitos discursivos (locutores internos e alocutários) (re) constroem por meio da escrita e da leitura suas histórias de vida e mobilizam a adesão do leitor. Na locução em paralelo, uma leitura apoiada em outra leitura, cria camadas discursivas, desvendando valores, ideologias, aspectos geopolíticos e sócio-culturais de Moçambique, numa relação de poder e controle.</p>

narrativa se constrói em nível discursivo pela adesão do leitor, como co-enunciador, que recobra o fluxo cronológico da carta e percebe que o encontro nunca acontece, *o cenário* é composto por Buenos Aires em contraposição à vida rural afastada, *a cena englobante* é a narrativa da possibilidade de um encontro entre amigos para reviver os tempos passados em torno da grande metáfora do tempo relacionada à sobremesa.

Ao fazermos o recorte no *discurso da negritude* em *Vencidos e Degenerados*, nossa análise das situações enunciativas já está pré-dimensionada e subordinada aos

Lobos, F.C.N.G.R.

Mi querido amigo:

Como siempre a esta altura del año, me invade un gran deseo de volver a ver a los viejos amigos, tan alejados ya por esas mil razones que la vida nos va obligando a acatar poco a poco. Usted también, creo, es sensible a la amable melancolía de una sobremesa en la que nos hacemos la ilusión de haber sido menos usados por el tiempo, como si los recuerdos comunes nos devolvieran por un rato el verdor perdido.

Naturalmente, cuento con usted en primerísimo término y le envío estas líneas con suficiente antelación como para decidirlo a abandonar por unas horas su finca de Lobos donde el rosal y la biblioteca tienen para usted más atractivos que todo Buenos Aires. Anímese, y acepte el doble sacrificio de subir al tren y soportar los ruidos de la capital. Cenaremos en casa, como en años anteriores, y estaremos los amigos de siempre, con excepción de... Pero antes prefiero dejar bien establecida la fecha para que usted se vaya haciendo a la idea; ya ve que lo conozco y que preparo estratégicamente el terreno. Digamos, entonces, el...

Carta del doctor Alberto Rojas.

Lobos, 14 de julio de 1958.

Señor Federico Moraes.

Buenos Aires.

Querido amigo:

Quizá le sorprenda recibir estas líneas tan pocas horas después de nuestra grata reunión en su casa, pero un incidente ocurrido durante la velada me ha afectado de tal manera que me veo precisado a confiarle mi preocupación. Ya sabe que detesto el teléfono y que tampoco me apasiona escribir, pero tan pronto pude pensar a solas en lo sucedido me pareció que lo más lógico y hasta elemental era enviarle esta carta. Para serle franco, si Lobos no estuviera tan alejado de la capital (un hombre viejo y enfermo mide de otra manera los kilómetros) creo que hubiera vuelto hoy mismo a Buenos Aires para conversar con usted de este asunto. En fin, basta de exordios y vamos a los hechos. Pero antes, querido Federico, gracias otra vez por la magnífica cena que nos ofreció como solamente usted sabe hacerlo. Tanto Luis Funes como Barrios y Robirosa coincidieron conmigo en que es usted una de las delicias del género humano (Barrios) y un anfitrión insuperable. No le extrañará, pues, que a pesar de lo acontecido guarde todavía la satisfacción un poco nostálgica de esa velada que me permitió alternar una vez más con los viejos amigos y pasar revista a tantos recuerdos que la soledad va limando inapelablemente. (...)

Disponível em: <http://www.literaberinto.com/cortazar/sobremesa.htm> . Acesso em: 05 abr. 2014.

PLANO DO TEXTO	Situação de discurso	
	Ponto de Vista Externo	Ponto de Vista interno
	Os enunciados demonstram a desconstrução do Estado sem uma reconstrução da “emancipação”, não alcançada pela ausência de organização sócio-econômica e da consciência política. As camadas interdiscursivas mostradas poderiam, grosso modo, ser assim hierarquizadas: discurso de guerra (fragmentação humana e territorial), discurso da morte (interpretação da vida e das relações por meio das perdas), discurso religioso (presença do místico como organizador social) e discurso literário (busca de identidade nacional e individual (ficção x realidade))	
Situação de Comunicação		
	A enunciação é instaurada pela interface entre os enunciados construídos por um menino (enunciador/enunciatório) que foge de sua dura realidade por meio da leitura da história de outra criança (também enunciador/enunciatório) que foge em busca de liberdade e de repostas, ambos buscam suas famílias e sua identidade, nessa fuga, encontram-se um ao outro e a si mesmos, contribuindo para a enunciação maior em que os meandros da guerra e do universo político de Moçambique mostram-se e são atravessados por interdiscursos e intercompreensões que levam aos efeitos de sentido.	<p>Cena englobante: composta pela narrativa de experiências fictícias mescladas à realidade social.</p> <p>Cena genérica: romance social.</p> <p>Cenografia: um diário, cujas cenas interseccionam-se com a realidade e com a leitura de um leitor real e um pseudo-leitor (M)</p>

*Adaptado de Nascimento e Carreira (2013)*⁷³

⁷³ Adaptado de: NASCIMENTO, Jarbas V. & CARREIRA, Rosângela A. R. Uma análise do discurso da guerra em Moçambique e o papel social da leitura nas camadas interdiscursivas de “Ter-

Percebemos, assim, que a constituição do discurso está no fato de não se manter em fronteiras estanques, em sentidos pré-concebidos, não está enquadrado pelo gênero, tampouco se detém na cenografia, mas se estabelece na relação entre enunciador, coenunciador e co-enunciador, de sorte que será constituinte o discurso que ressoa em todos os demais, que compõe interdiscursos e faz-se presente em diferentes épocas e civilizações. Se, em vez do discurso da guerra, o objetivo fosse analisar o discurso do curandeiro, por exemplo, teríamos inevitavelmente de considerar o campo da religiosidade e seu papel social no espaço moçambicano, bem como a presença do discurso teológico, como discurso constituinte; teríamos outras perspectivas enunciativas dentro do mesmo enunciado, ou seja, a cena genérica se mantém, mas a cena englobante e a cenografia mudam de acordo com a perspectiva de análise dentro do mesmo *corpus*.

Em *Vencidos e Degenerados*, como veremos no cap. VI, temos, como *cena genérica*, o romance histórico-social. A *cenografia* construída é de manifesto, que é corroborada nos enunciados de alguns enunciadores e pela interdiscursividade manifesta no funcionamento discursivo.

Diferentemente da Crítica Literária, em quaisquer de suas vertentes, a AD considera a Literatura como um discurso constituinte, no qual as características estilísticas, miméticas, sociais, culturais, históricas ou quaisquer outras, só interessam, na medida em que fazem parte de determinada formação discursiva e das condições sócio-históricas de produção, dos quais emana a interdiscursividade inerente à sua constituição. Entretanto, essa variedade de possibilidades analíticas gera uma grande problemática relacionada à questão (im)posta pelo gênero do discurso.

4.3 Gêneros do discurso: romance x Testemunho literário

A problemática do gênero do discurso está no uso social da língua e na maneira como determinados grupos sociais materializam seus enunciados e representam-no socialmente. Acerca do gênero literário, essa problemática se amplifica pela pluralidade de possibilidades de representação que apresenta.

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN, 2003:262)

A partir de necessidades sociais, surgem a variabilidade e a multiformidade dos gêneros do discurso existentes em determinada sociedade, situação ou momento ra Sonâmbula". *Revista Linha D'água*. Universidade de São Paulo. V. 26, Número 1, 2013. pp. 67-82. Disponível em: <http://goo.gl/xf1rvC>. Acesso em: 02 ago. 2013.

histórico. Assim, as condições sócio-históricas de produção estão presentes na *mimesis* literária, que representa e absorve da “realidade” essas possibilidades multiformes e engendra no discurso literário uma complexidade no e pelo discurso que, provavelmente, seja a base de sua *constituência* para marcar sua especificidade e sua particularidade.

Para Bakhtin (2003:262), “três elementos- o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado”, o qual, inserido em determinada situação comunicacional, adquire valor genérico. Somente a presença de conteúdo temático, estilo e composição não são suficientes para a categorização de um gênero, porque não são necessariamente organizados de forma simples e linear, o que nos faz submetermos à análise a um todo de “extrema heterogeneidade”. Isto é, enunciados que compõem gêneros do discurso literário apresentam uma interdependência entre as partes e o todo, bem como, apresentam outras múltiplas relações interpretativas.

Ao revisitar essa questão, Maingueneau (2006) chama a atenção para a categoria genérica como liame central da AD e das correntes pragmáticas; parte das características linguísticas, funcionais, situacionais e discursivas, que envolvem as tipologias sob uma perspectiva classificatória de cunho científico, para valorar ainda mais o quadro genérico, porque

a categoria do gênero do discurso é definida a partir de critérios situacionais; ela designa, na verdade, dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos e que são concebidos habitualmente com a ajuda das metáforas do “contrato”, do “ritual” ou do “jogo”. Falamos, assim, de “gêneros do discurso” para referir-nos a um jornal diário, a um programa de televisão, uma dissertação e etc. Por sua própria natureza, os gêneros evoluem sem cessar par a par com a sociedade. Uma modificação significativa de seu modo de existência material basta para transformá-los profundamente. MAINGUENEAU (2006:234)

O estudioso lembra ainda que foram propostos diferentes modelos que mobilizaram certo número de parâmetros, resumidos no quadro abaixo, mas ressalta que não é possível enquadrar nessas categorias estanques a variedade de características genéricas, pois *o corpus* de referência conduzirá a concepções distintas de genericidade, conforme esclarecemos no exemplo dado anteriormente.

Quadro XVII – Parâmetros e Especificidades Genéricas

Parâmetro	Especificidade
Finalidade	Todo gênero apresenta uma finalidade que deve modificar dada situação, determiná-la é fundamental.
Estatutos de parceiros	O gênero confere aos participantes do discurso (enunciadores, co-enunciadores, coenunciadores etc) determinado estatuto.
Circunstâncias Adequadas	Todo gênero do discurso envolve certo “lugar” e “momento”- um “topos” – adequados ao seu êxito.
Um modo de inscrição na temporalidade	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Periodicidade</i>: refere-se à regularidade de circulação (exemplos: um curso, uma missa, pronunciamento de um chefe de Estado; • <i>Duração</i>: intervalo de consumo do gênero por um grupo social (exemplo: um jornal diário).
Continuidade	Refere-se ao “time” de transmissão do discurso (Ex: uma piada e um romance são diferentes)
Tempo de validade	Trata-se do tempo atribuído para recepção do gênero. (Ex: jornal diário, bíblia)
Suporte	Material que permite o armazenamento, o transporte, a memorização do gênero.
Um plano textual	Organização lógico-discursiva.
Certo uso da língua	Repertório de variedades linguísticas empregadas nos diferentes tipos de gênero.

Adaptado de Maingueneau, 2006

Esses elementos, todavia, são apenas alguns dos parâmetros mobilizados na reificação de um gênero; por isso, a referência que se toma na escolha e análise de um *corpus* compete, exclusivamente, ao analista. No caso dos gêneros do discurso literário,

cujo domínio está na criação humana, com o objetivo de transcender todos esses parâmetros, poderão ser reinventados, deturpados, deslocados e transformados; daí, a sua complexidade e a dificuldade de enquadrá-los ou classificá-los de forma simplista, pois

A linguagem literária é um sistema dinâmico e complexo de estilos de linguagem; o peso específico desses estilos e sua inter-relação no sistema da linguagem literária estão em mudança permanente. A linguagem literária, cuja composição é integrada pelos estilos da linguagem não literária, é um sistema ainda mais complexo e organizado em outras bases. Para entender a complexa dinâmica histórica desses sistemas, para passar da descrição simples (e superficial na maioria dos casos) dos estilos que estão presentes e se alternam para a explicação histórica dessas mudanças faz-se necessária uma elaboração especial da história dos gêneros discursivos (tanto primários quanto secundários), que refletem de modo mais imediato, preciso e flexível todas as mudanças que transcorrem na vida social. Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. (BAKHTIN, 2003:267-68)

4.3.1. Historicidade e genericidade no romance

A História, como narrativa cultural de uma sociedade, registro da memória de um povo, sem dúvida alguma, forma parte tanto das *condições de produção*, quanto das *formações discursivas* e da *memória discursiva*, dispositivos imprescindíveis para a AD. De certo modo, tangencia os demais dispositivos, que podem ser levados em consideração na análise, por exemplo, quando falamos de *cena genérica*, a princípio, temos em mente a cena construída, a partir de um determinado gênero e, aparentemente, parece mais ligada à posição dos enunciadores do que à História. Se pensarmos, contudo, que a *cena genérica*, bem como o gênero estão ligados às condições de produção fica evidente a presença da História.

Ainda que a análise não tenha por função remeter a fatos históricos, é importante ter em mente que discurso e sociedade estão intimamente relacionados, o que institui pelo discurso sua própria historicidade.

A historicidade do gênero refere-se ao caráter histórico que o gênero contém, cuja temporalidade não segue necessariamente a cronologia ou a ordem aparente das condições sociais de comunicação. É o caso dos sermões analisados por Maingueneau (2010:126) em que “o gênero deriva do funcionamento das instituições eclesíásticas”.

No caso do discurso literário, em particular, a relação complexa da historicidade presente no gênero ou imanente a ele, dá-se na mesma medida em que um gênero

pode conter outros gêneros e contém muitas vozes, pela interdiscursividade inerente a qualquer discurso e pela polifonia, elementos que compõem a heterogeneidade do gênero. Assim, é possível encontrar, dentro de um gênero, sua historicidade e a historicidade de outros gêneros ali evocados, pois

o discurso literário não dispõe de um território pré-demarcado, estável: toda obra se divide a priori entre a imersão no corpus então reconhecido como literário e a receptividade a uma multiplicidade de outras práticas verbais. A relação com o “não-literário” é redefinida sem parar, e a delimitação daquilo que pode ou não alimentar a literatura, mas também advir da literatura, se confunde com cada posicionamento e cada gênero no interior de um certo regime de produção discursiva. (MAINGUE-NEAU, 2006: 166)

Não obstante, nem mesmo esse “certo regime de produção discursiva” se mantém estável no universo literário, sobretudo, na composição de um romance, cujas nuances narrativas demandam o estabelecimento de relações espaço-temporais complexas e põem em xeque a própria concepção de “espaço” e “tempo”, elementos que estão a serviço das relações semânticas ponderadas, de acordo com a receptividade da narrativa.

Para Greimas & Courtés (2008: 330) “a narratividade é o princípio organizador de qualquer discurso”. Consideramos que essa “narratividade” é o potencial, que se encontra no narrar, no descrever ou no dissertar para compor as relações discursivas de sentido. Nesse nível semiótico, encontra-se segmentada a unidade descontínua de um romance.

Compete-nos pontuar que os estudos atuais do discurso permitem entender essa “narratividade” não como um elemento específico relacionado à tipologia narrativa, mas como uma estratégia discursiva, que se sobrepõe ao dizer e/ou o sustenta, de sorte que a “narratividade” se manifesta explícita ou implicitamente também na historicidade que os gêneros do discurso contêm. Em discursos literários que emanam de tipologias narrativas, porém, a narratividade é inerente ao gênero, o qual, por sua vez, apresenta objetivações configuradoras interdiscursivas, que emanam de outros gêneros, por exemplo:

epopeia e romance, ambas as objetivações da grande épica, não diferem pelas intenções configuradoras, mas pelos dados histórico-filosóficos com que se deparam para a configuração. O romance é a epopeia de uma era para a qual a totalidade extensiva da vida não é mais dada de modo evidente, para a qual a imanência do sentido à vida tornou-se problemática, mas que ainda assim tem por intenção a totalidade. Seria superficial e algo meramente artístico buscar as características únicas e decisivas da definição dos gêneros no verso e na prosa. (LUKÁCS, 2000:55)

Ao admitir que buscar somente as características genéricas seria superficial na análise da totalidade extensiva do romance, os princípios do autor permitem o diálogo com a AD, que considera os dados histórico-filosóficos no que há de constituinte no discurso literário. Lukács (2000:70) reforça, ainda, para a aparente totalidade do romance como caráter constitutivo do gênero, pois “a totalidade do romance só se deixa sistematizar abstratamente”, reitera que faz parte das características desse gênero a heterogeneidade, seja na aparente unidade, na descontinuidade que proporciona totalidade, na subjetividade do sujeito criador, na subjetividade do herói ou na realidade *a priori* que se sobrepõe à realidade.

No romance a intenção, a ética, é visível na configuração de cada detalhe e constitui, portanto, em seu conteúdo mais concreto, um elemento estrutural eficaz da própria composição literária. Assim, ***o romance, em contraposição à existência em repouso da forma consumada dos demais gêneros, aparece como algo em devir, como um processo***⁷⁴. Por isso, ele é a forma artisticamente mais ameaçada, e foi por muitos qualificada como uma semi-arte, graças à equiparação entre problemática e ser problemático.(LUKÁCS, 2000:72)

A intenção (a ética) à qual Lukács (2000) se refere, não se relaciona à intenção do autor propriamente dita, que já sabemos, não é palpável, nem passível de análise, refere-se ao conjunto de elementos que constroem a relação espaço-temporal nesse gênero, a qual não pode ser consumada prontamente por estar em processo de *devir* contínuo, que imprime paradoxalmente uma descontinuidade, que é inerente ao gênero romance.

Cabem às condições de produção e às relações estabelecidas pela língua em uso no discurso literário estabelecerem os efeitos sentidos, que são construídos de forma global e em parceria pelos enunciadores responsáveis pela cenografia e pelos interlocutores durante o processo de produção e recepção.

A composição do romance é uma fusão paradoxal de componentes heterogêneos e descontínuos numa organicidade constantemente renovada. As relações que mantém a coesão dos componentes abstratos são, em pureza abstrata, formais: eis por que o princípio unificador último tem de ser a ética da subjetividade criadora que se torna nítida no conteúdo. (LUKÁCS, 2000:80)

Para assinalar a subjetividade e a heterogeneidade da narrativa no romance, cumpre dizer que faz parte da historicidade desse gênero a “reinvenção do narrar”, ou seja, o surgimento do romance, como obra de arte, produção literária impressa, objeto de consumo passível de reprodutibilidade, modifica o olhar do homem para a narrativa, antes representada pela oralidade. Ao firmar-se socialmente, o romance necessariamente obriga o olhar para o descontínuo e para a totalidade, que só é alcançada processualmente.

Tanto Bakhtin (2003), quanto Lukács (2000) e Benjamin (1985) admitem que o romance remonta à Antiguidade, contudo, a humanidade valorizava a narrativa oral fortemente presente na épica, em que o homem se via representado no mundo e, por meio da narrativa, o compreendia, assim, trata-se de um gênero do discurso literário que surge por essa necessidade de narrativizar a realidade.

Será a ascensão da burguesia e o surgimento da imprensa que farão do romance o gênero por meio do qual o homem busca a compreensão de sua existência. Para Benjamin (1985:54), “Escrever um romance significa descrever a existência humana, levando o incomensurável ao paroxismo”

O primeiro indício da evolução que vai culminar na morte da narrativa é o surgimento do romance no início do período moderno. O que separa o romance da narrativa (e da epopeia no sentido estrito) é que ele está essencialmente vinculado ao livro. A difusão do romance só se torna possível com a invenção da imprensa. (BENJAMIN, 1985:201)

Se a narrativa morre em seu aspecto mais tradicional, em nossa concepção, com o surgimento do romance impresso “reinventa-se o narrar”. Todavia, essa “reinvenção” não representa inovação, apenas corrobora o que os estudos do gênero do discurso revelam que o surgimento de novos gêneros demanda de necessidades e transformações sociais, ou seja, atendem à sociedade burguesa e, ao mesmo tempo, criam novos comportamentos e novas formas de lidar com esse narrar, porque “a literatura é arte inalienável da integridade da cultura, ela não pode ser estudada fora do contexto integral da cultura.” (BAKTIN, 2003:375)

Do mesmo modo que a tradição oral cede espaço para os gêneros impressos, esses últimos cedem lugar aos gêneros virtuais. Da mesma forma, o romance medieval proporciona uma pluralidade de outras modalidades de romance, porque tanto os gêneros quanto os sentidos se renovam historicamente.

Ao estudar o romance e suas relações semânticas, Bakhtin (2003), de certo modo, analisa a “problemática do romance e do ser problemático” para a qual Lukács (2000) chama a atenção. Bakhtin (2003) divide-os de acordo com suas perspectivas centrais em: romance de viagem, romance de provação, romance biográfico e romance de educação. Sua análise se dá em torno da imagem do homem no romance por meio das personagens e os objetos que o cercam, bem como na relação espaço-tempo para a apreensão das diferentes apresentações desses gêneros.

Discursivamente, essa problemática se mantém, mas pode ser também apreendida na relação entre enunciadores, coenunciadores (co-enunciadores), tempo-espaço e condições de produção. É no aspecto sócio-histórico, que envolve os enunciadores de *Vencidos e Degenerados* que podemos depreender o *discurso da negritude*, analisar o

testemunho e sua função documental.

Nas palavras de Maingueneau (2006), o discurso literário, no gênero romance, comporta diferentes genericidades, que se manifestam, porque formam parte de sua constituição.

Na consolidação dos enunciados de um romance, na perspectiva da AD, só nos importam as relações discursivas e interdiscursivas que constituem, mantêm e interagem com o gênero do discurso em sua multiplicidade discursiva em seu caráter discursivo de narratividade para a reprodução ou manutenção de relações de poder.

As relações entre gênero literário e gêneros do discurso estão imbricadas, quando falamos do gênero romance. Por isso, optamos por aproximar nossa perspectiva à da Teoria Literária, uma vez que as condições de produção e as características atribuídas ao gênero literário, também serão relevantes para a análise do gênero do discurso.

Esse aspecto somado à agilidade da informação faz surgir no cenário atual uma gama imensa de romances, entre eles, está o gênero testemunhal, cujo objetivo é ficcionar uma vivência, ficcionar a “realidade”⁷⁵, mas se o gênero do discurso literário já tem como princípio a complexa alternância de ficção e realidade e a aproximação entre os sujeitos e objeto, qual seria o *locus* de um romance com características testemunhais? E como essas características literárias se apresentam no gênero do discurso? Na busca de categorias, que possam assessorar nessas respostas, primeiramente, apresentaremos as características literárias de um romance testemunhal ou testemunho-documental, para verificarmos se poderemos compreendê-las como características também discursivas.

4.3.2. Romance testemunho-documental: às margens do romance

A literatura de testemunho, atualmente, designa um gênero que une, de certo modo, a literatura a catástrofes, a experiências traumáticas ou violentas, imprime a necessidade de expor à memória, revisitar fatos e registrá-los na memória coletiva. Moraña (1993:488), afirma que se trata do

entrecruzamiento de narrativa e historia, la alianza de ficción y realidad, la voluntad, en fin, de canalizar una denuncia, dar a conocer o mantener viva la memoria de hechos significativos, protagonizados en general por actores sociales pertenecientes a

75 Essa relação real *versus* ficcional é estabelecida pelos estudiosos do romance testemunhal dos quais partimos para compor nossa tese, embora saibamos que a Crítica Literária contemporânea apresenta vertentes que consideram a narratividade ficcional e a *mimese* como elementos inerentes ao discurso histórico em razão da crise dos paradigmas de interpretação da realidade histórica como salienta WHITE, Hayden. “Teoria literária e escrita da história.” In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 7, 1994, pp. 21-48. 27. Nosso avanço está em demonstrar que discursivamente essas fronteiras são tênues e, na verdade, há um embate entre gêneros discursivos que abarcam uma possibilidade de experiência vivenciada narrativizada *versus* uma criação literária e esse impasse resolve-se no processo interacional em dimensão paratópica.

sectores subalternos, cuya peripecia pasa a la literatura ya sea como directo testimonio de parte, ya sea a través de la mediación de un escritor que revela esa historia.

Essa “mediação” entre ficção e realidade gera controvérsias, uma vez que se a Literatura se baseia no princípio *mimético*, como avaliar até que ponto o testemunho é ficcional ou real? De Marco (2004:45) assevera que é necessário observar que

considerando a necessidade de rigor na atividade da crítica literária, cabe, em primeiro lugar, reconhecer e avaliar no âmbito estritamente teórico a existência de duas grandes concepções de literatura de testemunho bem como o fato de que elas não dialogam entre si até o momento. Uma delas desenvolve-se no âmbito dos estudos sobre a literatura latinoamericana; outra é dominante no campo da reflexão sobre a shoah, termo amplamente utilizado para substituir a palavra holocausto. Ambas entendem ser a mimesis a natureza da literatura; no entanto, desenvolvem indagações bastante diversas sobre as possibilidades de a palavra representar a realidade, formulando, no limite, hipóteses antagônicas de interpretação da produção literária que tem sido designada pelo conceito de testemunho.

A partir desses antagonismos entre as correntes de análise da Teoria Literária, a autora transcreve as diferentes perspectivas que resumimos no quadro abaixo:

Quadro XVIII – Perspectivas Literárias sobre Testemunho

Perspectivas	Características Específicas	Em comum
Crítica literária voltada para América (1)	<p>textos que, construídos a partir de múltiplas combinações de discursos literários, documentais ou jornalísticos, registram e interpretam a violência das ditaduras da América Latina durante o século XX</p>	
Crítica literária voltada para América (2)	<p>O perfil do texto literário seria a constituição do objeto livro como resultado do encontro entre um narrador “de ofício” e um narrador que não integra os espaços de produção de conhecimento considerados legítimos, mas cuja experiência, ao ser contada e registrada, constitui um novo saber que modifica o conhecimento sobre a sociedade até então produzido. Desenha-se o testemunho com traços fortes de compromisso político: o letrado teria a função de recolher a voz do subalterno, do marginalizado, para viabilizar uma crítica e um contraponto à “história oficial”, isto é, à versão hegemônica da História. O letrado – editor/organizador do texto – é solidário e deve reproduzir fielmente o discurso do outro; este se legitima por ser representativo de uma classe, uma comunidade ou um segmento social amplo e oprimido.</p>	afirmação do vínculo entre a produção literária e o resgate da História contemporânea

Shoah (1)	reserva-a à produção dos sobreviventes, recusa-lhe qualquer aproximação à ficção, examina-a a partir de critérios éticos e nega-se a considerá-la à luz da estética	O holocausto como pano de fundo.
Shoah (2)	ao contrário, privilegia em seu exercício crítico as questões de natureza literária, desdobrando-se assim no âmbito da estética; não restringe seu <i>corpus</i> à produção dos sobreviventes	

Adaptado de De Marco (2004)

A partir dessas considerações, a estudiosa traça uma aporia sobre as diferentes concepções de testemunho, que se inscreve no universo literário com características políticas em que

o letrado teria a função de recolher a voz do subalterno, do marginalizado, para viabilizar uma crítica e um contraponto à “história oficial”, isto é, à versão hegemônica da História. O letrado – editor/organizador do texto – é solidário e deve reproduzir fielmente o discurso do outro; este se legitima por ser representativo de uma classe, uma comunidade ou um segmento social amplo e oprimido. (DE MARCO, 2004:45)

As diferentes propostas de análise divergem com respeito ao posicionamento que tomam com relação à ação de testemunhar e seu registro escrito, tentam impor categorias de análise que promovam certa informação do gênero. Segundo De Marco (2004), se há alguma problemática, ela está justamente na tentativa de categorizar a literatura de testemunho como se fosse possível considerá-la hermética, o que gera tensões perceptíveis entre “fictício e o factual, entre literariedade e literalidade, entre linguagem poética e prosa referencial” (47).

O “testemunho”⁷⁶ ganhou *status* de cânone ou de “gênero” na América Latina,

⁷⁶ “A expressão literatura de testemunho tem circulado em livros, em revistas literárias e mesmo na grande imprensa com intensidade crescente desde 1990. Às vezes seu significado é impreciso, mas certamente o leitor comum não mais a associa à visão do texto literário como um testemunho de seu tempo, entendimento do senso comum que alude à sua capacidade de representar, com mediações formais, o processo social em que se inscreve sua produção. Nos últimos anos, a expressão remete sempre a uma relação entre literatura e violência. (...) O conceito ganhou impulso para designar um “gênero” quando, em 1970, passou a ser uma categoria do Prêmio Casa das Américas. Os requisitos necessários para inscrição dos textos indicam critérios a serem considerados para avaliá-los: fontes de informação ou documentação fidedignas e qualidade literária. Apesar de, como veremos a seguir, esta interpretação contemplar apenas parcialmente os fatores determinantes da criação de “Testimonio”

quando passou a fazer parte do prêmio Casa das Américas de 1970. Entre muitas classificações dadas, a partir da posição do outro no discurso, da fidelidade da documentação e da representatividade desse discurso para uma coletividade, podemos encontrar a diferenciação entre o testemunho romanceado – o jornalístico e o etnográfico ou sócio-histórico e o romance-testemunho ou o pseudo-testemunho, que seriam as narrativas criadas a partir de elementos extraídos de depoimentos de testemunhas.

El espacio discursivo en la esfera pública se ha vuelto un espacio compartido donde se intenta construir o buscar una identidad nueva. No la identidad homogeneizadora impuesta por el monólogo del discurso imperial sino una identidad heterogénea, por diferenciada y plural, quizás más democrática y que respete las identidades otras. (ACHUGAR, 1991: 53 apud DE MARCO, 2004: 49)

De Marco (2004) assume claramente posicionamento contrário a Seligmann-Silva⁷⁷, que apresenta a hipótese de que o diálogo entre as correntes é inexistente com a análise de testemunhos da *shoah*, e que isso advém da intraduzibilidade do conceito de testemunho: *Zeugnis* em alemão, *testimonio*, em castelhano, louva a possibilidade de flexibilidade na análise do gênero, o que diminuiria os limites geográficos mundiais que envolvem as barbáries, “impondo a necessidade de examinar as relações entre violência, representação e formas literárias.”⁷⁸

Julgamos essa explicação muito simplista, uma vez que o termo utilizado por concepções semelhantes em francês, por exemplo, é “témoignage” que, de certo modo, equivale a “testimonio” e “testemunho”. O aspecto testemunhal não se encontra somente no valor do registro da “experiência vivida”, mas, principalmente, no valor atribuído socialmente ao discurso desse registro.

como nova modalidade do prêmio, uma considerável parcela da crítica entende ser esta um marco na institucionalização do gênero. Seria um projeto da Revolução Cubana, um estímulo à construção da verdadeira história de opressão da dominação burguesa na América Latina, feita a partir da experiência e da voz dos oprimidos. A literatura de testemunho praticada, teorizada e divulgada de forma militante

por Barnett seria fomentada pelo poder institucional e teria, a partir de então, conquistado o estatuto de cânon.” In DE MARCO, Valéria. *Literatura de testemunho e violência de estado*. In Lua Nova nº 62, 2004, pp. 45-7. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acessado em: 06 jun. 2013.

⁷⁷ No processo de paráfrase, corrigimos o sobrenome do professor Seligmann-Silva que aparece grafado incorretamente no artigo de De Marco (2004:48) como “Ziligman-Silva”, bem como resgatamos a referência que não aparece completa no texto, a saber: SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Zeugnis” e “Testimonio”: um caso de intraduzibilidade de conceitos. *Letras*, n. 22, p.121-131, jan./jun. 2001.

⁷⁸ Nas obras atuais de Seligmann-Silva, notamos um posicionamento menos rígido, aceitando testemunhos de experiências vividas por escravos, por exemplo, mas ainda se mantém fiel à *shoah*.

Slava e Pereira (2008) consideram que, dentro da perspectiva do *shoah*, Seligmann-Silva é o pesquisador de maior visibilidade na área. Entretanto, ao analisarem sua hipótese em comparação ao posicionamento das correntes que analisam *testimonios*, concordam com De Marco (2004) e afirmam que

Seligmann-Silva estabelece, então, algumas diferenças básicas entre os dois tipos de relato. Todavia, a questão das diferenças parece ser, na verdade, um problema apenas de perspectivas e referenciais teóricos a partir dos quais se realizam suas respectivas caracterizações, porque ambas as vertentes do testemunho implicam, contrariando a visão do autor, a ativação da memória, já que remetem a um momento histórico determinado, vivido por um sujeito empírico que reconstitui o passado a fim de apresentar sua versão dos fatos, procurando conferir um caráter documental à narrativa. (SLAVA e PEREIRA, 2008:215)

Sem dúvida, a ativação da memória perpassa todas as vertentes, independentemente dessas controvérsias teóricas. Cumpre ressaltar, entretanto, que Seligmann-Silva (2006) particulariza a *shoah* não porque seja mais singular do que as análises dos testemunhos das torturas sofridas nas ditaduras latinas ou outros tipos de testemunhos em que a violência e a bárbarie sejam o mote.

Pensamos que essa particularização ocorre porque é característica de determinado grupo social e de determinado fato que universaliza uma verdade histórica, porque, segundo o pesquisador “os escritos testemunhais nascidos da Shoah representam apenas a ponta de uma produção cultural que ainda está para ser lida no seu teor testemunhal” (SELLIGMANN-SILVA, 2006: 214)

Seguindo a mesma perspectiva da *shoah*, Heinich (1998) acrescenta que o testemunho, o dizer e a ficção estão subordinados a uma ambiguidade antológica, que deve levar em consideração o gênero e sua recepção pelos leitores. Considera que há vários tipos de testemunho concretizados em forma de romance, em que a questão principal é a cisão do sujeito, cujo testemunho apresenta uma subjetividade caracterizada formalmente pela identidade entre autor, narrador e personagem. Todavia, por representar um testemunho que marca uma experiência relevante para o outro, essa subjetividade

pode contribuir também para o descrédito.

Verificamos que esse gênero surge para a Teoria Literária em terreno conturbado com muitas perspectivas de análise, das quais podemos observar que, discursivamente, é importante verificar as condições de produção para que consideremos o testemunho no âmbito discursivo também, conforme assinala Sklodowska (1992 : 77)

Para algunos como Perú y Achugar es posible leer el testimonio como una novela, para otros (Beverley, Narváez y Sommer) la matriz del testimonio está em ámbito esencialmente extraliterário (periodismo, ciencias sociales, historiografía) o marginalmente literário (diário, memoria, biografía, autobiografía)

Nessa cisão entre o que é testemunhal e o que se configura ficcional, já estabelecida na análise de outros gêneros como os romances históricos, o discurso comporia uma terceira dimensão ou uma dimensão paralela, que perpassa ambas as bases teóricas antagônicas.

Alfredo Bosi, no artigo *A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere*, apresentado em 1995 em mesa-redonda no Departamento de Estudos Avançados⁷⁹, assume uma posição distinta e traz à baila a possibilidade de análise de um dizer, que se faz testemunhal, porque a escrita é projetada como tal.

O testemunho quer-se idôneo, quer-se verídico, pois aspira a certo grau de objetividade. Como tal, casa memória individual com história.

Mas o testemunho também se sabe obra de uma testemunha, que é sempre um foco singular de visão e elocução. Logo, o testemunho é subjetivo e, por esse lado, se aparenta com a narrativa literária em primeira pessoa.

O testemunho vive e elabora-se em uma zona de fronteira. As suas tarefas são delicadas: ora fazer a mímese de coisas e atos apresentando-os “tais como realmente aconteceram” (conforme a frase exigente de Ranke), e construindo, para tanto, um ponto de vista confiável ao suposto leitor médio; ora exprimir determinados estados de alma ou juízos de valor que se associam, na mente do autor, às situações evocadas. (BOSI 1995:309-10)

79 Este e os dois textos seguintes foram apresentados na mesa-redonda *Graciliano Ramos: memória e história*, realizada no anfiteatro do Departamento de História da FFLCH-USP, em 22 de outubro de 1992. A sessão, organizada pelo Instituto de Estudos Avançados e pelo Instituto de Estudos Brasileiros, da USP, contou com a participação dos professores Alfredo Bosi, Boris Schnaiderman, Jacob Gorender e Jorge Coli, e a coordenação do professor Zenir Campos Reis.

Se o gênero de discurso romance surge como manifestação da burguesia, seu registro em forma de testemunho surge como voz de protesto e registro transgressor de algo que não pode ser esquecido.

Interessante é notar como essas manifestações formam parte da historicidade e da genericidade, que compõem o romance na qualidade de gênero do discurso. Sem dúvida alguma, um gênero com tamanhas tensões internas, externas e teóricas deve apresentar estratégias discursivas relevantes, ao dar “voz ao outro” e registrar uma experiência, que fica imanentemente entre uma experiência vivida supostamente real e uma experiência ficcional.

Voltaremos a tratar da relação entre História e Literatura, durante a apresentação do cenário de produção maranhense, bem como das características paradoxais, que envolvem o gênero testemunhal transferidas para o universo da AD por seu caráter interdisciplinar e por serem relevantes para a composição do *topos* literário, que integra nosso *corpus*, para a análise daquilo que Maingueneau (1996, 2006 e 2010) chama de *paratopia* e para os postulados que, a partir daí, construiremos.

Nesse capítulo, em suma, apresentamos os componentes teóricos relevantes para a análise:

Quadro XIX – Síntese do Capítulo

DISCURSO LITERÁRIO COMO DISCURSO CONSTITUINTE		
Interdiscurso e <i>Mimesis</i>		
PLANO DO ENUNCIADO/PLANO DO TEXTO NA CONSTITUIÇÃO DO ROMANCE		
<i>Cena englobante</i>	<i>Cena genérica</i>	<i>Cenografia</i>
Historicidade e genericidade no romance		
Romance Testemunhal e suas perspectivas		

CAPÍTULO V - PARATOPIA e PROXÊMICA: MÚLTIPLAS FACES DE UM MULTIVERSO DISCURSIVO

... o discurso literário não dispõe de um território pré-demarcado, instável [...]

Dominique Maingueneau

5.1 O lugar do dizer

Como declarado na Introdução deste trabalho, o discurso é o lugar do dizer; contudo, nem o dizer é o que foi propriamente dito, nem o lugar é sinônimo de espaço físico. O lugar do dizer é constituído por diferentes redes de construção de sentidos variáveis, nas quais estão envolvidos enunciadores, co-enunciadores e coenunciadores [ou seja, um “eu”, um “tu” e um “ele(s)”], em interação e em revezamento de posicionamentos, dentro de um dizer global, que pode ser avaliado pela relação estabelecida entre esses sujeitos. Por essa dinâmica, firmar o lugar do dizer é tão complexo quanto demarcar as relações discursivas por não dispor de um território demarcado.

Também já foi visto que o discurso depende de variáveis como *a formação discursiva, a cena genérica, a cena englobante, a encenação, a historicidade*. Igualmente, o *topos* ou *topoi* (o lugar do dizer) depende de onde um sujeito discursivo evoca um dizer carregado de representações socioculturais.

Há discursos em que o lugar do dizer pode, aparentemente, coincidir com o espaço físico: por exemplo, no discurso jornalístico, em que notícias e reportagens, quase sempre, tratam de fatos reais e atuais. Entretanto, ainda que haja uma aparente semelhança entre o lugar do dizer e o espaço físico, o lugar do dizer não é o espaço onde se dá um fato, não é uma rua ou um local geograficamente identificável, mas sim é uma construção que, na maioria das vezes, parte de discursos constituintes.

No âmbito do discurso literário, o lugar do dizer sempre será o verossimilhante entre o “real” e o ficcional, assim como a sua análise, em qualquer perspectiva, terá como pressuposto a observação de uma topologia não relacionada ao ambiente real, fixo e estável. Nesse aspecto, uma possibilidade será a de recorrer ao significado de “topos literário”.

Para a operacionalização do conceito de “paratopia discursiva”, introduzido por Maingueneau (2006), para analisar que o discurso se institui entre “um lugar e um não-lugar” e/ou nas relações estabelecidas entre eles, bem como para observar que há “lugares paralelos” a essas relações “ser e não-ser”, “estar e não-estar”, é necessário recorrer ao “topos literário” e ao próprio significado de *tópos*.

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004: 474),

*a palavra **tópos** (plural topoi) foi emprestada do grego. Ela corresponde ao latim locus communi, de que resultou lugar comum. (1) Fundamentalmente, um tópos é um elemento de uma tópica, sendo uma tópica uma heurística, uma arte de coletar informações e fazer emergir argumentos. (2) Um tópos é um esquema discursivo característico de um tipo de argumento. A época contemporânea juntou novas acepções a esses sentidos de base.*

A primeira conceituação remete a Aristóteles, pois tanto nos *Tópicos* (1987), quanto na *Retórica* (2000), tratará do *tópos*. Ainda que o filósofo não tenha dado uma definição clara dos *topoi*, divide-os em: *ídíοι τόποι* (lugar específico), característicos de determinados gêneros, e *κοινοί τόποι* (lugar comum), comuns a todos os gêneros.

Ao contrário do sentido que atribuímos hoje em dia ao termo *lugar-comum* (como algo popular ou vulgar), na concepção aristotélica, o lugar-comum seria a melhor técnica discursiva aplicável a diferentes situações discursivas, mas com algo em comum. Assim, a tópica seria o sistema de organização de argumentos relevantes e comuns a diferentes situações, ainda que tais situações demandem variações quanto ao gênero.

Aristóteles (2000) apresenta como exemplos de *topoi* “o possível e o impossível, o existente e o inexistente e o mais/o menos”. Declara, ainda, a existência de “lugares particulares”, cujas peculiaridades dizem respeito ao assunto, mas não as enumera. No pensamento aristotélico, os *topoi* são elementos que, somados às premissas, comporão os gêneros do discurso para a retórica (*delibertativo, judicial e epidítico*).

A partir desses princípios e com base no discorrido sobre o *ethos*, é possível inferir que se trata de uma estratégia fundamental na *inventio* (parte do discurso conferida à construção), para a busca de argumentos coerentes e comuns aos gêneros retóricos, em diferentes situações, com o intuito de persuadir.

Dessa forma, Aristóteles (2000) analisa relações lógicas no substrato linguístico, a partir de variações de ordens formal e argumentativa. Certamente, ao fazer isso, delimita uma possibilidade de análise dentro dos *topoi* passíveis de observação e reputa as características de um discurso proferido ou a ser proferido. No discurso literário, sua postura é outra: o filósofo considera que a tópica está pautada na *poiesis*, na *mimesis* e na *práxis*.

Tendo em vista que os tópicos funcionam para a estruturação lógica do raciocínio retórico fundado em um discurso persuasivo e com o objetivo de formar um juízo, o filósofo limita as situações discursivas aos seguintes casos:

quando nos dirigimos a uma só pessoa para a aconselhar ou dissuadir, como, por exemplo, o fazem aqueles que tratam de repreender ou de persuadir (pois pelo facto de um ouvinte ser único, não significa que seja menos juiz, visto que aquele a quem se deve persuadir é, em termos absolutos, juiz); quando se fala contra um adversário, ou contra uma tese proposta (já que forçosamente é preciso usar o discurso para refutar os argumentos contrários, contra os quais se faz o discurso, como se se tratasse da parte adversa); o mesmo acontece nos discursos epidícticos (neste caso, o discurso dirige-se ao espectador como se fosse dirigido a um juiz, embora, em geral, só seja absolutamente juiz aquele que, nos debates políticos, julga as questões submetidas a exame; são estas, no fundo, as questões controversas e sujeitas a deliberação e para as quais se procura solução. (ARISTÓTELES, 2000: 202)

Por essas considerações, os *topoi* aristotélicos estão subordinados às deliberações e às situações comunicativas; ao lugar de onde falam os sujeitos e para quem falam, como estratégias discursivas e como *lugares do dizer* dos quais os participantes da situação comunicativa farão uso. Ao ampliar a visão aristotélica, atualizando-a, a contemporaneidade buscará rever os *topoi* e considerará outras especificidades.

“Ernst Curtius (1976) e Roland Barthes (1970b e 1987) estudam essa *tópica* lógico-formal e argumentativa e sua transformação numa *tópica* de conteúdos, num repositório de temas, imagens e estilemas que se reiteravam.” (CUNHA, 1994). O reconhecimento dessa mudança de perspectiva na concepção dos *topoi* levará ao estudo de *paratopoi* possíveis dentro da multiplicidade de universos discursivos, a que chamamos *multiverso discursivo*.

O primeiro estudioso revisita os *tópicos*, renova sua concepção, ao analisar a continuidade da literatura europeia da Antiguidade à Idade Média, bem como afirma que a Literatura seria uma unidade de sentido lógico de Homero a Goethe. Para isso, cria um método histórico pautado na análise dos *topoi*, nas recorrências de fenômenos estilísticos e histórico-sociais que caracterizam o estilo de época. Para que perdurem, os *topoi*, nessa perspectiva, têm como natureza dois aspectos essenciais: a função reveladora de ideologias e a concretude manifesta linguisticamente (CURTIUS, 1976 *apud* CUNHA, 1994).

O segundo, por sua vez, ao colocar em xeque o papel do escritor, do texto, do leitor e do sistema lógico-literário instituído pela própria crítica, assume que “uma impiedosa *tópica* regula a vida da linguagem; a linguagem vem sempre de algum lugar, é

topos guerreiro.” (BARTHES, 1987: 39). Infere-se que há sempre um discurso fundador a revelar essa tópica. Nem sempre é um discurso facilmente identificável pela memória discursiva, mas está imanentemente presente.

Quanto à terminologia aristotélica, Curtius (1978) não somente a retoma, mas também a estende, aproximando-a, ainda que de forma superficial, da concepção de “discurso constituinte” da AD, ao sustentar que *os topoi*, nos termos propostos por Aristóteles, fazem parte dos elementos que constituem os gêneros como estratégias de persuasão.

No campo literário, Curtius (1978) sustenta que *os topoi* literários não somente identificam os sujeitos do dizer como uma estratégia, mas caracterizam o *próprio dizer* literário como marca constituinte recorrente geradora de unidade. Os *topoi* são responsáveis pela “unidade de sentido” literário que, segundo o autor, não pode ser verificado, se fracionado. Revelam, assim, *o dizer ou os dizeres* de uma época e sua ideologia.

Curtius (1978), portanto, atribui *aos topoi* o estatuto *de lugar histórico de um dizer* como uma possibilidade de análise temporal histórica, mas que, por sua recorrência no tempo, tornam-se também atemporais. E contribui para a passagem ao “topos literário”: por mais incongruente que possa parecer, a recorrência que aproxima os *topoi* dos discursos constituintes é a mesma que os faz perdurar, pois o passado atemporal é “*rasgo constitutivo de la literatura, implica que la literatura del pasado puede actuar siempre en la literatura de cualquier presente*” (CURTIUS, 1978: 34)

Barthes (1987), por sua vez, também revê as categorias aristotélicas, explora a concepção de “lugar” ao propor, por exemplo, uma *atopia* para o texto. Em nosso entender, ao fazer tal proposição, Barthes institui múltiplas possibilidades de extensão significativa para *o topos*, eis que deixa de ser relacionado à estrutura linguística, à situação comunicativa ou ao sujeito do dizer para ser dimensionado pela união desses elementos.

Essa perspectiva parte de diferentes pontos de referência: já não se trata de quem fala, para quem e como; também já não se trata de verificação linguística ou estilística somente, porque há uma “logosfera” que envolve a linguagem, o texto, a situação comunicativa, o autor e o leitor.

Cunha (1994) faz uma avaliação sobre *o topos* literário e considera a *atopia* impossível, porque, para ele, mesmo a anti-tópica derridariana confere ao discurso uma tópica. Além disso, observa que as transformações da tópica aristotélica em tópica literária, influenciadas pelos estudos cognitivistas e semióticos, instituíram novos reportórios temáticos: até mesmo os estudos de *frames* e quadros intertextuais impõem novos lugares, por exemplo, na relação autor/leitor. Assim, *os topoi* hipercodificam-se:

decorrente destas potencialidades combinatórias e de acordo com os contextos culturais em que é utilizado, o topos revela-se polissêmico e muitas vezes simbólico, de acordo com o co-texto em que está inserido, podendo ocupar um papel central ou periférico, estruturar-se de modos diversos, e articular-se com outros topoi. A sua dimensão histórica e convencional, verificável em textos retóricos e poéticos, parece ser, contudo, a sua principal característica. O seu re-uso e permanência na memória do sistema semiótico literário resulta, assim, do facto de representarem ideais e convenções estético-morais sancionadas pela tradição. Desta forma, os topoi funcionam como um “contexto vertical”, servem de modelo de referência na tradição literária, tanto para os emissores como para os receptores, sendo usados de modo polivalente nos diversos textos e contextos, numa linha de continuidade ou de forma transgressiva, o que transforma estes macro-signos em referentes homossistémicos, que só possuem verdadeiro significado relativamente aos topoi já consagrados na memória do sistema semiótico literário. (CUNHA, 1994: 4-5)

Com relação ao modo como o homem encara a realidade física, psicológica e cultural, constata-se que as transformações sociais e científicas influenciam sobremaneira a forma como estabelecemos e vemos as relações de tempo-espço. Por exemplo: para o homem medieval, no período teocêntrico, o universo era restrito ao horizonte repleto de mistérios, no antropocêntrico; o universo era o homem, já para o homem contemporâneo, a Física Quântica também contribui para a proposição de uma visão de universos múltiplos, em que o tempo pode ser redobrado, fazendo com que as próprias concepções de tempo e lugar também se expandam.

De igual modo, assim como as percepções de realidade se ampliam e se multiformam, assim também os estudos linguísticos se sobrepõem e se entrecruzam: a noção de signo se expande à noção de enunciação e, conseqüentemente, à de discurso.

Sob a perspectiva discursiva, essa multiplicidade de *topoi* se institui tanto pela *constituência* discursiva quanto pela *primazia do interdiscurso*, tal como proposta por Maingueneau (2010): se consideramos que todo discurso é primordialmente interdiscursivo, tanto o tempo quanto o lugar do discurso podem ser ampliados, duplicados ou multiplicados. Maingueneau (2010) afirma que é possível analisar o *topos* discursivo e reputa a existência de *tropismos*, *atopia*, *mimotopia* e *paratopia*.

Os tropismos são discursos que guardam certas semelhanças com os discursos constituintes, seja por sua temática ou por seu alcance, mas não podem se autolegitimar, o que os exclui da *constituência*. Maingueneau (2010) cita como exemplos os discursos políticos que atingem a coletividade, de forma *global*, mas são legitimados por ela, e também os discursos dos universos musical e esportivo, que se apresentam nas “sombras”, isto é, ainda de forma nebulosa para uma caracterização.

A atopia é o *não-lugar* característico de discursos que, por alguma razão, estão à margem da sociedade, como o discurso pornográfico, por exemplo, numa ambivalência entre a existência e a não-existência, o pertencer e o não-pertencer.

A mimotopia, que remete ao universo grego, mas é nova no universo da AD, é atribuída por Maingueneau (2010: 170) ao discurso publicitário, porque “duplica, em simulacro, o conjunto de todos os outros, simultaneamente localizado e ilocalizável”. Por se tratar de algo novo, acreditamos que há ainda muito o que se pensar, uma vez que a *mímesis* atribuída ao discurso literário serve como âncora para que o discurso publicitário consiga a adesão dos participantes. Essa adesão o aproximaria da *constituência* literária e o faria compor mais uma espécie de tropismo; porém, consideramos que tanto o discurso publicitário quanto esse aspecto *mimotópico*, ou mesmo, *semiotópico*, ainda precisam de uma exploração maior para firmarem-se como categoria de análise.

Já a paratopia expressa o pertencimento e o não-pertencimento, a impossível inclusão em uma “topia”. Podemos classificar os tipos de paratopia que um produtor de discurso constituinte é suscetível de explorar: ela pode assumir a forma de alguém que se encontra em um lugar que não é o seu; de alguém que se desloca de um lugar para outro sem se fixar; de alguém que não encontra um lugar; a paratopia afasta esse alguém de um grupo (*paratopia de identidade*); de um lugar (*paratopia espacial*); ou de um momento (*paratopia temporal*). Há, ainda, as *paratopias linguísticas*, cruciais para o discurso literário, que caracterizam aquele que enuncia em uma língua considerada como não sendo, de certo modo, sua língua (MAINGUENEAU, 2008).

Por suas intrincadas relações com o *corpus*, o estudo da paratopia é aprofundado no tópico seguinte.

5.2 A paratopia

Se os *topoi* são lugares dentro da tópica que interagem na construção dos argumentos, a paratopia, por sua vez, reflete um lugar paradoxal que se institui e se integra paralelamente ao discurso vigente.

Os discursos constituintes “são aqueles que só podem autorizar-se por si mesmos, ou seja, não podem ter outros discursos acima de si” (MAINGUENEAU, 2008: 158), constroem relações interdiscursivas auto e heteroconstituintes e afiançam as práticas sociais legitimadoras de sua existência (Cf. cap.IV).

Essa *constituência* pode ocorrer, no mínimo, em duas dimensões: pelo interdiscurso e pela organização da totalidade textual. No que concerne à construção de sentidos, entretanto, associando essas dimensões às concepções de *topoi* e *paratopia*, é possível depreender que o processo de legitimação discursiva, sobretudo, no universo

literário, é quase sempre paratópico, porque,

no caso do discurso literário, por exemplo, a paratopia caracteriza, assim, ao mesmo tempo, a “condição” da literatura como cena englobante e a condição de todo criador. Que só se torna criador assumindo de modo singular a paratopia constitutiva do discurso literário. Associada ao escritor a paratopia só é paratopia associada a um processo criador. Não há paratopia que não seja elaborada por meio de uma atividade de criação enunciativa. (MAINGUENEAU, 2008: 160)

A criação enunciativa literária não somente institui sentidos, constrói realidades e verossimilhanças, mas também se respalda por uma espécie de dimensão paralela, porque,

enquanto discurso constituinte, a instituição literária não pode de fato pertencer plenamente ao espaço social, mantendo-se antes na fronteira entre a inscrição em seus funcionamentos tópicos e o abandono a forças que excedem por natureza toda economia humana. Isso obriga os processos criadores a alimentar-se de lugares, grupos, comportamentos que são tomados num pertencimento impossível. (MAINGUENEAU, 2006: 92)

Esse pertencimento entre lugares e não-lugares sociais que também não se inserem definitivamente em territórios oficiais é o que faz a *paratopia* assumir múltiplos aspectos.

A paratopia, conforme Maingueneau (2008: 160), pode manifestar-se em dois níveis complementares, mas não hierárquicos:

- *no nível do conjunto do discurso constituinte: os discursos religioso, filosófico, científico, os quais pertencem e não pertencem ao universo social, na medida em que se trata de discursos que raíam o indizível e o Absoluto;*
- *no nível de cada produtor de texto pertencente a um discurso constituinte: para estar em conformidade com sua enunciação, deve construir ele mesmo uma impossível identidade por meio das formas de pertencimento/não pertencimento à sociedade.*

Dos princípios expostos até aqui, pode parecer simples extrair o seguinte esquema:

Figura 7. Tópica Discursiva



Essa relação, entretanto, não é tão simples assim, em função das múltiplas facetas que a paratopia pode determinar. Assumimos, com Maingueneau (2008), que os discursos constituintes são essencialmente paratópicos; mas, verificamos que a análise de um discurso paratópico requer do analista o esforço de demarcar *um locus* para, a partir dele, deslocar-se rumo ao paradoxo discursivo, a fim de determinar sua paratopia. Ainda assim, esse discurso somente poderá ser considerado paratópico se sua existência se sobrepuser à análise. Isto é, todo discurso apresenta paratopia; entretanto, a análise do discurso só será paratópica se a paratopia sobrepujar o próprio discurso.

Importante também é diferenciar *interdiscurso* e *paratopia*. O discurso é atravessado por múltiplos outros discursos que podem se manifestar explícita ou implicitamente, nesse caso, temos *interdiscurso*. Já a paratopia segue em paralelo ao discurso, logo, não o atravessa, conforme demonstra a própria etimologia da palavra (para+topos).

Por isso, consideramos que um discurso paratópico pode, inclusive, se sobrepor ao discurso tópico, pois Maingueneau (2006: 108) afirma que “a paratopia só existe integrada a um processo criador”⁸⁰. Assim, sustentamos que, se a paratopia se sobrepõe de algum modo, temos um discurso essencialmente paratópico. Dessa forma, dependendo da intensidade paratópica, o esquema acima pode ampliar-se, multiplicar-se ou inverter-se.

80 Grifo nosso.

Por caracterizar elementos desencadeadores de conflitos ou motivações de escrita e depoimentos, a paratopia é inerente ao processo criativo. Nas palavras de Mainueneau (2006: 108), “a ‘condição’ da literatura e a condição de todo criador, que só vem a sê-lo ao assumir de maneira singular a paratopia do discurso literário.”

A paratopia pode, pois, caracterizar-se de diferentes maneiras:

QUADRO XX - TIPOS DE PARATOPIA

Tipos de Paratopia	Caracterização
<i>Paratopia de identidade</i>	Aquela que indica afastamento e/ou negação de pertencimento a um grupo. Pode ser de ordem: <ul style="list-style-type: none"> • familiar: desviantes da árvore genealógica, crianças abandonadas, escondidas etc. • sexuais: do universo dos travestis, homossexuais, transexuais, adúlteros etc. • físico: pela raça, doença, deficiência etc. • moral: do criminoso. • psíquica: do louco. • tolerada: comediantes de outrora, prostitutas, trabalhadores clandestinos. • antagonismos: os salteadores. • alteridade: o outro/o “exótico”.
<i>Paratopia espacial</i>	Quando o lugar não é o lugar do sujeito do discurso. Por exemplo, na “literatura de exilados”
<i>Paratopia temporal</i>	Marcada pelo anacronismo: meu tempo não é meu tempo.
<i>Paratopia linguística</i>	Quando o multilinguismo participa e/ou interfere na criação: minha língua x língua do outro.

Adaptado de Mainueneau (2006)

A riqueza do discurso literário e as infinitas possibilidades de criação enunciativa denotam que a própria *mimesis* literária relaciona-se intimamente à paratopia discursiva, numa relação de reciprocidade, imanência, tensão e certa dependência entre processo criativo e paratopia, porque

a paratopia envolve o processo criador, que também a envolve: fazer uma obra é, num só movimento, produzi-la e construir por esse mesmo ato as condições que permitem produzir essa obra.

Logo, não há “situação” paratópica exterior a um processo de criação: dada e elaborada, estruturante e estruturada. A paratopia é simultaneamente aquilo de que se precisa ficar livre por meio da criação e aquilo que a criação aprofunda; é a um só tempo aquilo que cria a possibilidade de acesso a um lugar e aquilo que proíbe todo pertencimento. Intensamente presente e intensamente ausente deste mundo, vítima e agente de sua própria paratopia, o escritor não tem outra saída que a fuga para a frente, o movimento de elaboração da obra. (MAINGUENEAU, 2006: 109)

Para a exploração dessa categoria de análise, ainda pouco explorada, fizemos o exercício de pré-análise de outros textos de José do Nascimento Moraes, autor de *nosos corpora*⁸¹, na medida em que descobrimos seus textos e seus universos discursivos.

Nesse processo, também se recorre à *paratopia de identidade* para explicar a função autor, quando há a utilização de pseudônimos: Nascimento Moraes utiliza muitos pseudônimos em seu ofício de jornalista e, por meio deles, luta por questões sociais, culturais, políticas, econômicas e psicológicas que envolvem o negro. Como marco inicial dessa análise, a utilização de um pseudônimo permite relacionar a morte do autor ao princípio de autorialidade.

Nascimento Moraes emprega mais de dez pseudônimos em sua produtiva carreira de jornalista: algumas vezes, como forma de proteção da face para atacar o governo; outras, como *mímesis* de recurso estilístico da época; e ainda como característica inerente ao seu dizer, posto que alguns deles são conhecidos como de sua autoria tanto pelo público quanto por seus adversários.

Exemplificando a última situação de emprego de pseudônimo, Valério Santiago, a ser analisado, era conhecido pela maioria do público-leitor dos jornais da época; leitores e adversários políticos tinham ciência de que se tratava, na verdade, de Nascimento Moraes.

5.2.1 Uma análise paratópica ilustrativa: a morte do autor

O poder criativo da linguagem está em pauta desde que o Homem existe. Flagrar um discurso representativo, tomar a palavra ou nomear a palavra de alguém são atitudes que fazem parte do cotidiano de todas as sociedades, em qualquer época. Entretanto, se os séculos XIX e XX foram pautados pela outorga de posse da palavra e da propriedade intelectual, o século XXI, talvez, seja marcado pela reconfiguração da posse autoral.

81 Mais uma vez, utilizamos análises para ilustrar os conceitos e o processo investigativo. Esse estudo foi feito durante a pesquisa e somente os resultados parciais foram apresentados em sessão de comunicação no 15° Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa e 6° Congresso Internacional de Lusofonia, realizado de 28 a 30 de abril de 2014, na PUC-SP.

Em entrevista ao jornal *The Guardian*, reproduzida e traduzida pela *Folha de S. Paulo*, em 22 de julho de 2011, o cineasta Jean Luc-Godard declara assertivamente: “O autor está morto.” E complementa:

*“Não sou um autor, bem, pelo menos, não agora”, ele responde tão casualmente como se deixar de ser autor fosse como deixar de fumar. “Houve uma época em que pensávamos que fôssemos autores, mas não éramos. Realmente não fazíamos ideia. O cinema acabou. É triste que ninguém esteja explorando o cinema realmente. Mas, fazer o quê? De qualquer maneira, com os celulares e tudo o mais, hoje todo o mundo é autor”.*⁸²

Não por acaso, o título da notícia é “O autor está morto, diz Jean-Luc Godard”. A frase de impacto, obviamente, funciona quase como um *slogan* do discurso de Godard e consegue a adesão, inclusive de quem não conhece sua obra, para a leitura do discurso de alguém que assume a ausência de autoria. Provavelmente, para alguns, ler ou ouvir essa frase seja tão agressivo quanto ler “Deus está morto”, em referência a Nietzsche (1979).

A interdiscursividade presente nos dizeres de Godard não ocorre aleatoriamente: ambas as assertivas referem-se ao “poder de criação” que, associado à formação discursiva de sua época, refere-se à crise existencial humana.

Nietzsche (1979) nega a existência de um poder criador que seja capaz de conduzir as ações humanas, os valores e a moral na sociedade, ao imprimir seu pensamento relativista: toda realidade ou fenômenos seriam passíveis de dúvida. Quiçá, reinventa a autoria: o homem seria o criador de si e da divindade, bem como, de tudo o que o controla. Aqui, talvez, já seja um prenúncio de que o homem, de posse de seu dom criador, negaria a própria criação e negaria o próprio ato de criar.

Assim, do mesmo modo que Nietzsche, Godard nega ser criador nessa época pautada na (re)criação do discurso alheio, na (re)produção, na (re)invenção de autoria, ou na não-autoria marcada pelas ferramentas da internet como o *Youtube* (citado pelo cineasta na mesma entrevista).

Para Barthes (2004), o autor morre e perde sua autoridade sagrada no exato momento em que dá voz ao texto. Já não é mais o autor, o sujeito físico perde sua identidade, pois o discurso transforma-se em múltiplas vozes, insere-se em diferentes realidades.

Todavia, arriscamos dizer que essa contenda autor *versus* obra sempre foi constante a partir do contexto de inserção do “autor” e de sua necessidade, ou não, de legitimação, de autoria ou de propriedade. A autoria está intimamente relacionada à ideia

⁸² Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/946713-o-autor-esta-morto-diz-jean-luc-godard.shtml>>. Acesso em: 13 set. 2013.

de legitimação do sujeito do discurso por meio de *um dizer* que signifique ou que tenha poder de significação social.

Aparentemente, não é isso que ocorre com os pseudônimos, na medida em que o sujeito não tem a necessidade de legitimação: seja por uma questão ideológica ou estilística, o sujeito lança mão do artifício de sublimação ou do simulacro da sua autoria e, assim, a ênfase está em legitimar *o dizer e o sentido do que foi dito*, como se em processo de apagamento do autor.

Conforme essa ideia central, é proposta uma análise da questão da utilização do pseudônimo como forma de valorização *do dizer* e de favorecimento de questões ideológicas de forma paratópica, com o intuito de demonstrar, com base na AD, como esse questionamento se apresenta na obra de José do Nascimento Moraes⁸³, ao utilizar-se de Valério Santiago na obra *Puxos e Repuxos* (1910).

Trata-se de um norte para reflexões futuras sobre autoralidade e “função-autor” na AD, com relação a pseudônimos, bem como um primeiro movimento de utilização da *paratopia*⁸⁴ como categoria de análise, útil para o estudo da paratopia testemunho-documental em *Vencidos e Degenerados*, *corpus* principal de análise, a ser desenvolvida no próximo capítulo.

5.2.1.1 Autoralidade e Análise do Discurso: da morte ao deslocamento

A questão da autoralidade está presente no âmbito das discussões dos estudos atuais da linguagem e da Teoria Literária sob diferentes perspectivas: interessa-nos o olhar da AD, desde logo reconhecendo que considerar o sujeito criador e suas nuances é sempre delicado.

A AD reputa as condições de produção imanentes ao discurso e aos sujeitos envolvidos nas redes comunicativas e nos diferentes campos semânticos ativados por um determinado discurso. São esses os elementos responsáveis pela instituição de um “lugar do dizer” explícito, implícito, sublimado ou projetado.

Para Foucault (1992), a existência do autor relaciona-se intimamente à existên-

83 Escritor maranhense José do Nascimento Moraes (1882-1958) autodidata foi professor, jornalista, poeta, crítico literário e romancista. Principais trabalhos publicados são o conjunto de ensaios críticos intitulados *Puxos e repuxos* (1910), o romance *Vencidos e degenerados* (1915), *corpus* de nossa tese de doutorado, e o ensaio político *Neurose do medo* (1923) publicado em diversos jornais utilizando diferentes pseudônimos. Deixou inédito o livro de poesias *Círculos*, sem que seja possível precisar a data de composição, além de uma gama de contos não publicados. Foi fundador da revista literária *Athenas* e, como jornalista, trabalhou para diversos jornais maranhenses como, dentre outros, *A Campanha*, *O Maranhão*, *A Pátria*, *Diário de São Luis*, *O Jornal*, *A Tribuna*, *A Hora*, *Diário do Norte*, *Diário Oficial*, *O Globo*, *Correio da Tarde*, *A Imprensa*, *Notícias*. Formava parte da *Renascença Literária ludovicense*.

84 Embora o foco seja a obra *Vencidos e Degenerados*, fizemos essa análise com outro texto do mesmo autor para percebermos como a questão da paratopia se apresenta. Para *Puxos e Repuxos*, elegemos a questão autoral relacionada ao uso de pseudônimos.

cia primeira de um discurso: pondera que o princípio do discurso não se encontra em características individuais, mas se constitui a partir dos diferentes lugares de que ele procede, ou ainda, dos lugares discursivos de onde o “sujeito” profere como marca ou representação das diferentes formações discursivas; de tal sorte que ninguém é dono de seu dizer porque o discurso está marcado sócio-historicamente.

Maingueneau (2010) destaca que a questão da autoralidade deveria ser tratada como uma das principais temáticas na AD, uma vez que o autor é uma categoria que está entre o tempo e o espaço de produção discursiva: é uma

categoria híbrida, que implica ao mesmo tempo o texto e o mundo do qual esse texto participa, o autor é uma instância que enuncia (atribui-se-lhe um ethos e a responsabilidade de alguns gêneros de textos, em particular os prefácios), mas também certo estatuto social, historicamente variável. (MAINGUENEAU, 2010:26)

Estatuto social que varia historicamente, graças ao maior ou menor prestígio que a obra de arte tenha em determinadas condições sócio-históricas. Na Antiguidade, por exemplo, a obra se sobrepunha ao autor, e essa questão era de menor importância, a ponto de alguns estudiosos questionarem, na atualidade, a existência de Homero.

Com o capitalismo, o surgimento do mercado editorial leva à valorização da obra de arte, enquanto produto comercial, e a possibilidade de uma propriedade autoral adquire outro valor, em que o mostrar-se dono de um dizer passa a ter um valor monetário que, algumas vezes, ultrapassa o estético.

Nesse sentido, Benjamin (1985) destaca que a contemporaneidade muda as relações impostas pela Arte, antes relacionadas à magia e ao prazer, tornando-a, então, mais relacionada à técnica e à política comercial, em que o autor passa a ser produtor e reproduzidor de questões políticas de seu tempo, as quais intervêm em seu olhar. Além disso, essa reprodução maciça somada à modernidade tecnológica transforma o processo de produção artística e oferece outros tipos de *autor* para a cena da criação: o fotógrafo, o cineasta, o diretor de teatro, o produtor etc.

Maingueneau (2010), por sua vez, analisa que essas transformações levaram a uma cisão entre o produtor textual e a obra, ocasionaram um afastamento daquele “modelo” da Antiguidade. Nessa alteração de postura, o estudioso identifica as seguintes posturas possíveis em relação à autoria e à obra:

- *o autor-garante: é a dimensão historicamente identificável como produtor de um texto pertencente a qualquer gênero de texto;*
- *o autor-ator: é o profissional do texto, o sujeito que organiza sua função social em torno da produção de textos, da relação com*

editores;

- *o auctor: é aquele em cuja dimensão o autor é correlato de uma obra; ou seja, um autor não de textos dispersos, mas de uma Opus: uma obra de prestígio social, cujo prestígio estende-se ao autor.*

Maingueneau (2010b: 142) diz que todo texto é autorizado ou garantido por alguém, o que ele chama de *autor-garante*. Entretanto, nem todos os indivíduos assumem o papel de *auctor*, pois, para isso é necessário que terceiros o instituem como tal, mediante a produção de enunciados sobre ele e sobre sua obra, em suma, conferindo-lhe uma “imagem de autor”.

5.2.1.2 Pseudônimo: a morte discursiva do autor

Entendemos que a criação de um pseudônimo participa da criação discursiva e sublima discursivamente o autor, para transformá-lo em algo ou alguém ideal, cujo discurso idealizado participa de determinados propósitos conjunturais. Normalmente, envolve questões políticas, segregações, proibições, ou seja, o pseudônimo, muitas vezes, “personifica” uma entidade marginal criada para dar voz a um sujeito que não quer se identificar e, com ele, camufla-se para, por exemplo, dar voz aos excluídos.

O pseudônimo difere do “*ethos*”, porque cria diferentes imagens de si para conseguir a adesão do leitor; difere do autor, por ser uma criação que tenta apagar, negar ou desintegrar a presença de um autor legítimo para, redundantemente, legitimar sua imagem de autor; mas, carrega uma “pseudo” função-autor como manifestação de uma individualidade.

Por um lado, se o pseudônimo concretiza a morte discursiva do autor, por outro, sua criação carregada de sentidos outros pode estar ancorada na figura de um autor, que, nas condições de produção, erige-se paratopicamente na formação discursiva a qual pertença o discurso.

O pseudônimo não é um “pseudo-autor”, no sentido pejorativo, mas um autor inteiro que apaga dada organização vigente e desloca o discurso original, que dá voz a quem não seria ouvido, ou mascara o dizer de um auctor que, por razões diversas, não quer revelar-se no dizer ou quer ser a autoridade a assumir esse discurso. Assim, propomos que o pseudônimo pode servir de simulacro para um *pseudo-autor*, *pseudo-garante* ou um *pseudo-auctor*.

De qualquer forma, quando descoberta sua identidade social, ocupa o lugar duplo de “pseudo” e de “garante”-autor. Barthes (2004) considera que essa multiplicidade de “eus” seria como a revelação teológica do Autor-Deus, que cria um “ser” à “sua imagem”. Ou seja, o pseudônimo seria, a nosso ver, o reverso de um autor, cuja complexidade está duplicada na situação de quem cria um ser que o representa.

De sorte que o pseudônimo seria, assim, uma espécie de autor que pode ser

criado por *um autor-garante, um autor-ator ou um autor-auctor*. Ou seja, expressa ideias que se deslocam do discurso original do sujeito criador sem deixar de se ancorar nele, pois, quando é levado a público que determinado pseudônimo pertence ao autor x ou y, a relevância do pseudônimo pode variar, de acordo com o prestígio social desse autor: seu discurso autoriza o dizer do pseudônimo, caracterizando-o de certo modo.

Descoberto, ou não, o autor por trás do pseudônimo, há uma *paratopia autoral* a ser considerada, principalmente, quando o reconhecimento da autoralidade intervém na aceitação ou na contemplação da obra. Maingueneau (2010a: 160) lembra, ainda, que não há paratopia que não seja associada a uma atividade de criação enunciativa:

No caso do discurso literário, por exemplo, a paratopia caracteriza, assim, ao mesmo tempo, a “condição” da literatura como cena englobante e a condição de todo criador. Que só se torna criador assumindo de modo singular a paratopia constitutiva do discurso literário.

Assim, de certo modo, avançamos esses estudos quando percebemos que, ao utilizar um pseudônimo, essa paratopia se duplica: 1) na autoralidade de um “autor” presente-ausente, que, por si só, já é paratópica; e 2) na “presença” paratópica desse autor, enquanto sujeito criador de um pseudônimo ancorado nas razões que levaram a essa criação.

Figura 8 – Jornal Correio da Tarde do Maranhão⁸⁵



Os recortes analisados para essa ilustração foram extraídos dentre os textos de “Puxos e Repuxos”, coluna publicada no jornal *Correio da Tarde*, de São Luís do Maranhão, foco desta análise.

Foram escritos em 1910, por José do Nascimento Moraes, sob o pseudônimo

85 Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/hotpage/hotpageBN.aspx?bib=388459&pagfis=785&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Valério Santiago, em repúdio à publicação feita por Antônio Lobo⁸⁶, sob o pseudônimo “o poeta D. Galiza II”, nos jornais *A Pacotilha* e *Diário*. Há várias questões que envolvem a criação desses pseudônimos, mas fato é que era de conhecimento de seus parceiros, intelectuais e acadêmicos que esses pseudônimos pertenciam a eles.

A formação discursiva que instaura essa polêmica é aquela em que se encontra o discurso republicano. Lobo é representante do discurso da elite burguesa, arraigado pelo discurso racista, e Nascimento, defensor e representante do discurso abolicionista, reforçado pelo discurso anti-monarquista e fortemente republicano.

O posicionamento desses dois escritores reflete o de gerações de literatos e de intelectuais, bem como denota a efervescência política e intelectual da ilha de São Luís, do final do século XIX, início do século XX.

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, sobretudo com a presença da Companhia do Comércio e os jesuítas, o Maranhão é foco de evangelização, e sua realidade serve como temática para criação de diferentes gêneros, os quais refletiam a realidade política da ocasião, embora não haja ainda registros efetivos sobre o desenvolvimento literário local naquela ocasião.

Todavia, ao acolher Pe. Antônio Vieira, a ilha não somente tem contato com boa literatura com a qual evangelizava, mas também tem contato com as produções de Vieira, que tendiam a ser mais simples devido ao público-alvo, mas não de qualidade menor: seus sermões.

Durans citando Moraes (1977) afirma que

a forma como Vieira pregava nos púlpitos de São Luís diferia completamente do jeito como ele o fazia na Europa: lá, o prega-

86 Antônio Lôbo é o nome literário de Antônio Francisco Leal Lôbo, que nasceu em São Luís, capital do Estado do Maranhão, a 4 de julho de 1870. Professor, jornalista e escritor, tendo-se destacado, nesta última profissão, como ensaísta, poeta, romancista e tradutor. Como funcionário público, exerceu os cargos de Oficial de Gabinete do Governo do Estado, da Biblioteca Pública Benedito Leite, do Liceu Maranhense e da Instrução Pública. Juntamente com Fran Paxeco, Ribeiro do Amaral, Barbosa de Godois, Corrêa de Araújo, Astolfo Marques, Godofredo Viana, Clodoaldo de Freitas, Inácio Xavier de Carvalho, Domingos Barbosa, Alfredo de Assis e Armando Vieira da Silva, fundou, na noite de 10 de agosto de 1908, a Academia Maranhense de Letras, uma extensão da Oficina dos Novos. Congregou e aglutinou, em torno da projeção intelectual de seu nome, os escritores de expressão da época. Em virtude de perseguições políticas, moralmente traumatizado, no último ano de sua existência, recolheu-se à sua residência e, na madrugada de 24 de junho de 1916, enforcou-se com uma corrente. Principais obras: **Carteira de um Neurastênico**, romance publicado, inicialmente, sob a forma de folhetim, na *Revista do Norte*, em São Luís, sob o pseudônimo de Jayme Avelar, em 1903; Pela Rama, **Crônicas**, São Luís, 1912; **Os Novos Atenienses**, ensaio, São Luís, 1909. Traduziu as seguintes obras: **Debalde**, romance da autoria de Stenkiwicz, cuja publicação inicial foi sob a forma de folhetim na *Revista do Norte*, São Luís, 1901; em parceria com Fran Paxeco, **O Juiz sem juízo**, comédia da autoria de Bisson; **Henriqueta**, da autoria de François Coppée. Disponível em: <<http://www.guesaerrante.com.br/2005/11/30/Pagina395.htm>>. Acesso em:

dor se preocupava em impressionar os ouvintes com seus jogos barrocos cultistas e conceptistas, enquanto aqui ele sabia se fazer entender com mais clareza e simplicidade por aqueles que o ouviam. (DURANS, 2009:16)

Somente após a independência do Brasil, o Maranhão observa o surgimento de produções literárias *auctorais*. De sorte que a produção literária nasce arraigada de conotações políticas, antes mesmo que a região se posicionasse com relação à República, pois só aderiu ao processo republicano um ano depois.

Com base nisso, é consenso, na historiografia maranhense, dividir-se a vida literária maranhense em ciclos ou gerações, que diferem um pouco dos períodos literários propostos para a Literatura Brasileira em geral, indicando especificidades quanto à sua composição e ao seu surgimento. Muitos autores que se lançam no delineamento das bases para a história da literatura maranhense, como Reis Carvalho, Antônio Lobo, Mário Meireles e Jomar Moraes, entre outros, adotam um mesmo tipo de divisão, demarcando, entre o século XIX e o início do século XX, a existência de três ciclos literários: o primeiro corresponde ao período de 1832 até 1868; o segundo, de 1868 até 1894; e o terceiro, de 1894 até 1932. (DURANS, 2009:17)

O primeiro grupo de escritores, chamado pela crítica de *Grupo maranhense*, formado por nomes como Gonçalves Dias, Sousândrade, Sotero dos Reis, Celso Magalhães e César Marques, é o responsável pela alcunha de Atenas Brasileira, que é dada ao Maranhão.

O segundo grupo seria o *emigratório*: ocorre próximo ao realismo/naturalismo convencional brasileiro, e é formado por autores que saem do Maranhão em busca de maior reconhecimento e prestígio literário e social, como é o caso de Aluísio Azevedo e Raimundo Correia.

O terceiro grupo seria dos *Novos Atenienses*, que surge como reação à emigração de intelectuais e à morte dos escritores dos tempos áureos, como Gonçalves Dias, iniciado por Reis Carvalho, Inácio Xavier de Carvalho, Euclides Marinho, Antônio Lobo, Nascimento Moraes, Domingos Barbosa. (DURANS, 2009: 1-24, grifo nosso)

Percebemos, assim, que, inicialmente, Lobo e Moraes partilhavam objetivos comuns para o reaquecimento do universo literário ludovicense, tanto que a Academia Maranhense de Letras foi fundada por um grupo de intelectuais do qual ambos faziam parte: “A Oficina dos Novos”.

Não obstante, com o decorrer do tempo, suas produções apresentavam posicionamentos políticos divergentes com relação à estética, à política e a questões étnico-ra-

ciais. Os autores estabeleciam uma espécie de duelo literário, arraigado pela rivalidade política.

No discurso de Lobo, por exemplo, em *Intervenção Pacífica*, publicado no jornal *Pacotilha*, em 10 de agosto de 1910, é possível encontrar marcas do discurso racista como: “[...] ó, besta, convém explicar às formigas que te giram em torno da sórdida carcassa, que v. ó negro vil, além de burro e petulante, é pérfido e caluniador.” (*In verbis*).

A contenda instituída entre os dois não é nada “pacífica”, e o *corpus* aqui analisado é o resultado desse enfrentamento, inclusive quanto à divisão do grupo: Antônio Lobo ficou na *Oficina dos Novos*⁸⁷, e José do Nascimento Moraes e muitos outros no grupo dos *Novos Atenienses* ou *Renascença Literária*.

O discurso dos pseudônimos criados por esses autores está no intervalo dessa cisão, e a autoria de ambos ancora paratopicamente o discurso daquilo que chamamos *pseudo-autores: nos casos* específicos, Valério Santiago e D. Galiza.

José do Nascimento Moraes, enquanto criador, enquadra-se nas três dimensões possíveis de análise propostas por Maingueneau (2010). É autor-garante, porque assume a responsabilidade por sua produção intelectual. É autor-ator, porque vive de seu ofício e publica em diversos jornais da época. E é autor-auctor, porque tem prestígio na sociedade maranhense com sua obra *Vencidos e Degenerados*.

Em outras palavras: ele e Antônio Lobo tinham autoridade e prestígio para usar seus próprios nomes como autores do discurso jornalístico, mas, para ambos, em nossa análise da situação de produção, criar um pseudônimo é uma estratégia que engloba *ancoragem, deslizamento e apagamento*⁸⁸.

Trata-se de uma ancoragem de processo autoral⁸⁹ aos moldes de produção dos “atenienses” que, por sua vez, espelharam-se na Arcádia Lusitana e a qual assinala a presença de um discurso constituinte. Essa ancoragem ocorre porque era usual seguir um modelo estético e, nesse modelo, fazia parte criar um autor que mascarasse a autoria por diferentes razões. Essa postura ratifica a autodenominação de Neo-Atenienses, valida o discurso, e gera a adesão de mais intelectuais para o grupo.

Chamamos de deslizamento discursivo-autoral a existência de Valério Santiago e sua crítica: ao atribuir-lhe voz de defesa, o autor defende os direitos raciais do povo negro, a abolição e a liberdade de criação, mas coloca em outro plano este dizer, pois já não é o negro, pobre, autodidata ofendido; este sai de cena para dar voz a um elemento com uma suposta “neutralidade” naquele universo, um “pseudo-autor”.

De certo modo, um autor (Nascimento) transfere ao pseudônimo (Valério) um dizer que parte da sua ideologia e desliza para outro lugar, para um âmbito discursivo,

87 Cf. Cap. I.

88 Terminologia criada por nós, a partir da investigação dos estudos de Maingueneau (2010) relacionados à “função-autor” e autoralidade, bem como os anteriormente citados: autor-garante, autor-ator e autor.

89 Terminologia criada por nós.

em que este dito não é de sua propriedade, posto que assume a voz de uma coletividade como afirmação social do *dizer* e do *criador*. Tomando emprestada a definição greimasiana, Nascimento Moraes “preserva a face”: ao fazer esse deslize de voz que modifica e institui o tom da crítica, o autor mantém e legitima o discurso do “pseudo-autor”, paratopicamente.

Há um apagamento do autor: se pensarmos que nem toda a população letrada participava de grupos políticos ou intelectuais, perceberemos que, para muitos leitores, Nascimento Moraes não existia e, seguramente para esses leitores, com base na memória discursiva da época, Valério Santiago era o autor daquele discurso.

Muito provável, para essa população letrada e para essa sociedade em construção, a imagem de autor que firmava seria a de um aristocrata branco, jamais um negro autodidata. Nessa perspectiva, retomamos a morte autoral e chamamos de apagamento-discursivo-autoral, pois o autor, já reconhecido socialmente, tenta extinguir sua imagem, e seu discurso, para transferi-lo ao pseudônimo. O enunciador, na paratopia, dá voz e autoridade para que Santiago tenha direito à réplica e tréplica contra o discurso do “poeta D. Galiza” e contra todos que o apoiavam.

Assim, o autor cria o pseudônimo Valério Santiago, doravante *pseudo-autor* que responde ao pseudônimo D. Galiza, criado pelo autor (Antônio Lobo) em condições de produção em que boa parte dos leitores conhecia as marcas de autoria de cada um deles e as razões geradoras do discurso.

Da leitura do texto jornalístico, verificamos que o *pseudo-autor* constrói a *cena genérica* em forma de diálogo, mais precisamente debate interdiscursivo: transfere para seu discurso citações de D. Galiza, para respondê-las crítica e diretamente. Ao respondê-las, acaba por responder a questões socialmente relevantes para a população republicana da época.

Santiago critica o discurso racista presente no discurso do outro, ora ataca o *pseudo-autor* (D. Galliza), ora ataca o autor-garante do pseudônimo (Lobo), colocando em xeque sua estética e sua existência social e política.

Como *pseudo-autor* (PA), Valério assume a máscara e dá voz à crítica, institui o direito a uma espécie de discurso jurídico, no qual defende, julga e condena todas as atitudes do oponente (D. Galliza) e estabelece conexões semânticas entre seu dizer, o que foi dito pelo outro e o discurso republicano que apoia a abolição, numa trama que segue o seguinte percurso:

a. identificação da voz

*[Parece-nos que os nossos “bons amigos” se animaram a atacar-nos./ Como a coragem de que podem dispor é pequenina, pegaram do **impagabilíssimo** Galliza, que **elles** tiveram a rara*

habilidade de endoidecer, e lepidamente o atiraram contra nós, pelas ineditoriales da “Pacotilha”] (MORAES, 1910: S/N)⁹⁰

Esse recorte está no primeiro parágrafo de *Puxos e Repuxos*. Na apresentação, percebemos claramente a ironia presente em “bons amigos”, “coragem pequenina” e “impagabilíssimo”. Delas depreendemos que enunciadores e co-enunciadores já se conhecem, bem como a ironia estabelece o tom do discurso desde o início, pela identificação da voz do outro: “impagabilíssimo Galliza”.

No plano discursivo, é possível verificar que provavelmente não são amigos, inclusive pelo uso de aspas em “bons amigos”, o que assinala que essa amizade pode não ser tão verdadeira, que os considera covardes, e insinua que Galliza está sendo usado por outrem, pois “pegaram do impagabilíssimo Galliza”.

Ao utilizar a primeira pessoa do plural (em “nossos/ nós”) e a terceira do plural (“eles”), demarca as fronteiras entre um nós/eles, representados aqui no grupo liderado por Lobo x (*versus*) o grupo liderado por Nascimento, mas também demarca as fronteiras do autor-garante e seu pseudo-autor, que ataca seus adversários (autor, pseudônimo e grupo social), defende-se com as mesmas armas. Aqui também, embora não estejam expressos claramente, denota-se que os enunciadores eram conhecidos.

b. crítica de Pseudo-autor (PA) para Pseudo-autor (PA) e de PA para autor

*[Não era preciso que Lobo citasse Vieira e Herculano para justificar uma asneira que brada aos céus./ Lobo que os deixe em paz, na grandeza da sua correção. /Achamos que o velhote perdeu a optima oportunidade de ficar calado./ Gramática não é discurso bombástico que se faz com gomma arábica. /Gramática não se inventa **nem se sofisma com facilidade**] (MORAES, 1910: S/N)*

Nesse recorte, o tom irônico segue constante como estruturador da crítica. No entanto, Valério (PA) ataca aquilo que aparentemente legitima o dizer de D.Galliza, a obra de Antônio Lobo: ao citá-lo, desmascara (in)diretamente o outro, mas usa a estratégia da inclusão discursiva. O seja, Lobo (autor) faz parte do mesmo grupo de D. Galliza (pseudônimo de Lobo). Essa estratégia legitima diretamente seu próprio dizer, inclui-se no grupo de Nascimento. Observamos aqui que criação e criador estão imbricados: o deslize e o apagamento anteriormente citados não se sustentam, enquanto a ancoragem se impõe.

⁹⁰ Analisamos a primeira edição dos artigos publicada pela tipografia dos Artistas em 1910, por cópia obtida na Biblioteca da Academia Maranhense de Letras. Mantivemos a grafia original, a ausência de pontuação e acentuação; ou seja, todos os recortes foram extraídos *ipsis literis*. Do mesmo modo, essa edição não apresenta enumeração de páginas; por isso, a notação S/N.

O PA critica a construção da linguagem do texto apresentado pelo adversário no outro jornal e a qualidade da obra do Lobo, acentua o tom irônico em “Não era preciso que Lobo citasse Vieira e Herculano”, demonstra que analisa com atenção e minúcia os dizeres de Lobo e Galliza, bem como identifica que o outro evoca grandes autores como discurso de autoridade, sem necessidade alguma. Ataca diretamente a Lobo como parte do “Grupo de Galliza” e sua maneira de escrever. Adiante, cita, inclusive, a *Opus* de Lobo:

*[Com dois **puxos** e alguns **repuxos** nós nos aliviaremos do “Novos Atenienses”./ A **introdução colossal** da obra, é um conjunto de **períodos quase ininteligíveis** que escapam mesmo ao raciocínio. /Todas as vezes que Lobo procura raciocinar sabe se simplesmente mal!]*

De novo, o discurso irônico critica o estilo de Lobo diretamente, apaga o pseudônimo, assim como o paralelismo sintático ainda traz no âmago um tom de revanche, quase um alívio de responder às injúrias e às ofensas proferidas por Galliza.

c. discurso racista

A interdiscursividade se mantém e mantém o *dizer* do PA que traz novamente a voz de Galliza/Lobo para o seu enunciado. Quando da utilização da expressão “negro vil”, PA responde:

*[...typos que se nomeiam jornalistas agri-dem-nos pelas ineditoriales da “Pacotilha”, chamando-nos **negro! Negro! Eis ahi o insulto**, a palavra com que elles pensam que nos esmagam, que nos reduzem a última expressão! Que não diriam se fossemos brancos da ilha ou mesmo caboclo!/ Negro!/ É o grito de terror, de medo e de ódio, é o grito do vencido, o nullo, do inhabilitado que não pode discutir e nem sabe fazer o que todo mundo sabe – insultar! Negro! Repetem tomados pela cólera, possuidos da mais idiota indignação!]*

A ironia argumentativa presente em [Negro! Eis ahi o insulto] dá o tom discursivo reiteradamente, cuja “vocalidade” sugere a cólera. Atribui também um tom pejorativo aos sujeitos que não são jornalistas, mas agem como se fossem, porque assim se nomearam. Nessa estratégia, PA busca deslegitimar a voz do outro, insinua sua falta de gabarito para o exercício profissional.

O *discurso da negritude*⁹¹ ocorre em forma de manifesto e diretamente; nesse

91 Utilizamos aqui *discurso da negritude*, referindo-nos ao discurso de reação, posicionamento de conscientização política que é intrínseco aos Movimentos Negros. O termo “negritude”, sobre o qual falaremos no próximo capítulo, é cunhado de Kabengele Munanga, na obra *Negritude*, publicada em 2012, pela Editora Autêntica.

caso, é a *paratopia de identidade* que o revela: assume-se negro, chama de *idiota*, ridicularizando-o e demonstrando sua indignação diante de uma característica. É um fato, e não um insulto. Parafraseia o que foi escrito sobre os saberes do *homem negro que não sabe pensar*, construindo em seu ataque aquilo que a retórica classifica como argumento *ad hominem*, pois, se o negro é “inhabilitado”, essa voz que assume a voz da negritude esclarece que “não será esmagada”.

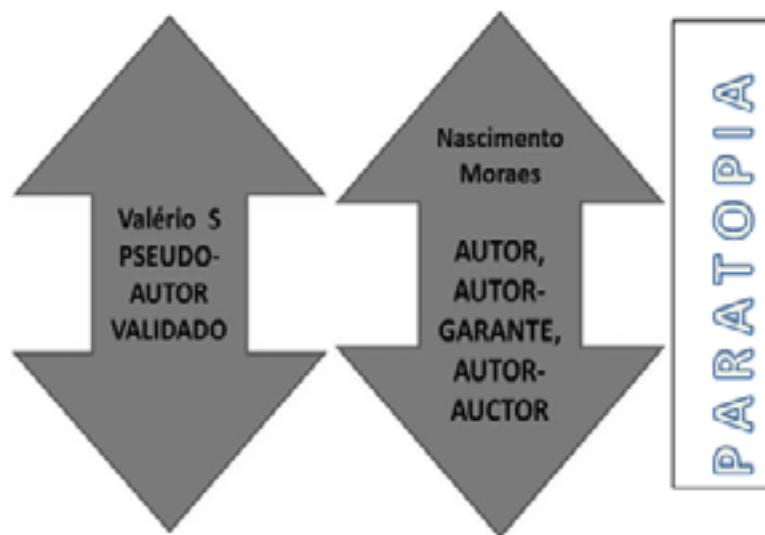
O discurso demonstra que, enquanto Valério defendia-se sozinho no *Jornal Correio da Tarde*, Lobo/Galliza encomendava aos seus parceiros textos cada vez mais ofensivos contra o “oponente”. Assim, cita um artigo publicado pelo Professor Luiz Viana, do grupo do Galliza, “Os macacos”: essa atitude legitima o discurso do *pseudo-autor*, deflagra o racismo e legitima a réplica.

Ainda como estratégia, PA faz a análise gramatical da escrita do outro, corrige-o gramaticalmente, mas, para isso cita um artigo de Viana, e, aqui, o pseudônimo ancora-se no discurso de um terceiro, dizendo:

[“Os homens primitivos a quem a civilização e o orgulho dela nacente não deram ainda ‘para se julgar’ criações divinas”/ Perguntamos: Quem julgar/ Será-PARA ELLES SE JULGAR?/ Ou-para elles se julgarem?/ Todas as vezes que se pode trocar o infinito numa clausula com o verbo no subjunctivo. e às vezes no indicativo, é infinito pessoal./Ora, para se julgar criações divinas./Aquelle-para que ele se julgar-é asneira que o professor Vianna deve evitar]

Com a autoridade de professor de língua portuguesa, ao analisar aquilo que considera inadequado gramaticalmente, confrontam-se papéis sociais relevantes para a sociedade da época e, ao mesmo tempo, ao se posicionar com relação ao “bom uso da língua”, critica, na verdade, o racismo presente no discurso. PA critica a animalização do negro contida no discurso do professor Luiz Viana e reproduzida no discurso de D. Galliza.

Por fim, ao analisarmos as estratégias *a*, *b* e *c*, associadas aos processos de *deslizamento*, *ancoragem* e *apagamento* na constituição de um pseudo-autor, com a utilização da definição de paratopia construída por Maingueneau (2010), autor que sustenta que a paratopia está intimamente relacionada ao processo criador, notamos que o pseudônimo é legitimado de forma paratópica nessa situação específica, em que uma grande parcela dos leitores reconheciam o autor legitimador do discurso, seguindo o seguinte esquema:

Figura 9 – Paratopia autoral

Observamos o discurso republicano abolicionista representado na voz de Valério Santiago, cujo papel de pseudo-autor (PA) constitui-se em desempenhar e desenvolver *a ancoragem, o deslizamento e o apagamento autoral* como forma de reafirmar o discurso original, dando autoridade de defesa e ataque, capaz de transformar a cena genérica em diálogo e confronto político, ideológico e “jurídico”, com poderes de julgamento, defesa e condenação, e que é legitimado paratopicamente pelo autor.

Ressaltamos que essa é uma primeira reflexão sobre autoralidade na utilização de pseudônimos. Se há alguma possibilidade de considerar a morte do autor, essa questão não está posta somente pela reprodutibilidade da obra de arte, mas é mais antiga, uma vez que há uma morte discursiva dessa autoralidade no próprio processo de constituição autoral. De tal modo que, se o autor, por um lado, mantém-se paratopicamente na constituição do discurso literário, por outro, ao fazer uso de um pseudônimo, o mesmo autor legitima o discurso desse *pseudo-autor* paratopicamente.

Nosso objetivo com essa pré-análise não foi o de esgotar a questão da função autor, mas avaliar a paratopia, por ser o foco principal desta pesquisa. Essa análise revelou que o processo do discurso paratópico se dá de forma paralela: não atravessa o discurso, mas pode mantê-lo ou validá-lo. No caso específico da *paratopia de identidade*, o enunciador mantém a autoralidade do pseudônimo, mas o que dá voz a essa identidade é sua negritude que, em tese, deveria ser desconhecida, mas que se manifesta em seu enunciado e em sua atitude paratópica.

Com base nessa ilustração analítica, na imbricação entre processo criativo e paratopia, e conforme o exposto nos capítulos anteriores, acrescentamos as seguintes categorias às propostas por Maingueneau (2010), com relação à paratopia relacionada aos gêneros do discurso, numa tentativa de contribuir para o avanço das discussões:

Quadro XXI – Novas categorias paratópicas

Paratopia autoral	No caso de pseudônimos utilizados sem a função de pseudônimos, ou seja, quando são apenas codinomes reconhecidos pelos enunciadores e co-enunciadores, como ocorre no exemplo dado.
Paratopia constituinte	Meu discurso não é meu discurso, como o Velho Testamento para o judaísmo e para o cristianismo. Quando a paratopia do discurso é um discurso constituinte.
Paratopia afásica	Quando o juízo expresso não condiz com o juízo problemático criador e/ou social. Por exemplo, em auto-biografias extremamente idealizadas, em que se omitem fatos relevantes de conhecimento geral.
Paratopia investigativa	Quando ficção e realidade se misturam, ou quando a ficção se apoia numa investigação paralela. Em romances jornalísticos, por exemplo.
Paratopia documental	Discurso recriado a partir de documentos, ou seja, esse discurso não é o meu, não sou eu que digo, mas a autoridade do registro documental. Ou ainda, quando o discurso serve como registro de discursos de épocas nas quais não vivemos, em realidades pouco exploradas ou não letradas, sem registros, por exemplo.
Paratopia testemunhal	Meu <i>dizer</i> não se diz testemunhal, não é testemunho, mas sou testemunha, e esse fato se sobressai ao dizer. Quando o discurso não se pressupõe testemunhal, mas o faz paratopicamente, pela relação criador x fatos históricos, ou criador x crimes de guerra, por exemplo.
Paratopia testemunho-documental	Meu dizer não é testemunho, mas sou testemunha e esse fato se sobressai ao dizer e ainda serve de registro para historiadores, por exemplo. Caso de <i>Vencidos e Degenerados</i> . ⁹²

5.3 Proxêmica: o design do dizer

Diante do exposto neste capítulo, defendemos que todo discurso apresenta algum tipo de paratopia. Mas há discursos em que essa paratopia caracteriza-se como discursos paratópicos que se sobrepõem ao dizer ou o mantêm. Isso, sobretudo, no universo literário, onde já existe o axioma real e ficcional. Neste ponto, tomaremos emprestado o termo “proxêmica” para explicar nosso princípio de análise paratópica.

O termo *proxêmica* apresenta suas raízes no pensamento aristotélico: na *Poética*, onde discorre sobre o posicionamento dos atores para a constituição do espaço, estabelece afastamentos e aproximações necessárias à verossimilhança do discurso; e na *Retórica*, quando discorre sobre o *ethos* do orador e a constituição do espaço interacional-discursivo.

A proxêmica é o estudo da constituição social do espaço, a partir dos microespaços estruturados pelo homem. Stuart Hall (1977) resgata o termo, transformando-o em categoria de análise antropológica relacionada à utilização do espaço determinada culturalmente: para ele, a percepção da distância e a proximidade são resultados dos sistemas sensoriais: visual, auditivo, olfativo, tato.

A proxêmica estuda o espaço sob três dimensões: o espaço de características fixas; o espaço de características semifixas e o espaço informal. As características fixas, no meio urbano, correspondem a edifícios, pontes, estruturas de aço, madeira e concreto, e, no universo *on line*, corresponderiam à tecnologia que possibilita o funcionamento da rede; as semifixas seriam a disposição de *sites*, *links*, ferramentas e comandos; e o espaço informal, considerado o espaço em torno do corpo do indivíduo, corresponderia não só ao ambiente em que os sujeitos estão conectados, mas ao ambiente criado, a partir de aproximações e adequações sócio-culturais que permitem a interação e o estabelecimento de diferentes distanciamentos interpessoais.

Hall (1977) identificou quatro distâncias interpessoais: distância íntima, distância pessoal, distância social e distância pública, todas estabelecidas pela inter-relação entre aspectos sociais, culturais e cognitivos. Tal qual Aristóteles, Hall (1977) considera o espaço um fenômeno comunicativo que apresenta informações sobre e para os seres envolvidos no processo interacional.

Seguindo essa linha de pensamento, Knapp (1982) também entende a proxêmica como o modo por que os sujeitos percebem e utilizam os espaços em que vivem.

Steinberg (1988), por exemplo, associa a proxêmica à intimidade de um indivíduo pela forma como esse sujeito permite e/ou adquire proximidade com os demais.

Atualmente, os estudos proxêmicos têm sido relacionados ou à distância que os sujeitos mantêm entre si no processo comunicacional e como isso interfere no processo interacional, ou à relação entre o sujeito e seu espaço. De qualquer forma, seja sob aspecto antropológico, psicológico ou semiótico, todos os estudos tentam investigar os espaços relacionados ao “não verbal”. Isto é, a proxêmica se dá como um processo revelador construído pelos agentes da comunicação. Em outras palavras, a proxêmica revela as relações culturais, sociais, temporais etc.

Se pensarmos *na cena genérica* romance, há *um design* que estabelece elementos básicos nesse estilo, que são pertinentes à narrativa, como tempo, espaço, narrador,

personagens e o próprio enredo.

Esse *design* adquire densidade e categoria na medida em que se enquadra em determinado estilo que, por sua vez, se relaciona a uma época. No entanto, essas são características pertinentes ao texto escrito: a proxêmica discursiva será estabelecida na relação enunciador, enunciado e coenunciadores, e, ainda, no grau de adesão que o enunciado adquire.

Porém, quando falamos do gênero romance, em que há uma primazia do estilo narrativo, é interessante observar que sua narratividade se impõe. Com isso queremos dizer que, mesmo que tenhamos momentos descritivos ou argumentativos no texto, a narratividade se sobrepõe: temos, assim, a narração a serviço do argumentar e do descrever.

Mas essas são características textuais. *Lato sensu*, poderíamos dizer que esses momentos de aproximação e distanciamento entre o narrar, o argumentar e o descrever fazem parte da proxêmica do gênero romance escrito.

A narratividade desse gênero se transfere também para o âmbito discursivo e, claro está, que, provavelmente, a paratopia também terá esse jogo de distanciamentos e aproximações entre o narrar, o argumentar e o descrever; o real e o ficcional; enunciadore, enunciados e (co)enunciadores.

Ainda pensando em distâncias, teremos a relação autor - leitor virtual/idealizado – leitor. Forçosamente nos perguntamos: De que realidade falamos? O que seria ficcional? Quem seriam esses enunciadores? Qual o papel do Autor e do leitor?

Em torno dessas inquietações, delimitamos, para satisfazer nossas inquietações, o aspecto paratópico do discurso, cuja categorização dependerá da proxêmica. Afinal, como lembra Vargas Llosa (2007) em seu magnífico ensaio *La verdad de las mentiras*⁹³, a verdade/ ou real e a mentira/ ou ficcional estão à disposição do romance de maneira muito peculiar, porque, para cada gênero, a noção de verdade se apresenta de forma distinta:

La noción de verdad o mentira funciona de manera distinta em cada caso. Para el periodismo o la historia la verdad depende del cotejo entre lo escrito y la realidad que lo inspira. A más cercanía, más verdad, y, a más distancia, más mentira. Decir que la Historia de la Revolución Francesa, de Michelet, o la Historia de la conquista del Perú, de Prescott, son <novelas> es vejarlas, insinuar que carecen de seriedad. En cambio, documentar los errores históricos de La guerra y paz sobre las guerras napoleónicas sería perdida de tiempo: la verdad de la novela no depende

de eso. ¿De qué, entonces? De su propia capacidad persuasión, de la fuerza comunicativa de su fantasía, de la habilidad de su magia. Toda buena novela disse la verdad y toda mala novela miente. Porque <decir la verdad> para una novela significa hacer vivir al lector una ilusión y <mentir> ser incapaz de lograr esa suerchería. La novela es, pues, un género amoral, o, más bien, de una ética sui géneris, para la cual la verdade o mentira son conceptos exclusivamente estéticos. (LLOSA, 2007: 20-1)

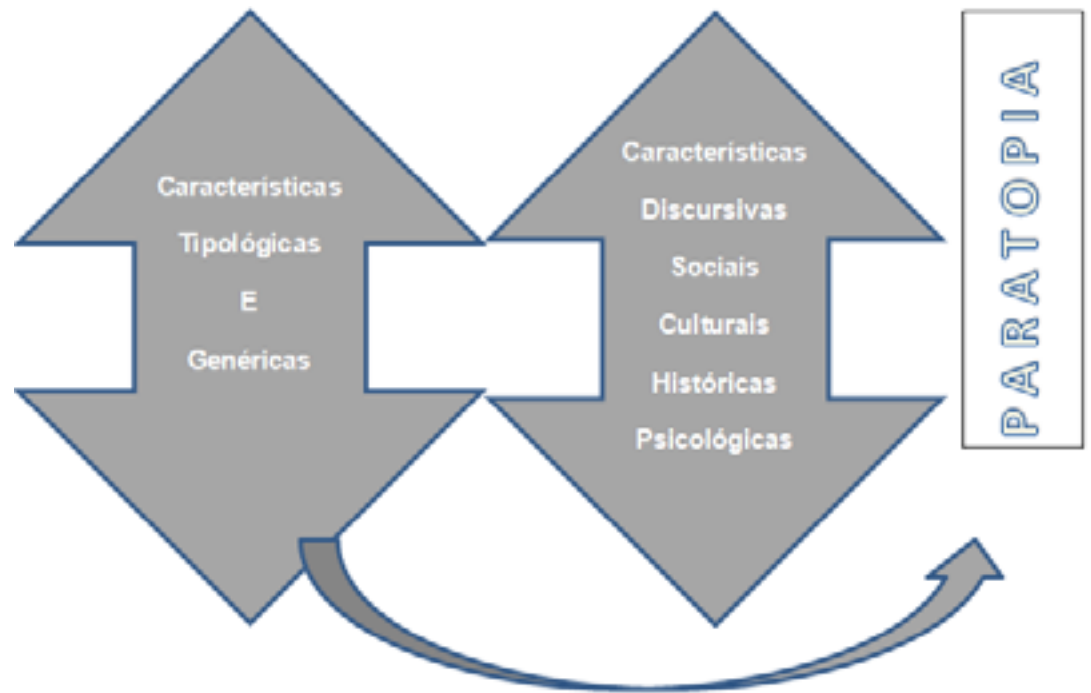
De fato, estilisticamente, não importa se o que está no romance é real ou não, mas quão verossímil pode se tornar. Todavia, discordamos de Llosa (2007) quando afirma que seria perda de tempo analisar os erros históricos sobre as guerras napoleônicas, pois essa é também uma possibilidade de leitura e de análise que não diminui em nada a cena genérica, inclusive no plano discursivo.

Ampliando a questão e trazendo-a para o que nos interessa: a proximidade entre real e ficcional na AD também pode variar de acordo com a perspectiva, pois, para o analista do discurso da guerra ou do discurso bélico na literatura e que se paute na interdisciplinaridade com a Historiografia, discrepâncias entre a realidade histórica e a ficcional importam muito. Já para as cenas genéricas de romances testemunhais de Aushwitz, a proximidade entre *o dizer* e a *realidade histórica* deve ou deveria ser mínima. Ainda que haja uma discrepância temporal entre o registro e a vivência, a proximidade se dá na exposição da trama e em sua divulgação, constrói-se no/pelo discurso. Para a análise da paratopia testemunhal, essa distância é importante, pois o real e o ficcional podem caminhar juntos, mesmo de forma atemporal, por verossimilhança.

Afirmamos que a diversidade de discursos dispostos socialmente apresentam uma constituição proxêmica que envolve elementos básicos (citados nos capítulos anteriores), como *a cena da enunciação*, *a cena englobante* e *a cenografia* relacionadas à *formação discursiva*. Há o espaço discursivo e o espaço construído pelo discurso.

Nessa construção, teremos discursos tópicos e paratópicos, em que a paratopia está intimamente relacionada ao processo criativo. Logo, há uma proxêmica discursiva que permite aproximações e distanciamentos entre um discurso *tópico* e um *paratópico*. Quanto mais próximos os liames entre o tópico e o paratópico, mais a paratopia se torna evidente. No caso específico do discurso literário, na construção da cena genérica “romance”, temos, então:

Figura 10 – Esquema paratópico do gênero romance

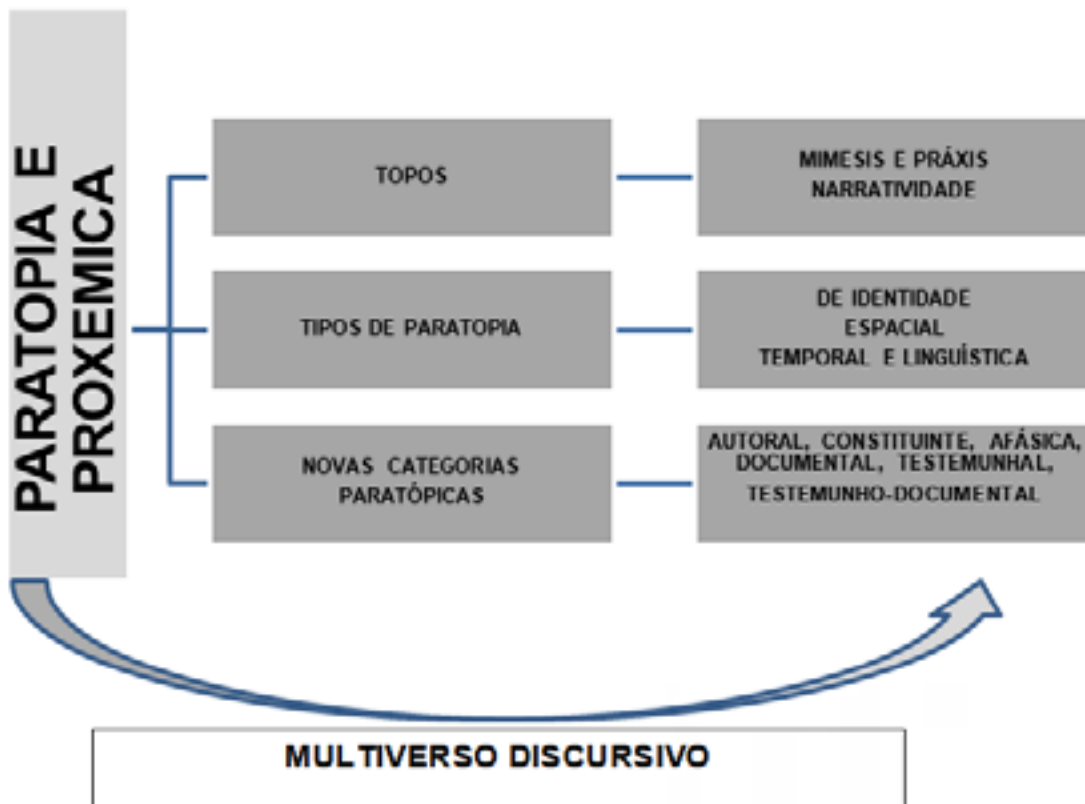


Será a análise da proxêmica participante do processo criativo que definirá a composição de uma paratopia testemunhal, por exemplo. Um discurso paratópico só poderá ser considerado testemunhal, documental ou testemunho-documental, se a proxêmica discursiva trouxer evidências que corroborem para essa interpretação.

Assim, um enunciado pode não apresentar, na cena genérica, as características necessárias para que seja considerado uma narrativa testemunhal, enquanto materialidade textual, mas pode apresentar características discursivas paratópicas que façam desses elementos testemunho contundente. Ou seja, não teremos mais somente universos discursivos, mas multiversos discursivos que merecem uma análise à parte.

Em suma, nesse capítulo tratamos dos seguintes assuntos:

Figura 11 – Síntese do capítulo



CAPÍTULO VI - O DISCURSO DA NEGRITUDE EM VENCIDOS E DEGENERADOS: UM DISCURSO TESTEMUNHO-DOCUMENTAL PARATÓPICO

Na verdade, os mundos ficcionais são parasitas do mundo real, porém são com efeito “pequenos mundos” que delimitam a maior parte de nossa competência do real e permitem que nos concentremos no mundo finito...
Umberto Eco⁹⁴

Iniciamos nosso texto com a epígrafe de Umberto Eco que questiona a relação entre realidade e ficção como parasitária. Em sua obra *Seis Passeios pelos Bosques da Ficção* utiliza a metáfora do “bosque” para tratar das diferentes dimensões que envolvem as obras de ficção. Retoma a relação autor-ideal x leitor-ideal e, em dado momento, no capítulo intitulado “Bosques Possíveis”, relata que um de seus leitores, ao ler sua obra *Pêndulo de Foucault*, quase numa neurose branda, pesquisou todos os jornais de 24 de junho de 1984, data em que se passa a narrativa e descobriu que ocorrera um incêndio não mencionado no texto e escrevera para o autor questionando-o. Eco respondeu à carta com uma brincadeira, dizendo que o protagonista não quis mencionar o fogo por alguma questão misteriosa. De certo modo, como autor, ele reforça o mistério de sua obra. Eco evidencia que, ao adentrarmos no mundo da ficção, assinamos um pacto contratual com o autor para acreditarmos nesse mundo ficcional e em sua relação com o real.

Conforme tratamos no capítulo III, há, na literatura, essa necessidade exposta por Eco (2012) de buscar a verossimilhança por meio do que ele vai chamar de “protocolos ficcionais”, pois “pode-se procurar congruência entre os tempos da história, do discurso e da leitura por motivos que pouco têm a ver com arte”. (ECO,2012: 66)

Essa congruência, entretanto, surge naturalmente quando a obra se relaciona com o leitor e com sua realidade social, cultural, econômica, política ou histórica, mas se mantém por meio do discurso, por meio dos contratos genéricos. Por isso, o próprio Eco (2012:41) assume que, no plano semiótico, “a história é transmitida por um discurso narrativo” e, como tal, pode ser traduzida em outros sistemas semióticos por meio do reconto, reescrita ou transposição genérica. E utiliza o seguinte esquema:

94 In: ECO, Umberto. **Seis Passeios pelos Bosques da Ficção**. São Paulo: Companhia da Letras, 2012, p. 91.

Figura 12 – Esquema adaptado de Eco (2012:41)

A complexidade dessas relações, claro, não é de fácil assimilação, mas consideramos que tampouco são lineares desse modo. O plano discursivo dá conta de explicar essas relações semânticas, abarca de forma espiral e descontínua os demais elementos. Assim, discursivamente, os *topoi* incluiriam Texto/Contexto, História/Enredo e Expressão/Discurso, bem como o lugar das práticas discursivas, sua narratividade, historicidade e os *paratopoi* que emanam e estão presentes nas condições sócio-históricas de produção. Todas essas possibilidades de análise formam o que chamamos de multiverso discursivo, lembrando o que dissemos nos capítulos anteriores e unindo esses princípios, temos:

Figura 13 - Esquema Multiverso discursivo

É nessa perspectiva que os discursos se sobrepõem à relação ficção e realidade, porque sua ligação com as práticas sociais e ideológicas são inerentes, pois

o discurso vive fora de si mesmo, na sua orientação viva sobre seu objeto: se nos desviarmos completamente desta orientação, então, sobrarão em nossos braços seu cadáver nu a partir do qual nada saberemos, nem de sua posição social, nem de seu destino. Estudar o discurso em si mesmo, ignorar a sua orientação, externa, é algo tão absurdo como estudar o sofrimento psíquico fora da realidade a que está dirigido e pela qual ele é determinado.
(BACKTHIN, 2012:99)

Neste capítulo, procederemos à análise do *corpus* sem desconsiderar essa orientação externa que comprovará nossa tese de que *Vencidos e Degenerados* apresenta um *testemunho-documental paratópico*. Buscaremos identificar, por meio das práticas sociais discursivas e a partir de nossas delimitações dentro do multiverso discursivo, o *discurso da negritude*, o *ethos* do negro na sociedade maranhense do século XIX, o qual constrói uma *cena genérica* que se consubstancia em *manifesto* e *testemunho* estabelecido como argumento de valor histórico de forma *paratópica*. Apresentaremos a *paratopia testemunho-documental*, ampliando, assim, as categorias apontadas por Maingueneau (2010) e introduziremos uma possível nova forma de analisar um testemunho literário que foge dos moldes unicamente estilísticos ou unicamente focados na realidade de um sujeito-narrador da própria história, assumimos e ampliamos também

a visão de Bosi (1995)⁹⁵, que defende o romance de testemunho como criação ficcional.

No primeiro momento, analisaremos as práticas discursivas direcionadas pela proposta do esquema abaixo, extraído do terceiro capítulo, aplicando-o ao *discurso da negritude* dos enunciados e das interrelações de *Vencidos e Degenerados*. No segundo momento, partiremos desses elementos tópicos e aplicaremos o esquema *paratópico* para comprovar que o *testemunho-documental de Vencidos e Degenerados* se dá de forma *paratópica*. Assumimos, assim, que a *paratopia* é o elemento que torna o enunciado testemunhal. Consideramos, ainda, a relação atópica que envolve o negro no processo enunciativo e histórico, em razão de sua exclusão social, promotora de racismos, arquétipos e preconceitos arraigados na memória coletiva brasileira, ainda que haja uma aparente negação.

Figura 14 - Discurso da Negritude e Paratopia Testemunhal (Esquema II)

ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA (AD) E SEUS AUTORES				MULTIVERSO DISCURSIVO
PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS				
FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD) E SUAS REGRAS				
<i>Universo</i>	<i>Campo</i>		<i>Espaço</i>	
<i>Discursivo</i>	<i>Discursivo</i>		<i>Discursivo</i>	
<i>Objetos</i>	<i>Modalidades</i>	<i>Conceitos</i>	<i>Estratégias</i>	
PLANO DO ENUNCIADO/PLANO DO TEXTO				
<i>Cena englobante</i>	<i>Cena genérica</i>	<i>Cenografia</i>		
ETHOS EFETIVO + ETHOS DITO+ ETHOS MOSTRADO				
RELAÇÕES SEMÂNTICAS RESULTANTES – EQUEMA GENÉRICO				
PLANO PARATÓPICO				
Paratopia Testemunho-documental				
PROXÊMICA: IDENTIDADE E IDEOLOGIA				

6.1. Situação Comunicativa testemunhal: universo, campo e espaço discursivo em *Vencidos e Degenerados*

Dentro da perspectiva de multiverso discursivo, a *cena genérica* instituída pelo

⁹⁵ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a20.pdf>. Acesso em: 05 jan.2015. Neste artigo, Bosi defende a criação do testemunho ficcional.

romance é ainda o gênero discursivo, que, talvez, melhor o represente por sua heterogeneidade inerente e pelos contratos sociais múltiplos que estabelece e carrega em si diferentes possibilidades de usos da linguagem.

A *cena genérica*, quando estabelece um romance, forma uma unidade descontínua de comunicação, em que o contato entre o *literário* e o *não-literário* faz parte da característica que torna constituinte o discurso literário, conforme apresentamos nos capítulos I e II. “A narratividade é o princípio que organiza qualquer discurso” (GREIMAS e COUTÉS, 2008:330), e é ela associada às condições sócio-históricas de produção e à relação entre enunciador, coenunciador e co-enunciador que norteia possíveis unidades semânticas dentro dessa multiplicidade de possibilidades que esse gênero apresenta.

Vimos com Lukács (2000) que é a heterogeneidade que será responsável pela descontinuidade do romance que, contraditoriamente, é o fator gerador da unidade, seja por meio da subjetividade dos interlocutores, seja na realidade *a priori* que se sobrepõe à realidade. Por descontinuidade, entendemos o fato de que a narrativa pode apresentar-se de *n* formas no plano textual, todavia, será no plano discursivo e nos procedimentos de leitura que efetivamente se darão diferentes possibilidades de unidade da cena de enunciação por meio de relações semânticas globais.

Por definição, *Vencidos e Degenerados* apresenta como *cena genérica* o romance histórico-social, cuja narratividade presente nos enunciados organiza-se em torno da *abolição da escravidão e Proclamação da República*. O fato de apresentar essa *cena genérica* deveria dar conta de uma explicação para os estudos feitos na área de História e Sociologia considerarem as minúcias de sua narrativa social, cultural e histórica como verdadeiro testemunho da sociedade maranhense da época. Jean-Yves Mérien (*apud* MACHADO, 1982) considera o romance de alto teor criativo, cuja estrutura representa não somente os aspectos históricos, mas também sociológicos da sociedade maranhense.

As características estilísticas desse discurso literário permitem a construção da *cena genérica* romance histórico-social para *Vencidos e Degenerados* e não romance testemunhal, tal qual apregoa a crítica literária, mas discursivamente o testemunho se estabelece.

Os gêneros do discurso emergem da sociedade, e suas características estão atreladas à sua função social; a *cena genérica* surge pela necessidade social de *narrativizar* a realidade e apresenta características histórico-sociais. O discurso literário busca, por meio dessa narrativização, imprimir aspectos *miméticos* próprios da verossimilhança literária, mas não o converte imediatamente em registro de uma dada realidade, porque será no processo de adesão a esse discurso que esse discurso poderá, ou não, converter-se em elemento aproximativo de uma dada realidade.

Como vimos no cap.IV, a *cena genérica* romance de testemunho surge socialmente como um gênero que une, de certo modo, a literatura a catástrofes, a experiên-

cias traumáticas ou violentas, imprime a necessidade de expor à memória, revisitar fatos e registrá-los na memória coletiva. O testemunho, como gênero do discurso literário, gera controvérsias com relação à sua análise, justamente por coadunar realidade e ficção, a partir de uma perspectiva subjetiva.

É na cisão entre o que é testemunhal e o que se configura ficcional, já estabelecida na análise de outros gêneros, como os romances históricos, que o discurso comporia uma terceira dimensão ou uma dimensão paralela que perpassaria *o dizer e o relato*.

Embora seja utilizado socialmente como testemunho, o enunciado de *Vencidos e Degenerados* não segue, no plano textual, as características estilísticas da literatura de *Testemunho* (Cf. cap. III), porque não se trata de um testemunho em primeira pessoa, em que o enunciador divide, de forma direta, uma experiência vivida pessoalmente a partir do real. A narratividade, a partir do ficcional, entretanto, deveria dar conta disso, como ocorre em *Memórias do Cárcere*, conforme as premissas de Bosi (1995), porém, isso não acontece, porque o enunciador que relata não assume seu enunciado como testemunho e não o escreve como se assim o fosse. Mesmo assim, historiadores locais e nacionais tomam o enunciado como testemunho das agruras sofridas pelo negro e como documento histórico.

O enunciado no plano textual não serve para explicar o porquê de estudos históricos serem feitos a partir de sua narrativa, não somente como representação de uma realidade, mas também como (cor)relato de uma realidade histórica ou, até mesmo, como registro histórico. Logo, é no plano discursivo, que se explicam essas correlações, por isso, defendemos que o testemunho ocorre de forma paratópica.

Nascimento Moraes, por sua carreira jornalística em defesa dos direitos da população e do negro e por sua história de vida, (Cf. cap. II) cria *um ethos* social que valida de forma paratópica seu discurso, tornando-o testemunho-documental. Ao mesmo tempo, a atitude discursiva reacionária que se observa na *cena genérica*, na *englobante*, na *cenografia* e também na paratopia é o que assinala a presença do *discurso da negritude*, como atitude discursiva atemporal. É essa paratopia e a presença desse *discurso da negritude* que pretendemos comprovar com esta análise.

Diante do que foi exposto, temos, como *cena genérica*, o romance histórico-social. A *cenografia* construída é de manifesto, que é corroborada no discurso de alguns enunciadores como Olivier, Cláudio e Prof. Bento⁹⁶ na constituição da *cena de enunciação* e na interdiscursividade apresentada no decorrer do plano narrativo. Essa interdiscursividade se dá na medida em que o pleito apresentado entre o discurso *do dominador e do dominado* é atravessado por outros discursos como o abolicionista, o monarquista, o republicano e outros.

⁹⁶ Olivier é um árduo defensor da abolição e de causas sociais, a cena denota que era um ativista político e um jornalista respeitado (primeira parte da cena englobante), Cláudio herda essa sua característica (segunda parte da cena englobante) e Prof. Bento, preceptor de ambos, não somente defende o mesmo posicionamento como escreve em prol da igualdade social.

A *cena englobante* é a de constituição social-republicana, envolve interações entre dominados e dominadores antes, durante e pós- abolição. Nela, a precisão de detalhes sociais, culturais e históricos ocorre, por meio de diferentes posicionamentos ideológicos na sociedade, e, por conseguinte, diferentes *formações discursivas*, que representam um testemunho, explorado documentalmente, ratificado na *paratopia testemunho-documental*.

Os dispositivos que se constroem nas relações semânticas da situação comunicativa para a composição da encenação genérica estão centrados nas atitudes dos enunciadores. São os sujeitos do discurso que definirão, por meio de seu posicionamento, a *cena genérica*, a *cenografia* e a *cena englobante*. Retomando esses dispositivos, extraídos de Maingueneau (2010:207) e Charaudeau (2006), temos o seguinte quadro já exposto nos capítulos anteriores.

Quadro XXII – Situação comunicativa

PLANO DO ENUNCIADO ELEMENTAR	Situação de enunciação	Situação de locução
	Enunciador/coenunciador Não-pessoa	Locutor/alocutário – influência do locutor para conseguir a adesão do interlocutor; Delocutor – posicionamento sobre outrem; Elocução – discurso do locutor consigo mesmo
PLANO DO TEXTO	Situação de discurso	
	Ponto de Vista Externo	Ponto de Vista interno Cena de enunciação
	Situação de Comunicação	Cena englobante Cena genérica Cenografia

Adaptado de Maingueneau (2010:207) e Charaudeau (2006)

Aplicando tais conceitos ao discurso de *Vencidos e Degenerados* temos:

Quadro XXIII – Análise de Vencidos e Degenerados.

	Situação de enunciação	Situação de locução
<p>PLANO DO ENUNCIADO ELEMENTAR</p>	<p><i>Enunciador>coenunciador</i></p> <p>O enunciador é o negro que se posiciona sobre sua situação e a situação dos demais, ora satisfeito ,ora indignado com sua situação social, expõe sua voz em diferentes posições sociais;</p> <p>Os coenunciadores são o negro e o branco também em diferentes papéis sociais (o burguês, o aristocrata, o intelectual, o comerciante, a lavadeira, o sapateiro, o ex-feitor e outros)</p>	<p>Locutor>alocutário –</p> <p>O locutor é o negro, quase sempre identificado na figura do mulato como característica do branqueamento da época que influencia os interlocutores brancos e negros para conseguir sua adesão em nome dos direitos do povo maranhense;</p> <p>O Delocutor –</p> <p>A delocução é a estratégia que se observa com mais veemência em que o negro manifesta-se sobre a sociedade maranhense em geral. Inclui negros (libertos e já integrados socialmente) e brancos (em decadência e em ascensão). Esse mesmo delocutor manifesta-se sobre o governo, a abolição e a república.</p> <p>A Elocução ocorre em momentos de auto-crítica e tentativas frustradas de ascensão.</p>

PLANO DO TEXTO	Situação de discurso	
	<p>Ponto de Vista Externo</p> <p>Externamente, há a imagem do negro consciente, crítico e incluso socialmente, mas sofrido de preconceitos e racismos de forma aberta e velada. Há também há a imagem do negro subserviente, preguiçoso, fanfarrão, capoeirista, encenqueiro e libidinoso.</p> <p>Também há condições de produção que ainda se adapta historicamente às transformações sociais geradas pela abolição e pela República que levaram à decadência econômica de muitos setores ludovicenses.</p>	<p>Ponto de Vista interno</p> <p>Cena(s) de enunciação</p> <p>As cenas de enunciação constroem-se para corroborar o posicionamento de <i>manifesto e testemunho</i> da Abolição da escravidão, da República, das manifestações e transformações sociais. Constituiu-se, assim, um <i>ethos</i> da negritude revolucionária, um <i>ethos</i> do negro subjugado e um <i>ethos</i> do cidadão excluído.</p>
	<p>Situação de Comunicação</p> <p>As situações de comunicação iniciam durante os festejos da Abolição da escravidão de forma direta e indireta; seguem durante a reorganização social pré e pós-republicana, sempre em tom de manifesto, protesto e/ou externando assimilação ou indignação e é na ruptura entre o estabelecido pelo discurso do poder entre dominadores e dominados que se dá o <i>discurso da negritude</i>.</p>	<p>Cena englobante: é a de organização social, política, econômica e histórica sobre hábitos, costumes, valores maranhenses antes, durante e pós abolição, refletem a relação entre dominados e dominantes na mudança das relações de trabalho e do <i>status quo</i>;</p> <p>Cena genérica: romance histórico-social;</p> <p>Cenografia: se dá em forma de manifesto e testemunho pelo tom e pela interdiscursividade. A cenografia também sustenta o elemento paratópico.</p>

Adaptado de Maingueneau (2010:207) e Charaudeau (2006)

Tal *situação de comunicação* permite analisar diferentes posicionamentos enunciativos do negro que compõem um *universo discursivo* político, que perpassam as ideologias expansionistas, iluministas e positivistas na sociedade maranhense em diferentes momentos.

Desse universo, é possível apreender domínios discursivos relacionados à escravidão, à abolição e à República, que, para efeitos de análise, serão chamados de *campos discursivos*. Desses campos, depreendemos *espaços discursivos* relacionados à inserção do negro nessa nova configuração social.⁹⁷

Ainda que a voz dominante seja a do negro em sua inserção social, cabe ressaltar que as relações de poder seguem em mãos da aristocracia branca que resiste a essa configuração, ignorando-a ou aceitando-a apenas de forma aparente. Isso faz com que *os campos* sejam atravessados pelo discurso do *capital, do mercado, do trabalho, do racismo, da inclusão/exclusão e da negritude*.

A enunciação é um processo que engloba a descontinuidade do romance citada anteriormente, construída nos processos de locução e nas relações semânticas, justamente, por termos instaurados na *cena genérica* (romance), *enunciadores, coenunciadores e co-enunciadores*, que alternam papéis e posicionamentos no processo de interação. Tanto na enunciação, quanto nas estratégias de locução, esse movimento de alternância se mantém. Permanece sempre a relação *dominadores versus dominados* como eixo de construção da cena de enunciação.

O cenário se compõe em três etapas que sustentam a cena de enunciação: *a expectativa da abolição, o decreto, a queda do regime monárquico, a República e a decadência*.

➤ **Da expectativa da Abolição:**

Quadro XXIV – Pré-abolicionismo [Recorte 1]

1. [Os que lá se achavam naquela **gloriosa** manhã eram **pessoas de diversas classes sociais**, desde o funcionário público e o homem de letras até artistas, operários livres, não faltando vagabundos e desclassificados] (p.27)

2. [- **E quem** dormiu à noite passada? Nós não dormimos e **eles não dormiram**.

-**Eles?**...

- **Escravos e Senhores.**] (p.29)

3. [**Os abolicionistas** estavam preparados para festejar **a grande e áurea lei**, salientando-se entre todos os preparativos, os do clube Artístico Maranhense, que eram caprichosos, sem igual.](p.33)

4. [**Da casa de Maranhense** ainda tinham de ir muitas dúzias de foguetes, de balões, pequenos **andores para os retratos, velas, alguns archotes e um retrato da Princesa Isabel**, já colocado num andor (...)] (p.34)

Fonte: Vencidos e Degenerados (MORAES, 2000)

Os participantes do processo de enunciação desses cenários, citados como per-

sonagens no capítulo II, aqui considerados como locutores, são, em sua maioria, negros, mulatos, morenos e brancos engajados na causa abolicionista.

No processo de *delocução* reconhecemos que os interlocutores criam expectativas exageradas e idealizadas com relação ao processo de abolição e há ainda uma ingenuidade política com relação ao processo de libertação. Em [1], [3] e [4], a análise demonstra esse posicionamento não somente por meio do léxico “gloriosa”, “grande” e “áurea”, mas também pelo endeusamento da princesa Isabel, que ratifica uma atitude de dominação diante de um direito humano.

Em [1], percebemos o surgimento de um posicionamento perante à reorganização social, em que o locutor assume uma reconfiguração de “classes sociais. , Entretanto, as relações de poder mantêm-se e evidenciam-se em [3], [2] e [4], pois se compreende que somente “os abolicionistas festejam”, enquanto “eles”, “escravos” e “senhores” aguardam ansiosos com suas diferentes expectativas, ou seja, por um lado, há uma reconfiguração, por outro, estabelecem-se novas relações de poder entre um <nós> e um <eles>, que incluem “abolicionistas” de um lado e “escravos e senhores de outro”, sem romper totalmente com antigo *status quo*.

Nos termos destacados em [4], “Na casa de Maranhense”, os elementos , além de fazerem referência a José Maria Maranhense, abolicionista que cede a casa para os festejos, criam uma alegoria que pode significar que na casa de muitos maranhenses ainda não havia grandes festejos e insinua também um percentual de alienação.

Do cenário discursivo, emana um processo de estratificação fortemente mantido pela relação ricos e pobres, dominadores e dominados. Essa idealização inicial da abolição aumentou as diferenças sociais, gerou um embranquecimento social como tentativa de resistência que originou o povo brasileiro e suas características sociais (conforme os estudos de Freyre (2004 e 2006), Holanda (1995), Florestan (1978, 2005-6, 2006e2008) e Ribeiro (1995)⁹⁸, guardadas as devidas diferenças teóricas).

Nesse início, já é possível perceber um enunciador que busca imprimir uma identidade cultural, aparentemente, recoberto por ideologia e atitude conscientes, da qual depreendemos *um discurso da negritude* no deslocamento de saída de uma situação de subserviência para assumir-se como participante do movimento abolicionista. Contudo, , nesta fase inicial, o termo negritude apresenta-se ainda de maneira romantizada e idealizada, conforme as concepções dadas ao termo *negritude* por Munanga (2012), esse discurso oscila entre o *discurso da negritude dolorosa, agressiva, serena e vitoriosa*⁹⁹ como reação ao discurso vigente.

➤ **Da Declaração da Abolição:**

98 Cf. Cap. I

99 Cf. Quadro-Cap.I

Quadro XXV – A abolição [Recorte 2]

5. *[Eram cinco horas da tarde e a cidade fulgia de delírio, ardia na febre ruidosa e empolgante de sugestionadora alegria. Pelas ruas **cruzavam-se grupos de escravos, a gritar, loucos de satisfação; outros berravam obscenidades que, como pedradas, iam bater nas janelas dos escravocratas: insultos soezes, ofensas terríveis, contra a família dos ex-senhores que, temendo violências físicas, fechavam as portas, apenas acabavam de sair os últimos libertos.]***(p.35)

6. *[Momentos depois de proclamada a Lei, começou a divulgar-se a notícia de que **uma escrava**, ao passar pela Rua dos Afogados, **dera uma bofetada numa senhora** que estava à janela. **Esta senhora passara por amarga decepção: viu saírem, portas afora, sem um adeus, desvairados pela comoção da notícia, todos os seus escravos.** Diziam que a conheciam que **era uma mulher má, sedenta de cruéis castigos**, e que se apontava, distinta, pela impiedade de sua cólera, pelo arrebatamento do gênio irascível e impensadas ações.]* (p.36)

7. *[Invadiu a tasca um magote de **mulheres arrebanhadas**, em desalinho, quase desvairadas, quase loucas do contentamento, **tocadas já de frequentes libações.**]* (p.38)

8. *[Não obstante, **alguns dos ex-senhores** não ficaram completamente abandonados porque **não eram maus.** Ao abrirem as portas, ao franquearem a saída aos de **há pouco escravos, ofereceram abrigo** aos que quisessem continuar na sua companhia. Muitos aceitaram os convites, **na maioria os velhos**, já inválidos para uma existência laboriosa, e **moças que eram crias de muita estima e algum conforto**, em geral **filhos de escravas e senhores moços.** Mais que os ricos, **sofreram, porém, os pobres que tinham escravos. Os pobres presumidos. Faziam economias, com prejuízo de alimentação, e ostentavam um pequeno cabedal de negros. Os escravos dos pobres sofriam as mais ridículas vexações porque o espírito pequenino dos senhores se deliciava em os ocupar a todo instante com as coisas mais insignificantes, bagatelas, que, à vista da falta de meios neles patentes, tomavam aspectos bem deslavados e grotescos.***

***Pertencer à primeira sociedade era possuir, pelo menos, duas ou três cabeças de negros.** Imagina-se facilmente desconsolo em que ficaram esses pequenos proprietários, quando se viram, num minuto, abandonados pelos escravos que eles tinham comprado à custa de mil sacrifícios e inúmeras necessidades, aqueles servidores que trabalhavam diariamente à chuva e ao sol expostos, e que lhes garantiam com o produto das energias gastas o pão de cada dia]* (p.37)

9. *[Agora, já não era grita, era uma **confusão dos diabos**: juntavam-se **infernamente ao motim batuques** incessantes, murmuradas valentes em cima do balcão (...)](p.38)*

10. *[Discutiam, praguejavam, gesticulavam e ninguém se entendia. Ouvia-se destacados, perdidos, na medonha e intensa algazarra, **nomes de crudelíssimos senhores de escravos, de feitos sangrentos e para logo se nomeavam alguns mansos e delicados**](p.39)*

Fonte: Vencidos e Degenerados (MORAES, 2000)

As forças e as relações de poder ficam evidenciadas. Mais do que um embate entre *dominadores e dominados, escravos e ex-senhores, escravocratas e abolicionistas*, há um embate entre *ricos x pobres*, em que se destacam os papéis sociais como arma de dominação e poder, reforçada pela presença do “pobre presumido” [8] e [5]. Mantém-se o distanciamento <nós> <eles>, nós, os abolicionistas, estamos libertos, enquanto os escravocratas estão aprisionados em suas casas, escravos de seu medo. [8] e [10]

O *discurso da negritude* é silencioso e agressivo, ainda fruto das agressões sofridas em nome do poder [5] e [6] e diante do fato de terem sido tratados como animais “cabeças de negro” [10].

Em [8], percebemos nitidamente a representação simbólica do que Holanda (1995) chamou de “homem cordial”, aquele que vai se adaptando de forma pacata à situação em que a sociedade o coloca e permanece no âmago da configuração social brasileira por anos a fio. Notamos que, ainda que o enunciador evidencie a temática abolicionista, há um discurso reinante que se sobrepõe à atualização de seu posicionamento, uma vez que reproduz a aceitação do discurso vigente.

Tanto na descrição das interações e dos interlocutores, quanto na descrição do posicionamento, verificamos essa dominação, ao registrar que alguns escravos permaneceram com seus “ex-senhores”, porque “não eram maus” ofereciam “abrigo” e não trabalho ou uma nova possibilidade de inserção. O enunciador não apresenta ainda um posicionamento crítico com relação a isso, acata e reproduz o discurso dominante, assujeitando-se, pois, para a época,

nenhuma ordem social seria tão perfeita, aos olhos dos senhores de escravo do século XIX, quanto à da sociedade escravocrata e

senhorial brasileira da época. Mesmo a escravidão era definida como um bem, que daria aos escravos conforto, segurança e freios morais. Os que se opuseram à escravidão pensavam exatamente o contrário e tinham em vista libertar especialmente o branco culto e abastado das peias produzidas pela escravidão.
(FERNANDES, 2006:191)

Nosso enunciador é esse opositor à escravidão que, mesmo assim, reproduz o discurso vigente sem perceber o quanto essas relações de poder interferirão no contexto decadente que presenciará. Os interlocutores, por sua vez, ainda estão sujeitos às práticas sociais da escravidão, recém-libertos, apenas usufruem desses momentos de liberdade, sem uma preocupação de ordem prática, um “motim”, uma “confusão” [9]. Fernandes (2006)¹⁰⁰ observa que a assimetria social tradicional e arcaica nas relações raciais entre os brasileiros é herança desse abolicionismo e dessa reorganização desordenada e confusa que perpetuou e fortaleceu arquétipos relacionados à imagem do negro na sociedade.

O negro é tido como “preguiçoso”, incapaz de ser absorvido e absolvido pelo mercado de trabalho, força essencial, torna-se um marginal, que, muitas vezes, para ser aceito socialmente, não aceita ainda sua negritude, assume-se somente como “moreno”, “mulato”, assimila trejeitos, vestimentas e ações dos brancos, ainda num assujeitamento ao discurso dominante. A posição da mulher negra é ainda pior: sempre associada à submissão e à sensualidade (sexualidade), sujeita a “frequentes libações”. [7]

Essas estratégias discursivas revelam como as relações escravocratas responsáveis pela formação da sociedade brasileira deixam muitos arquétipos como herança e denotam preconceitos que permanecem no inconsciente coletivo. Tanto a escrava quanto a senhora [6] e [7] são faces da mesma moeda, revelam o “ser mulher” numa sociedade patriarcal escravocrata. Dominadas e usadas de diferentes maneiras pela sociedade machista, ambas retribuem de forma sádica ao que a sociedade lhes oferecera.

Resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal, a mulher ser tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou do abuso do homem, criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido. Não convém, entretanto, esquecer-se do sadismo da mulher, quando grande senhora, sobre os escravos, principalmente sobre as mulatas; com relação a estas, por ciúme ou inveja sexual. (FREYRE, 2006:114)

Após a abolição decretada, a reorganização social não ocorre exatamente como as expectativas iniciais pressupunham. Instaura-se um “não lugar”, o negro passa a ser uma figura presente-ausente dentro da realidade brasileira. Começa a delinear-se um

impossível lugar de cidadania e a falsa democracia racial. Marginalizado, para ocupar seu lugar nessa nova configuração social, o sujeito faz uso de máscaras sociais, máscaras brancas (FANON, 2008), acultura-se e segue preceitos impostos. A resistência é silenciosa. Dominados tornam-se dominadores.

O enunciador cria um espaço discursivo que forma parte do cenário com íntima relação com o espaço físico real, pois a rua dos Afogados existe em São Luís, assim, como os demais trajetos e espaços enunciativos em toda cena genérica, e os detalhes aproximativos da descrição estabelecem um caráter verossímil ao dizer, validando-o internamente e diminuindo o espaço entre o relato ficcional e o relato histórico, o enunciado carrega-se de marcas que lhe atribuem historicidade.

➤ Da mudança de regime

Quadro XXVI – A República [Recorte 3]

11. [- **Este regime monárquico – diz ele em voz baixa, grave – se tem suas vantagens, tem também seus prejuízos e temo muito que estes sejam em maior número que aqueles.**] (p.64)

12.[- **Você me há de desculpar a franqueza: um dos seus irremediáveis prejuízos é a colônia portuguesa para nós maranhenses especialmente, Machado. Não me externaria assim, se a maior parte dos portugueses aqui residentes fossem como você.** (...)

- **Não há que duvidar. É porque você não anda enchafurdado nesta *politicagem* daqui; se andasse, chegaria, como eu, à evidência de que o português sustenta com a sua bolsa muito desaforo que nesta terra se pratica e humildemente se presta a todos os seus *caprichos*. É um elemento certo e seguro com que os figurões contam para cometer arbitrariedades e torpezas.** (Olivier falando com Machado sobre os portugueses)] (p.65)

13. [Porque os fatos nos têm demonstrado que se novas forças se agitarem no organismo de nossa sociedade, nada teremos feito. Continuaremos indefinidamente neste estado de coisas, à espera de um cataclismo social. Quando se proclamou a liberdade dos escravos eu tinha a alma cheia de esperanças. Estava até certo ponto convencido de que nos bastaria dar um passo para atingirmos certo grau de prosperidade e começarmos a ser felizes. A Proclamação da República ainda mais esperanças me trouxe. Avigoraram-se-me as crenças e cheguei a sonhar com um Maranhão intelectualmente e moralmente livre, a ascender como um deus! Pois com tristeza lhe digo, bastou que transcorressem dois anos de vida republicana! Logo me persuadi de meu erro e exclamei, no desafogo de minha queixa ao **ruir das minhas ilusões**, como o querido Gonçalves Dias: - **Que me enganei, ora vejo!**] (p.76)

14. [...] *Eu esperava que depois do 13 de Maio, por que trabalhei tanto; depois do 15 de Novembro, com que me alegrei bastante: **esperava que houvesse uma renovação social.** Errônea ou acertadamente eu cuidava que a pública administração com luzes mais fortes e puras, tomasse outro caminho que não esse que **hoje nos infelicita.***

- *Mal cuidaste, bem compreendo. **Só se poderia dar semelhante transformação se os ex-escravos e seus filhos depressa aprendessem a ler e a escrever e muito cedo percebessem que a coisa é essa que se chama direito político.***

- *Mas é que **não abriram escolas ao povo**, não procuraram matar o analfabetismo, não foram verdadeiros republicanos os que se apossaram do poder..].(p.77)*

- *Também não vou por aí, pois vejo que **há vida e progresso em muitos Estados, onde se criam escolas noturnas, estabelecimentos importantes, como sejam institutos profissionais, nos quais gratuitamente se dá instrução ao povo.** O que tu deves registrar é que nós não tivemos elemento exterior para auxiliar-nos, não nos favoreceu uma imigração qualquer, de gente trabalhadora e inteligente, nem, ao menos, uma coloniazinha de meia-dúzia de holandeses diligentes, audazes e ativos. Continuamos com os mesmos hóspedes, os irmãos portugueses, que, filhos de uma cultura secundária, baldos de uma orientação apreciável, o que fazem é esse comércio de pequena bitola a que se acostumaram e que prejudicialmente ensinam aos filhos e aos caixeiros.](p.77-8)*

15. [“De 13 de Maio para cá começo **o Maranhão a decair materialmente**, não por falta de braços como vulgarmente, erroneamente, se propala por aí de toda a região brasílica; que nunca nos faltou braço, nem os podia faltar num país que conta com dezoito milhões de habitantes, no mínimo de aproximação numérica. Começou a decair e, empobrecer, porque em grande parte não entendiam de lavoura e de criação os que acudiam aos honrosos qualificativos de lavradores, agricultores e fazenderios...”](p.81)

16. [“**Terra perdida, onde o coronelato é uma instituição!**

Terra perdida!]

17. [O **partidarismo que começou a reinar desde 15 de Novembro de 1889, espedaçou-lhe o seio, corrompeu o caráter de seus filhos, converteu-os em escravos bajuladores”]**

Fonte: Vencidos e Degenerados (MORAES, 2000)

A degradação social e a decadência econômica do Maranhão apontadas por Meireles (2012)¹⁰¹ começam após a abolição e a adesão à República e são narrativizadas

101 Cf. Cap. I. Como comprovamos em estudos de Meireles (2012), o Maranhão só aderiu à República três anos após sua proclamação, fato que é narrativizado pelo enunciador.

na cena de enunciação. Assim, o cenário começa a compor uma nova *cena enunciativa* em que os embates político-sociais tornam-se registro e, discursivamente, funcionam como *testemunho* da situação em que se encontrava a população e *manifesto* em prol de mudanças.

Ao se instituir o tom de manifesto [15], antes sutil e agora veemente, o tipo de *discurso da negritude* que se apresenta é diferenciado daquele *doloroso, sereno, silencioso e vitorioso*. Constrói-se, assim, nova cenografia.

Os embates discursivos na alteração de regimes políticos não ocorrem somente entre ideologias diferentes, mas, principalmente, os embates são construídos a partir de expectativas frustradas com relação à reorganização social. O escravo liberto, sem oportunidades no mercado de trabalho e sem formação, altera as relações discursivas, levadas ao espaço das relações trabalhistas e dos papéis sociais. Trata-se de um embate de lugares sociais, ou seja, da burguesia/fidalguia/aristocracia *versus* trabalhadores comuns, em que o regime muda, mas a relação de poder se mantém.

Para apresentar e contrapor os regimes, o locutor já não é tão ousado quanto no período abolicionista. Fala em “voz baixa” [11], denota que seu “temor” e “os prejuízos” são ainda maiores, pois se subordina, aparentemente, ao silêncio imposto. Constrói seu argumento por meio de muitas condicionais “se” [11], [12], [13] e [14], num paralelismo entre o que está *posto* e um *dever* possível.

Nas estratégias delocutivas, as críticas feitas pelo enunciador com relação à situação social em que se encontram inferem e geram situações comunicativas, nas quais critica diretamente o sistema monárquico [11] e [12] e republicano [13] e [14]. À relação de interesses políticos gerada pelo português desde a colônia atribui o grande mal social [12] e a falta de interesse por parte das autoridades com relação à educação do negro e sua colocação no mercado de trabalho [14].

Por fim, assume a decadência do Estado e a atribui também ao partidarismo. Altera, mais uma vez, a voz dos interlocutores, desloca e amplia o sentido do termo “escravo”, antes escravizado mercantilmente e, agora, ideologicamente [15], [16] e [17], constatando que

(...) a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista. (FERNANDES, 1978:20)

Essa situação, somada aos interesses locais do “coronelato” [16] que se fortalece e mantém o discurso dominante originário da abolição, faz crescer diferenças raciais, preconceitos e deturpa as relações trabalhistas. Entretanto, observamos que, ainda que de forma modalizada e condicional, a atitude de reação do enunciador, diante dessa

realidade, revela o verdadeiro sentimento da negritude presente nos Movimentos Negros atuais e, mais uma vez, o enunciado é validado por elementos históricos associados à realidade local.

➤ **Relações com o trabalho:**

Quadro XXVII -O trabalho [Recorte 4]

18. *[Sábado, duas horas da tarde. Nota-se algum movimento no bairro comercial, o qual não é característico de vida próspera e feliz, mas clara denúncia de **decadência e estagnação de elementos essenciais** à atividade do trabalho.](p.54)*

19. *[Trabalhar por vaidade é um fato que hoje **ninguém** contestar pode. Há muita gente que se emprega, que procura um lugar onde exercer possa sua atividade, não porque sinta vontade, predisposição orgânica para labutar pela vida; não é também porque o bom senso lhe tenha indicado o caminho do trabalho, como o mais amplo e brilhante, o único que dá lugar a que o homem chegue um dia a possuir o tesouro inesgotável de suas aspirações.*

*Não é por necessidade, nem por algum princípio de sã moral que lhe caísse na alma e germinasse, como a semente que cai no terreno fértil. Não é por isso, nem por aquilo: há quem trabalhe só por vaidade a que se vêm juntar algumas doses de pedantismo. É bom crer, para resolver muitas questões que parecem insolúveis, ou irredutíveis, que neste mundo há empáfia de tudo. **O indivíduo em geral chega aos dezesseis anos**, aproximadamente; percebe com alguma admiração que os homens trabalham, e não percebem mais cedo. Compreende e vê que os que trabalham são, em parte, recompensados; gastam e gozam de certas vantagens na sociedade; delicia-se com uma certa preferência enquanto desejam; e que há quem com eles desejam; e assim vendo e compreendendo, tendo ele pronunciada tendência para a vida que é mais material que de qualquer outra espécie, procura empregar-se conforme as suas tendências, no comércio ou no funcionalismo.*

*Esses homenzinhos passam pelos mais com arrogância e altivez, medindo-os com o olhar em riste, docemente embalados por um sonho que lhes levante na mente a importância pessoal: é que **eles se julgam patrões e pais de família a barafustar a existência (...)]** (pp.54-5)*

O que ganham é pouquíssimo, se vivessem somente a suas expensas, não lhe daria o ordenado para pagar o domicílio e as refeições, mas com essa pequenina quantia luxam e com isso satisfazem um dos pontos do programa, procuram vestir-se como patrões, andar como eles, imitar-lhes as maneiras, seguir-lhes os hábitos.](p.56)

20. *[Contudo, há os que trabalham por necessidade, os que são arrimos de seus pais, pelo menos os ajudam a viver, pobrezinhos, sem o alinhavo do confortável e do cômodo. Conhece-se, à primeira vista, pela fisionomia e pelo traje, pelo andar e pelos modos, nem se unem eles com os mais, para que se não sintam frequentemente humilhados no seu estado precário.*

São estes os futuros guarda-livros, os empregados de escritório, os gerentes das grandes casas comerciais, porque, enquanto aqueles, deixando o serviço em que se distraem, correm folguedos, aos namoros e aos bailes, eles, os pobres e sacrificados que trabalham por necessidade, procuram habilitar-se nas aulas noturnas, onde estudam as matérias que são precisas para lhes preparar o espírito para os mais importantes postos de sua profissão.] (pp.56-7)

21. *[Os que trabalham por vaidade pertencem, na sua maioria, às antigas famílias do Estado, ou às que delas descendem. Os necessitados são, na maior parte, oriundos do povo, pertencem às famílias pobres e desprotegidas que não se misturam com as que representam a fina flor da sociedade. Os que trabalham por fortuidade são, como os portugueses, mandados buscar nas vilas de Portugal, os futuros patrões, os diretores de Banco, os proprietários e capitalistas.]* (p.57)

Fonte: Vencidos e Degenerados (MORAES, 2000)

O enunciador potencializa a decadência comercial e a relação social com o trabalho, demonstra a desigualdade social, a bipartição do sujeito (antes <nós> <eles>, agora se mantém em <aqueles> <eles> [19] e [20]) e articula as relações de poder. Ressalta a hegemonia burguesa que pode ser notada nas relações dos sujeitos com o trabalho. Mantém-se também a relação *dominador e dominado*, em que os modelos europeus de dominação se impõem, reiteram e validam o confronto entre ricos *versus* pobres, no qual o sistema beneficia o discurso do coronelato na relação patronal e na hegemonia burguesa [19] e [21], “que trabalha por vaidade” para manutenção do *status quo* em contraposição com a classe trabalhadora pobre que trabalha “por necessidade”. Ação que já preconiza a relação burguesia x proletariado, movida pelo capital, mas também para manter o papel social e as práticas discursivas, que possibilitam o posicionamento social.

Percebemos, aqui, um apagamento do negro como sujeito social. Abolicionistas, ex-escravos, ex-senhores, os anteriormente contestadores, resumem-se a “ninguém” [19]. Esse apagamento denota o que Florestan (2006) e Skidmore (2012) apresentam, ou seja, o problema racial surge após a República e ocorre por meio de um apagamento do sujeito que cria “o mito da democracia racial” e é mantido e validado discursivamente.

Esse cenário demonstra como da abolição à República ocorre a desconstrução identitária de uma sociedade e dos sujeitos que dela fazem parte. Essa narratividade discursiva carregada de historicidade regula a relação paralela entre o dito topicamente e o dito paratopicamente.

A sociedade maranhense se reconhece nesse plano discursivo, porque há um discurso paralelo atravessado por discursos políticos e religiosos que mantém essa “realidade tópica”. Ao mesmo tempo, ao registrar, relatar, indicar as ações e colocar-se como sujeito social diante delas, instaura-se o *manifesto* que será corroborado interdiscursivamente.

Há interdiscursividade manifesta pelo prof. Carlos Bento e João Olivier¹⁰² diante dessa ruína econômica e social, na redação de um “Panfleto”¹⁰³ que seria uma “Síntese Social e política” por meio do qual contesta a crise pela qual passa o Estado. O conteúdo do “panfleto” se inicia no final da primeira etapa argumentativa (da página 79 a 81, mas segue no diálogo entre ambos até a 97) e será retomado no final da *cena de enunciação*, quando se inicia a segunda parte do romance, após a morte de Olivier.

Na segunda parte, o *ethos* do negro é resgatado pela figura de Cláudio e demais interlocutores participantes do processo inicial. A resistência da sociedade fidalga falida e burguesa ascendente com relação à introdução do negro na sociedade persiste. Há a construção de um discurso dominador que cria a relação de submissão no/com o trabalho e reproduz nas relações humanas o apagamento dos sujeitos, em que os pobres são os negros ainda subjugados.

Analicamente, avaliamos que a *situação de comunicação* demonstra as condições de produção que geram o discurso da negritude e marcam a presença do *ethos* do negro na sociedade maranhense.

6.2. Discurso da Negritude e o *ethos* do negro na sociedade maranhense

A figura central da sociedade maranhense e da cena genérica proposta em *Vencidos e Degenerados* é o negro, incorporado na figura de “morenos, mulatos, mulatas, crioulos e pretos retintos” e demais adjetivos como são identificados durante a interlocução na cena de enunciação.

Do cenário apresentado na primeira etapa que vai da expectativa da abolição, passa pela Lei Áurea, pela queda do regime monárquico, até chegar à República de-

102 Cf. Cap. V

103 Na época, o gênero Panfleto servia mais à questões políticas, eram verdadeiros manifestos publicados em jornais, revistas ou em cadernos individuais distribuídos à população.

cadente, à morte de Olivier e ao início da segunda etapa com Cláudio. O discurso do dominador segue de forma ora velada, ora explícita e dominados ou se adaptam ou são excluídos.

Do universo discursivo político, apreendemos campos discursivos relativos à escravidão, à abolição e à República, cujos espaços discursivos relacionados à inserção do negro nessa nova configuração social são representados por diferentes sujeitos e vozes que constroem a trama e, conseqüentemente, a rede semântica.

Os campos discursivos são atravessados pelo discurso do capital, do mercado, do trabalho, da inclusão/exclusão, da violência, do racismo e da negritude, conforme começamos a demonstrar acima. Nosso foco, porém, está no discurso da negritude, embora não desconsidere(mos) a existência dos demais, porque o consideramos um discurso de resistência e consciência negra atemporal. Logo, é preciso estar ciente da existência dos demais discursos para reagir.

A violência de fato imposta à população negra escravizada torna-se responsável pelo “estado de violência” que surge durante o processo de escravidão, durante o período pré-abolição e se mantém pós-abolição. A enunciação reifica essa violência em [22], [23] e [24] e converte o dito relatado numa possibilidade de registro histórico daquilo que foi deixado de lado pela História nacional e é contra isso que surge o discurso da negritude.

Quadro XXVIII – A violência [Recorte 5]

22. *Lousada era um terrível senhor de escravos, que abalava a cidade com suas torpezas, quase diariamente cometidas, com variantes de requintada selvageria. (p.30)*

23. *Lousada tinha especiais e originalíssimos instrumentos de suplício, tais como: cabos preparados com estilhaços de vidros, por onde forçosamente subiam e desciam os escravos, até cortarem inteira e profundamente as mãos: redes com lâminas lacerantes e pregos onde se embalavam, num horrível balanço, aqueles infelizes, até se retalharem as carnes e se rasgarem os tecidos das costas e dos flancos; martelinhos para baterem na arcada do peito até o sangue espirrar ou golfar pelo nariz e pela boca; espetos de ferro que se levavam ao fogo até o rubro, para queimarem os olhos, a língua e os membros dos escravos, que endoideciam nas prisões úmidas e sufocantes do pavimento térreo. (pp.30-1)*

24. *De noite, à placidez mórbida e pavorosa de seu silêncio ouviram, os que moravam nas casa contíguas ao sobrado do coronel Lousada, gemidos surdos que mãos de ferro violentamente estrangulavam na garganta, espanqueamento de corpos, de encontro às paredes e às lajes, queixas e ais (...) (p.31)*

25. *Diziam os que a conheciam que era uma mulher má, sedenta de cruéis castigos, e que se apontava, distinta, pela impiedade de sua cólera, pelo arrebatamento*

mento do gênio irascível e impensadas ações. (p.36)

Era uma cafuza ainda nova, farta de carne, sensual, de bem talhadas formas sedutoras, que fascinara o marido da senhora, um velho comendador, bonacheirão, roído de reumatismo, constrangido de achaques próprios da velhice, mas que ainda tinha vista para os atrativos do gozo.(p.36)

Fonte: Vencidos e Degenerados (MORAES, 2000)

É contra essa imagem “objetificada” que, na reconfiguração social, surgem embates entre os diferentes enunciadores. Ao contrário do que reza o senso comum, não há passividade na escravidão, o sujeitos não a acataram e a aceitaram. Imposição não é aceitação, e silêncio não significa necessariamente passividade, embora os registros históricos oficiais, por muito tempo, tenham omitido a verdadeira história e tenham criado um discurso idealizado do processo escravocrata sob uma perspectiva eurocentrista.

Se, por um lado, a escravidão trouxe um apagamento dos sujeitos, por outro, é importante ressaltar que a força negra também se manifestou socialmente, não no sentido físico, mas na composição de uma imagem de liderança, na busca de uma identidade e na resistência, seja na fundação de Quilombos, seja no posicionamento social, *ethos guerreiro e reacionário* que surge não somente como resistência, mas como herança das origens africanas, resgate de valores trazidos do continente.¹⁰⁴ E são esses movimentos sociais de deslocamento que se refletem no discurso em delocuições e elocuições que geram *o discurso da negritude*. Na relação ética apoiam-se os embates e instauram-se lutas por direitos e a busca por resgates de identidades.

É a noção de *ethos*, todavia, que vai dar corporeidade à cena de enunciação e ao discurso da negritude, por estar também relacionada ao campo das ideias. Há um hiperethos, incorporado nas imagens do negro construídas pelo enunciado e imagens de autor, que são o fiador do dizer, do dito e dos subentendidos.

Conforme dissemos no capítulo III, as novas concepções de estudo do discurso e da linguagem, de um modo mais amplo, admitem que, no discurso, interagem o *ethos* do autor e o *ethos* do público a que se dirige o discurso, instituem-lhe “caráter” e “corporalidade”. Essa intersubjetividade é o que Maingueneau (2001) chama de incorporação, aspecto fundamental para que as paratopias relacionadas ao criador existam, isto é, *a paratopia testemunho-documental* existe em *Vencidos e Degenerados* também porque o *ethos* do autor, a imagem do autor, o *ethos* do público (*hiperethos* literários) concorrem paralelamente como fiadores do discurso tópico. Pelas estratégias com que *o ethos* envolve o co-enunciador no processo de interação, *as cenas de enunciação e cenografias* criam vida, são validadas pela memória coletiva, incorporam uma voz popular e também podem ser apoiadas em cenas de fala.

Não tomamos o *ethos* como foco principal do discurso, mas admitimos que características da linguagem e características sócio-culturais marcam sua presença no discurso para reafirmar ou negar, inclusive, caracteres identitários, que são apreendidos nas cenas de enunciação. Assim, analisaremos a construção ética de alguns interlocutores que servem para consolidar o testemunho como documento histórico e discursivo contestador de uma realidade de repressão, logo, *um discurso da negritude*, razão pela qual consideramos a possibilidade de um *hiperethos*.

Resgatando interlocutores, apresentados no cap. II como personagens, aqui considerados em suas respectivas cenas de enunciação, consideramos as seguintes relações (Fig.15)

Figura 15 - Processo enunciativo I

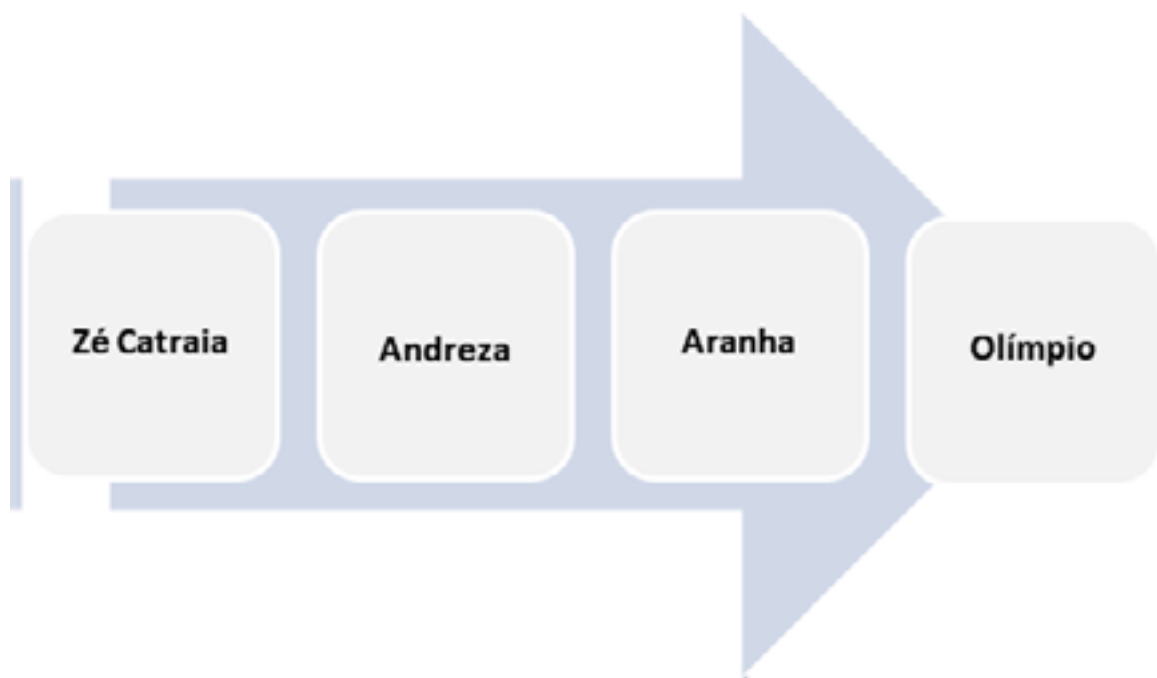


João Olivier representa a voz do oprimido na imprensa, ufano, corporifica o *ethos* do intelectual engajado em causas sociais; Cláudio segue seus passos e se constitui no *ethos* refletido de seu pai (uma espécie de *alter ego*), uma extensão do *ethos* paterno. Bento era preceptor de ambos, o mais ufano de todos, um intelectual às antigas, sem muitos recursos financeiros, que luta pelos direitos da população, sobretudo, dos negros. Representam o *ethos do negro politicamente engajado em busca de sua identidade coletiva*.

Há um grande fiador para o discurso desses *ethé*, que se encontra na imagem de si, que o autor Nascimento Moraes constrói. Sua palavra na sociedade maranhense é de extremo valor, considerado pela minoria letrada, pela aristocracia e pela popula-

ção. Constrói o *ethos* de um negro autônomo engajado nas causas políticas e sociais de sua cidade, estudioso e respeitado. Essa fiança é o primeiro elemento que cria o vínculo paratópico entre obra e criador para constituir-se num segundo movimento, o de paratopia testemunhal. Por conseguinte, quando se torna objeto de estudos da Historiografia, a paratopia é documental e, assim, o *ethos* contribui para a paratopia testemunho-documental. (Fig. 16)

Figura 16 – Relações interlocutivas: processo enunciativo II



Zé Catraia, Andreza, Aranha e Olímpio representam os *ethé da resistência da negritude liberta*. Zé Catraia representa o *ethos da resistência marginalizada*, que resiste em silêncio a tudo, observador da realidade social, defende seu povo, tal qual prevê a filosofia do Movimento Negro.¹⁰⁵

Andreza representa o *ethos da resistência feminina*. Apesar de marginalizada pela sociedade patriarcal, que a vê como mero objeto, assume-se negra, aceita a liberdade e a marginalidade que o preconceito social impõe por sua cor e seu sexo, assume suas qualidades com dignidade e, apesar de violentada e abandonada, trabalha como lavadeira para educar o filho.

Aranha e Olímpio representam o *ethos da resistência identitária*, a minoria que se enquadra socialmente sem perder sua história e sua identidade.

Em certa medida, esses *ethé* também são afiançados pela imagem do autor e

por sua história de vida, uma vez que faz parte de sua história de vida ter sido educado por preceptores. Sua mãe contava-lhe histórias dos meandros das casas dos burgueses porque trabalhava como lavadeira como Andreza, e seu pai era sapateiro, capoeirista e combatente como Aranha.

Machado representa *o ethos da burguesia* que ascendeu socialmente à custa de trapaças, conchavos e associações políticas. Na primeira etapa, com Olivier renega as qualidades da abolição. Na cena [12], torna-se coenunciador passivo e não expressa claramente seu posicionamento, porque, num primeiro momento, tal qual a fidalguia decadente, vive de aparências, embora fosse apenas um taverneiro; no segundo momento, com Cláudio, faz das aparências seu escudo para ascender socialmente, por meio de suas relações políticas, sem escrúpulos e cheio de preconceitos.

Conforme assumimos no Cap. III, no discurso literário, há *um hiperethos*, que impossibilita a apreensão de *um ethos efetivo*. Logo, esses *ethé* são discursivos e criam estereótipos ligados aos mundos éticos.

As práticas sociais geradas pelas relações de trabalho, pelo desenvolvimento comercial, político e cultural criam estereótipos responsáveis por racismo e preconceitos. Por meio deles, o negro é visto como serviçal nato, desordeiro, marginal, animalesco, desprovido de dotes intelectuais e excessivos sexuais. Estereótipos que se mantêm no inconsciente coletivo como em:

Quadro XXIX – Estereótipos e práticas sociais [Recorte 6]

26. Coronel Patusco era o coronel Lousada, a quem Olivier pregou aquele apelido canalha, por causa de suas maneiras e hábitos na sociedade. O povo, porém, ferindo outro alvo, o alcunhara de – Alma Negra. (p.30)

27. O Aranha não é mau homem, um perdido inteligente. É até de bons sentimentos, e a verdade é que chega a inspirar simpatia. (...) **O homem bebe por desaforo! E quando chega ao mirante, não há quem o aguente! Briga por dez! A não ser isso, até é bom serviçal...**(p.87)

28. – É inteligente e altivo o rapaz! **Tem feito progressos admiráveis nos estudos, apesar da perseguição que lhe movem despeitados e da má vontade que constantemente se manifesta contra ele, da parte dos professores, a princípio, e depois, por imitação, da parte dos colegas.** (p.87)

29. – **A prevenção que há nesta terra contra todo rapaz que não descende das antigas famílias dos ominosos tempos!** (p.88)

30. Na verdade, meu João, **a mulher é um ente fraco, muito fraco...**Ela temia, e por temer, constantemente, me repetia: - **Meu sinhô me desgraçou!** (p.123)

Fonte: *Vencidos e Degenerados* (MORAES, 2000)

O estereótipo do negro é associado a qualificações ruins [26]: o negro beberrão, pouco inteligente e de força física brutal [27] e [28], implícitas no discurso racista. A enunciação está marcada, inclusive, pelo eufemismo “prevenção” [29] para não associar diretamente suas limitações à cor da pele e à fragilidade feminina [30], usadas como desculpa para abusos sexuais. A situação comunicativa exprime a marginalização social e a atopia discursiva que acompanham esse enunciador. Há um estado de violência, um não-lugar que se apresenta no discurso e se reitera na cena.

Contra esses estereótipos preconceituosos e racistas, lutam os enunciadores envolvidos *no discurso de negritude*, por meio do qual, o enunciador não admite passivamente o darwinismo social, aceito por muitos cientistas da época.¹⁰⁶

Isso posto, resta-nos traçar o caminho que vai *do topos* discursivo à paratopia para chegarmos à questão do paradoxo discursivo, a qual envolve *o discurso da negritude*, que luta contra a ideologia repressora reinante em diferentes épocas.¹⁰⁷

6.3. Escravidão, abolição e república: práticas sociais e discurso da negritude

Escravidão, Abolição e República são momentos históricos que fazem parte das condições sócio-históricas de produção dos enunciados de *Vencidos e Degenerados*. Como vimos reiteradamente, as condições de produção do discurso não se referem ao contexto histórico ou ao espaço físico do livro apresentado no capítulo II, mas à concepção discursiva.

Essas condições sócio-históricas de produção são percorridas por diferentes *formações discursivas* e *formações ideológicas*, que aqui se consolidam em práticas discursivas (haja vista a complexidade dessas definições já abordadas no cap. III).

Ainda que a escravidão remonte aos primórdios da História da Humanidade, pois, na Antiguidade, as sociedades divididas em castas já pressupunham o indivíduo escravizado (Egito, Grécia e Roma, por exemplo), ela ressurge com força total graças à *ideologia expansionista* que altera a ordem mercantil para apropriação de terras e reaviva, assim, a posição do “escravo” não como “sujeito pertencente a uma casta”, mas como objeto, produto negociável, reestabelece as relações de poder (dominador/dominado) nas colônias criadas a partir da expansão.

Por sua vez, a abolição surge como reação a essa configuração social, contra o mercantilismo e a favor de uma nova ordem social, como reflexo da *ideologia iluminista*

106 Como Nina Rodrigues, ver cap IV.

107 Cf. Cap. IV.

que moveu as colônias portuguesas, não somente em direção à abolição, mas também em direção à República. Clara está a influência dessa ideologia em várias revoluções e embates políticos como a Inconfidência Mineira, por exemplo. Como resultado desse lento processo histórico, a República surge pautada por uma *ideologia positivista*¹⁰⁸.

Dessas ideologias, admitimos a presença de *formações ideológicas*¹⁰⁹ (FI) expansionista, iluminista e positivista. A partir dessas formações ideológicas, teremos distintas *formações discursivas* (FD) e *universos discursivos*. Isto é, na composição da FI expansionista, há uma FD da escravidão, mas também há uma FD de povoamento, uma FD bélica, uma FD religiosa.

A escravidão, por sua vez, apresenta universos discursivos que variam de acordo com as condições sócio-históricas, os interlocutores, o posicionamento, os interdiscursos e a adesão, ou seja, haverá na FD da escravidão, o universo discursivo da violência, da dominação e da negritude, entre outros que poderiam ser listados *ad infinitum*. Entretanto, se levarmos em consideração a íntima ligação entre FD e ideologia, podemos considerar a existência de uma FD expansionista, iluminista e positivista, a partir da qual, surgem novas FD, confirmando o “primado do interdiscurso”¹¹⁰, conforme esquema ilustrativo abaixo:

108 Cf. Augusto Comte.

109 Cf. Cap. I., no qual apresentamos o pensamento de Pêcheux (1975). Em linhas gerais, o autor propõe que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, ambos estão circunscritos na História e na língua, e deles se depreendem, por isso, há *formações ideológicas* e *formações discursivas* identificáveis pelas relações sociais de dominação e assujeitamento.

110 Em referência à obra de Maingueneau, porque embora só assuma esse primado recentemente, o primado do interdiscurso é algo latente em suas investigações.

Figura 17: Formações Discursivas (Esquema III)

O *discurso da negritude* surge contemporaneamente como parte da ideologia do movimento de Renascimento Negro¹¹¹, mas, em nossa perspectiva, o *discurso da negritude* é um movimento de reação e resistência crítica de um sujeito assujeitado socialmente, seja de forma brutal por meio da escravidão, seja de forma cultural pela aculturação.

Assim, fará parte da FD da escravidão, mas também fará da FD da abolição e da República toda vez que houver um posicionamento de reação explícita ou implícita de resgate da cultura e dos direitos do negro na sociedade, independentemente da época, por ser uma ação discursiva atemporal. Essa atemporalidade faz com que possamos encontrá-lo em diferentes momentos históricos, o que resulta num registro de uma reação social que já carrega em si a historicidade da ação.

Em *Vencidos e Degenerados*, o *discurso da negritude* se manifesta como verdadeiro testemunho do que ocorreu com o negro durante esses períodos no Maranhão. Dele, podemos depreender: movimentos de reação ideológica; atitudes de branqueamento e aculturação; embates entre brancos, negros e mestiços; urbanização e desenvolvimento comercial; posicionamentos sociais de homens e mulheres; constituição ética e testemunho histórico sociológico paratópico.

As redes semânticas que se estabelecem são tão variadas que enquadrá-lo em uma ou outra FD, seria minimizar o *discurso da negritude*. Cano (2012) defende, em seus estudos, uma aproximação da noção de *posicionamento e formação discursiva* que

facilitaria muito a identificação das FD a partir da ideologia de um grupo social, mas também deixa claro que o próprio Maingueneau, em suas obras, ainda oscila na utilização desses princípios.

Particularmente, concordamos com Cano (2012) que posicionamento e adesão são princípios pouco estudados e que, em alguns universos discursivos, como o jornalístico, em que o posicionamento é inerente ao enunciado e à ideologia, e, sim, se aproxima, podendo até ser utilizado no lugar de FD; contudo, para a análise do *discurso da negritude* em *Vencidos e Degenerados*, a fim de comprovar seu valor testemunhal, considerar somente o posicionamento dos enunciadores não é suficiente, pois implicaria considerar a historicidade discursiva, desconsiderando a historicidade interdiscursiva ou contextual, que se manifesta paratopicamente.

Ao associarmos as regras de formação propostas por Foucault (2005a), pautadas em sistemas de dispersão e considerando os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e escolhas temáticas. (Cf. Cap. III.) às relações discursivas em *Vencidos e Degenerados*, percebemos que as regras de formação da FD que mantêm a possibilidade do surgimento do *discurso da negritude* coexistem, mantêm e modificam a FD escravocrata e conservadora, que, aos poucos desaparece, substitui ou instaura racismos e preconceitos.

Nas práticas discursivas, temos a integração plena desses conceitos tênues, porque delas surgem FD, que também são formações ideológicas. Nessas práticas, o objeto em comum é *o negro* e seu direito à cidadania e à liberdade; existe uma FD da resistência e, nela, encontra-se *o discurso da negritude*.

Ao analisarmos somente os aspectos discursivos, durante as alternâncias de papéis dos interlocutores, percebemos diferentes reações discursivas. Há, na *cena genérica*, diferentes nuances das possíveis interpretações para o conceito social de *negritude*, uma vez que o contexto histórico ainda não apresentava movimentos negros, como hoje os concebemos, mas as condições sócio-históricas de produção discursiva denotam a presença de discursos de resistência e luta.

Se por um lado, o posicionamento dos enunciadores apresenta uma postura reacionária e inovadora para época, por outro, *o discurso da negritude* em *Vencidos e Degenerados* apresenta-se sob três aspectos muito fortes.

O primeiro, *de base sociocultural ou de classe* reduz a questão racial à visão classista. Comprova o que apregoa Kabengele (2009)¹¹², mascara os mecanismos de opressão e faz com que o discurso dominante se sobreponha. Isto é, todas as questões estão mais relacionadas e focadas nos embates que envolvem ricos e pobres, numa divisão desigual da renda, eliminando aparentemente a questão racial, quando é de interesse das relações sociais.

Percebe-se, por exemplo, que Machado (o português) ascende socialmente de taverneiro a grande comerciante e banqueiro, passa de dominado a dominador, sendo suas relações todas superficiais pautadas em interesses econômicos. Foi amigo de Olivier, como forma de frequentar as altas rodas sociais, ignora aparentemente sua mestiçagem para atingir uma ascensão política e econômica. Sujeita-se à “politicagem” criticada por Olivier [12], segue como amigo e protetor de Cláudio, filho Olivier. Seu discurso, porém, é o de dominador: oprime o rapaz tentando ajustá-lo e usá-lo para seus interesses. Quando descobre nas altas rodas que o rapaz se envolvera com uma aristocrata branca, a questão social atenua o discurso racista, mas não se trata somente da indignação social ante o fato de um rapaz pobre ser amante de uma aristocrata, na verdade, de um mestiço que desafia as convenções.

O segundo, *de caráter biológico ou racial*, aparece nas situações comunicativas que envolvem Andreza, Aranha, Olímpio e Zé Catraia, porque se unem em busca de um pertencimento social na tentativa de não perder a identidade.

O terceiro, *de caráter cultural e ambíguo*, surge na união de intelectuais brancos e mestiços que sonham utopicamente com a renovação social e lutam por ela. Como vimos em [14], em que temos o embate de um discurso mistificado e um combativo, que não se concretiza, uma vez que o “Panfleto”, iniciado por Olivier e Bento e finalizado por Bento, com o apoio de Cláudio, nunca é publicado, e Cláudio foge para salvar sua vida da repressão cruel da sociedade dominante.

Perante as condições de produção encontramos ainda, um autor que cria a imagem de autor como *lutador*¹¹³ contra o *status quo* que acata o darwinismo social¹¹⁴, o qual busca resgatar do passado essa *negritude* com expectativas futuras de inclusão e, com isso, cria o espaço discursivo da enunciação.

Esse movimento entre o exterior e o interior da obra mantém os contratos discursivos genéricos e promovem também a paratopia da criação.

Será a análise da proxêmica participante do processo criativo que definirá a configuração de uma paratopia testemunhal, por exemplo. Um discurso paratópico só poderá ser considerado testemunhal, documental ou testemunho-documental, se a proxêmica discursiva trouxer evidências que corroborem para essa interpretação, assim, um romance pode não apresentar, na cena genérica, as características necessárias para que seja considerado uma narrativa textualmente testemunhal, mas pode apresentar características discursivas paratópicas, que façam desses elementos testemunho contundente, ou seja, não teremos mais somente universos discursivos, mas *multiversos discursivos*.

113 José do Nascimento Moraes em seus textos apresenta frequentemente a frase “Eu sou um lutador” referindo-se a si mesmo.

114 Ver Cap. V.

6.4 Paratopia, atopia e testemunho em *Vencidos e Degenerados*

Conforme salientamos, no capítulo V, relacionado à paratopia, ela pode manifestar-se em dois níveis:

- *no nível do conjunto do discurso constituinte: os discursos religioso, filosófico, científico, os quais pertencem e não pertencem ao universo social, na medida em que se trata de discursos que raíam o indizível e o Absoluto;*
- *no nível de cada produtor de texto pertencente a um discurso constituinte: para estar em conformidade com sua enunciação, deve construir ele mesmo uma impossível identidade por meio das formas de pertencimento/não pertencimento à sociedade.*
(MAINGUENEAU, 2008:160)

A paratopia de *Vencidos e Degenerados* está tanto no nível do discurso constituinte, porque se trata do discurso literário, quanto no nível individual de criação.

A primeira paratopia presente *na cena genérica, englobante e cenográfica* é a de identidade, categoria analisada por Maingueneau (2008)¹¹⁵. Para a construção da paratopia, como vimos anteriormente, é fundamental a noção de embreagem, é ela que materializa a ação global paratópica.

Os locutores somados aos enunciadores, aos *ethé* e à imagem de autor que serão os embreantes necessários para a avaliação de como *esse discurso da negritude* acaba se revelando um testemunho-documental da realidade maranhense.

Há uma íntima relação de embate entre um “ser social”, um “ser ficcional”, um “ser criador” e um “ser para o outro/ser negro”¹¹⁶ na narratividade discursiva. Olivier e Cláudio são os embreantes paratópicos centrais porque representam *a resistência negra* que, apesar do branqueamento, luta por uma inclusão social para si e para os demais.

Ambos não se reconhecem negros e nem são assim identificados pelo enunciatador, são “mestiços” e “mulatos”, respectivamente, que são, na verdade máscaras sociais de aparente aceitação. Sua desconstrução identitária se dá de forma inconsciente, mas não diminui a necessidade de busca de uma identidade que faça com que ultrapassem o limite da tolerância para entrar no embate <eu> <outro>, que não resolve o paradoxo de estar incluído sem ser aceito, é apenas tolerado, num aparente “estar”, sem ocupar um lugar efetivo, ou seja, existe um sujeito, cuja “subjetividade” se exterioriza e se iden-

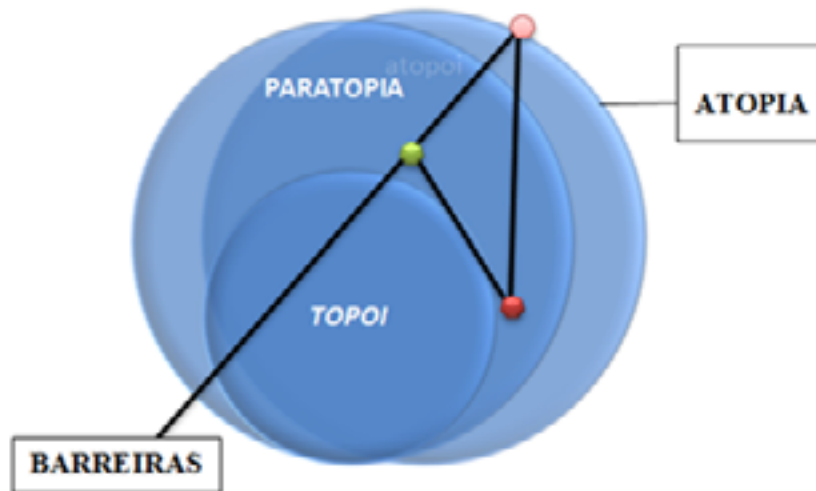
115 Cf. Cap. V sobre Paratopia.

116

tifica com “um ser social” real, entretanto, nem este nem aquele têm ciência ainda de qual seria seu lugar na sociedade.

Esse paradoxo discursivo comparado ao paradoxo de Fermi (ver cap. VI) é justamente um “entre-lugar”, em que os sujeitos dominados e oprimidos foram colocados convenientemente por dominadores/opressores brancos para que tivessem essa sensação de pertencimento, sem ultrapassar ainda as barreiras sociais existentes. A partir de nosso esquema do paradoxo discursivo, temos:

Figura 18 – Esquema de topoi



As barreiras que instauram o paradoxo não são tão palpáveis e talvez sejam tão cruéis quanto os castigos físicos, pois há um apagamento do sujeito para se fazer dono de sua subjetividade.

Quadro XXX – Branqueamento [Recorte 7]

31. *Envergava um fato azul-claro; trazia um colarinho alto, gravata parda a borboletar. Não dispensava uma flor qualquer à botoeira, e exibia naquela manã um desabrochado botão de rosa amarela, luvas no bolso do peito do paletó, e um palhinha airosos e leve. Caminhava como passo largo e medido. Quando andava, metia o dedo polegar na cava do colete, balanceava o corpo e a cabeça, jogando com as espáduas, para a direita e para a esquerda, fronte alevantada, altiva; e se porventura a baixava era para se espelhar no verniz da botinha. Era mestiço e fora com dificuldade que se colocara na imprensa e se fizera guarda-livros de importante casa comercial. Era um cronista excelente e sustentava no jornal as graças e as louçanias do dizer castiço e vernáculo; (Descrição de Olivier) (p.28)*
32. *Trajava habitualmente fraque e colete preto, camisa branca, lustrosa, gravata preta, calça branca, dura de goma, chapéu de feltro preto, de copa altam sapatos de pelcia preta, de bom feitio.. (Descrição de Olímpio)(p.39)*

Fonte: Vencidos e Degenerados (MORAES, 2000)

Observamos pelas descrições [31] e [32] dos enunciadores não só nas características físicas, mas também nas vestimentas, comportamentos e valores um espelhamento de características sociais pertencentes ao branco e necessárias para essa aparente inclusão, embora sejam detalhes que possam ser considerados somente como reflexo da moda da época; quando comparados a outros enunciadores resistentes à aculturação e pertencentes a outro estrato social como Aranha, por exemplo, percebemos traços de apropriação da cultura branca, inclusive, na vestimenta e no comportamento.

O engajamento ou “aparente” inclusão social de *negros, mestiços, morenos, mulatos e crioulos* (como são descritos) se dá por meio da aculturação, o branqueamento, a aceitação e assimilação do discurso do dominador. A tal ponto que, quase no final, quando Prof. Bento discute com Cláudio [33] sobre a decadência do Estado, critica a cultura negra e sua religião, diminuindo-a, analisando-a sob o olhar cristão de superioridade; Cláudio não emite crítica alguma, apaga sua origem, deixando o discurso do *dominador* primar. E o manifesto do professor ainda chama a atenção para o fato de o discurso religioso (das religiões africanas) ter se tornado também uma forma de poder e dominação.

Quadro XXXI – Religião e Sociedade [Recorte 8]

33. “A família maranhense ainda não se esqueceu de suas crendices. Existe ainda o velho pajé; a mendiga que cura e que mata, a MEZINHA que advinha o passado e prevê o futuro, as danças cabalísticas e extravagantes, enfim ainda se praticam todos os trabalhos diabólicos da feitiçaria, obrada por SANTOS CURADORES, rainhas e imperatrizes de corpo são coroados no mistério fundo, lugar incógnito para todos, onde habita envolto em incandescências saturnais o príncipe da magia negra! Só há uma diferença: é que os SANTOS MILAGROSOS, que obram prodígios de cura e prodígios de perversidade, são em grande parte sustentados por interessados em tais logros, que tomam parte nos cordões e pagam um tanto por mês, para o sustento da IRMANDADE! (p.213)

Fonte: Vencidos e Degenerados (MORAES, 2000)

Embora a cena de enunciação aparente que o *discurso da negritude* se dá somente por parte dos dois embreantes mais relevantes, Olivier e Cláudio, é justamente nessa aparência que o paradoxo discursivo se torna ainda maior, pois ambos servem inconscientemente aos desejos da elite aristocrática, resistem de forma parcial ao sistema, cedendo às necessidades impostas pelo *status quo*.

Por parte do personagem Machado, temos um exemplo claro do princípio da mediocridade porque ele fingia não saber da origem de Cláudio, julgava-se superior pela cor e pela origem portuguesa, ignorando imediatamente qualquer ação que revelasse a civilidade ou a civilização por parte de um negro.

Por isso, sem dúvida, os representantes mais próximos do *discurso da negritude* consciente são Aranha, Andreza e Zé Catraia, que não cedem aos dominadores, aceitam sua negritude e buscam preencher esse “entre-lugar”, sem perder a identidade.

Zé Catraia, na primeira parte do romance [34,35 e 36], era tido como grande narrador de histórias, conhecedor da vida de todos e, na segunda parte [37], retrato da decadência social, sempre bêbado, porém atento e lúcido, inclusive, silenciosamente analisa a sociedade, compreende suas mazelas, seus meandros e sua mediocridade. Em silêncio, protege os seus iguais, critica o branco, a colônia e o negro que se deixa abater pelos dominadores.

Quadro XXXII – O enunciador silencioso [Recorte 9]

34. *Zé Catraia, o mais popular de todos os populares, o mais inteligente e o mais saboreador de cana, conhecido sem rival em todas as bodegas e em todos os troços da cidade.* (p.44)
35. *Zé Catraia tinha alguma coisa de orador popular. Quando falava unia a palavra ao gesto, rasgava demoradamente o vocábulo, tinha tons e semitonscom que coloria as suas frases, que se não primavam pela pureza e precisão vernácula, não eram também amostras de idiotismo e mau gosto sintático.* (p.45)
36. *Zé Catraia se libertara naquele dia. A liberdade, porém, não lhe trouxera propriamente vantagem que mereça menção. Era escravo deconfiança de seu senhor, um velho decrépito que mais medo havia dele que ao diabo. Temia que aquela inteligência pronta, naturalmente cheia de recursos, espontaneamente planejadora, um dia lhe arrajasse um em-brulho, ou a seus secretos negócios de contrabando. Tratava-o otimamente, admirava-o e por fim acabara por nada fazer sem o consultar. **Zé Catraia conhecia a vida de todo o mundo, dos princípios obscuros de todos (...)*** (pp.45-63)
37. [- Mas como Zé Catraia soube disso?
- **Zé Catraia sabe de tudo, meu rapaz.]** (p.266)

Fonte: Vencidos e Degenerados (MORAES, 2000)

Por fim, há que se observar que o papel do negro na cena de enunciação é o reflexo de seu papel na História inerentemente atópico, aquele “entre-lugar”, delegado à marginalidade, dele decorre o racismo e o preconceito, que leva, algumas vezes, à necessidade de branqueamento pela busca de aceitação.

De forma multiversal, essa atopia deixa marcas no enunciado posto e na *paratopia*, uma vez que é a marginalidade e a não aceitação do sujeito enunciador que leva ao grito “dos degenerados”, e seu registro é justamente o que o transforma em testemunho-documental e, paradoxalmente, regenera a identidade cultural.

Esse preconceito e essa marginalização se dão não somente com o negro liberto, cuja função social se transforma, mas também prossegue na constituição social [38] e estão expressos no discurso do “Panfleto” do Prof. Bento, que analisa o racismo presente na sociedade. O manifesto apresenta a atopia (os preconceitos raciais) e a paratopia de identidade (do negro à margem). Os embates sociais instaurados revelam-se discursivamente, ora por eufemismos como uma mera “prevenção” ou “prejuízos sociais”, ora claramente em “preconceitos” explícitos.

Quadro XXXIII – O racismo topia, atopia e paratopia [Recorte 10]

38.-[A **prevenção** que há nesta terra contra todo rapaz que não descende das antigas famílias dos ominosos tempos! E é preciso que lhe diga: a minha sombra ainda é quem faz que os perseguidores guardem do pequeno respeitável distância. Outros há que são aberta e francamente fustigados...No meu panfleto há uma parte consagrada aos nossos prejuízos sociais. Eu os conheço, Olivier, não sabia, porém, que eles encontravam abrigo na alma dos nossos afamados educadores. São vícios de origem. Que queres?Não é com poucos anos que se transforma uma sociedade e desenraizam **preconceitos**. (...)](p.88)

Fonte: Vencidos e Degenerados (MORAES, 2000)

A *paratopia de identidade* (por tolerância e aceitação), todavia, não dá conta do fato de o texto ser considerado testemunhal, porque é um discurso literário. Assim, surge um novo movimento paratópico: o testemunhal, que se tornará testemunho-documental, a partir da exterioridade, ou seja, é a leitura que a sociedade (dos co-enunciadores) faz dessa paratopia identitária que fará dela um testemunho ou não.

Isso posto, é a aceitação do dito relatado como testemunho que trará para a obra a característica testemunhal. A partir do testemunho que ocorre de forma paratópica, sua materialização documental, quando seu valor testemunhal se sobrepõe, e o enunciado torna-se documento para corroborar dada realidade, gerando novos enunciados, textos e discursos. A título de ilustração do que dissemos, relatamos abaixo, estudos que surgem por conta dessa força paratópica, cuja proxêmica torna a relativização ficção e realidade menos tênue.

Quadro XXXIV – Estratégias paratópicas testemunho-documentais

Discurso Relatado	Estratégias paratópicas	Paratopia Testemunho-documental
		Na dissertação de mestrado intitulada “Em nome da cidade vencida: a São Luís de José do Nascimento Moraes. (1889-1920)” feita pela pesquisadora Adriana Gama de Araújo da UFRN na área de História, o romance é tomado como documento, cujo elemento de breante é a cidade de São Luís. Na pesquisa, o enunciado romanesco é tomado como registro documental da organização e decadência da sociedade ludovicense.

<p>Escolares e moleques que brincavam por ali puxavam fazendas de amostras colocadas às portas, gritavam-lhes obscenidades em frases árabes já deles conhecidas, e os carcamanos furiosos, ameaçavam com a mão fechada, esbravejavam, mostravam, selvagememente, as trancas das portas, ou, no auge da cólera por ouvirem repetidos os insultos lhes zunirem irritantes aos ouvidos, as vaias, sacavam revólveres das gavetas, com o que se afastava a troça. (MORAES, 1982)</p>	<p>A embreagem paratópica documental é a própria cena de enunciação formada pelo todo de <i>Vencidos e Degenerados</i>, relacionado à historicidade imanente ao discurso à História, os embreantes servem assim como corporificação de um testemunho e de um documento.</p>	<p>Em dissertação de mestrado intitulada <i>Sírios e libaneses na cidade de São Luís (1885-1930): entre táticas e representações</i>, o pesquisador Marcelo Vieira Magalhães na UECE, utiliza o romance para analisar as relações entre os ludovicenses e esses povos, partindo do enunciado, em que os elemento debreante é a xenofobia.</p>
		<p>“<i>Porões e salões, mundos antagonônicos em uma sociedade hierarquizada:</i> <i>Representações sociais de São Luís do Maranhão no romance de José do Nascimento Moraes (1900-1915)</i>” estudo feito por Helayne Xavier Brás, mestranda de História Social pela UFMA</p> <p>Em que o foco está nos estratos sociais e na interrelação existente na obra tomada a partir da realidade histórica como relato.¹¹⁷</p>

Nos recortes acima, observamos que o discurso relatado foi tomado, por estudiosos, como discurso testemunho-documental para a estudo da realidade maranhense pós-colonial.

Esse fato atesta nossa tese de que existe *uma paratopia testemunhal* que está

¹¹⁷ Assinalamos somente esses estudos, pois, conforme assinalamos anteriormente a obra é ainda pouco investigada, mas o fato de ser tomada como documento em áreas de História e Sociologia reforça nossa tese. Há ainda alguns poucos estudos relacionando o livro aos estudos de Literatura e afrodescendência, mas nesses casos específicos o topos se sobrepõe à paratopia, pois o enunciado é considerado em somente em seu aspecto linguístico e literário, segue as premissas de análise da Crítica Literária.

além e aquém do estilo da obra e surge por meio dos contratos genéricos, mas só será testemunho, documento ou testemunho-documental, se adquirir força paratópica relacionada à criação.

Assim, é na alteridade somada à historicidade discursiva e de como ela é interpretada discursivamente que se institui a paratopia testemunhal. A paratopia testemunho-documental se dá na medida em que a proxêmica entre *o topos*, *o paratopos*, a situação e o condições de produção ocorrem de forma que as distâncias entre eles diminuam. Se a paratopia está relacionada ao criador, para que seja tomada como *testemunho-documental* estará também intimamente relacionada às condições sócio-históricas histórico e aos co-enunciadores.

Há uma relação entre enunciado, processo de criação e historicidade de tal forma que *a cena de enunciação* torna-se testemunho de uma realidade e, nesse caso específico, torna-se documento que relaciona obra e realidade, das quais se valem estudiosos, críticos e leitores maranhenses para tratar de questões relevantes como a decadência pós-colonial, hábitos e costumes, representações intelectuais e outros aspectos voltados à História real do Maranhão.

Há um discurso relatado, cuja narratividade adquire força circunstancial e é, nessa inflexão, que se encontra “o entre-lugar”. A narratividade da obra cruza-se à História reforçando o poder da historicidade discursiva do enunciado como registro da História do negro no Maranhão e, como tal, adquire força de resistência, tornando-se *discurso da negritude*. Nessas estratégias aproximativas, repousa a proxêmica necessária para que um discurso paratópico testemunho-documental se instaure.

6.5 Proxêmica discursiva em *Vencidos e Degenerados*

Apropriamo-nos no termo proxêmica, utilizado na arquitetura, para definir distâncias e constituições de espaços físicos materializados na convivência e experiência social, unindo-o à concepção aristotélica em que a proxêmica seriam as estratégias de aproximação entre os interlocutores, formando a escultura do dizer para concebemos uma proxêmica discursiva, a qual está mais relacionada alegoricamente ao aspecto arquitetônico da situação comunicacional do que propriamente às distâncias estruturais. Com isso, queremos dizer que o aspecto proxêmico é uma grande alegoria que se constrói no uso da língua, não é possível mensurar com exatidão as distâncias entre interlocutores e lugares discursivos, contudo, quando os analisamos, é possível perceber em que medida há um *design* discursivo que impõe interferências, domínios, enunciadores e lugares aproximando-os ou distanciando-os.

No caso específico da proxêmica em *Vencidos e Degenerados*, ela denota que os limites entre *o topos* e *o paratopos* são tão tênues que aproximam *um dizer possível* de *um dizer real*. Analisando globalmente, temos o espaço urbano (re)constituído com

certa perfeição que aproxima enunciadore e co-enunciadore.

A presença de negros, mulatos, morenos, ex-escravos, forros, (inseridos e excluídos), ex- senhores, intelectuais, funcionários públicos, políticos e aristocratas não somente denota a realidade maranhense, mas se aproxima dos elementos históricos retratados por Meireles (2012), retratando o fluxo e a diversidade étnica da região, em que as sublevações e a decadência da sociedade também dão o tom histórico *ao dizer*.

Por fim, temos a imagem de autor de Nascimento Moraes que valida a situação enunciativa sob uma perspectiva jornalística, aproximando-a do real e deslocando-a do plano literário para o plano testemunhal paratopicamente. Esse movimento de embreagem, que faz da palavra de Moraes um testemunho contundente de uma consciência negra, denuncia que nesse discurso as distâncias topológicas são estreitas, logo, a proxêmica institui um paralelismo discursivo, fato gerador da paratopia.

DA CONCLUSÃO AO PRENÚNCIO: O ENTRE-LUGAR E A PARATOPIA

Com esta pesquisa, examinamos estratégias e princípios identificadores da paratopia testemunho-documental no quadro cênico estabelecido no discurso literário de *Vencidos e Degenerados*, na qual pudemos identificar o posicionamento social do negro, fato que assinala a atemporalidade do *discurso da negritude*.

Como parte da *cena de enunciação*, reconhecemos enunciados pertencentes ao campo discursivo da escravidão, da abolição e da República, que não somente servem como elementos que compõem a *cena englobante*, a *cena genérica* e a *cenografia*, mas também são responsáveis pelo tom de manifesto, que reforça a paratopia testemunho-documental.

Para isso, partimos da noção de historicidade para a apresentação de conceitos que possibilitaram a análise das condições sócio-históricas de produção do discurso do negro em *Vencidos e Degenerados*. Apresentamos as teorias racistas e os diferentes conceitos para o termo *negritude*. Relacionamos esses conceitos à subjetividade discursiva e diferenciamos identidade, subjetividade e *ethos*.

Por meio dessa delimitação, provamos que *as cenas de enunciação* compõem o posicionamento de manifesto, o testemunho e as formações discursivas da Abolição da escravidão e da República, bem como registram as manifestações e as transformações sociais. Na enunciação, os interlocutores representam: o *ethos* da negritude revolucionária, o *ethos* do negro subjugado e o *ethos* do cidadão excluído. A essa pluralidade de *ethés* dentro de uma mesma situação comunicativa, demos o nome de *hiperethos* e consideramos que simbolizam o posicionamento do sujeito enunciador no discurso da negritude em busca de uma identidade coletiva.

É nesse posicionamento dos sujeitos do dizer que encontramos as relações de poder (dominados *versus* dominadores) e entraves entre “pertencer” e “não pertencer” à sociedade. Embates instauradores do discurso literário do qual “*Vencidos e Degenerados*” faz parte e reveladores das relações de poder inerentes ao discurso.

A avaliação do aspecto sócio-histórico, que envolve os enunciadores levou à apreensão do *discurso da negritude* e à análise do testemunho e de sua função documental.

Com o entendimento das características estilísticas e semióticas propostas pela Crítica Literária para o gênero literário romance testemunhal, percebemos que é certo

que temos uma literatura de testemunho, assim considerada por suas características textuais; entretanto, tais características não dão conta do fato de muitos romances histórico-sociais serem estudados como registros históricos e/ou testemunhos de ações, costumes ou valores de uma época e concluímos que o testemunho ocorre em nível discursivo.

Por meio de nossa análise, conseguimos esclarecer que esse impasse se resolve em nível paratópico. Assim, quando Bosi (1995) admite que *Memórias do Cárcere* é um testemunho ficcional, que em seu parecer foi “idealizado com perfeição”, consideramos que esse testemunho ocorre em nível *tópico e paratópico*, mas não depende da paratopia para legitimá-lo, porque já está legitimado topicamente. Já em “Vencidos e Degenerados” o testemunho não ocorre diretamente, legitima-se paratopicamente.

Temos testemunhos que são depreendidos da cena englobante ou da cenografia (topicamente) e outros paratopicamente. Há discursos que, embora não pertençam à dita Literatura de Testemunho, como quer a Crítica Literária e não apresentem características testemunhais, serão testemunhais topicamente, em razão de sua narratividade e, não terão, necessariamente, uma *paratopia testemunhal* ou *testemunho-documental* e outros o serão paratopicamente. O que nos leva à seguinte afirmação: toda cena genérica testemunhal apresentará *topia testemunhal* e poderá apresentar, ou não, paratopia testemunhal ou documento-testemunhal; todavia, toda cena genérica, cujos dizeres sejam validados socialmente como testemunho, apresentarão *paratopia testemunhal e/ou testemunho-documental*.

Intuímos que todo gênero do discurso que seja dotado de narratividade validada social e historicamente como testemunho apresentará essa paratopia, mas deixamos esse aspecto em aberto para estudos futuros, uma vez que este estudo foi pautado em *Vencidos e Degenerados*.

Por ser a paratopia uma categoria ainda pouco explorada pela AD, consideramos que nossa contribuição é a apresentação de novas categorias originadas por inferências e observações, a partir de nossos estudos, a saber: *paratopia constituinte*, *paratopia afásica*, *paratopia investigativa*, *paratopia documental*, *paratopia testemunhal* e *paratopia testemunho-documental*.

No caso específico de “*Vencidos e Degenerados*”, os universos discursivos e *os éthé* delineam a proxêmica discursiva tópica e paratopicamente, uma vez que representam: o *ethos* do negro politicamente engajado; o *ethos da resistência* e o *ethos marginal* que enfrenta(m) o *ethos do dominador*. Os enunciadores lutam contra estereótipos e preconceitos, multiplicam-se, alternam-se no quadro cênico e são afiançados pela imagem de autor, que concorre como o primeiro elemento de paralelismo entre o dizer e sua paratopia.

O embate entre gêneros do discurso (romance sócio-histórico *versus* testemunho) revela a cisão necessária à paratopia, conforme esclarecemos. A paratopia legitima o discurso testemunhal e diminui as distâncias entre o que foi dito, o que foi “experimentado” ou “vivenciado” e o que foi (re)criado discursivamente, estabelecendo uma espécie de configuração discursiva testemunhal, o desenho do “dizer”, o qual chamamos de proxêmica discursiva.

A intensa ligação entre *o dito relatado* e *a verossimilhança* faz do discurso ali presente não somente uma narração, mas, sobretudo, um testemunho-documental, seja na concretude das descrições das ruas de São Luís, associada à criação de uma “experiência possível”, que se concretiza como testemunho, seja por sua força discursiva associada à imagem de autor de Nascimento Moraes, seja por sua representatividade social. Verossimilhança que acompanha o discurso literário e torna *os ethé* também verossimilhantes.

Testemunho porque as ações do autor interagem paratopicamente com o discurso, e documental por ser usado para estudos de áreas científicas como documento de registro histórico-social do Maranhão, que validam o “dizer”.

Além disso, avaliamos, no quadro cênico, ações discursivas que contemporaneamente se enquadrariam ideológica e politicamente no “Movimento Negro” por conter o que denominamos *discurso da negritude*.

As condições sócio-históricas de produção somadas aos *ethé*, às formações discursivas, à constituição do discurso literário somados aos topoi, paratopoi e atopias denunciam a limitação da denominação “universo discursivo”, uma vez que o número de variáveis passíveis de análise é imensurável, por isso, consideramos mais apropriado chamar de multiverso discursivo, que contempla a relatividade de tempo-espaço discursivos.

Utilizamos o termo *negritude*, a partir de Munanga (2006) como caracterizador de um discurso de resistência consciente ou inconsciente por parte do negro. Discurso que se fortalece com os Movimentos Negros, mas é atemporal, por se tratar de uma marca discursiva e de um posicionamento enunciativo.

Nas análises, foi possível observar que *a atopia* faz parte da História do negro e, de certo modo, na *cena genérica*, ela é o motor que valida e sustenta a enunciação tópica, pelo racismo e marginalização, que acompanham os originários da diáspora e seus decentes.

A paratopia testemunhal, por sua vez, estabelece-se *além e aquém* do estilo da enunciação e surge por meio dos contratos genéricos. Contudo, só será testemunho, documento ou testemunho-documental, se adquirir força paratópica relacionada à criação. Assim, é na alteridade somada à historicidade discursiva e de como ela é interpretada discursivamente pelos interlocutores, que se institui a paratopia testemunhal ou testemunho-documental.

Se a paratopia está relacionada ao processo de criação, para que seja tomada como testemunho-documental estará também intimamente relacionada às condições sócio-históricas de produção do discurso e aos co-enunciadores. É o movimento de embreagem, que faz da palavra dos enunciadores de *Vencidos e Degenerados* um testemunho contundente de uma consciência negra, denúncia de uma proxêmica, cujas distâncias topológicas discursivas são estreitas, ou seja, *o dito relatado* é validado socialmente como dito testemunhal.

Nesse movimento paratópico testemunho-documental, mais do que características do negro e do povo maranhense, encontramos *um discurso da negritude* universal e atemporal, cujos enunciadores revelam a ilusão da “democracia racial” apregoada nos estudos de Florestan Fernandes (2008) e demais sociólogos e antropólogos brasileiros. A paratopia denota o “entre-lugar” forjado pela História, pois

a liminaridade do povo – sua inscrição-dupla como objeto pedagógico e sujeito performativo – demanda um “tempo” de narrativa que é recusado no discurso do historicismo, no qual a narrativa é somente a agência do acontecimento ou o meio de uma continuidade naturalista da Comunidade e da Tradição.
(BHABHA, 1998:214)

É essa recusa que também favorece e fortalece o movimento de reação e faz de “*Vencidos e Degenerados*” um discurso testemunhal da negritude.

Há uma espécie de sedimentação na História entre discursos tópicos impostos eurocentricamente e discursos tópicos postos regionalmente. Isso faz com que os sujeitos marginalizados, na busca de romper com o paradoxo medíocre imposto pela sociedade, procurem fontes que (re)construam a identidade cultural. Assim, os discursos das minorias ganham força na atopia e na paratopia como mediação e possível reação contra antinomias.

O valor do exame desse tipo de paratopia está justamente em se embrenhar nessa sedimentação para desvelá-la. A partir da análise do enunciador que representa a voz do marginalizado e daqueles que aceitam seu discurso como válido socialmente é possível verificar a transformação social e o posicionamento reacionário. As relações de poder entre o discurso do dominado e o do dominador historicamente consagradas são evidenciadas, mas a paratopia evidencia as estratégias do *discurso da negritude*, em que o lugar do dizer do negro está presente mesmo quando aparentemente ausente, desconstruindo o discurso eurocentrista sobre a história do negro como se fosse um sujeito passivo.

Diante do exposto, em todos os capítulos deste livro, comprova-se que, na situação comunicativa de “*Vencidos e Degenerados*”, há *um discurso da negritude* que se consolida de forma testemunho-documental por meio de seus enunciadores paratopicamente. O quadro cênico, inserido no discurso literário, comprova a verossimilhan-

ça de experiências recriadas discursivamente de forma a alcançar seus interlocutores (compatriotas, contemporâneos e toda a sociedade) como discurso testemunhal.

Percebemos, assim, que ainda temos um longo percurso de resgate de testemunhos, para que o ensino da cultura negra se dê, de forma coerente, nas escolas, rompendo, assim, com centenas de anos de olhares eurocentristas. Isso significa literalmente (re)construir percursos, conteúdos e metodologias que deem conta desse “entre lugar”, dessa paratopia, que será inerente à descoberta de um Brasil dentro do Brasil.

Para isso, é primordial ter em mente de que o(s) discurso(s) constituinte(s), que legitimam o negro e a africanidade são de outra ordem, na medida em que ultrapassam os limites de compreensão ocidental. Há um discurso da negritude, enquanto movimento natural libertário, reacionário e político; há um discurso da negritude, enquanto movimento literário e artístico que expõe às entranhas de sofrimento, libertação e retorno às origens e há um discurso na negritude social, que grita por direitos que se referem à miscigenação brasileira, aos que se reconhecem negros ou afrodescendentes e também àqueles que tentam se eximir de qualquer herança, seja ela genealógica, genética ou histórica. Todas essas questões são temas à parte que merecem atenção e projetos de pesquisa-ação futuros.

As vitórias dos vencidos e degenerados deram-se em razão do mercantilismo humano, que outrora existiu e que foi responsável pela formação da nação brasileira e de sua miscigenação. Esses fatores geraram as condições sócio-históricas de “Vencidos e Degenerados”, porque os degenerados são, na verdade, regenerados no quadro cênico e na paratopia testemunho-documental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. ANTOLOGIA DA ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS: 1908-1958. SÃO LUÍS: EDIÇÕES DO CENTENÁRIO, 2008. (EDIÇÃO FAC-SIMILAR COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO DA ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS)
- ACHUGAR, HUGO. HISTORIAS PARALELAS/HISTORIAS EJEMPLARES: LA HISTORIA Y LA VOZ DEL OTRO. IN: BEVERLEY, JOHN E ACHUGAR, HUGO (ORGS.) LA VOZ DEL OTRO: TESTIMONIO, SUBALTERNIDAD Y VERDAD NARRATIVA. LIMA-PITTSBURG: LATINOAMERICANA EDITORES, 1992, PP. 49 - 71.
- ALTHUSSER, LOUIS. P. APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO. 7ª ED. RIO DE JANEIRO: GRAAL, 1998.
- AMOSSY, RUTH (ORG). IMAGENS DE SI NO DISCURSO. SÃO PAULO : CONTEXTO, 2005.
- ARISTÓTELES. RETÓRICA. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 2000.
- ARISTÓTELES. POÉTICA. TRAD. EUDORO DE SOUSA. LISBOA: IMPRENSA NACIONAL, 1986.
- ARISTÓTELES. ORGANON. LISBOA: GUIMARÃES EDITORES, 1987.
- ARANTES, MARCO A. SARTRE E O HUMANISMO RACISTA EUROPEU: UMA LEITURA SARTRIANA DE FRANTZ FANON. REVISTA INTERFACES: SOCIOLOGIAS, PORTO ALEGRE, ANO 13, NO 27, MAI./AGO. 2011, P. 382-409. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SCIOLO.BR/PDF/SOC/V13N27/A14V13N27.PDF](http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a14v13n27.pdf). ACESSO EM: 30 MAI. 2015.
- ARRUTI, JOSÉ M. MOCAMBO: ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA DO PROCESSO DE FORMAÇÃO QUILOMBOLA. SÃO CARLOS: EDUSC/ANPOCS, 2006.
- BABUT, DANIEL. SUR LA NOTION D' « IMITATION » DANS LES DOCTRINES ESTHÉTIQUES DE LA GRÈCE CLASSIQUE. IN: REVUE DES ÉTUDES GRECQUES ANNÉE 1985 VOLUME 98 NUMÉRO 98-465-466 P.72-92. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PERSEE.FR/WEB/GUEST/HOME](http://www.persee.fr/web/guest/home). ACESSO EM: 8 FEV. 2013.
- BASTIDE, ROGER. AS AMÉRICAS NEGRAS. SÃO PAULO: DIFUSÃO EUROPÉIA DO LIVRO, 1974.
- BAKHTIN, MIKHAIL. ESTÉTICA DA CRIAÇÃO VERBAL. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 2003.
- BAKHTIN, MIKHAIL. QUESTÕES DE LITERATURA E DE ESTÉTICA: A TEORIA DO ROMANCE. SÃO PAULO: ED. HUCITEC/ANNABLUME, 2002. DISPO-

- NÍVEL EM: [HTTP://ISSUU.COM/FERNANDALIMA4/DOCS/BAKHTIN__M._-_QUEST__ES_DE_LITERATU](http://ISSUU.COM/FERNANDALIMA4/DOCS/BAKHTIN__M._-_QUEST__ES_DE_LITERATU). ACESSO EM: 20 AGO. 2014.
- BARTHES, ROLAND. A MORTE DO AUTOR. IN: O RUMOR DA LÍNGUA. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 2004.
- AULA. SÃO PAULO: CULTRIX, 2013.
- BARTHES, ROLAND. O PRAZER DO TEXTO. SÃO PAULO: ED. PERSPECTIVA, 1987. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PT.SLIDESHARE.NET/MIRIANCARDOSO/ROLAND-BARTHES-O-PRAZER-DO-TEXTO](http://PT.SLIDESHARE.NET/MIRIANCARDOSO/ROLAND-BARTHES-O-PRAZER-DO-TEXTO). ACESSO EM: 10 JUL. 2013.
- BENJAMIN, W. MAGIA E TÉCNICA – ARTE E POLÍTICA. SÃO PAULO: ED. BRASILIENSE, 1985. DISPONÍVEL EM: [HTTP://MONOSKOP.ORG/IMAGES/3/32/BENJAMIN_WALTER_OBRAS_ESCOLHIDAS_1.PDF](http://MONOSKOP.ORG/IMAGES/3/32/BENJAMIN_WALTER_OBRAS_ESCOLHIDAS_1.PDF). ACESSO EM: 15 ABR. 2013.
- BENVENISTE, EMILE. PROBLEMAS DE LINGUÍSTICA GERAL I. SÃO PAULO: PONTES, 1991.
- BERNDT, ZILÁ. O QUE É NEGRITUDE? SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1988.
- BHABHA, HOMI K. O LOCAL DA CULTURA. BELO HORIZONTE: ED. UFMG, 1998. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PT.SCRIBD.COM/DOC/57777015/BHABHA-HOMI-K-O-LOCAL-DA-CULTURA#SCRIBD](http://PT.SCRIBD.COM/DOC/57777015/BHABHA-HOMI-K-O-LOCAL-DA-CULTURA#SCRIBD). ACESSO EM: 05 DEZ. 2014.
- BOSI, ALFREDO. A ESCRITA DO TESTEMUNHO EM MEMÓRIAS DO CÁRCERE. ESTUD. AV. [ONLINE]. 1995, VOL.9, N.23, PP. 309-322. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SCIELO.BR/PDF/EA/V9N23/V9N23A20.PDF](http://WWW.SCIELO.BR/PDF/EA/V9N23/V9N23A20.PDF). ACESSO EM: 11 ABR. 2012.
- BOSI, ALFREDO. DIALÉTICA DA COLONIZAÇÃO. 4ª. ED. SÃO PAULO: CIA DAS LETRAS, 2010.
- BRASIL. SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: INTRODUÇÃO AOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. BRASÍLIA: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. ORIENTAÇÕES E AÇÕES PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. BRASÍLIA: SECAD, 2006.
- CÂNDIDO, ANTÔNIO. INICIAÇÃO À LITERATURA BRASILEIRA. 3. ED. SÃO PAULO: HUMANITAS PUBLICAÇÕES, 1989.
- CÂNDIDO, ANTÔNIO. LITERATURA E SOCIEDADE. RIO DE JANEIRO: ED. OURO SOBRE AZUL, 2006. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DSPACE.UNIVERSIA.NET/BITSTREAM/2024/1561/1/ANTONIO_CANDIDO_-LITERATURA_E_SOCIEDADE.PDF](http://DSPACE.UNIVERSIA.NET/BITSTREAM/2024/1561/1/ANTONIO_CANDIDO_-LITERATURA_E_SOCIEDADE.PDF). ACESSO EM: 20 FEV. 2013.
- CÂNDIDO, ANTÔNIO. FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA. BELO HORIZONTE: ED. ITATIAIA, 2000. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PT.SCRIBD.COM/DOC/132534897/CANDIDO-ANTONIO-FORMAC-A-O-DA-LITERATURA-BRASILEIRA-VOL-1-E-2](http://PT.SCRIBD.COM/DOC/132534897/CANDIDO-ANTONIO-FORMAC-A-O-DA-LITERATURA-BRASILEIRA-VOL-1-E-2). ACESSO EM: 20 FEV. 2013.
- CANIATO, BRUNO. J. PERCURSO PELA ÁFRICA E POR MACAU. COTIA: ATELIÊ EDITORIAL, 2005.
- CANO, MÁRCIO. R.A MANIFESTAÇÃO DOS ESTADOS DE VIOLÊNCIA NO DIS-

- CURSO JORNALÍSTICO. TESE DE DOUTORADO – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, 2012.
- CARREIRA, R.A.R. O TEXTO DA INTERNET EM AULA DE PORTUGUÊS: ASPECTOS PROXÊMICOS E INTERACIONAIS. IN: V SEMINÁRIO DE ESTUDOS SOBRE LINGUAGEM E SIGNIFICAÇÃO - SELISIGNO, LONDRINA. VOL.5, 2006.
- CÉSAIRE, AIMÉ. DISCURSO SOBRE LA NEGRITUD: NEGRITUD, ETNICIDAD Y CULTURAS AFROAMERICANAS. DISPONÍVEL EM: FILE:///C:/USERS/PAULO%20CARREIRA/DOWNLOADS/CESAIRE%20AIM%C3%A9%20-%20DISCURSO%20SOBRE%20LA%20NEGRITUD.PDF. ACESSO EM: 20 DE MAI. 2015.
- CHARAUDEAU, PATRICK. DISCURSO DAS MÍDIAS. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2006.
- CHARAUDEAU, PATRICK. LINGUAGEM E DISCURSO: MODOS DE ORGANIZAÇÃO. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2012.
- CHARAUDEAU, PATRICK E MAINGUENEAU, DOMINIQUE. DICIONÁRIO DE ANÁLISE DO DISCURSO. SÃO PAULO: ED. CONTEXTO, 2004.
- CONEIN, BERNARD; GUILHAUMOU, JACQUES E MALDIDIER, DENISE. L'ANALYSE DE DISCOURS COMME CONTEXTE ÉPISTÉMOLOGIQUE. MOTS, [S.I], N.9, 1984. DISPONÍVEL EM: WWW.PERSEÉ.COM.BR. ACESSO EM: 10 MAI 2013.
- COUTO, MIA. E SE OBAMA FOSSE AFRICANO? E OUTRAS INTERINVENÇÕES – ENSAIOS. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2010.
- CUNHA, CARLOS M. F. DA. DA IMPOSSÍVEL ATOPIA. IN: HTTP://REPOSITORIUM.SDUM.UMINHO.PT/HANDLE/1822/22190. ACESSO EM: 10 AGO. 2013.
- CURTIUS, ERNST R. LITERATURA EUROPEA Y EDAD MEDIA LATINA. V.2 . BUENOS AIRES: FONDO DE CULTURA ECONÓMICA, 1978.
- DE MARCO, VALÉRIA. LITERATURA DE TESTEMUNHO E VIOLÊNCIA DE ESTADO. IN LUA NOVA Nº 62, 2004, PP. 45-68. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEXT&PID=S0102-64452004000200001&LNG=PT&NRM=ISO&TLNG=PT> ACESSADO EM: 06 JUN. 2013.
- DUARTE, EDUARDO DE A. LITERATURA E AFRO-DESCENDÊNCIA. DISPONÍVEL EM: HTTP://WWW.ACAOCOMUNITARIA.ORG.BR/DISCOSSOES_Tematicas/LITERATURA_E_AFRO_DESCENDENCIA.PDF. ACESSO EM: 10 JUN.2015.
- DUCROT, O. O DIZER E O DITO. CAMPINAS, PONTES, 1988.
- DUCROT, O. PRINCÍPIOS DE SEMÂNTICA LINGUÍSTICA. SÃO PAULO: CULTRIX, 1972.
- DURANS, P. R. L. OS NOVOS ATENIENSES E O IMAGINÁRIO DE DECADÊNCIA: AS REPRESENTAÇÕES EM MISSAS NEGRAS, DE INÁCIO XAVIER DE

- CARVALHO. 2009. 74 FLS. MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA PORTUGUESA. FACULDADE. CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS. UFMA. 2009.
- ECO, UMBERTO. SEIS PASSEIOS PELOS BOSQUES DA FICÇÃO. SÃO PAULO: COMPANHIA DA LETRAS, 2012.
- FAIRCLOUGH, NORMAN. DISCURSO E MUDANÇA SOCIAL. UNB, 2001.
- FANON, FRANZ. PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS. SALVADOR: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, FLORESTAN. A QUESTÃO RACIAL BRASILEIRA. IN: REVISTA USP, SÃO PAULO, N.68, P. 168-179, DEZEMBRO/FEVEREIRO 2005-2006.
- FERNANDES, FLORESTAN. INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES: ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA. VOL. I. RIO DE JANEIRO: EDITORA GLOBO, 2008.
- FERNANDES, FLORESTAN. O NEGRO NO MUNDO DOS BRANCOS. SÃO PAULO: GLOBAL EDITORA, 2006.
- FERNANDES, FLORESTAN. A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES. VOL. 1 E 2. SÃO PAULO: ÁTICA, 1978.
- FOULCAUT, MICHEL. ARQUEOLOGIA DO SABER. RIO DE JANEIRO: FORENSE EDITORA, 2005A.
- FOULCAUT, MICHEL. EM DEFESA DA SOCIEDADE. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 2005B.
- FOULCAUT, MICHEL. A ORDEM DO DISCURSO. SÃO PAULO: LOYOLA, 2004.
- FOULCAUT, MICHEL. O QUE É UM AUTOR? TRAD. ANTONIO FERNANDO CASCAIS E EDUARDO CORDEIRO. PORTUGAL: PASSAGENS, 1992.
- FIORIN, L. J.; PETTER, M. (2009) ÁFRICA NO BRASIL: A FORMAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA. SÃO PAULO: CONTEXTO.
- FIORIN, JOSÉ L. LINGUAGEM E IDEOLOGIA. SÃO PAULO: ED. ÁTICA, 2004.
- FIORIN, JOSÉ L. ELEMENTOS DE ANÁLISE DO DISCURSO. SÃO PAULO: EDUSP/ED. CONTEXTO, 1990.
- FREYRE, GILBERTO. CASA GRANDE & SENZALA. SÃO PAULO: GLOBAL EDITORA, 2006.
- FREYRE, GILBERTO. SOBRADOS E MOCAMBO. SÃO PAULO: GLOBAL EDITORA, 2004.
- FREUD, SIGMUND. OBRAS DE SIGMUND FREUD. RIO DE JANEIRO: IMAGO, 1996.
- GARFINKEL, HAROLD. STUDIES OF ETNOMETHODOLOGY SOCIAL. 2. ED. UK: POLITY PRESS, 1996.
- GARFINKEL, HAROLD. O QUE É ETNOMETODOLOGIA? IN: STUDIES IN ETNOMETHODOLOGY. CAMBRIDGE: POLITY PRESS, 1996 [1967]. CAP. 1. PP. 1-34. TRADUÇÃO DE ADAUTO VILELLA DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.EDITORAUJF.COM.BR/REVISTA/INDEX.PHP/TEORIAECULTURA/ARTICLE/VIEW/2035](http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/teoriaecultura/article/view/2035). ACESSO EM: 02 JUN. 2015.

- HASENBALG, CARLOS. DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL. BELO HORIZONTE: UFMG, 2005 IN: LYNN, HUNTLEY & GUIMARÃES, ANTÔNIO SÉRGIO ALFREDO (ORG). TIRANDO A MÁSCARA: ENSAIOS SOBRE O RACISMO NO BRASIL. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 2000, P. 33-51.
- HALL, EDWARD T. A DIMENSÃO OCULTA. RIO DE JANEIRO: FRANCISCO ALVES, 1977. (ORIGINALMENTE PUBLICADO EM 1966).
- HALL, EDWARD T. THE SILENT LANGUAGE. N.Y: DOUBLEDAY, 1959.
- HALL, STUART. DA DIÁSPORA: IDENTIDADES E MEDICAÇÕES CULTURAIS. BELO HORIZONTE: EDITORA UFMG, 2013.
- HEINICH, NATALIE. LE TRIPLE JEU DEL'ART CONTEMPORAIN:SOCIOLOGIEDES ARTS PLASTIQUES. PARIS: FRENCH EDITION, 1998
- HOLANDA, SÉRGIO B. RAÍZES DO BRASIL. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 1995. DISPONÍVEL EM: [HTTP://FJM.IKHON.COM.BR/PROTON/IMAGEMPROCESSO/2013/07/EC3ED65F077EA3F500E4%7DH_s_b_de_rz_br.pdf](http://fjm.ikhon.com.br/proton/IMAGEMPROCESSO/2013/07/EC3ED65F077EA3F500E4%7DH_s_b_de_rz_br.pdf). ACESSO EM: 19 FEV. 2011.
- GOFFMAN, IRVING. A REPRESENTAÇÃO DO EU NA VIDA COTIDIANA. SÃO PAULO: ED. VOZES, 2011.
- GOFFMAN, IRVING. ESTIGMA: NOTAS SOBRE A MANIPULAÇÃO DA IDENTIDADE DETERIORADA. RIO DE JANEIRO: LTC, 2012.
- GRICE, H.P. LÓGICA E CONVERSAÇÃO. IN: DASCAL, M. FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA LINGÜÍSTICA. VOL. IV PRAGMÁTICA. CAMPINAS: PRODUÇÃO INDEPENDENTE, P. 81-104, 1982.
- GREIMÁS, A. J. E COURTÉS, J. DICIONÁRIO DE SEMIÓTICA. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2008.
- GREIMAS, ALGIRDAS J. SEMÂNTICA ESTRUTURAL. TRADUÇÃO DE H. OSAKAPE E I. BLIKSTEIN. SÃO PAULO: CULTRIX/EDUSP, 1973.
- GUILHAMOU, JACQUES. LINGÜÍSTICA E HISTÓRIA: PERCURSOS ANALÍTICOS DE ACONTECIMENTOS DISCURSIVOS. SÃO CARLOS: PEDRO E JOÃO EDITORES, 2009.
- JORGE, SEBASTIÃO B. A LINGUAGEM DOS PASQUINS. SÃO LUÍS: LITHOGRAF, 1998.
- JORGE, SEBASTIÃO B. OS PRIMEIROS PASSOS DA IMPRENSA NO MARANHÃO. SÃO LUÍS: PPPG/EDUFMA, 1987.
- KNAPP,MARK. L. LA COMUNICACIÓN NO VERBAL. ESPAÑA: PAIDOS IBÉRICA, 1982.
- LACAN, JACQUES. ESCRITOS.TRAD. VERA RIBEIRO. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 1998.
- LLOSA, MÁRIO V. LA VERDADE DE LAS MENTIRAS. MADRID: PUNTO DE LECTURA, 2007. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PRISAEDICIONES.COM/UPLOADS/FICHEROS/LIBRO/PRIMERAS-PAGINAS/200704/PRIMERAS-PAGINAS-VERDAD-MENTIRAS.PDF](http://www.prisaediciones.com/uploads/FICHEROS/LIBRO/PRIMERAS-PAGINAS/200704/PRIMERAS-PAGINAS-VERDAD-MENTIRAS.PDF). ACESSO EM: 10 MAI. 2013.

- LOPES, NEI. HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA. SÃO PAULO: BARS PLANETA, 2008.
- LUKÁCS. GEORG. A TEORIA DO ROMANCE: UM ENSAIO HISTÓRICO-FILOSÓFICO SOBRE AS FORMAS DA GRANDE ÉPICA. SÃO PAULO: DUAS CIDADES/EDITORA 34, 2000. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PT.SCRIBD.COM/DOC/73208588/A-TEORIA-DO-ROMANCE-LUKACS](http://pt.scribd.com/doc/73208588/A-TEORIA-DO-ROMANCE-LUKACS). ACESSO EM: 10 AGO. 2013.
- MACHADO, NAURO. A ESCRITA POLÊMICA DE JOSÉ DO NASCIMENTO MORAES. [PREFÁCIO] IN NEUROSE DO MEDO E 100 ARTIGOS. SÃO LUÍS: ED. CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA E SECRETARIA DE CULTURA DO MARANHÃO, 1982.
- MALDIDIER, DENISE. DOMINIQUE MAINGUENEAU, L'ANALYSE DU DISCOURS, INTRODUCTION AUX LECTURES DE L'ARCHIVE. IN: MOTS, DÉCEMBRE 1991, N° 29. PP. 108-110. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PERSEE.FR/WEB/GUEST/HOME](http://www.persee.fr/web/guest/home). ACESSO EM: 08 ABR. 2013.
- M' BOKOLO, ELIKIA. ÁFRICA NEGRA: HISTÓRIA E CIVILIZAÇÕES. TOMO II (DO SÉCULO XIX AOS NOSSOS DIAS). SALVADOR: EDUFBA/SÃO PAULO: CASA DAS ÁFRICAS, 2011.
- MAINGUENEAU, DOMINIQUE E COSSUTA, FREDERIC. L'ANALYSE DES DISCOURS CONSTITUANTS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PERSEE.FR/WEB/GUEST/HOME](http://www.persee.fr/web/guest/home). ACESSO EM: 10 ABR. 2013
- MAINGUENEAU, DOMINIQUE. DOZE CONCEITOS EM ANÁLISE DO DISCURSO. CAMPINAS: PARÁBOLA, 2010.
- MAINGUENEAU, DOMINIQUE. GÊNESE DOS DISCURSOS. SÃO PAULO: PARÁBOLA, 2008A.
- MAINGUENEAU, DOMINIQUE. CENAS DA ENUNCIÇÃO. SÃO PAULO: PARÁBOLA, 2008B.
- MAINGUENEAU, DOMINIQUE. A PROPÓSITO DO ETHOS. IN: MOTTA, R E SALGADO, L. ETHOS DISCURSIVO. SÃO PAULO: ED. CONTEXTO, 2008C.
- MAINGUENEAU, DOMINIQUE. A ANÁLISE DO DISCURSO E SUAS FRONTEIRAS. MATRAGA, [S.L.], 2007, V. 14, N. 20, P. 13-37.
- MAINGUENEAU, DOMINIQUE. ANÁLISE DE TEXTOS DE COMUNICAÇÃO. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001.
- MAINGUENEAU, DOMINIQUE. PRAGMÁTICA PARA O DISCURSO LITERÁRIO. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1996.
- MAINGUENEAU, DOMINIQUE. SÉMANTIQUE DE LA POLÉMIQUE. SUIÇA: EDITION L'AGE D'HOMME, 1983.
- MAINGUENEAU, DOMINIQUE. NOVAS TENDÊNCIAS EM ANÁLISE DO DISCURSO. CAMPINAS: PONTES, 1997.
- MAINGUENEAU, DOMINIQUE. DISCURSO LITERÁRIO. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2006.
- MAINGUENEAU, DOMINIQUE. SÉMANTIQUE « GLOBALE » ET IDÉOLOGIE.

- LE DISCOURS « DOUX » DE L'HUMANISME DÉVOT FACE AU JANSÉNISME. IN: MOTS, MARS 1983, N°6. PP. 79-98. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PERSEE.FR/WEB/GUEST/HOME](http://www.persee.fr/web/guest/home). ACESSO EM: 08 ABR. 2013.
- MAINGUENEAU, DOMINIQUE. LE TOUR ETHNOLINGUISTIQUE DE L'ANALYSE DU DISCOURS IN: LANGAGES, 26E ANNÉE, N°105, 1992. PP. 114-125. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PERSEE.FR/WEB/GUEST/HOME](http://www.persee.fr/web/guest/home). ACESSO EM: 08 ABR. 2013.
- MAINGUENEAU, DOMINIQUE. INSTANCES FRONTIÈRES ET ANGÉLISME NARRATIF. IN: LANGUE FRANÇAISE. N°128, 2000. PP. 74-95. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PERSEE.FR/WEB/GUEST/HOME](http://www.persee.fr/web/guest/home). ACESSO EM: 08 ABR. 2013.
- MARTINS, MANOEL DE JESUS BARROS. RACHADURAS SOLARESCAS E EPIGONISMOS PROVINCIANOS: SOCIEDADE E CULTURA NO MARANHÃO NEO-ATENIENSE: 1890-1930. (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. RECIFE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2002)
- MEIRELES, MÁRIO. HISTÓRIA DO MARANHÃO. SÃO LUIS, 2012.
- MEIRELES, MÁRIO. HISTÓRIA DO COMÉRCIO DO MARANHÃO. SÃO LUÍS: PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 1992.
- MEIRELES, MÁRIO. DEZ ESTUDOS HISTÓRICOS. SÃO LUÍS, ALUMAR, 1994.
- MICHAUD, YVES. A VIOLÊNCIA. SÃO PAULO: ÁTICA, 1989.
- MORAES, JOSÉ DO N. VENCIDOS E DEGENERADOS. SÃO LUÍS: CENTRO CULTURAL NASCIMENTO DE MORAES, 2000.
- MORAES, JOSÉ DO N. CONTOS DE VALÉRIO SANTIAGO E VENCIDOS E DEGENERADOS. SÃO LUÍS: SECMA, 1982.
- MORAES, JOSÉ DO N. PUXOS E REPUXOS. SÃO LUÍS: TYP. DOS ARTISTAS, 1910.
- MORAES, JOSÉ DO N. PUXOS E REPUXOS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://MEMORIA.BN.BR/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=388459&PAGFIS=769&PESQ=VAL%20SANTO%20SANTIAGO](http://memoria.bn.br/docreader/docreader.aspx?bib=388459&pagfis=769&pesq=VAL%20SANTO%20SANTIAGO). ACESSO EM: 20 NOV. 2013.
- MORAES, JOSÉ DO N. NEUROSE DO MEDO E 100 ARTIGOS. SÃO LUÍS: ED. CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA E SECRETARIA DE CULTURA DO MARANHÃO, 1982.
- MORAES, JOMAR. APONTAMENTOS DA LITERATURA MARANHENSE. 2. ED. SÃO LUÍS: SIOGE, 1977.
- MORAÑA, MABEL. DOCUMENTALISMO Y FICCIÓN: TESTIMONIO Y NARRATIVA TESTIMONIAL HISPANOAMERICANA EN EL SIGLO XX. IN: PIZARRO, ANA (ORG.) AMÉRICA LATINA: PALAVRA, LITERATURA E CULTURA. CAMPINAS: ED. UNICAMP/MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA. VOLUMES I, II, III. 1993, PP. 479-515.
- MUNANGA, KABENGELE E GOMES, NILMA L. O NEGRO NO BRASIL DE HOJE. SÃO PAULO: GLOBAL EDITORA, 2006.

- MUNANGA, KABENGELE E GOMES, NILMA L. PARA ENTENDER O NEGRO NO BRASIL DE HOJE: HISTÓRIA, REALIDADE, PROBLEMAS E CAMINHOS (LIVRO DO PROFESSOR). SÃO PAULO: GLOBAL/AÇÃO EDUCATIVA, 2004.
- MUNANGA, KABENGELE. NEGRITUDE: USOS E SENTIDOS. SÃO PAULO: ÁTI-CA, 2009.
- MUNANGA, KABENGELE. ORIGENS AFRICANAS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: HISTÓRIAS, LÍNGUAS, CULTURAS E CIVILIZAÇÕES. SÃO PAULO: GLOBAL, 2007.
- MUNANGA, KABENGELE. O RACISMO É UM CRIME PERFEITO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.REVISTAFORUM.COM.BR/BLOG/2012/02/NOSSO-RACISMO-E-UM-CRIME-PERFEITO/](http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/02/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/) ACESSO EM: 7 OUT. 2014
- MUNANGA, KABENGELE. NEGRITUDE: USOS E SENTIDOS. BELO HORIZONTE: AUTÊNTICA EDITORA, 2012.
- MUNANGA, KABENGELE. ORIGENS AFRICANAS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: HISTÓRIAS, LÍNGUAS E CIVILIZAÇÕES. SÃO PAULO: GLOBAL EDITORA, 2009.
- NASCIMENTO, JARBAS V. E CARREIRA, ROSANGELA A. R. UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA GUERRA EM MOÇAMBIQUE E O PAPEL SOCIAL DA LEITURA NAS CAMADAS INTERDISCURSIVAS DE “TERRA SONÂMBULA”. REVISTA LINHA D’ÁGUA. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. V. 26, NÚMERO 1, 2013. PP. 67-82. DISPONÍVEL EM: [HTTP://GOO.GL/XF1RV C](http://goo.gl/xf1rvC). ACESSO EM: 02 AGO. 2013.
- NASCIMENTO, JARBAS V. (ORG.) ESPAÇOS DA TEXTUALIDADE E DA DISCURSIVIDADE NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA. SÃO PAULO: ED. TERRACOTA, 2013.
- NIETZSCHE, F. ASSIM FALAVA ZARATUSTRA – UM LIVRO PARA TODOS E PARA NINGUÉM. SÃO PAULO: ED. VOZES, 2008.
- OLIVEIRA, JULVAN MOREIRA DE (ORG.) INTERFACES DAS AFRICANIDADES: EM EDUCAÇÃO NAS MINAS GERAIS. JUIZ DE FORA: ED. UFJF, 2013.
- ORLANDI, E. DISCURSO EM ANÁLISE: SUJEITO, SENTIDO, IDEOLOGIA. CAMPINAS: PONTES EDITORES, 2012.
- ORLANDI, E. ANÁLISE DE DISCURSO: PRINCÍPIOS & PROCEDIMENTOS. CAMPINAS: PONTES EDITORES, 2001A.
- ORLANDI, E. DISCURSO E TEXTO – FORMULAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS. CAMPINAS: PONTES EDITORA, 2001B.
- PECHÊUX, MICHEL. AUTOMATIC DISCOURSE ANALYSIS. AMSTERDAM: ED. RODOPI B.V, 1995.
- PECHÊUX, MICHEL. SUR LES CONTEXTES ÉPISTÉMOLOGIQUES DE L’ANALYSE DE DISCOURS. MOTS, PARIS, [S.I.], N.9, 1984. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PERSEE.FR/WEB/REVUES/HOME/PRESRIPT/ARTICLE/MOTS_0243-6450_1984_NUM_9_1_11603](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mots_0243-6450_1984_num_9_1_11603). ACESSO EM: 01 MAI. 2013.
- PECHÊUX, MICHEL. SEMÂNTICA E DISCURSO. CAMPINAS: ED. DA UNI-

- CAMP, 1975.
- PERELMAN, C E OLBRECHTS-TYTECA, L. TRATADO DA ARGUMENTAÇÃO. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1996.
- PRADO JR., CAIO. FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO. SÃO PAULO: ED. BRASILIENSE, 1981.
- REIS, LÍVIA DE FREITAS. O TESTEMUNHO COMO CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA. IN: ACHUGA, HUGO E TROUCHE, ANDRÉ (ORGS). HISPANISMO 2000. BRASÍLIA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISPANISTAS, 2000, VOL. 2, PP. 842-849.
- RIBEIRO, DARCY. O POVO BRASILEIRO: A FORMAÇÃO E O SENTIDO DO BRASIL. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 1995. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IPHI.ORG.BR/SITES/FILOSOFIA_BRASIL/DARCY_RIBEIRO_-_O_POVO_BRASILEIRO_-_A_FORMA%C3%A7%C3%A3O_E_O_SENTIDO_DO_BRASIL.PDF](http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/darcy_ribeiro_-_o_povo_brasileiro_-_a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sentido_do_brasil.pdf). ACESSO EM: 22 FEV. 2011.
- RODRIGUES, NINA R. OS AFRICANOS NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: CENTRO EDELSTEIN DE PESQUISA, 2010. DISPONÍVEL EM: [HTTP://BOOKS.SCIELO.ORG/ID/MMTCT/PDF/RODRIGUES-9788579820106-00.PDF](http://books.scielo.org/id/mmtct/pdf/rodrigues-9788579820106-00.pdf). ACESSO EM: 22 FEV. 2011.
- SAUSSURE, FERDINAND. CURSO DE LINGÜÍSTICA GERAL. SÃO PAULO: CULTRIX, 2012.
- SARTRE, JEAN-PAUL. REFLEXÕES SOBRE O RACISMO. TRAD. J. GUINSBURG. 5ª EDIÇÃO. SÃO PAULO: DIFEL, 1968.
- SARTRE, JEAN-PAUL. ORFEO NEGRO. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PT.SCRIBD.COM/DOC/188012792/JEAN-PAUL-SARTRE-ORFEO-NEGRO](https://pt.scribd.com/doc/188012792/Jean-Paul-Sartre-Orfeo-Negro). ACESSO EM: 25 MAI. 2015.
- SARTRE, JEAN-PAUL. QUE É A LITERATURA? SÃO PAULO: EDITORA ÁTICA, 1989.
- SELIGMANN-SILVA, MÁRCIO. (ORG.) PALAVRA E IMAGEM: MEMÓRIA E ESCRITA. CHAPECÓ: ARGOS, 2006.
- SELIGMANN-SILVA, MÁRCIO. O LOCAL DA DIFERENÇA. RIO DE JANEIRO: EDITORA 34, 2005.
- SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. CATÁLOGO DE JORNAIS MARANHENSES DO ACERVO PÚBLICO BENEDITO LEITE. SÃO LUÍS: ED. SECMA, 2007.
- SKIDMORE, THOMAS E. PRETO NO BRANCO: RAÇA E NACIONALIDADE NO PENSAMENTO BRASILEIRO. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2012.
- SKLODOWSKA, ELZBIETA. TESTIMONIO HISPANOAMERICANO. HISTORIA, TEORÍA, POÉTICA. NEW YORK: PETER LANG, 1992.
- SLAVA, FERNANDO V. E PEREIRA, LUCIARA. A NARRATIVA DE TESTEMUNHO: UM CASO EXEMPLAR. IPOTESI, JUIZ DE FORA, V.12. N.1, PP.213-223, JAN/JUL, 2008. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.UFJF.BR/REVISTAIPOTESI/FILES/2011/05/18-A-NARRATIVA-DE-TESTEMUNHO-UM-CASO-EXEMPLAR](http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/05/18-A-NARRATIVA-DE-TESTEMUNHO-UM-CASO-EXEMPLAR).

- PDF. ACESSO EM: 08 AGO.2014.
- SOSNOWSKI, SAUL. LA “NUEVA” NOVELA HISPANOAMERICANA: RUPTURA Y “NUEVA” TRADICIÓN. IN: PIZARRO, ANA (ORG.) AMÉRICA LATINA: PALAVRA, LITERATURA E CULTURA. CAMPINAS: ED. UNICAMP/MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA. VOLUMES I, II, III. 1993, PP. 393-412.
- STEINBERG, LEO. OTHER CRITERIA: CONFRONTATIONS WITH TWENTIETH-CENTURY ART. NEW YORK: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 1988.
- VAN DIJK, TEUN A. TEXTO Y CONTEXTO. MADRID: CÁTEDRA, 1972.
- VAN DIJK, TEUN A. RACISMO Y ANÁLISIS CRÍTICO DE LOS MEDIOS. PAIDÓS, BUENOS AIRES/BARCELONA, 1997.
- VAN DIJK, TEUN A. EL DISCURSO COMO INTERACCIÓN SOCIAL. BARCELONA, GEDISA, 2000.
- VAN DIJK, TEUN A. COGNIÇÃO, DISCURSO E INTERAÇÃO. SÃO PAULO, CONTEXTO, 1999.
- VAN DIJK, TEUN A. TEXTO Y CONTEXTO. MADRID: CÁTEDRA, 1984.
- VAN DIJK, TEUN A. ESTRUCTURAS Y FUNCIONES DEL DISCURSO. MÉXICO: SIGLO VEINTIUNO, 1993.
- VAN DIJK, TEUN A. SEMÂNTICA DO DISCURSO E IDEOLOGIA. IN: PEDRO, E. R. (ORG.) ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: UMA PERSPECTIVA SOCIOPOLÍTICA E FUNCIONAL. LISBOA: EDITORIAL CAMINHO, 1997.
- VAN DIJK, TEUN A. IDEOLOGÍA – UN ENFOQUE MULTIDISCIPLINARIO. BARCELONA: GEDISA EDITORIAL, 1998.
- VAN DIJK, TEUN A. COGNIÇÃO, DISCURSO E INTERAÇÃO. 3. ED. SÃO PAULO: EDITORA CONTEXTO, 2000.
- WHITE, HAYDEN. TRÓPICOS DO DISCURSO: ENSAIOS SOBRE A CRÍTICA DA CULTURA. SÃO PAULO: EDUSP, 1994.
- WHITE, HAYDEN. META-HISTÓRIA: A IMAGINAÇÃO HISTÓRICA DO SÉCULO XIX. SÃO PAULO: EDUSP, 1997.
- WOODWARD, KATHRYN, HALL, STUART E SILVA, TOMAZ T. DA (ORG.). IDENTIDADE E DIFERENÇA: A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS. SÃO PAULO: ED. VOZES, 2012.
- ZUMTHOR, PAUL. A LETRA E A VOZ: A “LITERATURA” MEDIEVAL. TRAD. AMÁLIO PINHEIRO E JERUSA PIRES FERREIRA. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 1993.

SITES

[HTTP://WWW.DISOURSE-IN-SOCIETY.ORG/TEUN.HTML](http://www.discourse-in-society.org/teun.html)

[HTTP://WWW.PERSEE.FR/WEB/GUEST/HOME](http://www.persee.fr/web/guest/home)

[HTTP://DOMINIQUE.MAINGUENEAU.PAGESPERSO-ORANGE.FR/ARTICLES.HTML.](http://dominique.maingueneau.pagesperso-orange.fr/articles.html)